

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Ivaloo George Gusmão**

**Experiências sociopolíticas e disputas das ocupações de terra por direito à  
moradia: Grajaú onde a cidade acaba e recomeça**

**Doutorado em Serviço Social**

**São Paulo  
2024**

**Ivaloo George Gusmão**

**Experiências sociopolíticas e disputas das ocupações de terra por direito à moradia: Grajaú onde a cidade acaba e recomeça**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui.

**Doutorado em Serviço Social**

**São Paulo  
2024**

G982

Gusmão, Ivaloo Giorge

Experiências sociopolíticas e disputas das ocupações de terra por direito à moradia: Grajaú onde a cidade acaba e recomeça. – São Paulo: [s.n.], 2024.

231 f.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui

1. Movimentos de moradia. 2. Periferias. 3. Ocupações de terra. 4. Conflitos urbanos. Neoliberalismo. I. Arregui, Carola Carbajal. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD 361.3

**Ivaloo George Gusmão**

**Experiências sociopolíticas e disputas das ocupações de terra por direito à moradia: Grajaú onde a cidade acaba e recomeça**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui.

**Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

---

Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

---

Prof. Dr. Rodrigo Aparecido Diniz  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

---

Prof. Dr. Guilherme André Aderaldo  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

---

Profa. Dra. Tania Maria Ramos de Godoi Diniz  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

*Aos moradores e moradoras das ocupações Anchieta e Gaivotas e às lideranças do movimento de moradia. Pela resistência e por não serem indiferentes diante das injustiças sociais.*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil, código de financiamento: 88887.373203/2019-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brazil, funding code: 88887.373203/2019-00.

## AGRADECIMENTOS

Agora é tempo de agradecer quem esteve por perto durante esses anos de pesquisa, perto também durante os duros anos de isolamento social, em uma assustadora pandemia que atravessou a vida e essa pesquisa. Esses agradecimentos fazem muito mais sentido agora, mais do que em qualquer outro momento da vida. Trago a certeza de que não terminaria este trabalho sem o apoio de muitos e muitas pessoas queridas e amadas.

Tenho professoras maravilhosas e inspiradoras. Minha orientadora Carola Arregui apoiou incondicionalmente a conclusão deste trabalho, aguentou bravamente minhas *brisas* intelectuais, mesmo em horas e condições impróprias, mais ainda, me fez cair em lágrimas ao demonstrar tamanha generosidade e solidariedade. Minha orientadora do mestrado, professora para sempre, mas agora companheira de pesquisa, incentivadora das *brisas* que foram estendidas à parte artística da pesquisadora, Rosangela Paz, é igualmente especial e querida. Agradeço por tê-las por perto nessa vida, sempre.

Também agradeço aos pesquisadores no NEMOS da PUC-SP, por generosamente compartilhar conhecimentos, saberes, trajetórias, pesquisas e inquietações nesse ofício. Um agradecimento especial a Guilherme Aderaldo, que participou da qualificação desta tese e contribuiu profundamente para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço especialmente às professoras da Faculdade Paulista de São Caetano, FAPSS-SC, Sonia Carvalho e Rosane, companheiras aguerridas, com quem aprendo esse ofício, sempre na resistência por um ensino de qualidade e comprometido com o projeto político de nossa profissão. Também agradeço ao professor querido, Rodrigo Diniz, por proporcionar essa ponte na qual ingressei entusiasmada.

À minha família, que foi imensamente importante nesse processo. Aos meus primos e primas queridas, especialmente Rodrigo, Bruno, Fabio, Marcos e Aline, à minha cunhada Ana e ao meu irmão Igor, que fazem eu me sentir muito especial e querida. Eles me apoiaram e ajudaram a cuidar de muitos aspectos da minha vida, desde o cuidado partilhado dos filhos, das obras na casa, dos necessários encontros e festas e na mais recente criação, a “Bolsa Gusmão”, criada em minha homenagem,

para pesquisadoras em dificuldades na família concluírem seus referidos estudos. À minha tia Maria Helena, ao meu tio Antônio, que são minhas referências nessa vida. Conjuntamente com minha mãe Christina, me ajudaram imensamente no cotidiano, naqueles fazeres de todos os dias, nos cuidados mínimos, nos detalhes da vida de quem precisa cuidar de dois filhos adolescentes, uma casa, trabalhos e uma pesquisa. Uma homenagem especial à minha *nona*, que antes do agravamento da doença do Alzheimer e no início da pandemia, me acolheu na casa da nossa família e fez o que sempre fez por nós, acolheu protegeu todo mundo das intempéries da vida moderna.

Existem amigas na vida que são como irmãs, que estão com a gente em qualquer circunstância. Adriana e Marcela são dessas amigas-irmãs para toda a vida. Adriana, em especial, esteve mais próxima, tão próxima porque sempre somos vizinhas, seja lá em qual bairro a gente more. Aguenta firme meus sufocos, minhas loucuras e inquietações, às vezes, apenas compartilhando as compras do mês no mercado, a feira no domingo, as cervejas no fim de semana, organizando festas desconstruídas e cuidando dos filhos de todos. Sempre, com muito amor, atenção e proteção compartilhadas. Tenho imenso amor por meus amigos e em especial por Cláudia, minha solidária e doce sócia de empreendimentos gestados para mães pesquisadoras. Por Jane e Elaine, imensamente queridas e sempre presentes na minha vida. E por André, que quando presente, representa um bálsamo aos afetos. E por Alex, amigo e parceiro que ajuda a organizar a minha bagunça.

Por fim, agradeço aos meus filhos por partilhar o tempo deles comigo e esperar a conclusão deste trabalho. Eles estão se tornando pessoas incríveis, cheios de personalidades e particularidades apaixonantes, fortes e independentes para encararem o mundo. É um grande privilégio ser mãe deles, mas sei que não cumpri a promessa que fiz a Flora. Quando ela tinha aproximadamente sete anos, me pediu para não fazer mais mestrado, mas eu fui e fiz uma tese de doutorado.

## LISTA DE SIGLAS

AMPVA	Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo
APP	Área de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAU/SP	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEI	Centros de Educação Infantil
CEPAC	Certificados de Potencial Adicional de Construção
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEU	Centro Educacional Unificado
CGM	Guarda Civil Metropolitana
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CJ	Centros para Juventude
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMH	Conselho Municipal de Habitação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
CPI	Comissão de Inquérito Parlamentar
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRI	Certificados de Recebíveis Imobiliários
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ESG	Environmental, Social and Corporate Governance
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FII	Fundo de Investimento Imobiliário
FUCVAM	Federación Uruguaya de Cooperativas de Ayuda Mutua
GAC	Associação Guaraúna de Arte e Cultura
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Organização Racional do Trabalho
IPPUR/ UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus

LGBTQI+	Movimento de Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais
MTST	Movimento dos trabalhadores Sem Terra
NCA-SGD	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes com ênfase no Sistema de Garantia de Direitos
NEMOS	Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCS	Programa Crédito Solidário
PDS	Partido Democrático Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPGSS	Programa de Pós-graduandos em Serviço Social da PUC-SP
PPP	Parcerias público-privada
PPR	Partido Progressista Reformador
PROAC	Programa de Ação Cultural
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SASF	Serviço Socioassistencial a Família
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
TDC	Transferência do Direito de Construir
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFF	Universidade Federal Fluminense
UGP	Unidade de gerenciamento
UM	Universidade de Michigan
UMM-SP	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Favelas e a cidade.....	53
<b>Figura 2:</b>	O povo.....	82
<b>Figura 3:</b>	Cidade.....	108
<b>Figura 4:</b>	Mapa do Brasil com destaque à cidade de São Paulo e suas subprefeituras.....	112
<b>Figura 5:</b>	Mapa da cidade de São Paulo com destaque a região da Capela do Socorro.....	113
<b>Figura 6:</b>	Avanço da mancha urbana sobre a Represa Billings de 1990 a 2020.....	114
<b>Figura 7:</b>	Localização aproximada das Ocupações Anchieta e Gaivotas no braço hídrico que desagua na Represa Billings.....	115
<b>Figura 8:</b>	Localização da Ocupação Gaivotas na margem do reservatório Billings e sua inserção no Loteamento Jardim Gaivotas.....	116
<b>Figura 9:</b>	Localização da Ocupação Anchieta próxima a um braço d'água que abastece o reservatório Billings.....	122
<b>Figura 10:</b>	Bairros do entorno ao Jardim Gaivotas. Em amarelo, destacase as favelas e em rosa, os loteamentos irregulares .....	145
<b>Figura 11:</b>	Ocupação Gaivotas. Inserção da pesquisadora.....	175

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Foto 1:</b>	Ocupação Gaivotas vista da Represa Billings.....	116
<b>Foto 2:</b>	Vista da Ocupação Gaivotas pelas casas das famílias que estão mais próximas da Estrada do Cocaia.....	117
<b>Foto 3:</b>	Apartamentos da Cohab Brigadeiro Faria Lima e ocupação irregular de outra área próxima ao bairro em meados dos anos de 2010.....	119
<b>Foto 4:</b>	Ocupação Anchieta.....	120
<b>Foto 5:</b>	Entrada da Ocupação Anchieta pela Rua Bilac.....	123
<b>Foto 6:</b>	Imóveis descaracterizados após a remoção para implantação do Parque Linear no Jardim Gaivotas. Julho de 2022.....	125
<b>Foto 7:</b>	Cartaz elaborado pelas lideranças da Ocupação Anchieta para o encontro com as lideranças mulheres das ocupações Toca e Pantanal, organizado pela Universidade de Michigan.....	132
<b>Foto 8:</b>	Assembleia do Movimento Ocupação Anchieta na Sede da Associação de moradores.....	139
<b>Foto 9:</b>	O bairro do Jardim Gaivotas e a implantação dos Parque Lineares em julho de 2022.....	160
<b>Foto 10:</b>	Parque Linear Jardim Gaivotas em julho de 2022.....	197
<b>Foto 11:</b>	Tatiana Monte em 2014 na peça À Margem, pesquisa da Cia Humabalada de Teatro.....	202
<b>Foto 12:</b>	Atividade de navegação com alunos da escola do distrito em julho do ano de 2022.....	206

GUSMÃO, I. G. **Experiências sociopolíticas e disputas das ocupações por direito à moradia**: Grajaú onde a cidade acaba e recomeça. 2024. 231 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

## RESUMO

Esta tese se situa no campo de estudos sobre movimentos sociais pois trata de um movimento social que acompanha ações coletivas realizadas em ocupações de terra na periferia da cidade de São Paulo. A presente pesquisa procura compreender as reconfigurações dessa ação coletiva e do conflito urbano, a partir da experiência política cotidiana em ocupações de terra localizadas no distrito do Grajaú no extremo sul da cidade de São Paulo. Procuramos investigar a partir das experiências sociopolíticas realizadas nas ocupações Anchieta e Gaivotas, as mudanças que ocorrem nas periferias paulistas que incidem sobre a ação coletiva e sobre o conflito urbano, as gramáticas e as articulações existentes entre movimentos sociais e grupos de organização coletiva quando relacionados aos conflitos nos territórios periféricos e as configurações das jovens ocupações na contemporaneidade. Utilizamos como metodologia de pesquisa o levantamento e a revisão bibliográfica, a pesquisa documental especialmente na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e na assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, a pesquisa qualitativa inspirada no método etnográfico e os registros bibliográficos do diário de campo. Os resultados de pesquisa demonstram que a atuação conjunta do movimento de moradia e das assessorias técnicas são muito importantes à organização sociopolítica das ocupações. Entretanto, o conflito entre moradia e preservação ambiental agudiza-se sempre diante da deterioração das condições socioeconômicas, da perda e da diminuição da renda das famílias, do adoecimento e perda da capacidade laborativa, que historicamente perpetra as piores condições de sobrevivência à classe trabalhadora de menor rendimento. A segregação ainda é uma importante expressão das desigualdades existentes na cidade, mas que na periferia, passa a ser conjugada com práticas de espoliação mais incisivas e violentas para garantir o processo de acumulação primitiva. Um fluxo financeiro entorno de práticas econômicas formais e informais, legais e ilegais, contornam os conflitos urbanos na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, o Estado apresenta-se engajado em facilitar ávidos negócios quando transfere responsabilidades a organizações não governamentais e empresas privadas. A violência está presente nos territórios periféricos, assim como a religiosidade evangélica também está muito próxima das organizações coletivas. Mas são as relações econômicas neoliberais e os percursos de circulação financeira que intensificam os conflitos por terra e moradia na periferia de São Paulo.

**Palavras-chave:** Movimentos de moradia. Periferias. Ocupações de terra. Conflitos urbanos. Neoliberalismo.

GUSMÃO, I. G. **Sociopolitical experiences and disputes of occupations for the right to housing**: Grajaú where the city ends and begins again. 2024. 231 f. (Doctorate in Social Work) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

## ABSTRACT

This thesis is situated in the field of studies on social movements because it deals with a social movement that accompanies collective actions carried out in land occupations on the peripheries of the city of São Paulo. This research seeks to understand the reconfigurations of this collective action and urban conflict, based on daily political experience in land occupations located in the district of Grajaú in the extreme south of the city of São Paulo. We seek to investigate, based on the sociopolitical experiences carried out in the Anchieta and Gaivotas occupations, the changes that occur in the outskirts of São Paulo that affect collective action and urban conflict, the grammars and articulations that exist between social movements and collective organization groups when related to conflicts in peripheral territories and the configurations of young occupations in contemporary. We used as research methodology the survey and bibliographical review, documentary research especially in the União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) and in the technical consultancy Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, qualitative research inspired by the ethnographic method and records bibliography of the field notes. The research results demonstrate that the joint action of the housing movement and technical consultancies are very important to the socio-political organization of occupations. However, the conflict between housing and environmental preservation always becomes more acute in the face of the deterioration of socioeconomic conditions, the loss and reduction of family income, illness and loss of working capacity, which historically leads to the worst conditions of survival for the working class of lower yield. Segregation is still an important expression of the inequalities that exist in the city, but on the peripheries, it starts to be combined with more incisive and violent plundering practices to guarantee the process of primitive accumulation. A financial flow surrounding legal and illegal economic practices, circumvents urban conflicts in contemporary times. At the same time, the State appears engaged in facilitating eager business when it transfers responsibilities to non-governmental organizations and private companies. Violence is present in peripheral territories, just as evangelical religiosity is also very close to collective organizations. But it is neoliberal economic relations and financial circulation paths that intensify conflicts over land and housing on the peripheries of São Paulo.

**Keywords:** Housing movements. Peripheries. Land occupations. Urban conflicts. Neoliberalism.

# SUMÁRIO

<b>PARTE I</b> .....	<b>17</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1 Ocupações e a luta por terra .....	25
1.2 A periferia para o movimento .....	30
1.3 Grajaú e o outro lado da ponte .....	33
1.4 Percurso de pesquisa .....	38
1.5 Organização do trabalho .....	45
<b>PARTE II</b> .....	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO 1 - MUDANÇAS E CONTINUIDADES NAS PERIFERIAS PAULISTAS</b> .....	<b>53</b>
1.1 A cidade das fronteiras abertas .....	55
1.2. A cidade que corre para crescer .....	60
1.3 São Paulo não pode parar .....	65
1.4 A cidade tem pressa, mas o trabalhador não consegue ser herói .....	70
1.5 Dentro e fora da nova ordem mundial .....	77
<b>CAPÍTULO 2 - CIDADE DOS MOVIMENTOS</b> .....	<b>82</b>
2.1 Nas fábricas e nas ruas .....	84
2.2 Onde o povo está .....	89
2.3 No chão das periferias .....	96
2.4 Periferia por direitos e políticas públicas .....	101
<b>CAPÍTULO 3 - OCUPAÇÕES</b> .....	<b>108</b>
3.1 Território das águas da cidade .....	110
3.1.1 Território das ocupações Gaivotas e Anchieta .....	114
3.2 Histórico sociopolítico das ocupações .....	123
3.2.1 No campo, assessorias técnicas .....	126
3.2.2. Vida política se aprende .....	132
3.2.3 Sociopolítico nas Ocupações .....	139
3.3 Os bairros, as águas e a política pública .....	142

3.3.1 Violentas acumulações e desposseções .....	145
3.3.2 O público perde para o privado .....	149
3.3.3 Política urbana é pela defesa das águas? .....	153
3.3.4 A participação nesse contexto .....	161
3.3.5 O Conflito é pela terra .....	164
3.3.6 A racionalidade política e social articulada a globalização e a financeirização do capitalismo .....	168
3.4 Crime, irmãos e fé .....	173
3.4.1 A violência no território .....	175
3.4.2 O lado certo do mundo errado .....	177
3.4.3 Os irmãos de fé .....	179
3.4.4 Na base da ajuda e da sorte .....	180
3.4.5 A neoliberalização da vida .....	182
3.5 Cultura de existência e reexistência .....	193
3.5.1 Para sair dos becos e vielas .....	193
3.5.2 Território de corpos marginais .....	196
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>207</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>222</b>

## PARTE I

### 1. APRESENTAÇÃO

Esta tese trata da relação contemporânea entre as periferias da cidade de São Paulo e as ações coletivas realizadas em ocupações de terra. A presente pesquisa procura, de modo específico, compreender as reconfigurações da ação coletiva e do conflito urbano a partir da experiência política cotidiana em ocupações de terra, localizadas no distrito do Grajaú, no extremo sul da cidade de São Paulo.

A pesquisa parte de experiências sociopolíticas, realizadas em duas ocupações de terra, Ocupação Anchieta e Ocupação Gaivotas, localizadas e organizadas em território periférico. Trata-se de ocupações acompanhadas por um importante movimento de moradia, ator político consolidado na cena pública brasileira, cujas ações coletivas engendradas em torno do conflito urbano convergiram em projetos políticos à periferia e uma identidade ancorada numa visão particularmente construída sobre a realidade urbana.

Nesse sentido, convém, nesse primeiro momento, explicitar nossa compreensão sobre ocupações de terra. Tratamos de experiências políticas, cujos ocupantes estão engajados coletivamente nas reivindicações por terra para moradia com infraestrutura urbana, serviços e espaços para satisfação de necessidades coletivas, engajamento e resistência ampla para que possam obter efeitos de legitimação na prática política. Experiências que, no entanto, estão opostas à categoria de invasão e invasores, pois ao erguer as razões políticas e publicamente defensáveis diante de condições de escassez acentuada, o ato de ocupar não é um roubo, é tornar bens ociosos publicamente úteis (Lavalle, 2020).

Em segundo lugar, é necessário explicar as reivindicações realizadas pelas ações coletivas em ocupações de terra. Estamos abordando as reivindicações relacionadas a direitos sociais, direito à moradia e direito à cidade. Portanto, partimos de uma compreensão específica sobre cidades: a formação da cidade que acompanha o desenvolvimento econômico em seu modo de produção capitalista e que mantém segregada as periferias urbanas.

Como afirma Harvey (2012), o processo de crescimento da urbanização acompanha a história da acumulação do capital. As cidades nascem e se

desenvolvem sobre a necessidade perpétua de encontrar terreno e processos lucrativos à produção e absorção de excedente de capital.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo (Harvey, 2012, p. 74).

As cidades, assim como a história da acumulação de capital, devem ser compreendidas como uma concentração social e geográfica que emerge e acompanha o desenvolvimento do próprio capitalismo, processo esse em que são desenvolvidos e ampliados os fenômenos de classe e onde a produção excedente é continuamente reinvestida para obtenção da mais valia.

No entanto, uma cidade deveria atender necessidades sociais. Deveria, ainda, permitir e ampliar a expressão livre de desejos e possibilidades humanas. A vida urbana, quando observada dessa forma, poderia permitir expressões de relações sociais tanto de segurança como de abertura, de certezas como de aventuras, previsibilidades e imprevistos, unidade e diferença, isolamento e encontro, trocas e investimentos, independência e comunicação, imediatividade e perspectivas (Lefebvre, 1991).

Para Lefebvre (1991), as cidades deveriam ser redefinidas conforme as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana. Formas, funções e estruturas de uma cidade devem ser apontadas às necessidades sociais que fundamentam a espécie humana, ou seja, seu desenvolvimento físico, social e cultural, ou ainda, as formas humanas de agir, seus costumes, crenças e necessidades. Para o autor, necessidades sociais indicam percepções humanas de um “mundo” que não se satisfaz apenas com equipamentos comerciais e culturais, mas com atividades criadoras de obras, de informação, de simbolismo, do imaginário e do lúdico, onde

viva e sobreviva o desejo, a arte, o jogo e o conhecimento como manifestações humanas e que permitam, mais ou menos, superar a divisão “parcelar” dos trabalhos.

Harvey (2012) observa que a vida urbana aparece como cada fragmento vivendo e funcionando aparentemente de forma autônoma, fixando firmemente apenas o que for possível na luta diária pela sobrevivência. Para o autor, as condições ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento estão ameaçadas, principalmente, pela propagação do mal-estar da ética neoliberal, e a financeirização das cidades altera e transforma o estilo e a qualidade da vida urbana.

Para Harvey (2012):

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro. Centros comerciais, galerias e pequenos comércios proliferam, como fast-food e mercados locais de artesanato [...] Ainda que incoerente, o desenvolvimento de subúrbios monótonos e tranquilos que continuam a dominar em muitas regiões, agora encontra seu antídoto em um movimento de “novo urbanismo” que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos. Este é um mundo no qual a ética neoliberal de intenso individualismo possessivo e a correlata renúncia política a formas de ação coletiva tornaram-se padrão para a socialização humana (Harvey, 2012, p. 81).

No âmbito da economia urbana, que incentiva a criação, a formação e a comercialização de novos nichos de mercado, que altera hábitos, formas culturais, forja sonhos e novos estilos de viver a cidade, a qualidade de vida, assim como a cidade, tornaram-se mercadoria. A qualidade de vida, na cidade pautada pelos processos de neoliberalização, renuncia à política e às formas de ação coletiva, diante do individualismo possessivo, da liberdade que pode ser obtida mediante o crédito e o pagamento e da privatização das diversas esferas de reprodução social

Nesse percurso, observar a vida urbana é passar a compreender como as necessidades humanas podem estar pautadas nas possibilidades de consumo, promovidas pela expansão da acumulação do capital. Conseqüentemente, revelam tensionamentos em relação às formas de organização coletiva que estejam pautadas

na luta coletiva, na cidadania e nos direitos, no pertencimento e na formação de alguma identidade territorialmente urbana.

O processo de financeirização das cidades, sua forma global de implementação e a formulação de suas novas instituições e arranjos financeiros, permite um capitalismo financeiro reorganizado, que sustenta créditos a qualquer custo. Créditos que também reorganizam as cidades, reorganizam a disputa do fundo público e as políticas públicas urbanas como nas operações financeiras da securitizadas, nos créditos imobiliários, nos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI'S), Alienação Fiduciária, Fundo de investimento imobiliário (FII'S), Transferência do Direito de Construir (TDC), entre outras modalidades, algumas (apenas ainda) operadas pelos entes públicos.

Da mesma forma, não são aleatórias as percepções sobre as mudanças que alteram as paisagens das periferias paulistas. Bancos, shoppings, lojas franqueadas de *fast-food*, móveis, calçados, roupas, colchões, produtos e serviços de saúde, tudo plenamente parcelado e financiado mesmo com restrições de crédito. Paisagem facilmente identificada nas principais zonas de centralidade das periferias urbanas paulistas, ao lado de comunidades fechadas e espaços públicos privatizados, mantidos sob constante vigilância, que, convivem com as áreas entrelaçadas na informalidade, dos precários e improvisados domicílios, abastecidos por informais redes de água e eletricidade, sem sistema de saneamento e sem viários pavimentados. São as cidades se dividindo em diferentes partes, separadas com a aparente formação de muitos “microestados” tendentes ao conflito onde cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente (Harvey, 2012).

Territórios e cidades tendentes aos conflitos diante da consolidação das desigualdades. Historicamente, em regimes democráticos, os conflitos e as contradições existentes nas cidades incidem sobre as demandas, pautas e ações dos movimentos de moradia que, por sua vez, exigem uma ação política cujo protagonista seja o próprio povo, um povo que identifica e se constitui enquanto comunidade política porque nasce enquanto classe politicamente identificada ao dano que institui à comunidade (Ranciére, 1996).

Nas palavras de Rancière (1996):

A massa dos homens sem propriedades identifica-se à comunidade em nome do dano que não cessam de lhe causar aqueles cuja qualidade ou propriedade têm por efeito natural relançá-la na inexistência daqueles que não tomam "parte em nada". É em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que o povo se identifica com o todo da comunidade. Quem não tem parcela — os pobres da Antigüidade, o terceiro estado ou o proletariado moderno — não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo. Mas é também mediante a existência dessa parcela dos sem-parcela, desse nada que é tudo, que a comunidade existe enquanto comunidade política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem de suas partes antes mesmo de afetar seus "direitos". O povo não é uma classe entre outras. É a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como "comunidade" do justo e do injusto (Rancière, 1996, p. 22).

Uma comunidade política formada em nome do dano, que se contrapõe àqueles que não cessam de lhes causar danos ou os remetem a inexistência, está dividida e partida por um conflito fundamental que afeta a contagem de suas partes, mas, que também os caracteriza enquanto classe. São dessas percepções que emergem as compreensões sobre justiça e injustiça e, ainda, sobre direitos.

Pelo direito à cidade, é necessário que movimentos sociais busquem superar o isolamento e remodelem a cidade com uma imagem diferente daquelas apresentadas pelos empreendedores (Harvey, 2012). Também é preciso que atores dirijam suas práticas sociais ou práxis a uma nova sociedade urbana (Lefebvre, 1991). Contudo, pela defesa do direito à cidade, é imperioso formular mais do que espaços qualificados para simultaneidades e encontros, é também necessário haver tempo e lugares que não sejam tomados pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro (Lefebvre, 1991).

Formulações que pressupõem uma ação coletiva exigem, na perspectiva política, um cenário democrático, onde os povos possam dispor sobre si mesmos. Segundo as reflexões de Rancière (2014), a democracia possui adversários claramente declarados nos governos arbitrários, ditatoriais, tiranos e totalitários, também possuindo adversários não tão explícitos nos próprios governos democráticos. A vitalidade democrática, que ativa a cena política, também busca pela prosperidade material, a felicidade privada, a felicidade individual, acarretando multiplicações de aspirações e demandas. Nos laços de sociedade, diminui a energia

política, são favorecidas buscas voltadas a uma vida privada em detrimento das formas de interação social, cidadãos indiferentes ao bem público não minam autoridades de governos quando intimados a responder a essa espiral de demandas que emanam da sociedade (Rancière, 2014, p. 17).

Por outro lado, a própria definição de periferia, tanto como sinônimo de uma concepção de desenvolvimento de cidade, como em seu sentido etimológico, revela as possibilidades de convergir projetos políticos de movimentos sociais urbanos a uma identidade, a um povo, ancorada numa visão da realidade urbana, formando uma certa permeabilidade na mobilidade social.

O termo 'periferia' é uma construção social advinda dos estudos e noções explicativas que emergem dos fenômenos urbanos das grandes cidades brasileiras, principalmente São Paulo, entre as décadas de 1970 e 1980 (Tanaka, 2006). É uma palavra grega, *periphéreia*, ou do latim *peripheria*, que significa um ponto fora da circunferência, uma região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços urbanos, onde vive a população de baixa renda (Michaelis, 2022).

Periferia como concepção construída socialmente permite relacioná-la ao contexto histórico de sua reelaboração. Trata-se do processo da urbanização brasileira, período que remete ao desenvolvimento econômico, cujos sujeitos sociais, autores e atores<sup>1</sup>, passam a portar discursos e ações críticas sobre a pauta urbana, principalmente, na formação das periferias e na forma segregada de construção do espaço urbano. Aspectos estes observados criticamente em São Paulo, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980.

No âmbito das análises críticas sobre o processo de urbanização brasileiro, Villaça (2011), por exemplo, afirma que a segregação é a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade, cujas características incidem no enorme desnível existente entre o espaço urbano dos mais ricos e o espaço urbano dos mais pobres. Para o autor, a segregação social e econômica é um processo que difere classes e camadas sociais, que tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole, processo este relacionado à desigualdade, à economia, à política e à ideologia e por onde opera-se a dominação pelo meio do espaço urbano.

---

<sup>1</sup> A concepção de 'ator' utilizada para referenciar movimentos sociais e de moradia está relacionada ao papel ativo desses sujeitos em acontecimentos sociais e políticos.

Rolnik (1988) afirma que a segregação socio-territorial é uma das faces do conflito urbano gerado na cidade capitalista, em que os espaços da cidade são politicamente e socialmente diferenciados, de acordo com os grupos sociais que neles habitam, se identificam e se reconhecem por cada região. Para a autora, entretanto, o bairro segregado pode não ser apenas o lugar distinto do espaço da cidade, mas o “próprio grupo social que o ocupa e com ele se identifica” (Rolnik, 1988, p. 03).

Na cidade de São Paulo, onde os bairros centrais formavam as regiões com melhor infraestrutura da cidade para residência, trabalho e consumo da classe média e classe alta paulistana, as precárias áreas periféricas, distantes da região central, formavam o local de moradia da classe trabalhadora de menores rendimentos. Compreender o desenvolvimento de cidade significa reafirmar que a urbanização é um fenômeno de classe, que divide e segrega tanto territórios quanto grupos sociais, seja por local ou tipo de moradia ou, ainda, por acesso a serviços coletivos e infraestrutura urbana.

Por outro lado, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, as críticas relacionadas às ausências e precariedades das periferias da cidade de São Paulo foram pautas que mobilizavam ações coletivas de resistência e reivindicações por direitos. As mudanças no espaço de onde emergiram as lutas sociais, daquele período, alteravam, inclusive, os cenários preestabelecidos dos tradicionais movimentos sociais. As lutas sociais não estavam mais sendo travadas apenas no chão da fábrica do conflito fabril sindical, mas sobre o chão de barro das periferias urbanas.

Para Sader (1988):

Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos, pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores [...] (Sader, 1988, p. 36)

As periferias passam a ser o “chão de fábrica” dos trabalhadores paulistas. Nesses territórios, emergem formas de organização singulares, protestos e reivindicações contra a ausência de infraestrutura e serviços coletivos, assim como contra as precárias formas de moradia da classe trabalhadora.

Associações comunitárias, clubes de mães, comissões de saúde, movimentos culturais, oposições sindicais, comissões de fábrica, moradores de bairros periféricos

e de loteamentos clandestinos congregavam interesses específicos conjuntamente às lutas populares pelo processo de redemocratização e enfrentamento ao regime militar. Formavam movimentos sociais, sujeitos coletivos que ocuparam as ruas em grandes manifestações e fomentaram a política nos territórios periféricos da cidade de São Paulo. Como afirma Sader (1988), tratava-se de sujeitos coletivos que valorizavam, nas relações comunitárias, as formas de sociabilidade contidas no padrão de comportamento das relações internas de autoajuda e solidariedade, aspectos esses que também passam a estar presentes nos movimentos sociais e nas suas experiências de elaboração de identidade coletiva. Movimentos sociais que passam a se organizar em torno da prática de defender interesses e expressão de vontades, inclusive, frente ao Estado.

D'Andrea (2013), por outro lado, observa, a partir da década de 1990, que ações políticas realizadas por coletivos de produção artística e narrativas, emitidas pelo rap nacional, passaram a promover um outro deslocamento e mobilização em relação ao termo periferia. Para o autor, ao historicizar a violência, pobreza e desigualdade social e mobilizá-la a uma perspectiva crítica e não estigmatizadora, os próprios moradores passam a ressemantizar o termo, a construir novas formulações sobre si próprios e sobre sua posição no mundo e, ainda, a formular uma nova subjetividade que enfatiza o orgulho e as potencialidades da condição de “sujeito periférico”, ou seja, o morador da periferia passa a atuar politicamente a partir de sua condição e orgulhoso dela.

Nascimento (2011) também observava como a noção de cultura da periferia mobilizou essas mudanças e atribuiu significados à periferia, principalmente no modo como seus moradores são rotulados quando organizados coletivamente. Para a autora, essa relação modifica não apenas como os sujeitos pensavam sobre si próprios, mas também como se relacionam com o contexto urbano mais amplo ao portarem discursos sobre periferia e cultura.

Aderaldo (2013) reflete que para além de certa celebração voltada à consolidação de uma identidade cultural periférica, estão presentes também modos particulares de reflexão e simbolização das fronteiras urbanas, peculiaridade que faz com que, em certos contextos, os atores denominem como periferia não os lugares de onde vêm ou moram, mas as relações de mobilidade delas decorrentes, relações que os aproximam de diferentes espaços, mantendo-os em uma mesma direção

política independente da condição social, origem étnica, idade ou lugar de moradia por partilhar da ideia de que os direitos são desigualmente distribuídos.

A mudança na forma de compreender a periferia, possivelmente muito mais próxima da juventude, ainda assim, revelava que, ao longo da história urbana, havia peculiaridades nas formas de compreender a vida cotidiana dos moradores dos territórios periféricos, distinções nas formas de mobilizar esse cotidiano e ainda particularidades nos modos como o cotidiano são transformados em ações políticas coletivas.

### 1.1 Ocupações e a luta por terra

No ano de 2013, duas reportagens publicadas pela *Rede Brasil Atual* (Gomes, 2013<sup>a</sup>; Gomes, 2013b)<sup>2</sup> anunciavam que “jovens ocupações” se formavam na região do Grajaú. Segundo as reportagens, as ocupações tiveram início no dia 27 de julho daquele ano e emergiam no bojo dos protestos contra a Copa do Mundo que se realizaria no ano seguinte. A reportagem indicava que as ocupações eram realizadas simultaneamente e que começaram pela formação das ocupações Anchieta, Clube Aristocrata e da Granja RT Onoda, para, em seguida, formar as ocupações Gaivotas e Porto Velho. Um grupo se apresenta como apoiador e organizador dessas experiências, a Rede de Comunidades do Extremo Sul<sup>3</sup>, organização que, naquele

---

<sup>2</sup> “Escolas de lata” foram escolas públicas instaladas em contêineres metálicos ou aço galvanizado, com cobertura de telhas de amianto, instaladas inicialmente na rede municipal de ensino de São Paulo, durante a gestão do prefeito Celso Pitta (1997–2000) e na rede estadual durante a gestão do governador Mário Covas (1995-2001). A “escola de lata” do Grajaú estava localizada no terreno do antigo Clube Aristocrata e era gestada pela rede estadual de educação. Os alunos que frequentavam a “escola de lata”, até o ano de 2013, foram transferidos para outra unidade de ensino, localizada no bairro do Jardim Noronha, distante a 1km da antiga escola.

<sup>3</sup> A Rede Extremo Sul foi um movimento popular criado na zona sul da cidade de São Paulo no ano de 2010 e extinto no ano de 2015 (Rede Extremo Sul, 2015). Em seu Primeiro Manifesto, no ano de 2010, afirma que é um movimento popular “que tem como proposta a organização autônoma do povo da periferia”. A proposta do movimento é não “depende de politiquieiros, nem de patrões, nem da migalha de quem quer que seja” (Rede Extremo Sul, 2010). Ainda conforme seu Primeiro Manifesto, o movimento propõe a “união das periferias” e a “luta direta”. Valoriza-se a rebeldia para defender e valorizar as conquistas através da liberdade que são “frutos de nossos próprios esforços”. É possível identificar que o movimento se propõe a defender o “direito à dignidade para o povo que vive em áreas de mananciais”, comunidades próximas à Represa Billings, áreas que estão sob intervenção de programas públicos como Operação Defesa das Águas e Programa Mananciais. Destaca a defesa das comunidades Pq. Cocaia I/Jd. Toca, Jd. Lucélia/ Vila Nascente, Recanto Cocaia/Jd. Tangará, Jd. Prainha e Jardim da União, reivindicado e demonstrando as precariedades nas formas de moradia, como as enchentes, deslizamentos, desabamentos e ausência de infraestrutura urbana (Rede Extremo Sul, 2010).

ano, coordenou as mobilizações, protestos públicos e ocupações em órgãos estatais para reivindicar soluções definitivas e melhorias para as “novas” ocupações.

Nesse contexto, as ocupações realizadas no extremo sul, da cidade de São Paulo, estavam relacionadas ao contexto mais amplo das reivindicações que ocorriam por todo o país. Naquele ano, ocorreram em torno de 470 manifestações no Brasil, sendo 90 na cidade de São Paulo (Alonso, 2017). Manifestações que se espalharam por mais de 350 municípios brasileiros (Singer, 2013). Milhões de pessoas saíram às ruas das cidades reivindicando a revogação do aumento no preço das passagens de ônibus, e eram contrárias aos investimentos relacionados à realização da Copa do Mundo que, seria realizada no ano seguinte. As manifestações demonstravam incômodos em relação à performance da democracia brasileira, ao sistema político, e almejavam a melhora dos serviços públicos, formas horizontais de organização política e o fim da violenta polícia militar<sup>4</sup>.

O termo ‘jovens ocupações’ também é utilizado por pesquisadoras da Universidade Michigan. Segundo o trabalho das pesquisadoras<sup>5</sup>, a natureza jurídica precária das “jovens ocupações” apresenta, como em todos os outros assentamentos informais, a posse insegura, a infraestrutura incompleta, a localização inadequada e “vivências que vulnerabilizam territórios e seus moradores”. Contudo, para esses/as pesquisadores/as, o que diferencia as “jovens ocupações” dos assentamentos informais é o período em que elas são formadas, pois não ultrapassam 5 anos; não recebem melhorias e infraestrutura até que os moradores adquirem segurança de posse (e não direitos de propriedade privada), enfrentam processos judiciais que, muitas vezes, evocam a narrativa de degradação ambiental e práticas insustentáveis – por causa dos impactos do desmatamento e da falta de infraestrutura adequada – para forçar o despejo ou negar serviços. Trata-se de ocupações que, pelas dinâmicas

---

<sup>4</sup> As manifestações sociais nas Jornadas de junho de 2013 também demonstravam que pautas conservadoras e reacionárias estavam presentes na cena pública brasileira. Angela Alonso (2017), ao observar as diferenças dos repertórios nessas jornadas, identifica ao menos três repertórios de confronto: Repertório de Confronto Socialista, Repertório de Confronto Autonomista e Repertório de Confronto Patriota.

<sup>5</sup>Cf. WALKER, Ana Paula Pimentel; ALARCÓN, Maria Arqueiro. **The competing social and environmental functions of private urban land: the case of an informal land occupation in São Paulo’s south periphery.** Sustainability, MDPI. University of Michigan, 2018. Cf. nesse outro artigo: WALKER, Ana Paula Pimentel; ALARCÓN, Maria Arqueiro; MACHADO, Maria Fernanda Penha; AVANCI, Juliana Lemes. The judicialization of the planning process in São Paulo’s informal settlements: enforcing housing and environmental rights through the Courts? **Journal of Planning Education and Research**, v. 44, n. 21, 2020. Nota-se que os trabalhos são realizados em parceria com advogados populares e organizações sociais brasileiras.

da terra urbana como ativo financeiro, crescem rapidamente nas bordas das periferias de São Paulo, tanto em propriedades públicas quanto privadas, expostas aos riscos ambientais em áreas de proteção ambiental.

Entretanto, as ocupações de terra do extremo sul demonstram constantes privações e violações de direitos, historicamente e sistematicamente perpetuadas, na cidade de São Paulo, pelo mercado e pelo próprio Estado. Nesse sentido, o “novo” das jovens ocupações vai além do período de ocupação e da ausência do direito à cidade, mencionado pelas pesquisadoras. Há uma relação particular entre a tradicional ausência do acesso à cidade e a infraestrutura urbana, que é agravada pelo avanço do mercado e da especulação imobiliária na cidade, em função do avanço de grandes e megaempreendimentos econômicos. Assim, moradores são empurrados a territórios da periferia ou para áreas ambientalmente protegidas.

A ocupação de áreas ambientalmente protegidas pela população pobre é uma característica do processo de formação das cidades brasileiras, caminhos que combinam a ausência de investimentos em programas habitacionais, precária e lenta urbanização, estabelecimento e manutenção de relações clientelistas e a preservação de terrenos privados para o mercado formal/informal. Assim como nas cidades litorâneas, por exemplo, verifica-se o progressivo aterramento de mangues, a ocupação de encostas da serra do mar que, por vezes, desdobram-se em desastres, desmoronamentos e solapamento, sobretudo, revelam processos em que o Estado evidencia a sua dimensão de classe, ao salvaguardar os interesses do patrimônio fundiário privado em detrimento do patrimônio público, pois áreas de preservação ambiental são patrimônio público e a ocupação ilegal de favelas são largamente toleradas apenas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado (Maricato, 1995)

Nos anos seguintes, após a ocupação, as Ocupações Anchieta e Gaivotas passaram a ser acompanhadas pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e por grupos de profissionais vinculados a experiências de assessorias técnicas a movimentos sociais. Desse modo, será a partir desse percurso, do acompanhamento e desenvolvimento de ações urbanísticas, jurídicas e sociopolíticas nessas ocupações de terra, que as experiências de ação coletiva serão analisadas na presente pesquisa. Mas, antes, é importante situarmos o movimento o qual estamos

no referindo e pontuarmos que esse movimento possui uma intencionalidade e uma concepção específica sobre territórios periféricos.

A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) é um movimento de moradia que mantém como filiadas experiências coletivas de favelas, cortiços, mutirões, ocupações ou loteamentos. Essas experiências podem estar organizadas como movimentos, articuladoras de movimentos, associações comunitárias ou associações de moradores. Presente em diferentes municípios do estado de São Paulo, o movimento foi oficialmente fundado no ano de 1987 e, uma importante expressão que emerge em sua formação, são as experiências das ocupações espontâneas de terra, que ocorriam na cidade de São Paulo, na década de 1980, cuja organização política permitia alterar o sentido dos sujeitos ocupantes aos sujeitos que reivindicam direitos<sup>6</sup>. Trata-se de um movimento que se relaciona com o Estado, indiferente aos partidos que assumem as gestões públicas. Busca formular programas, políticas e legislações que permitam a autogestão e a participação popular na política urbana de habitação. Utiliza como instrumentos atos e manifestações populares e realiza articulações entre apoiadores, congressistas, gestores e mandatários de partidos políticos progressistas, para influenciar em suas propostas e negociações.

Assim como no período que remete a sua formação, o movimento de moradia mantém apoio da Igreja Católica, principalmente da Pastoral da Moradia da Arquidiocese de São Paulo, de lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) e preserva sua influência na metodologia das Comunidades Eclesiais de Base. O movimento mantém sua forma de organização através de grupos de base, ou seja, grupos locais que se articulam regionalmente ou nos municípios e se fazem representar nas instâncias estadual e nacional. São esses processos que originam e mantêm, em grande parte, suas lideranças (UMM, 2023).

Assessorias técnicas, por sua vez, são organizações sociais que possuem formações jurídicas diversas (desde organizações não governamentais, campos extensionistas de universidades ou até mesmo, empresas), mas que se distinguem

---

<sup>6</sup> No contexto de sua formação, a partir da aproximação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da pastoral de favelas, dos padres, seminaristas, freiras e leigos, ocupações e favelas se uniam, formavam grupos e obtinham formação para lutarem pela terra e mais adiante “se tornarem donos delas” (UMM, 2023). Ocupantes e invasores de terra tornavam-se sujeitos que, diante das impossibilidades de pagar aluguéis por desemprego ou redução de salários, passavam a reivindicar direitos.

das organizações sociais comuns por realizar atuações com os movimentos de moradia da UMM-SP<sup>7</sup>. As assessorias técnicas que atuam com o movimento de moradia representam projetos urbanísticos que são comungados às necessidades e aos interesses dos moradores, uma experiência conjunta onde não é valorada apenas a construção da casa ou do bairro, mas sim o acúmulo de experiências técnicas e sociais sobre participação, autonomia, acesso a direitos e cidadania (UNMP, 2016).

O movimento de moradia mantém como princípio a “defesa da proposta autogestionária, do direito à moradia e à cidade e da participação popular nas políticas públicas (UMM, 2023). A autogestão na habitação corresponde a ações em que os movimentos e as associações controlam a obra e a gestão dos recursos destinados à produção habitacional ou à urbanização.

Para o movimento, sua atuação está pautada “em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo” (UMM, 2023), onde “lutar pelo direito à moradia, pela reforma urbana e autogestão” é “resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social” (UMM, 2023). Organizada por setores, mantém ativa a Secretaria de Mulheres (formada no ano 2000), a Secretaria da Juventude (formada no ano de 2017) e a Secretaria de Favelas e Ocupações (formada no ano de 2017)<sup>8</sup>.

As ocupações de terra Anchieta e Gaivotas, objeto da presente pesquisa, são acompanhadas pela Secretaria de Favelas e Ocupações da UMM-SP. A secretaria se reúne quinzenalmente de forma virtual ou presencial, procura promover encontros anuais e seminários formativos entre e para as ocupações. Sobretudo, as mantém mobilizadas para atos, manifestações e pautas em diferentes negociações junto aos entes públicos.

---

<sup>7</sup> Ainda no contexto da fundação da UMM-SP, os profissionais que atuavam no processo de organização comunitária e educação popular, muito marcados pela influência da experiência uruguaia da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Ayuda Mutua* (FUCVAM), que formata uma política pública autogestionária, ao longo dos anos, passaram a ser chamadas de assessorias técnicas.

<sup>8</sup> Diário de Campo, outubro de 2023.

## 1.2 A periferia para o movimento

Em março do ano de 2019, o movimento de moradia organiza o Seminário de Pós-Ocupação em Autogestão<sup>9</sup>. Nesse encontro, os movimentos versaram sobre o tempo e o árduo caminho para viabilizar empreendimentos, revelaram as articulações que incidiam em negociações ou protestos, valorizaram suas reivindicações e negociações, como também demonstravam uma intencionalidade sobre os territórios onde atuavam. O movimento partia de uma concepção sobre os territórios periféricos e engendrava perspectivas sobre as lutas coletivas que ainda seriam realizadas diante da consolidação de moradias nesses territórios. A coordenação da UMM-SP se antecede ao Seminário, elabora e distribui, entre seus participantes, um documento para discussão coletiva.

O documento revela a desafiante manutenção da mobilização social para as lutas coletivas relacionadas ao bairro e aos serviços públicos. As mobilizações, nesse sentido, deveriam ser realizadas com a mesma intensidade e da mesma forma quando se discutia a ocupação em empreendimentos autogestionários, durante as obras coletivas e as possibilidades de convívio.

Nas palavras do movimento:

A conquista da moradia pelo movimento popular organizado que tem como princípio a autogestão tem um esforço muito grande de discussões sobre a ocupação e convívio no futuro conjunto habitacional, desafiando a continuidade do coletivo e da luta organizada e popular na vida das pessoas. O direito à cidade traz novos desafios e metas ao futuro do bairro, pois a precariedade dos serviços públicos (escola, creches, hospitais, áreas de lazer, cultura etc.) faz com que grupos de pessoas/moradores continuem se articulando na conquista desses serviços e direitos. Esses temas são debatidos no processo de produção habitacional por autogestão, mais com menos força e eficácia do que é hoje o tema de produção habitacional de interesse social e o direito à cidade; ou seja, a qualidade de vida para todos, muitas das vezes, não se complementa devido à falta desses serviços (UMM, 2019).

---

<sup>9</sup> O Seminário de Pós-Ocupação em Autogestão foi realizado nos dias 30 e 31 de março do ano de 2019, na sede da associação da zona oeste, no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo. O Seminário foi realizado no âmbito do Projeto de Fortalecimento à Autogestão, acessado e executado pela UMM-SP, e financiado pela *Ford Foundation*. O Projeto permitiu que o movimento realizasse cursos de sensibilização e capacitação, seminários, encontros, documentos, materiais didáticos e acervo digital sobre o tema da autogestão na produção de habitação de interesse social. Também foram realizados seminários, cursos e encontros em São Paulo e em outros estados para refletir sobre a autogestão na habitação de interesse social e suas interfaces como pós-ocupação, finalização-obra, obra, capacitação, sensibilização, trabalho social, assessoria técnica e outros temas.

Para o movimento de moradia, o direito à cidade deve ser alcançado através de novas lutas relacionadas às melhorias dos bairros. A garantia do direito à moradia é uma etapa para, ainda, reivindicar o direito à cidade, que era negado diante da precariedade dos serviços públicos oferecidos nos territórios onde são viabilizados os empreendimentos autogestionários. A ausência de escolas, creches, hospitais, áreas de lazer, equipamentos de cultura, entre outras, deveriam ser alcançadas com mais luta coletiva organizada.

O movimento indagava aos participantes: como avançar na autogestão, quais ferramentas e diálogos adotar com os mais variáveis grupos que vão residir no condomínio, o que fazer para avançar um bem-estar social coletivo e popular que conscientize o povo da importância da vida em comunidade e para a comunidade? (UMM, 2019).

Para o movimento de moradia, é desafiante manter uma atuação coletiva após a consolidação das famílias nos territórios. Para manter essa mobilização, deveríamos partir da compreensão dos anseios dos diferentes grupos de moradores dos condomínios para elaborar estratégias de diálogo, mantê-los empenhados, atuantes na vida comunitária e para a comunidade.

Assim, para o movimento:

A formação política é de extrema importância para avançarmos. A importância de termos uma sede em cada condomínio que já entregamos também; pois desta maneira fazemos um traçado das especificidades daquela comunidade e conseguimos conciliar e agregar com a nossa agenda de lutas, além de ser um ótimo elo de ligação direta para formação de novos coordenadores e agentes de transformação social de diversos campos, tais como: Meio-Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Geração de emprego e renda entre tantos outros (UMM, 2019).

A formação política destinada aos moradores dos empreendimentos habitacionais, promovidos pelo movimento de moradia, é uma questão pertinente para avançar nas lutas coletivas. Da mesma forma, traçar as especificidades das comunidades e agregar conhecimento em suas agendas de luta permitem uma ligação à formação de novas lideranças. Deve haver um território organizado pelo movimento “a partir de uma sede em cada condomínio” como afirma o documento.

Para o movimento, também é importante compreender os anseios e as necessidades dos moradores para poder incidir sobre o individualismo e transformar

os interesses individuais em luta coletiva. A vida coletiva e em comunidade são importantes, posto que as relações com o território e com o bairro perpassam os anseios e os objetivos do movimento.

Nas palavras do movimento:

O processo de quebrar a lógica do individualismo pregado pelo sistema capitalista é fundamental para obtermos vitórias na pós ocupação, quando buscamos e temos capacidade de gerir (administrar a obra) trabalhando no coletivo temos que ter a capacidade de compreender os anseios e as necessidades dos futuros moradores que nos traz desafios enormes de como compreender os interesses individuais transformando-os em uma luta coletiva para a conquista do bem estar social de toda a comunidade (UMM, 2019).

A vida coletiva e em comunidade eleva a consciência coletiva e significa o contrário ao individualismo pragmático. É necessário construir pessoas, construir o povo, um pensamento crítico e uma sociedade livre, como afirma o documento.

Ao refletir sobre o individualismo, o movimento propõe, novamente, assim como começou sua organização política, na década de 1980, organizar as reivindicações individuais e transformá-las em reivindicações coletivas. Esse é o campo onde politicamente atuam os movimentos de moradia.

Nas palavras do movimento:

É dever e totalmente vital de quem pensa a cidade, de quem imagina e contribui para a formulação de políticas públicas em suas mais diversas áreas de atuação fazer com que este grupo de mutirantes elevem a consciência coletiva caminhando de sentido contrário ao individualismo pragmático; devemos mobilizar e articular frentes para a melhoria dentro de casa, no nosso prédio, no quintal, na rua, no condomínio, no bairro, na região, na cidade, no estado e no país, construindo não somente a casa, mais a pessoa que vai morar ali- como colocava Henrique Pacheco- avançar na formação do pensamento político crítico popular é avançar na construção de uma sociedade livre de vícios maléficis propagados pelo capital (UMM, 2019).

O movimento, ator que contribui com a formulação de políticas públicas, em torno da garantia do direito à moradia, também almeja construir um lugar importante

em torno de uma vida urbana mais livre, a partir da ampliação de uma consciência crítica e coletiva de seus participantes.

Diante da desafiante manutenção da mobilização social para as lutas coletivas relacionadas ao bairro, aos serviços públicos e as suas respectivas ausências que deveriam ser alcançadas (escolas, creches, hospitais, áreas de lazer, equipamentos de cultura, entre outras) emerge, a nosso ver, ao menos parcialmente, algumas compreensões: **a.** para os movimentos de moradia, uma vida comunitária é composta por serviços e equipamentos públicos e coletivos; **b.** uma comunidade atuante se volta ao Estado para exigir mais direitos; **c.** no território periférico, é o movimento de moradia que organizaria e agregaria as especificidades das comunidades, formaria novas lideranças e organizaria mais luta coletiva.

As ações coletivas em ocupações de terra contemporâneas revelam desafios que perpassam a ausente, insuficiente e precária oferta de equipamentos e serviços públicos, mas também revela uma oferta expressiva para acesso por consumo a bens e serviços socialmente necessários. A partir das práticas sociopolíticas desenvolvidas nas ocupações Anchieta e Gaivotas, observaremos, ao longo do presente trabalho, as dificuldades no relacionamento com os entes públicos, assim como a disputa em torno da representatividade relacionada às especificidades do território. Nesse estudo, propomos especificamente observar os aspectos que culminam e desafiam a organização coletiva nos territórios periféricos.

### **1.3 Grajaú e o outro lado da ponte**

O Grajaú é um distrito localizado no extremo sul da cidade de São Paulo que, conjuntamente com os distritos de Socorro e Cidade Dutra, compõem a região administrativa da Capela do Socorro. Por sua vez, a região da Capela do Socorro está localizada entre as regiões de Santo Amaro, Pedreira, Jardim Ângela e Parelheiros; possui 95% do seu território localizado em área de proteção aos mananciais (Barban, 2003), cujas sub-bacias contribuem com os reservatórios Billings e Guarapiranga, responsáveis por 35% da água potável do município de São Paulo. Até o ano de 2006, a Subprefeitura da Capela do Socorro administrava os distritos de Parelheiros e Marsilac, e foi dentro desse contexto, que a região do Grajaú se configurou como o extremo sul da cidade de São Paulo (Barban, 2003).

Grajaú é uma periferia distante, são aproximadamente 25 km de distância que separam o distrito do centro da cidade de São Paulo. É também o bairro mais populoso entre os 96 distritos do município, com uma população de 395.381 habitantes (RNSP, 2023), onde residem, majoritariamente, jovens trabalhadores pretos e pardos, de baixo rendimento e com poucas possibilidades de trabalho formal<sup>10</sup>. Segundo os dados do último censo (RNSP, 2023), a remuneração média mensal por emprego formal dos moradores do Grajaú é inferior a três salários-mínimos (R\$2.780,00). O bairro concentra apenas 0,5% dos empregos formais da cidade; é o segundo bairro da cidade com maior número de moradores pretos e pardos (56,8%) e o sexto bairro com maior número de moradores jovens de 0 a 29 anos (47,3%).

A região da Capela do Socorro está localizada entre duas represas: a Represa Guarapiranga, construída entre os anos de 1906 e 1908; e a Represa Billings, construída entre os anos de 1925 e 1928. Ambas construídas pela Companhia Light, para fornecer energia elétrica à cidade, mas entre os anos de 1928 e 1949, passam a servir como reservatório para o abastecimento de água potável à cidade de São Paulo. No bairro do Grajaú estão localizados 3 dos 8 braços da Represa Billings: Taquacetuba, Bororé e Cocaia (Polis, 2003).

A partir da década de 1940 são notados, na região da Capela do Socorro, os primeiros bairros populares associados às moradias de trabalhadores da indústria ou de empresas prestadoras de serviço (Ferreira *et al.*, 2018). O crescimento da mancha urbana se expande, assim como por toda a Região Metropolitana de São Paulo, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960. O crescimento da cidade acompanha a nova fase de industrialização e procura incorporar o exército industrial de reserva de mão de obra migrante. Há novas ocupações e as bacias e sub-bacias hidrográficas são verificadas nesse processo. No entanto, a partir da década de 1970, grande parcela das bacias hidrográficas encontrava-se comprometida pela falta de saneamento nas novas áreas ocupadas e a ocupação das bordas das represas passam a ser consideradas como a grande causa da má qualidade da água da cidade (Ferreira *et al.*, 2018).

---

<sup>10</sup> Para demonstrar as desigualdades relacionadas aos locais de trabalho formal da cidade de São Paulo, os dados do último censo sistematizado por bairros, pela Rede Nossa São Paulo, permitem afirmar que a cidade de São Paulo concentra a maior parte dos empregos formais em bairros centrais como Barra Funda (67,1%), Sé (43,7%) e Itaim Bibi (37,4%).

Nesse contexto, um importante fenômeno é observado na região: a abertura e a comercialização de loteamentos irregulares ou loteamentos clandestinos. Nessa periferia, desprovida de serviços e infraestrutura urbana, aliados ao processo de autoconstrução das casas com os poucos recursos (e tempo) da classe trabalhadora, cria-se o processo denominado como “solução” ao problema da moradia da classe trabalhadora na cidade. Para Bonduki (2011)<sup>11</sup>, a solução forjada pelo modelo da pequena propriedade urbana e a sensação de ascensão social, mesmo sem redistribuição de renda, elevação dos salários ou comprometimento da acumulação, perduraram e permitiram acesso à propriedade urbana à classe trabalhadora e inibiram o crescimento de favelas em larga escala na cidade de São Paulo.

Ao mesmo tempo, nas áreas de mananciais da cidade, numerosos loteamentos clandestinos foram plenamente abertos<sup>12</sup>. E o comprometimento e agravamento das condições de abastecimento de água potável fazem o estado de São Paulo promulgar duas leis no sentido de propor uma ocupação de baixa densidade ou desocupação total de algumas áreas (Ferreira *et al.*, 2018): a Lei Estadual nº 898/75, que dispunha sobre o disciplinamento do uso do solo para proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo; e a Lei Estadual nº 1.172/76, que delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água e as normas de restrição de uso do solo nessas áreas.

Contudo, a oportunidade de adquirir um lote periférico se extingue conjuntamente com a oportunidade de larga inserção econômica da classe trabalhadora. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, as áreas urbanas de proteção ambiental passaram a estar mais adensadas e concentradas de significativas

---

<sup>11</sup> Segundo Bonduki (2011), a ascensão social obtida através da difusão do modelo da pequena propriedade urbana foi muito importante ao Estado, pois o modelo da casa própria justificava a omissão em legalizar os empreendimentos clandestinos, forjando a alternativa paulista da casa própria em loteamentos periféricos, constituída sobre o trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução.

<sup>12</sup> Como revela Maricato (1995), entre os anos 1975 e 1983, enquanto observava movimentos urbanos na região da Capela do Socorro, observava também no mesmo território, numerosos loteamentos clandestinos sendo abertos à luz do dia. No território protegido formalmente pelas leis de proteção dos mananciais, lotes irregulares eram vendidos a preços compatíveis com o poder aquisitivo da população pobre recém-chegada à cidade e empregada, na maior parte, nas indústrias da região. Ilegalidade que acompanhada uma baixíssima qualidade urbanística, já que o investimento na abertura do loteamento era o mínimo possível, praticamente restrito à abertura das ruas e demarcação dos lotes, movimentos de terra raramente guardavam alguma compatibilidade com as condições geotécnicas do terreno, cujas características contribuíam para comprometer a represa que abastecia a cidade.

ausências: emprego, serviços, infraestrutura urbana, transporte, saneamento, drenagem, abastecimento, serviços de saúde, educação, profissionalização, lazer e justiça oficial. Nas áreas ambientalmente sensíveis da cidade, a classe trabalhadora estava mais exposta às enchentes e aos desmoronamentos, conjuntamente com menores oportunidades de emprego formal.

Nesse percurso, às construções precárias e irregulares é novamente atribuída a consequente degradação ambiental das áreas de mananciais do extremo sul da cidade de São Paulo. No ano de 1997, o governo do estado de São Paulo atualiza sua legislação e formula a Lei Estadual nº 9.866/97, que dispõe sobre a proteção e a recuperação dos corpos hídricos. No entanto, a gestão das áreas passa a ser definida por perímetros de bacias hidrográficas a partir das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs). A gestão das políticas passa a ser efetuada por comitês de bacias e para cada Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais é desenvolvida uma lei específica, com o objetivo de estabelecer diretrizes, normas ambientais e criar parâmetros urbanísticos para implementar políticas públicas para a qualificação da produção hídrica e a recuperação dos mananciais (Ferreira *et al.*, 2018).

Entre justificativas e legislações que legitimam tanto uma ação quanto uma inação do Estado (Maricato, 2003) e que imputam, de certa forma, a culpabilização das ocupações irregulares pela degradação ambiental, não se impediu que as áreas permanecessem densamente ocupadas. Nos anos 2000, as áreas de mananciais eram locais de moradia de 971 mil pessoas, sendo 452 mil na represa Billings e 518 mil na represa Guarapiranga (Santoro, 2006). Aproximadamente 204 mil são moradores de favelas, sendo 97 mil na Guarapiranga e 107 mil na Billings (Santoro, 2006). Entre as 1.750 favelas na cidade de São Paulo, 76 estão localizadas no bairro do Grajaú (São Paulo, 2022). A partir dos dados do Geosampa (São Paulo, 2023), é possível observar a existência de aproximadamente 90 loteamentos irregulares no distrito.

O território do Grajaú e o cotidiano dos moradores, nesse território periférico, também foram retratados pelo rap, especificamente, nas músicas de Kleber Cavalcante Gomes, o Criolo. Portanto, são músicas que emitem uma identidade cultural, a partir da potente narrativa artística que conjuga posicionamento político, quando condicionado à inserção social e à identidade de quem produz (Almeida, 2011).

Criolo é filho de migrantes nordestinos, chega criança à cidade de São Paulo, vivencia a adolescência no bairro do Jardim das Imbuías, no distrito do Grajaú e alcança notoriedade no mundo artístico, exaltando o bairro cuja denominação poética passa a ser “Grajaux”<sup>13</sup>. O território onde quem tem casa com duas lajes, na verdade, possui um verdadeiro triplex e deve se orgulhar dessa condição. Nas músicas desse artista, há também muitas expressões sobre a violência desse território, o mundo do crime, armas, circulação financeira com a venda de drogas e aquisições de bens de consumo.

Como na música “Subirusdoistiozin”, em que Criolo diz: “*só na função no 12, na garagem um Golf, bonitão na praia, de Hornet, fi, tudo isso tem e o apetite vai, pra bater de front e Babylon cair, as criança daqui tão de HK, leva num sarau, salva essa alma aí*”. O trecho da música deve ser explicado por gosto e ofício acadêmico, mas parafraseando o contrário do que o artista afirma, pois é Criolo quem não explica gírias<sup>14</sup>. A música aglutina a expressão “subiram dois tiozinhos”, para fazer referência ao fato de que mataram dois homens mais velhos; relata pessoas na prática do tráfico de drogas (função no 12); expõe as aquisições materiais obtidas - carro e moto velozes (“na garagem um golf” e “bonitão na praia de Hornet”). Na expressão “fi” abrevia a palavra “filho”, em que o artista está contando para alguém sobre onde “tudo isso tem”, onde há vontade (apetite) para encarar e confrontar (bater de front) com a cidade (a babylon). A babilônia indica algo caótico que precisa cair. Não por menos, na música, o artista relata que as crianças estão com armas (HK) nas mãos. Mas há um caminho, para “salva essa alma aí”, é só levar num sarau pois, afinal, a periferia também faz, consome e enaltece uma cultura própria mesmo diante de narrativas sobre violência, pobreza e ilicitudes relacionadas à venda de drogas.

A cultura que emerge na periferia demonstra alternativas, resistências e ressignificações aos sujeitos que vivenciam o cotidiano nesses territórios. Por vezes, essas narrativas, emitidas especificamente por coletivos e grupos culturais, aparecem comedidamente em experiências (pontuais ou contínuas) nas ocupações de terra organizadas por movimentos sociais de moradia<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> “Grajaux” é uma música composta por *Criolo*, gravada no ano de 2011, no álbum “Nó na Orelha”.

<sup>14</sup> Na música “Mariô”, gravada no álbum ‘Nó na Orelha’, no ano de 2011, o compositor Criolo diz ousadamente: “fia, eu odeio explicar gíria”.

<sup>15</sup> Essas expressões podiam ser observadas por exemplo, na Ocupação Luiza Mahin, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST). Nessa ocupação, um sarau era organizado mensalmente pela brigada de cultura da organização e contava com o apoio e a presença de poetas e artistas do próprio território.

No entanto, foi através do percurso como profissional e pesquisadora, acompanhando e desenvolvendo experiências sociopolíticas em ocupações de terra, que outros aspectos emergiram sobre o próprio território. Esses aspectos serão melhor apresentados e analisados nos capítulos finais do presente trabalho, porém, frisa-se, que eles foram decisivos na formulação das perguntas de pesquisa, a saber:

1. Quais são as mudanças que ocorrem nas periferias paulistas que incidem sobre a ação coletiva, nas formas de sociabilidades e no conflito urbano?

2. Quais são as gramáticas e as articulações existentes entre movimentos sociais e grupos de organização coletiva, quando relacionados aos conflitos nos territórios periféricos?

3. Como se configuram as jovens ocupações e quais são suas pautas e formas de organização, mobilização e atuação política nos territórios periféricos na contemporaneidade?

#### **1.4 Percurso de pesquisa**

##### **a. Levantamento e revisão bibliográfica:**

O primeiro procedimento trata-se do levantamento bibliográfico, ou seja, o pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, embora comumente caracterizada como pesquisa bibliográfica. Para Lima e Mioto (2007), revisão de literatura ou revisão bibliográfica é um procedimento distinto da pesquisa bibliográfica que, por sua vez, implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Inicialmente, buscamos definir alguns temas importantes que perpassavam o objeto proposto na presente pesquisa, a saber: formação do espaço urbano, conflito urbano, segregação, periferias, movimentos sociais, ação e cultura política. A formação do espaço urbano concomitante à produção e à expansão de capital é a nossa forma de observar a cidade. A sistematização e a análise dos resultados de pesquisa exigiram um novo levantamento bibliográfico. Nesse momento, com o objeto de estudo mais próximo, a revisão bibliográfica precisava esclarecer os processos que emergiram dos resultados de pesquisa.

**b. Pesquisa documental:**

Na pesquisa, um importante ator empenhado em organizar ações coletivas nos territórios periféricos é a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) que, ao longo de sua trajetória, produz materiais para formação e aprimoramento de suas lideranças e organizações filiadas. Foram analisados os materiais produzidos pelo próprio movimento, especialmente, os cadernos elaborados para o *Curso de Sensibilização em Autogestão* e *Curso de Capacitação em Autogestão*, aplicados a associações e movimentos filiados por todo o país, assim como o documento entregue aos participantes do *Seminário de Pós-Ocupação*, realizado em São Paulo.

Também foram analisados os documentos produzidos pela assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais. Especificamente, analisamos os levantamentos que compuseram o diagnóstico da Ocupação Anchieta.

**c. Pesquisa qualitativa a partir de incursões a campo:**

As incursões a campo possuíram inspirações no método etnográfico, caracterizando-se como essa experiência de *ser afetado* (Fevret-Saada *apud* Rizek, 2013), de aceitar estar no lugar, experimentando suas intensidades e modificando o próprio estoque de imagens prévias, que os pesquisadores levam consigo ao campo de investigação, de estar distante, mas ao mesmo tempo próximo, perto e longe, dentro e fora das relações, do campo e do território.

Para Magnani (2009), a etnografia é uma forma especial em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, contudo, não para permanecer ou atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para segui-los até onde fosse possível, em uma verdadeira relação de troca, e ao comparar suas próprias teorias com as deles, sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.

Nessa perspectiva, de seguir os sujeitos de pesquisa até onde fosse possível, foi a direção da pesquisa de campo com o sentido de estabelecer uma verdadeira relação de conexão entre a análise que resultava da revisão bibliográfica e os marcos teóricos de referência, os movimentos e as questões que surgiam no diálogo com os sujeitos. Nesse percurso, somaram-se as complexidades em ser uma assistente

social atuante no campo de pesquisa e moradora do próprio território. Essa relação exigiu ajustes importantes na relação dialética entre proximidade e distância, assim como em não olhar arbitrariamente para tudo e todos em todos os lugares. O exame de qualificação da presente pesquisa foi fundamental para compreender a necessidade desses ajustes.

Nesse percurso, as incursões a campo, que acabavam me levando a velejar na Represa Billings, com *agentes marginais* e alunos da escola pública, a me juntar aos agentes da *jardinagem de guerrilha*, e jogar bombas de sementes na borda da represa, a acompanhar as atividades no terreiro de candomblé, apesar dos receios de intolerância, relatados pela babalorixá, ou ainda em percorrer as ocupações organizadas por distintos movimentos no território, as incursões revelavam que os sujeitos poderiam me levar para percursos muito distantes do objeto da presente pesquisa.

Nesse sentido, os procedimentos de pesquisa precisaram ser reorganizados para estarmos mais próximas dos caminhos políticos percorridos pelos atores políticos, relacionados à ação coletiva em torno do conflito por terra e moradia nesse território.

Especificamente, entre os anos de 2020 e 2022, passo a trabalhar como assistente social pela assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais na Ocupação Anchieta. Durante o ano de 2020, diante da pandemia do coronavírus, os trabalhos foram majoritariamente realizados de forma híbrida, remota e presencial. As atividades em campo, presenciais, eram realizadas a cada quinze dias, através de reuniões da Comissão Ampliada. Trata-se de reuniões entre os técnicos da assessoria técnica e as lideranças da Ocupação Anchieta, para discutir diversos aspectos sobre a urbanização da ocupação. Os nomes das lideranças, citadas nessa pesquisa, a saber: Bruno, Leandra, Patrícia, Karen, Carlos, Batman, Jessica e André, foram alterados para atender ao sigilo e à confidencialidade imposta, principalmente, pelas explicitações das situações de conflito.

A partir da melhora nas condições sanitárias, o trabalho passou, gradualmente, para a modalidade presencial, exceto as reuniões entre o proprietário da terra, a associação dos moradores da ocupação e os representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo. Por vezes, alguns representantes do poder público, como os técnicos da companhia de abastecimento de água e esgoto (Sabesp), realizavam

visitas para verificar possibilidades de extensão dos serviços de abastecimento de água e viabilidade de implantação de rede de esgoto.

No trabalho cotidiano com as lideranças da ocupação, abrindo frentes de obras e acompanhando remanejamentos, que se assemelhavam a um complexo jogo de tabuleiro, conversávamos com as famílias para que elas deslocassem suas próprias casas de madeira, seus “barracos”, para usar a palavra que os próprios moradores utilizam para nominar suas casas, quando utilizam materiais improvisados, para então, encaixá-los nos lotes marcados. Havia famílias que realizavam as adequações necessárias, famílias que desejavam construir suas casas de alvenaria para poder mudar definitivamente e famílias cujas despesas não permitiam a conclusão das obras. A questão financeira, advinda da ausência ou perda de renda entre os membros familiares e o endividamento principalmente de aposentados, também apareceu como impeditivo, em certa frequência, para adesão das famílias à construção das casas tipo embrião de alvenaria, propostas pela assessoria técnica.

Ao assessorar a associação de moradores na organização de seu cadastro, passava muito tempo dentro da sede da associação de moradores e até grandes faxinas ajudei a realizar naquela sala para melhorar a execução dos trabalhos. Nesse percurso, acompanhava as lideranças nos registros e no atendimento aos moradores, acompanhamento que era desmembrado nas discussões relacionadas aos critérios para atendimento a lote, na publicização e transparência dos critérios e na defesa do posicionamento político que a associação de moradores não intermedia, vende ou compra lotes. Também observava como a presença dos líderes religiosos da igreja evangélica era muito importante para as lideranças da Ocupação Anchieta, tanto que eles eram convidados para abrir todas as assembleias que estavam relacionadas à vida política da associação e do projeto de urbanização. Na primeira assembleia que acompanhei, quando apresentamos e aprovamos o plano de urbanização, as palavras do pastor foram no sentido de abençoar até mesmo nós, membros da equipe da assessoria técnica, para que nossas mãos guiassem a comunidade. Nessa mesma atividade, uma pequena criança, de aproximadamente onze anos, cantava aos presentes um louvor religioso, cujas palavras eram no sentido de iluminar os dias de fome e as noites atormentadoramente escuras e vazias. Acompanho também as atividades religiosas da igreja evangélica na Ocupação Anchieta, atividades que eram realizadas na sede da associação de moradores que, entre cultos, celebrações e

células infantis, também estavam muito presentes nas casas dos moradores em dificuldade, tanto nos louvores, que abriam nossos trabalhos políticos, quanto nas ajudas relacionadas à distribuição de alimentos, mantimentos e roupas aos moradores, principalmente durante a pandemia do coronavírus.

Nesse mesmo percurso, casos de violência eram comumente relatados, assim como eram frequentes as solicitações advindas das lideranças e dos moradores para mediação dos referidos conflitos que, muitas vezes, eram violentos e resultavam em mortes. Narrativas que reverberavam no território, na memória e no cotidiano dos moradores, como no caso do corpo morto, mutilado, encontrado na entrada da ocupação; e as lideranças chegando afoitas à sede (Diário de Campo, fevereiro de 2022), como no caso do jovem casal que chegou procurando vender rapidamente seu lote para sair da cidade e evitar a cobrança da dívida adquirida diante do uso abusivo de drogas; das mães que buscavam apoio aos seus filhos dependentes químicos; das mulheres vítimas de violência doméstica que desejavam romper com os agressores, mas não encontravam alternativas de moradia; dos homens que se tornavam violentos após o uso abusivo de álcool e outras drogas e solicitavam mediação diante dos conflitos causados; dos moradores que haviam cumprido penas de reclusão em regime fechado, moradores que estavam em regime aberto e narravam suas trajetórias no mundo do crime; das mulheres com filhos no colo que realizavam pequenos furtos em supermercados do bairro, mas que buscavam apoio e abrigo na sede, pois estavam ameaçadas de morte pelos comerciantes locais. E ainda, diversas lideranças que me foram apresentadas como integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), que buscavam compreender como é realizado o processo de auto-urbanização de uma área ocupada.

Embora a proposta de trabalho fosse buscar incidir na política urbana, abrir frentes de obra e organizar os processos individuais e coletivos relacionados à implantação da urbanização da ocupação, mediações transversais foram realizadas, sempre que possível. Os coordenadores da assessoria técnica frequentemente lembravam qual atuação deveria ser realizada; as questões relacionadas à violência eram frequentemente tratadas como “deixa isso quieto”, “não temos que fazer nada”, “deixa eles decidirem” (Diário de Campo, fevereiro de 2022), ou devolvidas com demérito e descaso sobre a possibilidade de atender e mediar conflitos, sem interferências e separando as partes envolvidas, com colocações como: “você quer

uma salinha no contêiner para ficar falando com essas pessoas e ficar aquelas pessoas em fila esperando” (Diário de Campo, 2021). As críticas relacionadas a essa forma de atuação demandam da percepção da pesquisadora, que observava que a violência estava presente no território periférico. Mesmo que não fosse a intencionalidade dessa atuação e dessa pesquisa, a violência dos conflitos contornava tanto a vida cotidiana dos moradores quanto os objetivos da ação coletiva empenhada na reivindicação por terra e moradia.

A primeira incursão de pesquisa na Ocupação Gaivotas foi realizada através do coletivo Imargem que, sediado no bairro Jardim Gaivotas, desenvolvia atividades socioeducativas com os moradores do território. Entre julho e agosto do ano de 2022, através de um dos meus interlocutores de pesquisa, acompanhei as atividades socioeducativas no entorno da Ocupação Gaivotas. A assistente social e pesquisadora também é moradora do Grajaú e reconhecia nas ocupações os desenhos coloridos, realizados pelos coletivos de artistas desse território, como forma de apoio à luta pela moradia, atuação e vinculação sociopolítica que possui rugosidades, mas que inicialmente, eram alguns dos aspectos os quais desejava pesquisar.

No último trimestre do ano de 2022, na véspera das eleições nacionais e estaduais para presidente, governador e deputado, inserida no contexto do assessoramento aos movimentos de moradia, conheci a principal liderança da Ocupação Gaivotas. Era uma reunião no bairro do Capão Redondo, também localizado na zona sul da cidade de São Paulo, organizada pela Secretaria de Favelas e Ocupações da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), na sede da Associação Casa Branca II e Adjacências. A reunião de articulação política entre associações e famílias que compõem os movimentos de moradia da zona sul contava com a presença da Deputada Professora Bebel, do Partido dos Trabalhadores (PT), que buscava reeleição na câmara estadual de São Paulo. Nesses encontros, lideranças e associações relatavam suas experiências de luta, de resistência, demonstravam suas necessidades e buscavam apoio político e reciprocidade aos candidatos que podiam ajudar a eleger ou reeleger-se. Apenas após seguidos encontros com interlocutoras vinculadas à Secretaria de Favelas e Ocupações da UMM-SP, ainda no âmbito de assessoramento de outras associações do movimento

de moradia, me aproximo da principal liderança da Ocupação Gaivotas, Dona Julia<sup>16</sup>, que havia conhecido na reunião do Capão Redondo. Marcamos encontros para entrevistas que, inicialmente, procuravam buscar o histórico da ocupação entre os meses de abril e maio do ano de 2023 e que, em seguida, desmembraram em conversas com outras lideranças da ocupação, assim como na entrevista com a jovem moradora que participava das ações do coletivo de cultura do Imargem.

**d. Pesquisa documental nos registros do Diário de Campo;**

Há uma historicidade relacionada ao uso do diário de campo por pesquisadores acerca da produção científica que, no entanto, revela possibilidades de usar registros das observações de cunho (auto)biográfico nas pesquisas de abordagem qualitativa. A nota de campo grafada no diário revela muitas questões que se evidenciam no tempo dos sujeitos e dos pesquisadores, onde as vozes se completam e se distanciam nas memórias do mesmo evento, onde são desenvolvidas percepções que guardam na memória os detalhes e movimentos dos sujeitos no cotidiano de suas vidas, assim como a memória na busca pelo “processo de construção de sentido” dos movimentos na experiência vivida (Oliveira, 2014).

Foram aproximadamente 1.450 horas de incursões em campo nas Ocupações Anchieta e Gaivotas, em notas de campo, registradas em aproximadamente três cadernos que, por vezes, se desmembravam em relatos mais detalhados registrados nos referidos diários. As incursões a campo, por vezes, resultavam em pequenas anotações que apenas quando eu chegava em casa, na escrita, buscava descrever mais detalhadamente as situações ocorridas. O gravador foi um instrumento pouco utilizado, exceto para a realização das entrevistas semiestruturadas. Como procedimento metodológico, foi necessário rever os relatos dos diários de campo e selecioná-los por temas entre os quais essa pesquisa pudesse, ao menos, se aproximar de algumas breves compreensões.

---

<sup>16</sup> Os nomes foram alterados para atender ao sigilo e à confidencialidade imposta, principalmente, pelas explicitações das situações de conflito.

- e. Pesquisa qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas com sujeitos escolhidos previamente;

Para compreender o histórico das ocupações, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com a liderança Julia, na Ocupação Gaivotas, e com a liderança Bruno, na Ocupação Anchieta. Também realizamos uma entrevista com a jovem moradora da Ocupação Gaivotas para compreender as percepções sobre as possíveis distintas formas de atuação política no território.

Além dos procedimentos metodológicos descritos, houve muita interlocução e trocas de materiais de pesquisa com outras pesquisadoras, que também atuavam acerca das experiências de ocupações de terra. Menciono ainda que, indiretamente, mas, especialmente importantes, duas pesquisadoras da Universidade Federal do ABC (UFABC) e, diretamente, as pesquisadoras do Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais (NEMOS) da PUC-SP.

Também foram interlocutoras nessa pesquisa, as gestoras públicas dos equipamentos e serviços coletivos prestados nesse território. Não menos relevante, menciono indiretamente as interlocuções com os gestores do CEDECA Interlagos e com a gestão do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Grajaú.

## 1.5 Organização do trabalho

No primeiro capítulo, ***Mudanças e continuidades nas periferias paulistas***, buscamos compreender quais as mudanças ocorrem nas periferias paulistas que incidem sobre a ação coletiva, sobre as formas de sociabilidades em torno do conflito urbano. No diálogo contínuo com David Harvey (2012), compreendendo formação do espaço urbano concomitante ao processo de acumulação e expansão do capital, seguimos no subitem *A cidade das fronteiras abertas*, para compreender o próprio processo de desenvolvimento econômico brasileiro voltado à industrialização e à formação de um mercado de trabalho livre. Sobre esse processo, dialogamos principalmente, com Wilson Cano (2007), Teresa Pires do Rio Cadeira (2011) e Raquel Rolnik (1988).

No segundo momento, no subitem *A cidade que corre para crescer*, continuamos a observar o processo de formação do espaço urbano voltado à promoção e ao desenvolvimento industrial que incidem principalmente nas transformações urbanas e no processo de segregação socioterritorial da cidade de São Paulo. Continuamos dialogando com o trabalho de Teresa Pires do Rio Cadeira (2011) que, conjuntamente com o trabalho de Nabil Bonduki (2011), permitiram observar o desenvolvimento das principais ações estatais públicas relacionadas às intervenções que incidiam sobre as expressões da questão da moradia, que emergiam nesse processo, como a formação das favelas pontuadas no trabalho de Laura Bueno (2000).

No terceiro momento, no subitem *São Paulo não pode parar*, analisamos de que modo a cidade que crescia sobre a autocracia burguesa do regime militar e implementava políticas públicas que financiavam o mercado imobiliário, inclusive dos imensos conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), desdobravam-se no aprofundamento da segregação socioterritorial da cidade, como observamos nos trabalhos de Lucio Kowarick (1979) e Flavio Villaça (1992) e na denúncia sobre as desigualdades sociais como no trabalho *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al. 1976).

No quarto momento, no subitem *A cidade tem pressa, mas o trabalhador não consegue ser herói*, retomamos, ao menos parcialmente, as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico brasileiro, que contornavam o aumento das desigualdades sociais. Nesse sentido, buscamos dialogar com os trabalhos de Eduardo Marques (2015) que, conjuntamente com Haroldo Torres (2001) e Renata Bichir (2001), buscam compreender como o contexto das crises econômicas sucessivas, da modernização produtiva, da desconcentração industrial, do crescimento demográfico não absorvido no mercado, da precarização do trabalho e do desemprego, se desdobram nas formas de ocupar o espaço urbano que, inclusive, formam “hiperperiferias”. O trabalho de Carlos Alberto Azzoni (1993) também ajuda a compreender esse contexto. Teresa Pires do Rio Cadeira (2011) ressalta a formação dos “enclaves fortificados”, análise que foi enriquecida com as partes de Bruno Manso (2012) sobre o aumento da violência e de Vera Telles (2006) sobre as tramas da cidade e a erosão dos mundos do trabalho regulado que alteraram e constituíram outros campos de possibilidades à sobrevivência nas periferias consolidadas.

No quinto e último momento do primeiro capítulo, no subitem *Dentro e fora da nova ordem mundial*, continuamos dialogando com Eduardo Marques (2015), que com Haroldo Torres (2001) e Renata Bichir (2001) revelam as características intraurbanas das cidades globais, voltadas ao desenvolvimento da economia mundializada. Desconcentração industrial, padrões de crescimento artificial e desindustrialização em tempos de revolução tecnológica e revolução da microeletrônica. Ao mesmo tempo que a cidade concentrava os postos de trabalho mais bem qualificados, advindos dessa nova formação econômica, as classes trabalhadoras de menor rendimento passam a transitar nas “dobras”, entre o legal e o ilegal, nas teias dos fluxos de circulação financeira, como afirma Vera Telles (2010). Ao transitar outros percursos sobre o cenário em que a ascensão do grupo familiar pelo trabalho estável não é mais sequer pensável, como ressalta Gabriel Feltran (2008), verificamos os contornos das experiências de vida nas contemporâneas periferias paulistas.

No segundo capítulo, intitulado ***Cidade dos Movimentos***, procuramos compreender as gramáticas e as articulações existentes entre movimentos sociais e grupos de organização coletiva, quando relacionadas aos conflitos nos territórios periféricos.

Na primeira parte do presente capítulo, no subitem nas *Fábricas e nas ruas*, observamos no contexto da formação da cidade, no período da mudança da produção agrícola à formação de um mercado de trabalho livre, voltado à industrialização, a formação de uma classe operária que pautava em suas reivindicações expressões da questão urbana. A influência das teorias anarquistas na organização dos trabalhadores, nesse período, constitui uma marca importante na forma de organização coletiva dos trabalhadores e moradores da cidade de São Paulo. Contudo, a formulação das políticas públicas sobre um cenário estatal autoritário e populista manteve um estilo de dominação sobre a classe trabalhadora arbitrário, hierárquico, violento e informal que, sobretudo, atende o processo de acumulação, mantém acelerados os ritmos de exploração e ainda subtrai da classe trabalhadora a percepção da conquista e garantia de direitos sociais. Para compreender esse processo, usamos como referência os trabalhos de Francisco de Oliveira (2003), Ricardo Antunes (1983) e Maria Célia Paoli (1989).

Na segunda parte do presente capítulo, no subitem *Onde o povo está*, observamos no contexto da redemocratização brasileira, a formação de um processo

acerca do consenso democrático. Após a distensão do autoritário regime militar, o movimento operário passa a atuar mais próximo da realidade vivida pela classe trabalhadora, emergem novos sujeitos coletivos na cena pública, movimentos sociais que passam a estar próximos das discussões relacionadas à reformulação do Estado e de encontrar uma forma de participação política. Nesse contexto, entre as organizações coletivas, ocorre um importante deslocamento analítico em relação às compreensões sobre o Estado e a sociedade civil, a partir de uma crítica elaborada dentro da própria teoria marxista, quando aporta teoricamente os estudos de Antônio Gramsci. A formação de uma cultura política no que tange à defesa de direitos e o desenvolvimento das ações coletivas, protagonizadas pelos movimentos sociais em torno dessas pautas, são as principais marcas desse processo, que foi possível ser compreendido através dos trabalhos de Evelina Dagnino (2000), Carlos Nelson Coutinho (1979) e Eder Sader (1988).

Na terceira parte do presente capítulo, no subitem *No chão das periferias*, observamos o período de formação dos movimentos sociais que emergem na cena pública a partir dos territórios periféricos, sujeitos coletivos que passam a reivindicar direitos, a começar pelo direito a ter direitos (Sader, 1988). Nesse contexto, o modelo de cidade organizado em centro e periferia passa a ser questionado e incorporado às pautas das negociações entre movimentos populares e agentes públicos. Também é possível verificar como atores da sociedade civil, como Igreja Católica, organizações não-governamentais, profissionais e partidos políticos passam a estar muito próximos dos movimentos sociais. Expressões importantes de organizações coletivas também podem ser contempladas no território do Grajaú. Para refletir sobre essas questões, utilizamos como principais referências os trabalhos de Vilma Barban (2003) e Eder Sader (1988).

Na quarta e última parte do presente capítulo, no subitem *Periferia por direitos e políticas públicas*, observamos a formação de uma cultura política em torno da participação, direitos sociais e cidadania. A participação dos movimentos sociais, nesse processo, mesmo com sua institucionalização, amplia significativamente os espaços de participação e mediação com a política. Nesse contexto, também são vistas as experiências de partidos políticos que, quando calcados na formação dos movimentos populares e sindicais, passam a consolidar as experiências participativas. Entretanto, a cultura política acerca da participação, direitos e cidadania é uma

categoria em disputa, não por menos, o autoritarismo não desaparece da cena política, segue sendo executado principalmente pela polícia, justiça e representantes de governos conservadores, mesmo quando a ordem social preconiza a participação democrática. Para refletir sobre essas questões, retomamos o trabalho de Vilma Barban (2003) sobre o Grajaú, Maria Célia Paoli e Vera Telles (2000) sobre os fóruns de participação e os trabalhos sobre participação de Leonardo Avritzer (1996) e (2006).

No terceiro capítulo do presente trabalho, intitulado **Ocupações**, procuramos compreender, a partir dos resultados de pesquisa, como se configuram as jovens Ocupações e quais são suas pautas e formas de organização, mobilização e atuação política nos territórios periféricos na contemporaneidade.

No primeiro momento, no subitem *Território das Águas da Cidade*, buscamos situar o território do Grajaú e a Região da Capela do Socorro na cidade de São Paulo, através de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e da Prefeitura da São Paulo (São Paulo, 2022). Na segunda região com maior número de habitantes da cidade de São Paulo, a região da Capela do Socorro, que concentra em seu território dois reservatórios de água potável, também concentra em seu território o distrito do Grajaú que, por sua vez, é o bairro mais populoso da cidade de São Paulo e o bairro que mais cresceu durante os duros anos da década de 1990.

No subitem *Território das Ocupações Anchieta e Gaivotas*, inicialmente, situamos as Ocupações na cidade de São Paulo, utilizando os dados do planejamento urbano, definidos pelo Plano Diretor (São Paulo, 2016). O diagnóstico socioeconômico elaborado pela Peabiru (2019) e os fragmentos de Diário de Campo apresentam as principais características dessas formas de ocupar o espaço urbano. Dialogamos com o trabalho de outros pesquisadores que também atuaram nessas experiências como Francisco Comaru (2023), Luciana Ferrara *et al.* (2019) e Beatriz Oliveira (2021).

No segundo momento, no subitem *Histórico sociopolítico das ocupações*, a partir dos resultados da pesquisa de campo, procuramos compreender a história de formação dessas organizações coletivas, utilizando principalmente os fragmentos das notas do Diário de Campo.

No subitem, *No campo, assessorias técnicas e universidades*, procuramos compreender a atuação das assessorias técnicas que atuam junto ao movimento de moradia popular nas ocupações. Utilizando novamente os Diários de Campo, os

trabalhos dos pesquisadores Francisco Comaru (2023), Luciana Ferrara *et al.* (2019) e os diálogos realizados com uma interlocutora que também participou da pesquisa pela UFABC.

No subitem *Vida política se aprende*, apresentamos os resultados de pesquisa que demonstram a importância atribuída às relações estabelecidas com o movimento popular de moradia. São utilizados fragmentos da entrevista semiestruturada, as notas do Diário de Campo, os diálogos com a interlocutora do movimento e os diálogos realizados com nossa interlocutora pesquisadora da UFABC. Cibele Risek, Ana Gonçalves e Adami (2023) e Gonçalves (2022), pesquisadoras que também atuavam nessas ocupações, auxiliam a compreender como as negociações por infraestrutura estavam mais perto das relações políticas desenvolvidas pela família de políticos conservadores que atua fortemente no território.

No subitem *Sociopolítico nas ocupações*, apresentamos as principais análises sobre resultados de pesquisa que revelam as atividades sociopolíticas desenvolvidas nas ocupações para o fortalecimento dos processos organizativos.

No terceiro momento do presente capítulo, no item *Os bairros, as águas e a política urbana*, apresentamos o processo de formação dos bairros do entorno das ocupações, dialogando com os trabalhos de Fabiano Silva (2016) e Cristina Baltazar (2022).

Em seguida, no subitem *Violentas acumulações e despossessões* acompanhamos o histórico da Ocupação Gaivotas, a partir de fragmentos da entrevista semiestruturada realizada, mas também a partir do trabalho etnográfico da pesquisadora Eliana Silva (2020).

No subitem *O público perde para o privado*, são apresentados os resultados de pesquisa, sobretudo, anotações do Diário de Campo, que revelam as percepções sobre a disputa empreendida pela gestão do território por gestão de organizações não-governamentais, incorporadoras imobiliárias e empresas de regularização fundiária.

No subitem onde indagamos se a *Política urbana é pela defesa das águas*, procuramos compreender como o Estado vem incidindo sobre a questão da preservação ambiental e sobre as áreas irregularmente ocupadas às margens dos reservatórios de água. Utilizamos como referência principalmente o trabalho organizado por Paula Santoro (2009) e a pesquisa de Raquel Rolnik (2015).

No subitem *A participação nesse contexto*, procuramos explicar os resultados de pesquisa que versam sobre os desafios enfrentados no âmbito da cultura política participativa. Analisamos os resultados de pesquisa relacionados às formas como os moradores das ocupações participam da política e, ainda, como as obras públicas implantadas no território promovem a participação dos moradores. As contribuições das pesquisadoras do NEMOS (2023) e o trabalho de Aguirre (2012) auxiliaram na análise dos resultados apresentados.

No subitem *O Conflito é pela terra*, analisamos principalmente os resultados de pesquisa que demonstram as modificações na gestão pública operadas em torno dos conflitos pela terra no território pesquisado. Processos que, sobretudo, revelam uma atuação pública autoritária e violenta voltada a ampliar o processo de acumulação capitalista a partir da matriz da preservação ambiental, para dispor com radicalidade a terra periférica aos negócios e à gestão privada. As análises dialogam com os trabalhos de David Harvey (2003), Dardot e Laval (2016) e Raquel Rolnik (2015).

No subitem *Racionalidade política e social articulada à globalização e financeirização do capitalismo*, novamente analisamos os principais resultados de pesquisa que demonstram como o segregado território periférico, no percurso da circulação financeira, operado por intimidação, violência e imposição, amplia o negócio desenvolvido acerca do mercado ilegal de terras, negócios que podem se ramificar para mais ações violentas e assim sucessivamente. As expressões que demarcam o conflito pela terra na periferia, na contemporaneidade, são analisadas a partir das pesquisas de Raquel Rolnik (2015), David Harvey (2003) e Ermínia Maricato (2013).

Na quarta parte do presente capítulo, no subitem *Crimes, irmão e fé*, observamos como a violência está presente no território, mesmo antes das Ocupações pesquisadas serem organizadas coletivamente. No subitem *O lado certo do mundo errado*, observamos como os “irmãos” do Primeiro Comando da Capital (PCC) estão presentes no território e atuam na mediação de conflitos. No subitem *Os irmãos de fé*, os resultados de pesquisa revelam a forte presença das igrejas neopentecostais na vida cotidiana e na vida política dos moradores das Ocupações. As principais análises que conformam os aspectos das formas de atuação política e cultural das igrejas neopentecostais e dos atores do mundo do crime são

apresentadas no subitem *A neoliberalização da vida*, onde continuamos dialogando com Pierre Dardot e Christian Laval (2016), Vera Telles (2010), Bruno Manso (2023) e Gabriel Feltran (2018).

Na quinta e última parte desse capítulo, *Cultura de existência e resistência*, apresentamos os resultados de pesquisa relacionados às atividades de cultura desenvolvidas acerca das ocupações de terra. No subitem *Sair dos becos e vielas*, os resultados de pesquisa revelam as atividades de cultura, que procuram encontrar saídas ante o mundo do crime, apresentado pelos becos e vielas das *quebradas*. No subitem *Território de corpos marginais*, apresentamos como os coletivos artísticos trazem novas pautas à sociabilidade periférica, estendendo as possibilidades de direitos a grupos sociais estigmatizados. Por fim, nas considerações finais, buscamos sucintamente elaborar algumas respostas preliminares às perguntas desta pesquisa.

## PARTE II

### CAPÍTULO 1 - MUDANÇAS E CONTINUIDADES NAS PERIFERIAS PAULISTAS

Figura 1: Favelas e a cidade



Fonte: Desenho da pesquisadora.

Atividades que nessa conjuntura ficaram todas suspensas pelo centro da cidade. Doutorado pela frente, trabalho em assessoria técnica, redução de salário, impossível continuar morando no centro com aluguel tão alto. Rearranjos familiares, reforma na casa do fundo do lote, atravesso novamente a ponte e volto a morar na periferia, meu bairro, que tem muitos nomes, Jardim Satélite, Rio Bonito, Cidade Dutra ou Grajaú. Tem a praça que o *nonno* Vicente Gusmão fez na enxada, as árvores que ele plantou no início dos anos 80, estão lindas, tem agora uma ciclofaixa que circunda a praça. Temos feira na rua, o espanto da Flora em ver cabras com seu dono passeando como se fossem cachorros, uma praça de skate onde Flora usa patins, uma quadra, as favelas da 19 e da 20 urbanizadas que o João gosta de atravessar brincando como se fossem rios. Rios canalizados, casas em cima do córrego removidas, uma rua por cima do rio e temos até

uma pequena calçada. Em um trecho da nova rua, a pequena pracinha com equipamentos públicos de ginástica e brinquedos para crianças, no sentido contrário, equipamentos de ginástica arrancados e dois contêineres de lixo fecham a rua e impedem os carros rumo à Avenida Teotônio Vilela. Não vejo as filas de usuários de crack, apesar dos relatos dos meus primos e vizinhos, vejo um conjunto de usuários que se amontoam em barracas no canteiro central da Avenida, pedem dinheiro quando o sinal fecha e às vezes transitam pela minha rua. Helicópteros sobrevoam nosso quintal, há quanto tempo eu não via isso, me espantei ao mesmo tempo que meus filhos me perguntavam o que estava acontecendo. Nunca me atentei a violência presente aqui. Fui acostumada a não ver mas apenas conviver, corpos mortos, violência, mais frequentes na adolescência na década de 1990, aprendemos a nos manter informados mas a mudar o caminho, seguir para a escola, seguir para o trabalho. Cigarro na adega periférica e enfim boas cervejas na periferia. Uma pequena padaria, um pequeno mercado. Uma loja de eletrônicos, uma novidade, celulares, fones de ouvido, capas e baterias comuns entre jovens e adultos, tempos de novas necessidades, *home office* e *home school*. Inimaginável uma loja de eletrônicos na minha adolescência, seria alvo fácil de assaltos. Ensino meus filhos a se deslocar pelo território, abro o *google maps*, *street view*, entra nessa rua, a rua que a mamãe andava de rolemã, depois entra nessa aqui onde era o rio, em breve vocês voltam para a escola, ela fica no final daquela rua. (Diário de Campo. Julho, agosto e setembro de 2020)

Como ponto de partida, reabro o diário de campo, revejo e busco inspirações entre as anotações. A parte sensível e pessoal da pesquisadora se relaciona com o retorno ao bairro onde morei quando criança, adolescente e parte da vida adulta, em que vínculos e redes de sociabilidade permaneceram, especificamente, no bairro do Grajaú. Como afirma Koga (2021), pode haver uma particularidade nessa forma de observar a realidade e produzir conhecimento quando se transpõem os muros da cidade e adentra-se no mundo da universidade, ao mesmo tempo que não nos desvinculamos da favela ou dos intelectuais de outros mundos, observamos que experiências sociais- histórias de vida e trajetórias de vivências-, são indissociáveis à construção do conhecimento sobre territórios concretos que movimentam e misturam as práticas desses sujeitos.

No cenário descrito, são observadas breves nuances sobre um território modificado pela urbanização das favelas, ao acesso à infraestrutura e serviços, à formação de espaços coletivos e à possibilidade de ampla comercialização de qualquer tipo de material de consumo. Compreender e desconhecer o próprio território, de forma subjetiva e objetiva, é também compreender como as relações

sociais e coletivas podem ser constituídas e, principalmente, como os conflitos urbanos (e as ocupações) se relacionam diante desse contexto.

Nesse capítulo, contudo, procuramos entender as mudanças nas periferias paulistas, as dimensões que compõem e tangenciam o conflito urbano e as possíveis incidências sobre as ações coletivas. Buscamos, sobre um percurso histórico, assimilar o contexto das transformações que ocorrem nas cidades que configuraram as periferias paulistas como territórios segregados, demandantes de ações públicas, sempre, a partir do desenvolvimento da cidade capitalista.

Ao longo da história urbana, padrões distintos de segregação<sup>17</sup> (Caldeira, 2011) marcam tanto a desigualdade na formação do espaço urbano, quanto a relação social sobre como a riqueza é distribuída, disputada, corporificada e materializada em formas e artefatos que definem as condições desiguais de acesso a seus espaços, bens e serviços<sup>18</sup> (Telles, 2006). Assim, a periferia é compreendida a partir dos processos de segregação socioterritorial existentes na formação das cidades. Quando os espaços da cidade são socialmente diferenciados por grupos sociais, a segregação compõe parte das dimensões do conflito urbano da cidade capitalista.

### **1.1 A cidade das fronteiras abertas**

A formação do espaço urbano da cidade de São Paulo, especificamente nas décadas iniciais do século XX, é observada pela literatura especializada como um período de profundas transformações e redefinições da ordem urbana. Trata-se do desenvolvimento da industrialização sobre uma cidade que antes estava voltada aos serviços e aos negócios financeiros associados à exportação do café. A mudança entre a produção agrícola e a abertura de fronteiras para o desenvolvimento industrial

---

<sup>17</sup> Para Caldeira (2011), três padrões de segregação foram constituídos na cidade de São Paulo. O primeiro, no final do século XIX até os anos de 1940, produziu uma cidade concentrada, onde diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. O segundo, dos anos 1940 até os anos 1980, chamada de centro-periferia, diferentes grupos sociais estavam separados por longas distâncias, classes média e alta nos bairros centrais e os pobres nas precárias e distantes periferias. O terceiro padrão, desde os anos 1980, segrega diferentes grupos sociais que estão muitas vezes próximos, mas tendem a não circular ou interagir em áreas comuns, pois são separados por “enclaves fortificados” e se sobrepõem ao padrão centro-periferia.

<sup>18</sup> Para Telles (2006), a segregação não deve ser observada apenas como distribuição da pobreza no espaço urbano ou problema afeito aos “pobres e desvalidos” que demandam medidas aos pontos da vulnerabilidade social. Para a autora, as mobilidades, deslocamentos e acessibilidade são planos de referência para compreender a segregação nas cidades assim como para compreender a trama dos atores dessa cidade.

(Cano, 2007) e a abertura do território e de suas fronteiras para domínio do capital (Rolnik, 1988) transforma o espaço urbano da cidade em caos (Caldeira, 2011)<sup>19</sup>.

A superação da crise econômica e das formas de produção cafeeira, através da industrialização, significava, em termos de desenvolvimento econômico, superar formas de produção arcaicas e as atrasadas da produção agrícola. Em detrimento do campo, as cidades brasileiras passam a ser vistas como representação da modernidade e da superação.

A intensificação da produção industrial brasileira apenas tornou-se possível por meio da utilização de elementos que compunham o complexo cafeeiro: um exército industrial de reserva, a infraestrutura de portos e ferrovias e a disponibilidade de terras que, durante o processo de desbravamento e apropriação para a produção agrícola, valorizavam terras privadas.

A relação dualista entre atraso e modernidade revela as desigualdades regionais do desenvolvimento econômico do próprio país<sup>20</sup>, que propiciaram, por exemplo, intensos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo, durante a primeira metade do século. Ainda assim, a produção agrícola deixará marcas na formação do mercado de trabalho brasileiro. O mercado de trabalho industrial, economicamente constituído pelo resultado das menores pressões aos custos, desde cedo, manteve níveis salariais baixos, estabelecidos, em última análise, pelo café (Cano, 2011).

A formação do mercado de trabalho livre, formada pelos trabalhadores que recebiam nas indústrias valores próximos aos baixos salários dos trabalhadores rurais (Cano, 2011), foi constituída por imigrantes europeus (Caldeira, 2011)<sup>21</sup> e não por negros absolvidos do regime escravocrata<sup>22</sup>. Ao abrir a cidade à pobreza europeia e

---

<sup>19</sup> A formação, as mudanças e a segregação do espaço urbano no contexto das transformações das formas de produção agrícola cafeeira à industrialização são plenamente abordadas por Cano (2007), Rolnik (1988) e Caldeira (2011).

<sup>20</sup> Segundo Cano (2007), as desigualdades regionais brasileiras antecedem ao período da industrialização. O autor identifica que a expansão industrial em São Paulo ocorreu, em sua maior parte, no período entre os anos de 1907 e 1919. Foi durante esse período que há um grande destaque às indústrias paulistas, um salto quantitativo na participação em relação ao total da indústria brasileira, a produção industrial paulista passava de 15,9% para 31,5%, enquanto a indústria do resto do país apresentaria resultados bastante inferiores, crescendo apenas 3,5%.

<sup>21</sup> Caldeira (2011) aponta que os habitantes da cidade de São Paulo que chegavam para o trabalho nas recém construídas fábricas eram principalmente europeus que vieram para o Brasil incentivados por uma política destinada a importar “trabalhadores brancos qualificados para substituir os ex-escravos negros e branquear a população brasileira” (Caldeira, 2011, p. 213).

<sup>22</sup> O sistema escravocrata de produção econômica foi amplamente importante para o desenvolvimento da economia agrícola cafeeira. Escravidão que foi apenas oficialmente abolida por fatores econômicos. Como afirma Cano (2007), foi a estagnação do processo de acumulação de capital cafeeiro e o estoque de mão de obra escrava em São Paulo nos últimos quinze anos da escravidão que demandaram

oferecer aos imigrantes pobres o lugar de trabalhador assalariado, a ordem e o poder urbano que emergem nesse período demonstram uma operação sobre “quem pode constituir o pacto de igualdade entre os homens na ordem liberal republicana e quem está fora dele” (Rolnik, 1998, p. 2).

No processo de configuração do solo urbano, definiam-se os contornos da segregação da cidade. Nos cortiços e favelas, a pobreza apenas diferenciava-se internamente pela direção das ordens do poder urbano. Ações repressivas e violentas eram direcionadas a indivíduos e grupos sociais, especificamente, estigmatizados por raça.

Na cidade escravocrata, havia uma específica rigidez de fronteiras entre os grupos sociais, entre a vida do senhor e do escravo, havia a relação de dominação exercida pela força e violência física, legitimada por discurso científico etnocêntrico. O escravo ocupou lugares dentro do território do senhor, mas como máquina de produção ou mercadoria. Negro escravo era indivíduo apenas se fugisse, se aquilombando ou quando comprasse a alforria e tivesse liberdade de dispor apenas do próprio corpo (Rolnik, 1998). Mas, com a formação do trabalho livre, há uma redefinição nos lugares onde os grupos sociais passam a ocupar, trabalhadores pagam aluguéis, moram separadamente do patrão e nas cidades, como em São Paulo, passam a morar nas zonas ou bairros populares.

Nas zonas ou bairros populares, os locais de trabalho (fábricas), os locais de moradia da classe trabalhadora (cortiços ou casas superpovoadas) e o serviço de transporte (bondes), mantinham-se geograficamente próximos, mas entremeados por becos, vilas, exíguos espaços privados, profusão de espaços semipúblicos, ocupação densa, ausência de saneamento básico e pavimentação (Bonduki, 2011).

Em palacetes localizados em alamedas retilíneas e arborizadas ou em colinas, morava a elite (industrial e cafeeira) e uma pequena classe média. A segregação social se expressava, sobretudo, sobre a propriedade da terra. Enquanto a pequena elite residia em suas próprias mansões, outros 80% das habitações de São Paulo eram alugadas (Caldeira, 2011).

---

soluções radicais para manter as altas margens de lucro com a cafeicultura. Liberar a mão de obra escrava foi uma forma de manter a alta produtividade e o ritmo de acumulação, assim como expandir os plantios para atender a demanda externa e imigrar mão de obra.

O deslocamento da burguesia para outras regiões da cidade e o processo de formar cortiços para os pobres habitarem mantiveram, por certo período, os bairros populares como zonas de transição, áreas de fronteiras internas móveis, território que mantinha a cidade aberta (Rolnik, 1988). Esses territórios tinham formas de socialização diferentes das normas prescritas pela ordem urbana. Havia especificidades na composição étnica e cultural que distinguiram grupos sociais entre negros e imigrantes europeus.

Aos representantes políticos da elite econômica, ao mesmo tempo que permitiam a lucratividade na oferta dos exíguos espaços de moradia em cortiços e casas superpovoadas, também passam a organizar o concentrado espaço urbano, classificando, controlando e discriminando grupos sociais. Nesse período da história urbana, a saúde e a higiene passam a estar associadas à moralidade. O saneamento urbano passa a ser um tema de preocupação da elite paulista. As formas de moradia e socialização da classe trabalhadora, concomitante com os problemas de saúde pública e epidemias, são objetos de ascensão do “poder urbano”. Definido por Rolnik (1988), poder urbano é o conjunto de mecanismos econômicos, ideológicos e políticos que funciona no cotidiano da cidade, reprimindo e transformando tudo que se diferencia da ordem social.

Casas unifamiliares para os trabalhadores elevarem seus padrões morais deveriam ser instaladas no centro da cidade (Caldeira, 2011). A construção empresarial das vilas operárias, nas primeiras décadas do século XX, seguem exatamente esse discurso. Planejamento, organização e ações de limpeza. A ordem social estabelece como norma um modelo de cidade e cidadão. E supõe uma certa homogeneidade com base no modelo burguês. Consequentemente, estigmatiza e condena grupos sociais que se diferem por suas práticas. As diferenças são consideradas desvios e objetos de intervenção do governo urbano que se desdobra em ações de repressão e autoritarismo pelo discurso da manutenção da ordem (Rolnik, 1988).

A elite paulista diagnosticou as desordens sociais da cidade em termos de doença, sujeira, promiscuidade, ideias que logo foram associadas ao crime. Além de controlar os pobres, a elite começou a separar-se deles e, ao temer epidemias, mudavam das áreas densamente povoadas para as regiões um pouco afastadas. Empreendimentos imobiliários exclusivos para a elite foram criados nesse período,

em bairros como Higienópolis (a cidade da higiene), Campos Elíseos, Avenida Paulista e nos bairros denominados “jardins”<sup>23</sup>, onde empreendimentos maiores de 40 mil m<sup>2</sup> foram erguidos na cidade (Caldeira, 2011).

Nesse contexto, emergem as primeiras políticas públicas no que tange às cidades. Relacionadas ao controle de epidemias, amparadas por instituições e legislações próprias, elaboradas nas décadas anteriores, como o Serviço Sanitário (1890) e o Código Sanitário (1894), também permitindo a realização de ações públicas de desinfestação de casas, visitas domiciliares para controle de hábitos e remoções forçadas de infectados (Bonduki, 2011). Notam-se também as obras para estender os serviços de água e esgoto<sup>24</sup> pela cidade e as primeiras legislações para incidir sobre as formas de ocupação do espaço urbano<sup>25</sup>.

As primeiras legislações urbanas demonstram que havia intencionalidade em regular a ocupação do espaço urbano. O primeiro Código de Obras do município estabelece o mínimo de três andares por prédio na área central. As legislações criaram a primeira divisão da cidade em zonas: central, urbana, suburbana e rural. A administração municipal passou a exigir a aprovação de plantas para a construção de empreendimentos, estabelecendo dimensões mínimas de lote (300 m<sup>2</sup>), definiu regras para pavimentação das ruas, instituiu a obrigatoriedade dos incorporadores de empreendimentos maiores de 40 mil m<sup>2</sup> a doar ao poder público, espaços para ruas e áreas verdes.

Entretanto, havia uma ambivalência na disjunção dos territórios. No território central, para a elite, o perímetro urbano regido por leis especiais é sempre cumprido. No perímetro suburbano e rural, regiões habitadas pelos pobres, as leis eram cumpridas com menos rigor ou o território relativamente não era legislado. Com as fronteiras do legal e ilegal mal definidas, onde cabia ao executivo a autoridade de fato para dar a palavra final em disputas de terra e determinar a legalidade de cada caso, o poder e a ordem urbana concedem limites às especificidades a grupos sociais distintos (Caldeira, 2011).

---

<sup>23</sup> A companhia que lançava em São Paulo empreendimentos inspirados nas cidades-jardins inglesa chamava-se *City of São Paulo Improvements and Free Hold Land Co., Ltd.*

<sup>24</sup> A Companhia Cantareira, uma empresa privada, era responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto da cidade de São Paulo até o ano de 1892. O contrato com a empresa é rescindido e órgãos públicos passam a realizar as obras de extensão das redes (Bonduki, 2011).

<sup>25</sup> Lei Municipal 1.874 de 1915, Lei municipal 2.611 de 1923 e Lei Municipal 3.427 de 1929.

## 1.2. A cidade que corre para crescer

No final da década de 1930, a cidade de São Paulo e o país desenvolviam importantes estratégias e formulações institucionais, públicas e privadas, para promoção e desenvolvimento da industrialização. O projeto nacional-desenvolvimentista vigente durante o período do Estado Novo (1937-1945), incide sobre as transformações urbanas e sobre o padrão de segregação na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo que a ordem sanitária perdia importância, buscava-se substituir a produção rentista de habitação (coletiva e precária como nos cortiços) pela intervenção estatal no processo de produção e locação da habitação social. Ao realizar intervenções públicas e incidir sobre a questão urbana, também se inferia sobre a formação do modelo político e moral do trabalhador.

As intervenções públicas do governo federal na produção da habitação social tornaram-se possíveis a partir da criação do Ministério do Trabalho (no ano de 1930) e, subsequentemente, da criação dos Institutos de Previdência<sup>26</sup> e da Fundação da Casa Popular. Ambas as instituições passam a promover o financiamento dos primeiros programas habitacionais<sup>27</sup>, ainda na década de 1940 (Bonduki, 2011).

Na locação da habitação social, a intervenção estatal foi no mercado que, através da promulgação da Lei do Inquilinato<sup>28</sup>, ‘congelou’ os reajustes de locação<sup>29</sup> e buscou incidir sobre despejos injustificados. A incidência nos reajustes dos valores de locação representou ao mercado imobiliário um forte desestímulo à produção de habitação privada (Bonduki, 2011). Ao diminuir a oferta enquanto havia alta demanda, o mercado imobiliário manteve irregularmente os reajustes de aluguel (disfarçados por luvas ou ágios) e os despejos. Com efeito, a diminuição das ofertas de locação acelerava a partida dos trabalhadores para as periferias (Caldeira, 2011), e será nos

---

<sup>26</sup> Entre os anos de 1933 e 1938, havia seis Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) por categoria profissional. Os institutos possuíam contribuição tripartite (empregado, empregador e Estado), a contribuição era compulsória, controlada e gestada pelo Ministério do Trabalho.

<sup>27</sup> Bonduki (2011) indica que todos os estudos sobre os IAPs apontam a existência de apadrinhamento político e clientelismo na indicação para a demanda dos conjuntos habitacionais e ao financiamento dos empreendimentos habitacionais. Outra ressalva do autor é que, mesmo com dados não confiáveis, é possível aferir que segmentos da classe média e alta foram beneficiados pelos planos do Instituto.

<sup>28</sup> As relações entre inquilinos e proprietários foram reguladas entre os anos de 1921 e 1928 pelos Decretos 4403/21 e 5617; entre os anos de 1928 e 1941, pelo Código Civil. A Lei do Inquilinato formulada nesse período refere-se ao Decreto-lei 4598 de 20 de agosto de 1942.

<sup>29</sup> O congelamento dos aluguéis e a Lei do Inquilinato foram formulados inicialmente como resposta à crise diante da guerra, entretanto, à medida perdurou através de legislações subsequentes até o ano de 1964.

territórios periféricos que os trabalhadores encontram os terrenos mais baratos (e irregulares) para construir suas casas.

O modelo político e moral do novo e moderno trabalhador foi proposto a partir de notórios debates em organizações e instituições públicas e privadas. Pesquisas e proposições para impulsionar o desenvolvimento nacional através da industrialização foram realizadas, ao mesmo tempo em que se observava a necessidade de incidir sobre a questão social que emergia nas cidades brasileiras, formulavam-se alternativas à crise da moradia e consolidava-se a hegemonia industrial no país.

A fundação das primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo (1936) e no Rio de Janeiro (1937) é resultado do processo que exige novas habilidades, tecnicidade e racionalidade às expressões da questão social. Ainda vinculado à ação católica, beneficente e assistencialista, o envolvimento do Serviço Social brasileiro com a ideologia desenvolvimentista por influência da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), entre os anos de 1945 e 1948, promove o desenvolvimento de metodologias de organização comunitária. Profissionais passam a intervir junto ao Estado, tanto na organização das formas de moradia da classe trabalhadora quanto na implementação da ideologia desenvolvimentista.

As instituições criadas por industriais paulistas<sup>30</sup> como o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), no ano de 1928, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no ano de 1931, e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), no ano de 1938, passam a financiar instituições de ensino voltadas à aprendizagem industrial<sup>31</sup> e pesquisas para compreender os padrões de consumo da classe trabalhadora<sup>32</sup>. Com o apoio dos industriais, é criada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) que, na década de 1940, dedicava-se às pesquisas quantitativas sobre as condições de vida e habitação dos trabalhadores paulistanos. Os levantamentos, ao lado de outras pesquisas sobre o padrão de vida operária, promovidos pelo Ministério do Trabalho, foram fundamentais para o

---

<sup>30</sup> Industriais como Francisco Matarazzo, Jorge Street e Roberto Simonsen.

<sup>31</sup> O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no ano 1942, e o Serviço Social da Indústria (SESI), no ano de 1946, foram formulados nesse sentido. No SESI o objetivo era a formação mais ampla do trabalhador da indústria (família, saúde, educação, lazer, cultura e alimentação).

<sup>32</sup> Segundo Caldeira (2011), o grupo estava interessado em estudar os padrões de consumo e moradia da classe trabalhadora com a finalidade de modificá-los. Assim, promovem a formação de uma série de instituições que se especializam no estudo e documentação das condições de vida da classe trabalhadora.

diagnóstico da situação e equacionamento do problema segundo os novos pressupostos da ideologia desenvolvimentista. Nesse contexto, trata-se também de organizar o espaço da cidade para a expansão industrial (Caldeira, 2011).

Os industriais defendiam a ação do Estado no ordenamento, planejamento e execução da expansão econômica- captar e orientar recursos ou promover investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada fosse insuficiente. A forma de produção industrial é compreendida como uma forma de enfrentamento ao subdesenvolvimento econômico, mas também é estendida a outras dimensões como a produção da moradia social e a formação moral do trabalhador. Mas, ao mesmo tempo, os industriais eram favoráveis à aquisição da casa própria pelos próprios trabalhadores e convenciam o governo e a sociedade de que a indústria não poderia resolver o problema da habitação.

A Associação Comercial de São Paulo (fundada no ano de 1931) também empenha esforços à implementação da ideologia desenvolvimentista. Esforços que culminam, a partir da criação do Instituto Paulista de Eficiência e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), na organização das Jornadas de Habitação Econômica, realizadas a partir do ano de 1941. A partir da procura por uma racionalidade econômica na produção social da moradia e das reflexões multidisciplinares sobre o problema da habitação<sup>33</sup>, o IDORT passa a contribuir para divulgar mensagens, concepções e ideologias que valorizam a forma de vida burguesa: habitações modelos, a naturalização de hábitos e comportamentos e a valorização de estilo de vida da família nuclear, reservada e recolhida. A consolidação de uma hegemonia industrial, a constituição de uma força de trabalho e a formação de um mercado consumidor para a indústria foram organizadas a partir dos princípios da racionalidade da fábrica, do paradigma taylorista, estendidos à taylorização do homem e de seu ambiente doméstico (Janjullo, 2014)<sup>34</sup>. A produção da moradia social, vinculada à formação moral do trabalhador, e a ideologia desenvolvimentista surgem

---

<sup>33</sup> Bonduki (2011) verifica que as discussões do IDORT foram transpassadas à elaboração de diagnósticos das condições habitacionais da classe trabalhadora. Diagnósticos que verificam os obstáculos para sua melhoria os quais são levados em conta os aspectos institucionais, urbanísticos, econômicos, sociais e ideológicos da questão.

<sup>34</sup> A pesquisadora analisa as discussões das Jornadas da Habitação, mas principalmente, analisa as publicações da *Revista de Organização Científica* realizadas pelo Instituto, cujos objetivos eram o estudo, aplicação e difusão dos métodos de organização científica do trabalho estendida ao bem-estar social da eficiência do trabalho humano não apenas à indústria. (*Revista de Organização Científica*, n.1, p.1, jan. 1932 *apud* Janjullo, 2014).

como espaço de disciplinamento da classe trabalhadora, em que hábitos são moralizados, costumes regrados e papéis sociais devidamente atribuídos. As mulheres, em cumprimento aos deveres sociais sobre as questões domésticas, vigiam os demais membros da família em todos os detalhes cotidianos (físicos e morais) (Janjullo, 2014).

Ao mesmo tempo, a evolução demográfica das capitais brasileiras, a partir do fim da Segunda Guerra mundial, passa a ter um crescimento sustentado. A idealização sobre progresso e modernização, advinda do desenvolvimento industrial, trouxe às cidades os trabalhadores do campo, os migrantes, que vendem suas forças de trabalho na cidade para ter “um emprego, assistência social, acesso à saúde ou outras providências do Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos”. Após os anos de 1940 e 1950, os nexos econômicos ganham enorme relevo, se impõem às dinâmicas urbanas e sobre a totalidade do território do país (Santos, 1993).

Gestores municipais também são influenciados por esse processo. Modernizar, para a gestão municipal da cidade de São Paulo, é realizar obras de revitalização, ampliar avenidas e retificar rios. Obras importantes que impactam substancialmente as formas de ocupação do solo urbano, as formas de moradia da classe trabalhadora e os deslocamentos são realizadas na cidade nesse período.

A primeira gestão do prefeito Prestes Maia (1938-1945) inicia as obras de implantação do Plano de Avenidas<sup>35</sup>. Avenidas como a 23 de Maio (centro-sul), Cruzeiro do Sul (centro-norte) e Radial Leste (centro-leste), por exemplo, fazem parte do Plano de Avenidas. Obras que mudam o sistema de circulação da cidade, ao abrir avenidas da região central para os subúrbios paulistas. A região central também passa por uma reformulação, sua área comercial é ampliada e, conseqüentemente, a especulação imobiliária é incentivada a partir da ampliação da infraestrutura.

Caldeira (2011) destaca a alteração do sistema de transporte coletivo da cidade com a implantação do Plano de Avenidas. Ao invés de investir na expansão do serviço de bondes- considerado caro e com lenta expansão- o Plano de Avenidas opta por investimentos com abertura de novas ruas e pelo lançamento de um sistema de

---

<sup>35</sup> O Plano de Avenidas de São Paulo foi um projeto de sistema viário estrutural planejado por Prestes Maia na década de 1920 cujas obras de implantação tiveram início no ano de 1938. O Plano guiava o crescimento do município por irradiação a partir do centro, por avenidas radiais e as avenidas marginais ao Rio Tietê que, junto com o Rio Pinheiros. O principal objetivo era ampliar o Centro e descentralizar o comércio, estabelecer fluidez do tráfego que ligava os bairros à região central e integrar o sistema de avenidas ao sistema ferroviário de São Paulo.

ônibus. Para a autora, os serviços de ônibus são agentes importantes no processo de expansão das periferias, assim como os empresários particulares e especuladores imobiliários. Foi o transporte público, alternado e irregular, que facilitou a venda de lotes das áreas suburbanas e rurais, onde formava-se um espaço urbano de áreas ocupadas e vazias, intercaladas aleatoriamente por vastas áreas que aguardavam valorização imobiliária.

A insuficiente produção pública de habitação e a falta de controle, ausência e omissão do Estado, na expansão da cidade para as áreas periféricas e rurais, viabilizaram a solução do problema de moradia pela aquisição de lotes irregulares pelo próprio trabalhador. A insuficiente e permissiva legislação urbana também são características importantes no processo de urbanização das periferias paulistas, pois são nesses percursos, que práticas ilegais e irregulares, obtidas em favor da maximização de lucros, passam a se tornar contínuas.

Nas palavras de Caldeira (2011):

A própria legislação garantia a excepcionalidade da periferia: enquanto regulava cuidadosamente o que definia como perímetro urbano, deixava as zonas suburbanas e rurais quase sem regulamentação e, portanto, abertas às mais diversas formas de exploração. Os especuladores imobiliários desenvolveram várias práticas ilegais ou irregulares para maximizar seus lucros: da grilagem e fraude ao não cumprimento de serviços urbanos básicos e desrespeitos às dimensões mínimas do lote exigidas por lei. (Caldeira, 2011, p. 218).

Os percursos entre o formal e informal na cidade e, sobretudo, nas periferias, estão presentes ao longo da história urbana e na forma de moradia da classe trabalhadora. As ilegalidades advindas dos especuladores imobiliários, nas diversas formas de exploração para maximização dos lucros, se materializam concretamente na vida dos moradores de muitas formas: em títulos que não podiam ser registrados, na grilagem de terrenos, nos terrenos que não podiam ser regularizados, pois não se adequaram à lei ou estavam localizados em área sem infraestrutura exigida pelos códigos municipais ou em construções auto-empresendidas não passíveis de legalização. Custos e normas tornam difíceis a regularização das construções auto-empresendidas mesmo quando o lote fosse passível de regularização.

A expansão da cidade à periferia transformou o padrão de segregação e urbanização da cidade ao impulsionar a aquisição da casa própria pelos próprios trabalhadores. O crescimento da cidade às periferias ocorre de forma desorganizada,

com omissão e anuência do poder público, mas segue as intencionalidades do mercado e dos especuladores imobiliários. Portanto, não foi o governo o principal agente de expansão das periferias, mas sim os fluxos do mercado imobiliário.

Entre os anos de 1942 e 1945, são identificadas as primeiras favelas paulistas, em áreas públicas ou particulares, próximas aos empregos da região central e das áreas industriais ou em terrenos lindeiros a novas vias públicas, construídas pelo Plano de Avenidas (Bonduki, 2011; Bueno, 2000). As favelas recebem as famílias despejadas por obras públicas ou que recém chegavam à cidade de São Paulo. Favelas como Canindé, Mooca, Maranhão, Vergueiro, Aeroporto e Barra Funda são formadas e identificadas durante esse período.

No ano de 1957, a cidade de São Paulo tinha 141 favelas localizadas em terrenos públicos. Bueno (2000) estima que seja apenas um terço das favelas existentes na cidade. Segundo a autora, as favelas que estavam em terreno privado ou de propriedade desconhecida não tinham atuação pública e, portanto, não eram identificadas.

Ações públicas em favelas tinham o sentido de extingui-las, seus habitantes eram removidos para alojamentos ou ressarcidos financeiramente com quantias limitantes que não permitiam a compra de moradia no mercado regular. Comumente, ocupavam outras áreas, irregulares e informais. Soluções nada efetivas para conter a irregular e precária ocupação do solo urbano foram formuladas. Cabia apenas ao trabalhador, com seus poucos rendimentos, adquirir, na melhor das possibilidades, a própria casa em loteamento periférico, irregular, sem infraestrutura urbana e muito distante do local de trabalho.

### **1.3 São Paulo não pode parar**

Durante as décadas de 1960 e 1970, as intervenções públicas relacionadas ao saneamento e provisão de moradia foram promovidas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Criado pela Lei 4.380, em 21 de agosto de 1964, em plena Ditadura Militar autocrática burguesa, o violento governo autoritário militar almejou, na redação da própria lei, planejar territórios, coordenar a ação dos órgãos públicos, orientar a iniciativa privada para estimular a construção de habitações de interesse social e

financiar a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda. A “construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitação” (Brasil, 1964) estava entre os objetivos do BNH. Dessa forma, financiou conjuntamente com as Companhias Metropolitanas de Habitação (COHABs), extensos conjuntos habitacionais nas periferias da cidade<sup>36</sup>.

Para Bonduki (2011), o BNH difundiu tipos de intervenção uniforme em diferentes cidades do país, independente das especificidades urbanas, sociais e culturais de cada território, mesmo sendo promovida por agentes locais (COHABs) e outras companhias mistas estatais, manteve a gestão centralizada, sem participação comunitária enfatizada na produção de casas prontas por empreiteiras, localizada nas periferias e com “projetos medíocres” (Bonduki, 2011, p. 319).

Principalmente a partir da década de 1970, são os setores de renda média que passaram a receber prioridade ao financiamento habitacional do BNH. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) entra no mercado imobiliário, formulado para financiar a política de saneamento e habitação do BNH e determina, como prioridade, o equilíbrio financeiro ao instituir a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social por Sociedades de Crédito Imobiliário e Letras Imobiliárias. Dessa forma, o equilíbrio financeiro se sobrepõe ao interesse em atender ao usuário final. Produtores de habitação também passaram a obter mais vantagens com o BNH. Segundo Caldeira (2011), 80,8% dos prédios de apartamentos residenciais colocados no mercado entre os anos de 1977 e 1982, na cidade de São Paulo, receberam financiamento do BNH. O número de apartamentos registrados na cidade aumenta mais que o dobro.

Por outro lado, na década de 1970, a pujança do crescimento da cidade, a concentração dos meios de produção, serviços, capital e riqueza são observadas em contraponto ao aumento da miséria e da pobreza. A Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo solicita a cientistas e pesquisadores um estudo sobre as condições de vida na cidade de São Paulo, que resulta na publicação “São Paulo

---

<sup>36</sup> Como no bairro de Cidade Tiradentes, que até a década de 1970 era uma fazenda chamada Santa Etelvina e recebeu 40.000 unidades habitacionais (majoritariamente apartamentos) do BNH (Baltazar, 2021), O bairro do Grajaú, entre os anos de 1973 e 1975, recebeu 2.642 unidades habitacionais e 13 mil moradores que, entre apartamentos e casas embriões, formaram conjuntos habitacionais sem infraestrutura urbana (iluminação pública, transporte, oferta de emprego, comércios e equipamentos públicos) e abastecimento de água realizado por caminhão-pipa (Baltazar, 2021, p.195).

1975: Crescimento e Pobreza” (Camargo *et al.*, 1976). A intencionalidade da Igreja Católica com a publicação era contribuir com a ação pastoral, que refletia, debatia e buscava transformar a realidade através da ação evangelizadora, ao oferecer um diagnóstico e as causas da acumulação da miséria, servir ao fomento dos homens “que lutam para humanizar a cidade e modificar as condições de vida (Arns, 1976, *apud* Camargo *et al.*, 1976)<sup>37</sup>.

A expansão urbana, ao mesmo tempo que permitia a expansão do mercado imobiliário através da especulação de terras, que quando estavam localizadas próximas às áreas centrais aguardavam valorização e quando localizadas nas áreas mais longínquas e sem qualquer infraestrutura eram abertas para aquisição das classes populares, marca a solução do mercado imobiliário para a crise da moradia com a formação das periferias e dos loteamentos periféricos (Kowarick, 1979). Na desordem da expansão urbana, a autoconstrução foi definida por Kowarick (1979) como espoliação urbana.

A somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que juntamente ao acesso à terra e à moradia, apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçar ainda a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou o que é pior, da falta dele. (Kowarick, 1979, p. 9).

A terra e a moradia são condições necessárias à reprodução social. A classe trabalhadora estava envolvida em um conjunto de extorsões operadas pela inexistência e precariedades no uso e acesso a serviços coletivos, na ausência de garantia de posse da terra, nos baixos salários ou na ausência de salário para efetivação de suas necessidades essenciais.

Enquanto a classe média conseguia empréstimos subsidiados pelo governo, as camadas trabalhadoras, que não acessaram o mercado formal ou não foram

---

<sup>37</sup> Para demonstrar algumas características das condições de vida nas periferias paulistas nesse período, o estudo apontava (utilizando dados do ano de 1968) que, por exemplo, 89,3% dos domicílios dos moradores do bairro de Itaquera não tinham acesso a água, 96,9% não tinham coleta de esgoto, 87,5% estavam em vias não pavimentadas e em 71,9% dos domicílios não havia coleta de lixo. Na região de Santo Amaro, 49,9% dos domicílios dos moradores não tinham acesso a água, 61,1% não tinham coleta de esgoto, 56,8% estavam em vias não pavimentadas e em 19,0% dos domicílios não tinham coleta de lixo. Infraestrutura urbana muito diferente quando observados os dados da região central, onde apenas 1,3% dos domicílios não tinham acesso à água, 4,5% não tinham acesso a esgoto, 1,7% dos domicílios estavam em vias não pavimentadas e 0,8% não tinham coleta de lixo.

atendidas diante das exigências do BNH, construía suas próprias casas nas periferias sem nenhuma ajuda financeira.

O financiamento maciço de prédios de apartamentos, promovido pelo SFH, tornava-se, provavelmente, uma das razões pelas quais a classe média de São Paulo abandonava o sonho de morar em casas (Caldeira, 2011). Prédios de apartamentos de classe média continuavam a ser erguidos em direção ao sudoeste da cidade e cada vez mais longe do centro. A autora identifica que, na década de 1970, foram construídos os primeiros condomínios fechados com aspectos de clubes, alguns localizados fora da cidade de São Paulo.

A classe trabalhadora paulista passou a residir cada vez mais distante do centro, em áreas longínquas, afastadas de seus locais de trabalho, percorrendo longas distâncias em seus deslocamentos. Camargo *et al.* (1976) apontam que os usuários dos transportes coletivos de massa passavam em média de 3 a 4 horas diárias em trajetos do trabalho para casa. Especificamente, no ano de 1973, ano do primeiro censo de favelas no município de São Paulo, a cidade possuía 525 favelas e 14.500 barracos (Bueno, 2000) e havia aproximadamente 130 mil pessoas residindo em favelas na cidade (Camargo *et al.*, 1976). Os cortiços, localizados majoritariamente na região central, ainda eram uma forma importante de moradia da classe trabalhadora, onde residiam 615 mil pessoas, mas, ainda assim, havia 1,8 milhões de indivíduos morando nas periferias da cidade (Camargo *et al.*, 1976).

Para Caldeira (2011), era o “sonho da elite da República Velha” que se realizava; classes médias e altas viviam em bairros bem equipados e centrais, sendo uma porção significativa delas em prédios de apartamentos, enquanto os pobres, fora de seu caminho, eram proprietários de casa própria. O padrão de segregação social, que dependia do sistema viário (automóveis e ônibus), foi consolidado ao mesmo tempo que São Paulo e sua região metropolitana se tornaram o principal centro industrial e o mais importante polo econômico do país.

As novas indústrias, muitas delas metalúrgicas, localizavam-se nas periferias das cidades e nos municípios circundantes da Região Metropolitana. O comércio e os serviços permaneceram na região central, não apenas no centro velho, mas também próximo às novas áreas de residência das classes média e alta, em direção à zona sul da cidade.

O crescimento demográfico, vegetativo e migratório, a ‘fuga’ da classe média, e a expansão das periferias, também modificam a dinâmica econômica, social e política das regiões metropolitanas da cidade. Exemplo dessa dinâmica são as “cidades-dormitórios” que, durante a década de 1970, se destacam por apresentarem índices de precariedade urbana e crescimento populacional próximos dos índices das periferias da capital<sup>38</sup>.

A expansão das periferias e a autoconstrução em loteamentos irregulares impediram o crescimento das favelas em larga escala até a década de 1970 (Bonduki, 2011). Para o autor, ao contrário da cidade do Rio de Janeiro, a diferença entre os dois estados foi a viabilidade da alternativa paulista da casa própria em loteamentos periféricos, alternativa ou solução periférica, constituída sobre o trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução.

O modelo da pequena propriedade urbana e a sensação de ascensão social, mesmo que não houvesse redistribuição de renda, elevação dos salários ou comprometimento da acumulação eram muito importantes ao Estado (Bonduki, 2011). Dessa forma, estava justificada a omissão do Estado em legalizar os empreendimentos ao mesmo tempo que permitia difundir o modelo da casa própria.

No modelo de segregação centro-periferia, grupos sociais distintos não possuem encontros frequentes na cidade e estavam mais restritos à circulação nas regiões centrais da cidade. Por certo tempo, houve ainda o otimismo do ‘milagre econômico’, a crença no progresso e na mobilidade social, uma espécie de calma entre as diferenças de classe, mas que não duraria muito tempo (Caldeira, 2011).

No contexto da ditadura militar, diante da face autoritária do sistema político, grupos sociais que almejassem realizar qualquer ação coletiva, que não fosse considerada oficial ou legítima pela ordem urbana, eram fortemente reprimidos e banidos da convivência pública. Entretanto, apenas com a decadência do regime militar, grupos sociais, “novos movimentos sociais” ou os movimentos populares, puderam emergir à cena pública. Grupos sociais que, mesmo muito distintos e diversos entre si, se articulavam em torno não apenas das pautas por direitos sociais

---

<sup>38</sup> No entanto, Municípios da Região Metropolitana também possuíam dinâmicas específicas, caso notório é a Região Metropolitana do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), região que entre os anos de 1950 e 1960 foi o principal polo de desenvolvimento industrial da cidade.

(moradia, saúde e educação), mas no que tange à pauta do próprio direito a ter direitos (Dagnino, 2000).

Nesse contexto, a pobreza significava não apenas privação econômica e material, mas também a completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como portadores e sujeitos de direitos.

Segundo Dagnino (2000):

Nesse contexto, a luta por direitos, pelo direito a ter direitos, revelou que, de fato, tinha de ser uma luta política contra uma cultura difusa do autoritarismo social, estabelecendo a base para os movimentos populares urbanos estabelecessem uma conexão entre cultura e política como constitutiva de sua ação coletiva. Essa conexão foi um elemento fundamental para o estabelecimento de um campo comum de articulação com outros movimentos sociais mais obviamente culturais, étnicos, de mulheres, de homossexuais, ecológicos e de direitos humanos, na busca de relações mais igualitárias em todos os níveis ajudando a demarcar uma visão distintiva, ampliada de democracia (Dagnino, 2000, p. 83).

A possibilidade de contestar as regras culturais ordenadas pelas hierárquicas autoridades da sociedade brasileira permitiram conectar cultura e política à ação coletiva. A necessária mudança cultural e a busca de relações mais igualitárias em todos os níveis estabelecem um campo comum que permite articular diferentes movimentos sociais. Deixando que a luta política pudesse estar dirigida ao confronto de uma cultura autoritária, demarca-se uma visão distintiva e ampliada de democracia, essencial ao processo de democratização e à subsequente ampliação da democracia no país.

#### **1.4 A cidade tem pressa, mas o trabalhador não consegue ser herói**

O período após a ditadura militar, a transição democrática e a democracia consagrada em nossos marcos jurídicos, pela Constituição de 1988, com os procedimentos necessários ao funcionamento da democracia com participação popular, assim como garantia de direitos sociais, são, ao mesmo tempo, acompanhadas por crises econômicas, modernização produtiva, desconcentração industrial, crescimento demográfico não absorvido no mercado de trabalho,

precarização do trabalho e muito desemprego. O país, entre os anos de 1985 e 1994, experimentou seis planos de estabilização econômica, episódios de hiperinflação, taxas de desemprego com elevações dramáticas, com o número total de trabalhadores desempregados que chegaram a aumentar em 110% entre os anos de 1985 e 1998, o emprego em atividades industriais caindo e o setor de serviços crescendo junto à precarização das condições de trabalho (Marques; Torres, 2011).

Ao observar o desenvolvimento da produção industrial no Brasil, as indústrias, que haviam acompanhado o processo de periferação da cidade se afastando do centro e se instalando nas periferias e regiões metropolitanas, ainda assim, mantinham a cidade de São Paulo como importante polo industrial do país. Entretanto, no ano de 1990, mesmo que São Paulo respondesse por mais de um quarto da produção industrial do país (26,3%), a cidade perdia participação na produção industrial para o interior do estado. Um cenário muito distinto do início dos anos de 1970, quando a Região Metropolitana de São Paulo era a mais importante área industrial do país e correspondia a 43,4% da produção industrial brasileira (Marques; Torres, 2001).

Embora a indústria automobilística demonstrasse um novo ciclo de investimentos e as empresas internacionais, até então ausentes, se instalavam no mercado brasileiro, o mercado de trabalho estava alterado, o desemprego mantinha-se elevado, os vínculos precários de trabalho se disseminavam. A cidade concentrava postos de trabalho altamente qualificados e demonstrava que, se havia um padrão de crescimento da economia brasileira, esse padrão poderia ser artificial (Marques; Torres, 2001). Tratava-se da desconcentração industrial e da evolução tecnológica. Os setores industriais tornaram-se mais livres para escolherem suas localizações; produtos mais leves, menos volume e menor utilização de materiais tornaram possível o controle da produção à distância através da informática e da tecnologia, e as fábricas puderam buscar posições mais econômicas fora dos centros urbanos tradicionais (Azzoni, 1993).

Evolução tecnológica demanda uma nova qualificação de mão de obra, novas aptidões para o trabalho, mesmo nas linhas de montagem. A produção que dependia de uma oferta mínima de infraestrutura alterou a lógica da localização dos parques tecnológicos tradicionais. As indústrias passariam a estar próximas dos centros de pesquisa e universidades, procuram climas amenos ao invés dos fatores

aglomerativos da produção industrial tradicional (Azzoni, 1993; Marques; Torres, 2001). Custos de aglomeração são compostos pela valorização do espaço, níveis salariais, intensidade da ação sindical e congestionamentos para escoar a produção. Para diminuir os custos, indústrias buscam novas posições para localizar suas unidades produtivas. Mas isso não implica mudar suas unidades de comando. A desconcentração industrial mantém uma certa hegemonia nos grandes centros industriais tradicionais, mesmo que a produção tenha se dispersado para o interior do estado ou, com menos incidência, se deslocado para outros estados brasileiros. Os centros de decisão, de poder, continuavam concentrados na grande metrópole tradicional (Azzoni, 1993).

À medida que o setor industrial encolhia, aumentava o papel das atividades terciárias na economia urbana. Os empregos mais precários cresciam - o comércio ambulante, as atividades não especializadas e as atividades sub-remuneradas, crescendo também o número de trabalhadores especializados em novas tecnologias e microeletrônica. São trabalhadores de perfis completamente distintos, divididos em dois polos de crescimento simultâneo: o dinâmico e o precário, ou seja, formas agudas de desigualdade social (Caldeira, 2011).

Qualquer outro setor da economia quase nunca é capaz de criar empregos no mesmo ritmo, com a mesma qualidade e nos mesmos locais que as indústrias. A desconcentração e a reestruturação industrial produziram consequências sociais negativas, os grupos sociais estavam mais pobres, processos que se refletem nos padrões de moradia e nas condições de vida e originaram novas formas de pobreza urbana (Marques; Torres, 2001).

Mudanças econômicas possuem todo tipo de implicações para o meio urbano, desde o abandono e conversão de fábricas até a criação de novos espaços urbanos e novos tipos de instalação para comércio e escritórios. Complexos de edifícios de escritório se mudam para o sudoeste da cidade, ao longo do Rio Pinheiros, na mesma direção dos conjuntos habitacionais de classe média e alta, shoppings centers e hipermercados. Novos conjuntos de edifícios, resultados de grandes investimentos de incorporadores imobiliários, que abandonaram o mercado residencial, seguiam o mesmo padrão arquitetônico e de planejamento de condomínios fechados, fortificados e com extensos serviços de segurança, da mesma forma que complexos residenciais da classe média e alta se instalam em áreas que antes eram pobres (Caldeira, 2011).

As tendências demográficas demonstram que os territórios da cidade estavam mais heterogêneos, as camadas médias residiam cada vez mais próximas ou dentro das periferias, as favelas aumentaram, inclusive nos interstícios com as zonas mais ricas e a expansão da cidade às periferias, que estava em declínio (Pasternak; Bogus, 2005)<sup>39</sup>.

A expansão dos edifícios de escritórios foi bastante emblemática na zona sul da cidade de São Paulo. Na Avenida Luís Carlos Berrini, no ano de 1993, através de um programa pago por novos ocupantes (incorporadores e construtoras), teve início as remoções da favela do Jardim Edite. No ano de 1998, a favela já havia sido consideravelmente removida e ofereceu aos antigos moradores indenizações irrisórias ou reassentamento em conjuntos habitacionais da COHAB no extremo leste da cidade. No ano 2001, a expansão segue pela Avenida Águas Espraiadas, amparada juridicamente pelo Estatuto das Cidades e o instrumento Operações Urbanas<sup>40</sup>. As favelas do Canão e Buraco Quente foram amplamente removidas nesse movimento de expansão da cidade e do mercado imobiliário. Os instrumentos jurídicos e mobilização popular possibilitaram o reassentamento de parte das famílias na própria região.

Espaços distintos para diferenciar os grupos sociais formam um novo padrão de segregação espacial. Caldeira (2011) define como “enclaves fortificados” os espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. Ao atrair aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os marginalizados, os sem-teto, grupos sociais de média e alta renda passam a estar separados por muros e tecnologias de segurança com a principal justificativa do medo ao crime violento.

---

<sup>39</sup> No ano de 1996, o grau de urbanização do Brasil era bastante elevado, 78% da população total viviam em cidades e 47% desta população urbana em cidades de mais de um milhão de habitantes. No mesmo ano, São Paulo tinha 16,6 milhões de habitantes, o que correspondia a 10,5% da população nacional, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo juntas respondiam por 17% (MARQUES; TORRES, 2000). Durante a década de 1970, as favelas e as periferias chegaram aos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, processo que pode ser observado pelo crescimento demográfico, onde se verifica que a região chegou a concentrar 10,6% da população brasileira nos anos de 1980 (MARQUES; TORRES, 2000). Esse processo promove uma alteração de hierarquia entre os lugares, ou seja, a concentração crescente da população urbana em regiões metropolitanas passa a ser definido como uma das características do processo de metropolização do espaço como observado por Lencioni (2013).

<sup>40</sup> Operações Urbanas são intervenções coordenadas pelo Poder Público municipal quando almeja promover transformações urbanísticas, estruturais, melhorias e valorização de determinadas áreas que permitem a emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), títulos mobiliários que podem ser negociados em Bolsa de Valores por meio de leilão público.

Durante esse período, a violência torna-se uma expressão importante da questão social. Manso (2012) ressaltava, com base nos dados da Fundação Seade, que no ano de 1999, a cidade tinha 65 homicídios por 100 mil habitantes. Algo distinto dos outros períodos da história, como entre as décadas de 1950 e 1970, período em que a população de São Paulo se multiplicava de 580 mil habitantes para 3,8 milhões, mas que, ainda assim, entre 1960 e 1975, possuía 5 a 10 casos de homicídio por 100 mil habitantes.

A violência, quando emerge na cidade, após o fim da expansão dos bairros periféricos e a partir da proximidade territorial entre grupos sociais distintos, também demonstra o medo existente da classe média e alta em relação aos trabalhadores de menor rendimento. É nesse sentido que Zaluar (1995) afirma ser um equívoco as comparações entre Rio de Janeiro e São Paulo e as interpretações paulistas sobre a violência. Há distinções entre os padrões de segregação e as formas de organização política dos bairros pobres entre as duas cidades. A violência no Rio de Janeiro em torno da venda de drogas atinge inclusive as formas de organização política das associações de bairro pobres que passaram a ser objeto de interesse das 'quadrilhas' envolvidas. Nessa cidade, as tensões e o medo foram frutos do real e não adquiriu as mesmas tonalidades dos bairros de classe média de São Paulo.

Entretanto, as periferias paulistas e suas precariedades- dificuldades no acesso aos serviços e infraestrutura urbana e exposição a riscos como enchentes e desmoronamentos- passaram a ser somadas a menos oportunidades de emprego formal, menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência, maior exposição a discriminações de raça e gênero e maior dificuldade no acesso à justiça oficial (Maricato, 2003).

A desestabilização ou erosão dos mundos do trabalho regulado, afetado pela reestruturação produtiva, constituiu outros campos de possibilidades à sobrevivência nas periferias consolidadas. Os jogos de referências para as gerações mais novas mudaram, pois, as experiências sociais já não podiam mais ser conjugadas no tempo do progresso e das promessas relacionadas ao mundo do trabalho, mas passaram a ser tecidas na dureza do desemprego, no trabalho incerto, na atração do moderno mercado de consumo e aos novos circuitos de sociabilidade, tramados na interface das mudanças do mundo do trabalho e da cidade (Telles, 2006).

No Brasil, assim como na cidade de São Paulo, a inserção social dentro das relações capitalistas sempre foram complexas e subalternizadas. Com baixos salários, trabalhadores, do setor secundário ou da indústria fordista, buscaram loteamentos irregulares, favelas ou cortiços como forma de moradia. A industrialização dos baixos salários e a moradia como mercadoria não adquirida pelo processo de trabalho sempre transitaram entre o ilegal e legal, o formal e o informal, entre a regra e a exceção.

Na cidade que transita entre ambiguidades, relação que perpassa todo o conjunto da sociedade, ganham destaque as instituições públicas e a tolerância do Estado brasileiro em relação às ocupações ilegais de terra urbana (Maricato, 2003). Nesse sentido, os dados da Secretaria de Planejamento de São Paulo apontam que, no início dos anos 1990, 65% da população da cidade moravam em residências afetadas por pelo menos uma das várias formas de ilegalidade (Caldeira, 2011). Na década de 1990, apenas na capital, havia 147.805 domicílios em favelas em contraponto aos 71.259 domicílios da década anterior (Bueno, 2000). As favelas cresciam na cidade e na Região Metropolitana<sup>41</sup>.

Marques e Bichir (2001) revelam que investimentos públicos significativos em infraestrutura- canalizações, contenções, pavimentação, estudos e projetos, pontes ou estruturas para o sistema viário- foram realizados nas periferias paulistas, mas a segregação socioterritorial não havia sido revertida, pois os investimentos públicos em infraestrutura ainda eram precoces e inferiores aos que a classe alta recebe. Entretanto, demonstram que a segregação espacial das periferias poderia estar menos dependente da presença ou ausência de equipamentos e serviços e mais associada à qualidade, à frequência e aos padrões de atendimento diferenciados entre as diversas regiões.

Uma gestão pública urbana que não admite a incorporação da imensa massa de moradores da cidade ilegal no orçamento público, mas que transforma as demandas por serviços públicos em ações pontuais como festas, campos de futebol,

---

<sup>41</sup> A Região Metropolitana possuía 100.326 domicílios em favelas na década de 1980. Na década de 1990, eram 233.023 domicílios em favelas (Bueno, 2000). Os municípios da Região Metropolitana apontados pela autora e seus respectivos números de domicílios em favelas nos Censos de 1980 e 1991 são: Barueri (172/ 2.262), Cajamar (0/ 270), Carapicuíba (330/ 3.198), Cotia (0/ 137), Diadema (5.112/ 14.012), Embu (0/ 2.072), Franco da Rocha (0/137), Guarulhos (5.095/ 11.803), Itapeverica da Serra (0/ 473), Itaquaquecetuba (0/ 62), Mauá (1.993/ 8.433), Osasco (3.858/ 14.188), Ribeirão Pires (0/ 68), Santo André (3.244/ 12.201), São Bernardo do Campo (9.255/ 18.222) e Taboão da Serra (0/ 2.683).

gramados sintéticos, iluminação pública, asfalto, recapeamento, guias e sarjetas nas barganhas políticas dos períodos pré-eleitorais, constitui as periferias como “uma inesgotável fonte para o clientelismo político” (Maricato, 2003, p. 157).

Para Caldeira (2011, p. 220), “os trabalhadores sempre entenderam que é exatamente a condição de ilegalidade dos lotes e das construções, e o caráter ilegal precário da periferia como um todo, que permite que eles se tornem proprietários e resolvam seus problemas de moradia”. Lotes na periferia foram acessíveis aos trabalhadores, tanto em função de sua ilegalidade, quanto por se encontrarem em territórios longínquos- sem infraestrutura urbana.

Ao observar as ocupações em áreas de risco da Região Metropolitana da cidade, Marques e Torres (2001) afirmam que uma grande população miserável, obrigada a habitar as franjas e os interstícios urbanos mais precários das áreas de risco ambiental, demonstra a existência da periferia da periferia ou a “hiperperiferia”. Para os autores, a hiperperiferia condensa e acumula riscos sociais, residenciais e ambientais em um mesmo espaço, um círculo perverso de pobreza e péssimas condições de vida em locais específicos que se somam às condições praticamente nulas de mobilidade social ascendente.

Para Telles (2010), a periferia consolidada nas tramas de relações sociais segmentadas nas regiões mais distantes, em que a urbanização ainda se faz em ato, é conjugada entre inseguranças e percalços das ocupações de terra, da precariedade urbana e conflitos sociais pautados por uma truculência desmedida. A temporalidade própria dos investimentos públicos, que recortam territórios e redistribuem os usos de seus espaços, altera o mercado de terras, abre sendas para novas ocupações e promove disputas pelo espaço nos interstícios das denominadas “zonas de mutação” (Telles, 2006).

Dessa forma, a periferia consolidada pode representar um conjunto proibitivo aos grupos sociais mais pobres que agora se espalham pelas hiperperiferias (Marques; Torres, 2001) que, cercadas por condições relativamente elevadas para os padrões periféricos tradicionais, demonstram um padrão de segregação mais complexo, mais difícil de conceituar e medir, mas, nem por isso, menos injusto (Marques; Torres, 2001).

Para Telles (2006), quem chegava à cidade na segunda metade dos anos de 1980 tinha percursos e experiências sociais distintas dos que chegaram na década

anterior. Para a autora, a experiência social não irá mais refazer essa peculiar articulação entre trabalho, moradia e cidade, que marcava a urbanização, pois há uma crise econômica prolongada, uma reestruturação produtiva em curso, a impossibilidade de refazer o périplo da autoconstrução da moradia nas periferias da cidade. As populações com poucas possibilidades de mobilidade social, cujas experiências de vida são conjugadas na violência e no crescimento das favelas, revelam novas fronteiras e modulações da vida urbana (Telles, 2006).

As periferias heterogênea e consolidada, as hiperperiferias abertas sobre as sendas das áreas de risco e ambientalmente sensíveis ocupadas, ambas estão ao lado dos espaços para consumo, onde ofertas diferentes de serviços são contrapostas aos precários equipamentos públicos e à infraestrutura inferior em relação às outras áreas da cidade. Há a convivência e o encontro (mesmo breve) entre grupos sociais distintos. Uma população de baixa renda cujas condições de fragilização social e urbana estão sobrepostas e submetidas às condições ainda mais adversas do que as vivenciadas nas décadas anteriores, passam a estar muito mais próximas de serviços e atendimentos muito melhorados, onde ambas passam a almejar o acesso através do consumo.

### **1.5 Dentro e fora da nova ordem mundial**

Nos anos 2000, na chegada ao século XXI, a cidade e seus 11.253.503 habitantes entre 1.521,202 km<sup>2</sup> de área territorial, possui 914,56 km<sup>2</sup> do território urbanizado, 92,6% dos domicílios com esgotamento sanitário e 74,8% de casas com frente a ruas arborizadas (IBGE, 2010). É a décima cidade mais densa do país e a sexta cidade mais densa do estado (IBGE, 2010). Em contraponto, são 830.192 domicílios localizados em favelas e 674.329 domicílios localizados em áreas de risco na cidade (IBGE, 2010).

Contudo, São Paulo também chega ao século XXI entrando para o circuito das cidades globais (Marques; Torres, 2000; Telles, 2010; Taschner; Bógus, 2001). Em referência aos processos descritos pela globalização e pela ligação mundial entre as cidades sobre uma economia- mundo, temas como migração, crescimento demográfico, atividade econômica, mercado de trabalho, centralidade em atividades

de comando de negócios, abertura comercial e fluxos econômicos, tornam-se comuns de serem enfrentados pelas cidades. Conteúdos comuns presentes nas cidades globais, mas com origens e impactos diferentes em cada território.

A cidade de São Paulo ganha importância na relação mundial entre as cidades. O período de abertura econômica, vivenciado no país, na década anterior, permitiu que os territórios nacionais passassem a estar fortemente presentes nas agendas do mercado, que passa a elaborar estratégias de relacionamento internacionais<sup>42</sup> e consolida seus vínculos com a economia nacional brasileira.

Desconcentração industrial, padrões de crescimento artificial da economia brasileira, desindustrialização, redução da metrópole apenas à condição administrativa e de negócios na periferia capitalista, capacidade de comando regional concentrada em serviços produtivos e financeiros, e ainda sede das mais importantes empresas regionais, podem ser consideradas como as principais características da conjuntura política econômica desse período. Processos que, como observamos, tiveram início na década anterior, mas que, ao se ampliarem, promovem importantes alterações no mercado de trabalho da cidade de São Paulo e na Região Metropolitana, como o aumento do emprego no setor de serviços, a elevação do desemprego e a disseminação de vínculos empregatícios precários.

A cidade de São Paulo mantém participação ativa na produção industrial brasileira, no entanto, de uma forma diferente. Inserida no contexto da Terceira Revolução Industrial, da microeletrônica e dos computadores, manteve a maior concentração de trabalho altamente qualificado, a centralidade e a capacidade de comando sobre a economia nacional, contudo, concentrada em outros setores como nos serviços produtivos e financeiros. Dessa forma, é que São Paulo tornou-se a

---

<sup>42</sup> Para Sassen (2018), cidades globais referem-se ao processo de globalização, processo que conecta mundialmente as cidades ao circuito de uma economia mundial. O conceito é utilizado para avaliar e analisar os atributos e capacidades dos Estados mundiais em comercializar entre si. Um dos elementos importantes para essa análise é o funcionamento e a autoridade dos Estados sobre seus próprios territórios. Os Estados são chamados para participar do processo de globalização, mas para dar sustentabilidade ao processo de circulação de mercadorias, permitir e facilitar o livre fluxo de capital. Essa participação do Estado é um dos elementos fundamentais para analisar o estágio de uma cidade na fase da globalização. Nesse sentido, afirma que empresas com grandes capacidades técnicas associadas às áreas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) quando aliadas às capacidades do Estado em promover acessos. Hierarquias, articulações e interações na reorganização institucional são revistas para permitir os fluxos entre fronteiras. Cidades globais podem se tornar preferidas (ou preteridas) na localização no comando na economia mundial.

principal metrópole nacional e o principal elo da economia brasileira com o restante do mundo (Marques; Torres, 2000).

A reestruturação dos espaços urbanos, para concentrar atividades econômicas prioritárias ao comando na economia mundial nas cidades globais, exige que o Estado brasileiro perca parte de seu poder de comandar o território a partir da crescente mobilidade de empresas, fábricas e, especialmente, ativos financeiros.

Por outro lado, as classes sociais mais pobres, longe do chão de fábrica que outrora recebeu como operários os migrantes recém-chegados à cidade, precisaram reconstruir seus campos de possibilidades e sobrevivência diante da reestruturação produtiva, da desestabilização e eclosão de mundos sociais construídos em torno do trabalho regulado, e que faz, inclusive, gerações mais novas transitarem em dobras (Telles, 2010).

No mundo do trabalho dos mais jovens, não-migrantes ou católicos, como as gerações anteriores, mas que nasceram e cresceram na periferia e formavam a nova camada de tecido social no território periférico, as representações do modelo tradicional de formação operária, fundado no trabalho estável, que permite a ascensão do grupo familiar, não é mais sequer pensável, ou ainda, é menos realizável ou tornou-se individualizado e com regras bem menos estáveis que entre os operários (Feltran, 2008).

A juventude periférica há de misturar empreendedorismo e competição para conseguir um trabalho, que permanece como um valor central, mas cujos significados não são mais os mesmos, existem alternativas, individuais, onde torna-se possível parcelar a compra dos objetos de consumo e arriscar golpes de sorte. A teologia neopentecostal está conectada às transformações recentes e se expandem com “dinamismo e inflexão radical na biografia a partir de uma conversão, num só golpe” (Feltran, 2008, p. 45).

A transformação da economia cotidiana das grandes cidades à economia dependente do consumo dos profissionais de alto nível, empenhados nas atividades de comando de negócios, modificam, inclusive, as classes médias. Na estrutura social, formam-se enormes distâncias entre classes sociais e uma nova geografia de centralidade e marginalidade (Taschner; Bógus, 2001).

As mudanças no mundo do trabalho representaram o aumento nos postos de emprego de alta especialização. Sofisticados mercados financeiros e produtivos

exigem profissionais de alta qualificação, analistas de sistemas, advogados, especialistas em marketing e comunicações, corretores financeiros. Profissionais com elevados rendimentos consomem serviços oferecidos em *shoppings*, mercados, parques temáticos. Moram em condomínios com muros e grades para proteger seus bens e rendimentos.

Ao mesmo tempo, equipamentos de serviços e consumo se expandem às periferias da cidade onde moram os trabalhadores de baixa qualificação que perderam a centralidade da vida no mundo do trabalho, os ‘sobrantes’, o exército industrial de reserva, os desempregados, os desalentados, aqueles que se ‘viram’ e formulam estratégias de sobrevivência em um cenário não mais de incertezas, mas de desalento e escassez. As características das cidades globais e da nova ordem mundial definem, novamente, quem está dentro ou fora do novo pacto liberal.

Os circuitos da expansiva economia informal, do comércio de bens ilegais, do tráfico de drogas e suas capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas, formam novas mediações e conexões durante o período de consolidação dos vínculos de nossa cidade com a economia mundial. Nesse período, se expandem o comércio informal de produtos falsificados, contrabandeados e de produtos eletrônicos. Visivelmente expostos nas ruas da cidade, a consolidação da cidade de São Paulo como cidade global é ao mesmo tempo marcada pelo fenômeno maciço do contrabando e falsificações, pelo aumento do consumo popular sobre a lógica do endividamento e pela presença dos grandes equipamentos de consumo nas periferias (Telles, 2010).

Concomitantemente, no cenário marcado pelo encolhimento de recursos públicos e aumento da pobreza e violência, atividades comunitárias e associações de moradores se transformam em operadores de formas modernas de gestão social da pobreza. Na era dos projetos e parcerias, a linguagem do terceiro Setor altera a gramática política dos movimentos sociais e redefine a paisagem local com maior ou menor presença de organizações não governamentais (ONGs) (Telles, 2006).

Da mesma forma, a ambiguidade entre o legal e o ilegal, que perpassa todo o conjunto da sociedade, inclusive as instituições públicas<sup>43</sup>, demonstra a tolerância do

---

<sup>43</sup> Maricato (2003) destaca o papel da Planasa- Plano Nacional de Saneamento Básico, que durante a ditadura militar, abandonou os critérios legais de uso e ocupação do solo para estender o fornecimento de água à população até então não atendida em diversas áreas metropolitanas. A Sabesp, empresa pública responsável pelo saneamento básico no Estado de São Paulo, ampliou a rede de águas até os loteamentos ilegais, inclusive aqueles situados em área de proteção dos mananciais, desenvolvendo

Estado brasileiro em relação às ocupações ilegais de terra. Ao morar e ocupar áreas ambientalmente frágeis, onde o mercado formal não tem poder de atuação e onde o mercado irregular instituiu e desenvolveu seus próprios procedimentos, normas, comportamentos e mecanismos extralegais, o direito à ocupação em detrimento ao direito à cidade está longe de significar uma política de respeito à ausência de moradia ou direitos humanos (Maricato, 2003).

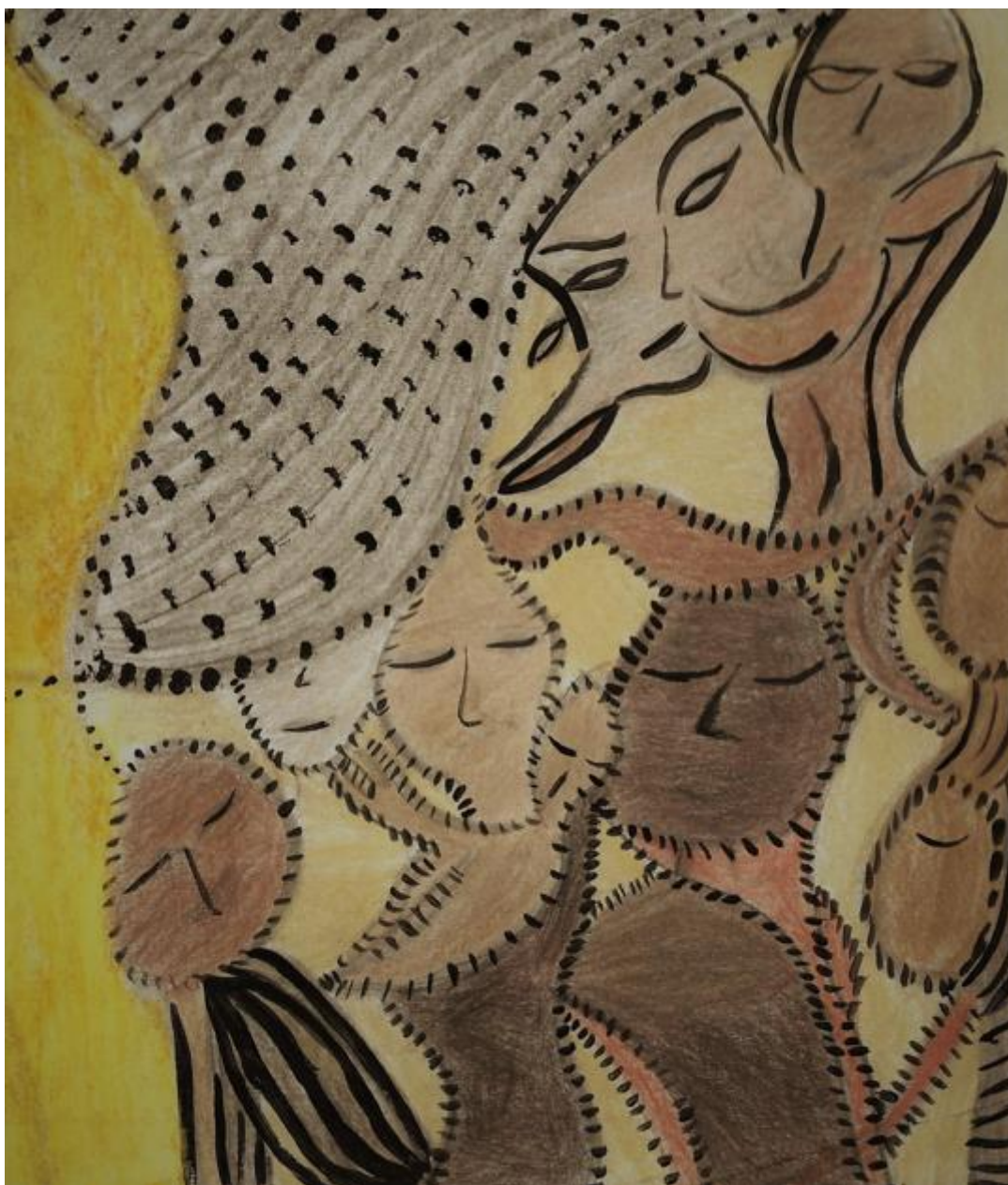
Logo, observa-se uma hierarquização do direito ao meio ambiente sobre o direito à moradia através do discurso hegemônico em prol do meio ambiente como legitimador dos processos de reestruturação urbana. A atmosfera de urgência nas intervenções ambientais também cria um esvaziamento político dos processos quando coloca os assentamentos precários como os principais agentes da degradação ambiental (Ferreira; Lupo, 2018).

---

para isso instalação de rede formada por elementos leves e de baixo custo. Essa atitude teve repercussão direta na queda do índice de mortalidade infantil, objetivo da PLANASA. Entretanto, entre os anos de 1989 e 1992, a mesma companhia se recusou a estender a rede de águas a loteamentos ilegais situados na mesma região de proteção dos mananciais. O mesmo argumento foi utilizado para ligar a rede de água em diversas obras de urbanização de favelas executadas pela Sehab no período.

## CAPÍTULO 2 - CIDADE DOS MOVIMENTOS

Figura 2: O povo



Fonte: Desenho da pesquisadora.

No presente capítulo, buscamos compreender quais são as gramáticas e as articulações existentes entre movimentos sociais e grupos de organização coletiva quando relacionados aos conflitos urbanos nos territórios periféricos.

Na primeira parte do presente capítulo, observamos no contexto da formação da cidade, no período da mudança da produção agrícola à formação de um mercado de trabalho livre voltado à industrialização, a formação de uma classe operária que pautava em suas reivindicações expressões da questão urbana. A influência das teorias anarquistas na organização dos trabalhadores, nesse período, constitui uma marca importante na forma de organização coletiva dos trabalhadores e moradores da cidade de São Paulo. Contudo, a formulação das políticas públicas sobre um cenário estatal autoritário e populista manteve um estilo de dominação sobre a classe trabalhadora arbitrário, hierárquico, violento e informal que, atende, principalmente, o processo de acumulação, mantém acelerados os ritmos de exploração e ainda subtrai da classe trabalhadora a percepção da conquista e garantia de direitos sociais. Para compreender esse processo, usamos como referência os trabalhos de Francisco de Oliveira (2003), Ricardo Antunes (1983) e Maria Célia Paoli (1989).

Na segunda parte do presente capítulo, verificamos, no contexto da redemocratização brasileira, a formação de um processo acerca do consenso democrático. Após a distensão do autoritário regime militar, o movimento operário passa a atuar mais próximo da realidade vivida pela classe trabalhadora, emergem novos sujeitos coletivos na cena pública, movimentos sociais que passam a estar próximos das discussões relacionadas à reformulação do Estado e de encontrar uma forma de participação política. Nesse contexto, entre as organizações coletivas, ocorre um importante deslocamento analítico em relação às compreensões sobre o Estado e a sociedade civil, a partir de uma crítica elaborada dentro da própria teoria marxista, quando aporta teoricamente os estudos de Antônio Gramsci. A formação de uma cultura política em torno da defesa de direitos e o desenvolvimento das ações coletivas, protagonizadas pelos movimentos sociais sobre essas pautas, são as principais marcas desse processo, que é possível de ser compreendido através dos trabalhos de Dagnino (2000), Coutinho (1979) e Sader (1988).

Na terceira parte do presente capítulo, observamos o período de formação dos movimentos sociais que emergem na cena pública, a partir dos territórios periféricos, sujeitos coletivos que passam a reivindicar direitos, a começar, pelo direito a ter direitos (Sader, 1988). Nesse contexto, o modelo de cidade, organizado em centro e periferia, passa a ser questionado e são incorporadas a ele as pautas das negociações entre movimentos populares e agentes públicos. Também é possível

observar como atores da sociedade civil, como Igreja Católica, organizações não governamentais, profissionais e partidos políticos passam a estar muito próximos dos movimentos sociais. Expressões importantes de organizações coletivas também podem ser observadas no território do Grajaú. Para verificar essas questões, utilizamos como principais referências os trabalhos de Barban (2003) e Sader (1988).

Na quarta e última parte do presente capítulo, observamos a formação de uma cultura política acerca da participação, direitos sociais e cidadania. A participação dos movimentos sociais, nesse processo, mesmo com sua institucionalização, amplia significativamente os espaços de participação e mediação política. Nesse contexto, também são elucidadas as experiências de partidos políticos que, quando calcados na formação dos movimentos populares e sindicais, passam a consolidar as experiências participativas. Entretanto, a cultura política em relação à participação, direitos e cidadania é uma categoria em disputa, não por menos, o autoritarismo não desaparece da cena política, segue sendo executado, principalmente pela polícia, justiça e representantes conservadores, mesmo quando a ordem social preconiza a participação democrática. Para debater essas questões, utilizamos como referência os trabalhos de Barban (2003), Paoli e Telles (2000), Avritzer (1996) e (2006).

## **2.1 Nas fábricas e nas ruas**

A formação da cidade de São Paulo está intrinsecamente relacionada ao contexto político e econômico da mudança nas formas de expansão do capital, processo esse que teve início a partir de uma crise, que promove o declínio no desenvolvimento da produção agrícola cafeeira, a ascensão de novas formas de produção voltadas à industrialização e a formação de um mercado de trabalho livre.

Segundo Oliveira (2003), mudanças estas que ocorrem motivadas por uma crise externa, relacionadas às relações do país com o resto do sistema e que não representaram rompimentos ou mudanças nas estruturas de poder e no estilo de dominação. Para o autor, as classes proprietárias rurais brasileiras mantiveram a hegemonia política e apenas acomodaram as novas classes burguesas empresário-industriais no poder do Estado.

Nosso país, de capitalismo dependente e periférico (Oliveira, 2003) ou hiper tardio (Antunes, 1983), dependente de bens de capital, forjou uma solução para expansão capitalista, encontrando um novo modo de acumulação para substituir o acesso à economia externa.

Paoli (1989) observa, nas experiências assalariadas, nos interstícios da ordem escravista e, posteriormente, na regulamentação do trabalho, as relações de mando patronal, realizadas por instituições de caráter privado. A autora verifica como a classe trabalhadora é submetida às relações arbitrárias, hierárquicas, violentas e informais, regida por tratos verbais sem nenhuma forma de contrato ou garantia legal para dispor da mão de obra, estabelecer disciplina, ritmos e jornadas de trabalho ou calcular os montantes salariais para remunerar (desigualmente) os trabalhadores.

Nesse momento da história brasileira, os trabalhadores das recentes indústrias são punidos, dispensados e penalizados por qualquer transgressão. Homens, mulheres e crianças submetidos à exploração selvagem, dilapidadora que, inclusive, corrói qualquer forma de sociabilidade ordenada (Paoli, 1989). Dominação e subalternidade, entre mandos e desmandos, que não impedem as tentativas da classe trabalhadora de propor novos lugares dentro das novas formas de produção. E organizar ações coletivas.

Eclodem greves, boicotes, sabotagens e manifestações públicas, mesmo que fossem violentamente reprimidas. Uma classe trabalhadora que, quando reunida em congressos<sup>44</sup>, discutia a sua organização política, a formação de um partido e de um sindicato e debatia tendências teóricas anarquistas. A forma de aglutinar e organizar a classe trabalhadora em ligas por ofícios, sobretudo, buscou atribuir valores como dignidade, liberdade e inteligência às experiências associativas e ao cotidiano do trabalho<sup>45</sup> (Paoli, 1989).

A Liga dos Inquilinos e o movimento contra o alto custo de vida são experiências de organização coletiva desse período. Fortemente influenciado pelo movimento anarquista, pautaram em suas reivindicações, o alto preço dos aluguéis, o alto custo de custo de vida na cidade de São Paulo, a omissão do governo no controle das locações, a arbitrariedade dos proprietários e suas ações ostensivas de domínio

---

<sup>44</sup> Trata-se das discussões realizadas nos dois Congressos Operários desse período, especificamente no ano 1906 e no ano de 1912.

<sup>45</sup> Paoli (1989) destaca as *ligas por ofício* que afirmaram o orgulho de um trabalho com saber próprio e ressalta que foram os anarquistas que souberam tão bem interpretar esse sentimento na contraposição ideológica dos patrões brasileiros.

sobre a cidade. Grupos que desejam “tomar as praças e as ruas”, formar comitês de agitação, formar “exércitos de locatários”, cuidar da representação de “todas as associações populares” assim como excluir aqueles que “sempre dominam tudo” (Bandoni *apud* Benevide, 2018).

A classe trabalhadora que, na cidade, vivia nos bairros operários do Brás, Bom Retiro, Mooca, Barra Funda, Água Branca, Lapa e Belenzinho, envoltos e circundados pelas próprias fábricas, que se organizavam por uniões, associações, sociedades, alianças e ligas de resistência, mesmo que desfeitas a cada intermitência das rebeldes greves e da organização dos grupos fabris, constituíam, nesse período, as lutas sociais da classe operária<sup>46</sup> paulista que incidiam sobre o conflito urbano.

Durante os governos de Getúlio Vargas<sup>47</sup>, entre os anos de 1930 e 1945, são formuladas as primeiras instituições e legislações trabalhistas<sup>48</sup>, as primeiras políticas sociais de produção de moradia social e, também, as primeiras legislações com o objetivo de incidir sobre o custo da locação. Políticas sociais que formulavam, junto aos subalternos, a base social de sustentação desse longo e autoritário governo, base que comporta, em sua essência, a ideologia da desmobilização do movimento operário e sindical (Antunes, 1983), mas que também permite a acomodação, consolidação e efetivação de relações profícuas ao desenvolvimento do capital e seu processo de acumulação.

Para fundar essa relação, o poder do Estado é reorganizado de forma autoritária, centralizado e pautado em práticas clientelistas, paternalistas e populistas.

Para Paoli (1989):

O novo amparado do Estado iria pressionar o capital para se estender consigo mesmo, para reconsiderar as formas de sua imposição e para ressituar as relações com os trabalhadores. Ao mesmo tempo, impor o desentendimento do operariado consigo mesmo, ao se colocar no vértice da luta de classes como luta pelos direitos de existência social que descortina uma sociedade democrática, invertendo precisamente seu sentido. Tudo aquilo que havia sido formulado pelo movimento

---

<sup>46</sup> Para Antunes (1983), entretanto, o movimento operário hegemonicamente anarquista e anarco-sindicalista, quando mobilizado apenas para a pauta economicista, negligenciava a luta pelo poder estatal, drenava seu potencial na luta imediata e não direcionava a luta para superar o capitalismo pois desconsiderava a criação de uma organização partidária das classes subalternas. Isolou-se do cenário político e ainda impediu a formação de um bloco hegemônico de classes subalternas por não articular alianças com os demais setores dominados.

<sup>47</sup> Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945),

<sup>48</sup> Ministério do Trabalho (1930), dos Institutos de Previdência (1936) e da Consolidação das Leis Trabalhistas (1943) são exemplos de instituições e normativas de regulação do trabalho formuladas nesse período.

operário em sua experiência no espaço capitalista de produção foi aspirado por este novo Estado, e nele foram sufocadas as formas de organização e combate até então levadas. (Paoli, 1989, p. 50)

O Estado apropriava-se da relação estabelecida entre a classe trabalhadora operária e a fábrica. Impunha desentendimentos entre a própria classe e alterava a relação existente entre direitos sociais e sociedade, ao esvaziar as reivindicações por representações autônomas que poderiam existir sobre uma sociedade democrática.

Essa é a condição necessária para a acumulação industrial, centrada na exploração da força de trabalho (Antunes, 1983). O Estado, ao incorporar as reivindicações da classe operária, promove a estabilidade do seu governo, protege “mulheres e crianças do trabalho”, fomenta “a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação, crédito, esportes e cultura ao proletariado urbano e rural” (Vargas, 1938 *apud* Paoli, 1989, p. 50), sem incorporar as reivindicações da classe operária, e ainda retirando da classe trabalhadora a dimensão da conquista e do espaço de luta.

Ainda assim, houve continuidade das resistências operárias nas fábricas e contestações contra a exploração e os abusos cometidos pelos patrões. Não apenas as relações de exploração foram denunciadas, como também a legislação trabalhista foi utilizada no sentido de fomentar a defesa dos trabalhadores. A organização sindical, embora estivesse sob limitada formação, também passou a reivindicar a aplicação da CLT (Paoli, 1989).

As promessas desenvolvimentistas não impediram a deterioração da vida urbana, e fizeram emergir, por volta do ano de 1944, um protesto que, mesmo desorganizado, fragmentado e reprimido, articulou consumidores e trabalhadores contra as imposições econômicas do governo ditatorial.

A percepção empresarial e as ações estatais sobre os problemas da classe trabalhadora estavam relacionadas à percepção moral, demandante de ações disciplinadoras e reguladoras sobre a força de trabalho. Para forçá-los a uma produtividade ideal, utilizava-se o argumento do patriotismo e dos direitos sociais como motivação ao contentamento. Em detrimento disso, ocultavam reivindicações relacionadas aos baixos salários, às más condições de vida na cidade e à insatisfação com as desigualdades existentes.

A condição cotidiana de trabalho, quando reduzida à percepção moral e individual, suscitada pela ausência de disciplina ao trabalho, leva a classe trabalhadora à condição de impotência e solidão (Paoli, 1989). As resistências coletivas existentes, nesse período, são justamente importantes para inferir sobre esse processo, embora não suficientes para conter a sagacidade da exploração à acumulação do capital industrial.

Nas palavras de Paoli (1989):

Afinal, o que os empresários haviam conseguido, nestes anos iniciais da década de 40, era reduzir a condição dos trabalhadores ao mais puro modelo privatista e escravocrata da passagem do século com a diferença que podiam utilizar-se de um já sofisticado aparato de Estado interventor das questões sociais pela via legal — o que piorava totalmente as chances de uma possível reação dos trabalhadores. No plano ideológico, utilizavam também o discurso do patriotismo e da guerra para tornar ilegal qualquer situação de afastamento do trabalho. Deste modo, a superexploração do trabalho voltou a ser o padrão aberto que comandava a acumulação do capital industrial, aceito pela sociedade e justificado pela lei (Paoli, 1989, p. 64).

Durante o período mencionado, políticas públicas haviam sido criadas para regular e regulamentar as relações de trabalho que, de forma geral, especificavam a duração da jornada de trabalho, garantiam a segurança e a proteção para grande parte dos grupos trabalhistas. Ainda assim, as relações de trabalho mantiveram-se reduzidas às relações do setor privado, entre os mandos e desmandos dos proprietários dos meios de produção. As relações de trabalho, mesmo que legalmente amparadas pelo Estado, recebem o aporte de uma ideologia especificamente propagada a uma finalidade: manter justificada a superexploração do trabalho para garantir a acumulação do capital industrial pelo sentimento de dever a uma pátria economicamente vinculada a outros países em situação de guerra.

No próximo item do presente capítulo, observaremos como os direitos sociais e as políticas sociais tornaram-se pautas recuperadas pelos movimentos sociais, quando o país passou a conformar processos democráticos. Portanto, apenas posterior à extinção dos longos anos de ditadura militar. No contexto da democratização, no período da conformação de espaços públicos informais, descontínuos e plurais (Telles; Paoli, 2000), surgem as possibilidades de elaborar e difundir a perspectiva dos direitos e da cidadania, reivindicações que se tornam pautas dos insurgentes movimentos sociais populares, que trouxeram legitimidade às suas

formas de atuação e contornaram as possibilidades de estender a democracia à formalidade liberal, ao permitir espaços de participação aos trabalhadores e grupos excluídos. Mas também revelam como desafiantes as dificuldades e as ambivalências (Telles; Paoli, 2000) em tornar equivalentes as desigualdades da vida coletiva (Paoli, 1989).

## **2.2 Onde o povo está**

Uma aliança internacional, incentivada por profundas mudanças no modelo econômico mundial, implanta, no Brasil e em diversos países da América Latina, regimes ditatoriais para garantir processos e contrarreformas para a livre circulação monetária. No Brasil, o regime militar ditatorial perdurou entre os anos 1964 e 1985, período em que se intensificam as desigualdades sociais e, no âmbito político, cerceia movimentos sociais, partidos de esquerda ou qualquer forma de expressão política oposta ao totalitarismo.

Em um momento de crise econômica mundial, particularmente a partir do ano de 1974, o regime militar inicia um processo de transição à democracia, que manterá seus laços com o regime militar e deixará o poder em mãos confiáveis para conciliar posições (Weffort, 1984). Ainda assim, permitiu a formação de um consenso em torno da democracia, mesmo que traçada pelos mais diversos, distintos e, por vezes, inconciliáveis atores presentes na sociedade civil brasileira.

A abertura política à democracia representava algo novo na história política brasileira. A política brasileira quase sempre manteve o privilégio das classes dominantes, mal conseguia constituir um espaço público onde a atividade política pudesse se diferenciar das atividades privadas, quase não vivenciou processos verdadeiramente democráticos e manteve uma tradição ambígua e cínica em relação à democracia que transforma o golpe em prática corrente (Weffort, 1984).

No período da redemocratização, havia divergências sobre as concepções de democracia entre os mais diversos e distintos atores da sociedade civil, entre a esquerda e a direita, entre os marxistas e liberais. Mesmo com divergências, firmava-se o consenso em torno da democracia.

A esquerda brasileira havia sido fortemente combatida pelo regime militar. Na ação política, diante dos golpes proferidos pela repressão, as derrotas ao processo revolucionário, a esquerda vivenciava importantes crises e fragmentações.

Neves (2016) ressalta que sociais-democratas discutiam, por exemplo, sobre a relação e o papel das lutas sociais no contexto democrático, sobre as possibilidades e impossibilidades de modificar a ação estatal, sobre o poder dos governantes. O autor também evidencia que havia divergências no interior da própria esquerda, entre os próprios comunistas, alguns influenciados pelas “teses eurocomunistas” e que apostavam na centralidade da questão democrática e ampliação da democracia como um caminho de passagem ao socialismo “real”<sup>49</sup>.

Durante o regime militar, mesmo com toda repressão, violência e clandestinidade, grupos de esquerda<sup>50</sup> resistiram e almejavam implantar uma nova ordem societária, mas, no processo de sua reorganização, passam a ser religados às experiências do movimento operário e das Comunidades Eclesiais de Base. Na ação política, junto aos movimentos sociais, a esquerda procurava compreender como poderia contribuir à consciência de classe ao estar mais perto da classe operária e dentro da realidade vivida pela classe trabalhadora.

Para Sader (1988), a mais importante crise da esquerda estava relacionada à sua própria identidade, pois demonstrava o afastamento da vanguarda do processo revolucionário em relação às massas trabalhadoras. O autor verifica que essa crise leva as organizações de esquerda a se movimentarem no sentido de ligar-se às reaglutinações do movimento operário e, em menor medida, à organização popular nos bairros, em um movimento denominado como “marxismo de uma esquerda dispersa”, presente em uma das matrizes discursivas, observadas nos movimentos populares, que emergem na cena pública nesse período. Para o autor, nessa ação política, torna-se necessário interpretar as condições concretas da população, os problemas da luta de classe e as condições da sociedade capitalista, intervir e interpretar a cultura da classe trabalhadora e atribuir significados ao cotidiano vivido.

---

<sup>49</sup> A questão democrática estava no centro da discussão teórica e política dos partidos comunistas e principalmente do Partido Comunista Italiano.

<sup>50</sup> Grupos como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), a Ação Popular (AP) e a Política Operária (POLOP) disputaram propostas no campo ideológico socialista até o ano de 1968 e entre os anos de 1969 e 1971, partiram para a luta armada mas aproximadamente no ano de 1974, seus remanescentes passam a estar mais próximos da classe trabalhadora.

Especificamente nesse contexto, a esquerda marxista recebe o aporte do estatuto-teórico político de Antônio Gramsci<sup>51</sup>. Uma crítica poderosa passa a ser elaborada ao reducionismo econômico, que separava infraestrutura e superestrutura, ressaltava a determinação da superestrutura pela infraestrutura econômica, ou ainda observava a função da ideologia como deformadora das condições de existência (Althusser, 1980). A teoria gramsciana permite observar que havia imbricações profundas entre a cultura, a política e a economia, que as forças materiais e os elementos culturais eram equivalentes dentro de uma visão integrada de sociedade (Dagnino, 2000).

As interpretações gramscianas também permitem outro deslocamento analítico importante em relação às concepções relacionadas ao Estado e à sociedade civil, até então difundidas pela esquerda brasileira. O marxismo clássico era implacável com o Estado, indicava a ditadura do proletariado como única e exclusiva experiência democrática (Lenin, 1978), onde o Estado era o principal impeditivo de participação das massas e da classe operária, era “o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (Lenin, 1978, p. 9), e apenas a ditadura do proletariado destituiria a burguesia de seu aparato estatal. Para Lenin (1978), a república mais democrática não passaria apenas de uma máquina para oprimir uma classe pela outra.

Nessa perspectiva, não havia outra proposta de inclusão dos interesses da classe trabalhadora que não fosse o estabelecimento de uma ditadura do proletariado. Não há forma de se relacionar com o Estado que não seja a substituição da democracia dos ricos pela democracia dos pobres. A ampliação da democracia pela ditadura do proletariado traria a emancipação da humanidade do capital e a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, o único caminho para o definhamento e morte do Estado (Engels *apud* Lenin, 1978).

Entre o definhamento do Estado tático e coercitivo, a implantação da ditadura do proletariado e a abolição do Estado, estava a questão sobre como incluir a classe

---

<sup>51</sup> Os escritos de Gramsci, oficialmente publicados no Brasil no final da década de 1970 também demonstram a importância dos esforços empreendidos por Carlos Nelson Coutinho em traduzir e organizar os escritos contendo os fragmentos dos originais redigidos nos Cadernos do Cárcere. A obra *Concepção Dialética da História* é exemplar desses esforços. É necessário ponderar também que Gramsci estava amplamente envolvido no arcabouço teórico marxista e imerso na luta revolucionária na Itália. O país que vivenciava uma crise no Estado Liberal, o fortalecimento da sociedade capitalista e a ampliação da sociedade civil (Toledo, 2013), faz Gramsci pensar sobre o socialismo com um processo a ser construído (e não implantado) diante dessa conjuntura.

trabalhadora nos processos políticos. O debate não era novo. Rosa Luxemburgo (2011) já havia ponderado que, no socialismo vivido, a democracia do proletariado deveria incluir a participação ativa das massas, deveria incluir controle público, emanar formação política crescente às massas populares e incluir conselhos participativos. Rosa Luxemburgo tece críticas até mesmo ao processo brusco e caótico que transformou as terras da grande propriedade fundiária russa em propriedade fundiária camponesa, ressaltando que o conflito e a luta entre o proletariado urbano e a massa camponesa, nesse contexto, formavam um novo inimigo: a massa de camponeses proprietários que defende com afinco sua propriedade recentemente adquirida contra qualquer coletivização.

Analistas latino-americanos também traçavam considerações importantes sobre a perspectiva instrumentalista acerca do Estado, seja porque essa perspectiva ignorava o Estado capitalista, que as classes dominantes haviam forjado em seus territórios, ou ainda porque não havia uma busca verdadeira pela participação popular.

Suárez (2005) observa, na Argentina, por exemplo, que as formas de dominação e as particularidades da luta de classes são distintas em cada país e nem ao menos a Revolução de Outubro seguiu o processo de desmembramento e destruição do Estado. Para o autor, era necessário buscar a verdadeira participação popular, pois cada *“revolución busca y necesita su propia originalidade”* (Suárez, 2005, p.05).

Prieto Sansónov (2019) radicaliza a crítica ao afirmar que, no poder ditatorial, mesmo o revolucionário mais tenaz representa uma minoria privilegiada no poder. Na compreensão do autor, um governo com a maioria das massas populares representada por uma minoria privilegiada de trabalhadores, que se tornaram governantes ou representantes do povo, deixa de ser trabalhadora e passa a observar o mundo proletário acima do Estado e não mais como representantes do povo. (Bakunin *apud* Sansónov, 2019, p. 31).

Brancaleone (2019) também avança nessa crítica, ao afirmar que independente da forma como o povo se materializar no Estado, este expressa um conjunto de relações sociais hierárquicas de submissão da população a um determinado território e a um corpo político que se projeta como agente de soberania, institucionalmente segregada do resto da sociedade, mas legitimamente representada

pelas “vontades gerais” intrínsecas à dinâmica de reprodução da sociedade capitalista (Colombo; Proudhon *apud* Brancaleone, 2019, p. 22).

No contexto da redemocratização brasileira, Carlos Nelson Coutinho (1979), no seu influente trabalho *A Democracia Como Valor Universal*, analisa a renovação democrática como uma etapa “da revolução” (Coutinho, 1979, p. 2). O autor designa à democracia um conteúdo estratégico para criar pressupostos políticos, econômicos e ideológicos à transformação social que, quando observada sobre a concepção gramsciana, não adquire mais traços totalitários de tomada de poder e dominação, mas adquire a dimensão de processo.

Para Coutinho (1979), a especificidade do momento da renovação democrática permitia formar uma unidade com valor estratégico, acrescentar política à socialização e respeito à diversidade na incorporação de novos sujeitos individuais e coletivos ao processo de transformação da realidade. Nesse sentido, o processo de formação de uma “democracia das massas” passava a ser fundado na articulação entre o pluralismo e na existência de uma hegemonia, um processo distinto da absolutização da dominação dos regimes totalitários e dos limitantes aspectos da democracia liberal<sup>52</sup>. Para o autor, mesmo que não sejam ultrapassados os limites da democracia liberal, mesmo que as forças hegemônicas do novo regime liberal continuassem durante um certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, essa hegemonia seria exercida de forma menos absoluta e despótica que o regime ditatorial e não alteraria o valor das conquistas liberais-democráticas para as forças populares.

---

<sup>52</sup> Carlos Nelson Coutinho é fortemente influenciado pela experiência do Partido Comunista Italiano (PCI) da década de 1970. A Itália, em seus tempos de exílio político, construía a proposta de um governo democrático, que unificasse as diferentes esquerdas. A proposta foi chamada de *Compromesso Storico*, onde Enrico Berlinguer, dirigente do PCI, redige os aspectos sobre essa aliança para formar um governo democrata cristão em nome da solidariedade nacional. Para o PCI, intencionalidade era melhorar o funcionamento do parlamento e dos órgãos de governo, realizar reformas na administração pública e da administração da justiça, reorganizar as forças armadas e a polícia, cuja eficiência do Estado estaria ligada ao desenvolvimento e à extensão da democracia e à defesa contra o desvio da ordem democrática da segurança e da tranquilidade dos cidadãos. Para Berlinguer (1976) um Estado democrático eficiente deve ser delineado pela Constituição republicana, possuir instituições representativas dos partidos, manter a autonomia das regiões e instituições locais e promover a participação dos cidadãos.

Segundo Coutinho (1979):

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares — enquanto método de sua batalha política — a opção por aquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”. A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tomarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos (Coutinho, 1979, p. 11).

O regime democrático e a democracia das massas, ao incorporar crescentemente novos sujeitos políticos, permitiriam que a classe trabalhadora consolidasse e ampliasse suas próprias conquistas em meio a uma batalha política. Nessa batalha, havia um método a ser empenhado pelas forças populares: a guerra de posições em meio às organizações da sociedade civil. Essa seria a base para as forças populares conquistarem o poder do Estado.

Ao conceber unidade e pluralismo como valores estratégicos aos sujeitos coletivos de base, na democracia das massas, podemos pressupor que a conquista da hegemonia seja realizada através da obtenção do consenso majoritário das correntes políticas, classes e camadas sociais. Porém, um amplo espaço político e uma pluralidade de relações de poder se constituem enquanto campo de atuação da sociedade civil. Um campo permeado de muitas e distintas disputas políticas. Para operar a construção de uma hegemonia e a construção de uma concepção de mundo, é necessário compreender a dimensão das agências e a constituição dos sujeitos políticos, suas subjetividades, suas relações com as estruturas sociais objetivas. Nesse sentido, a dimensão da cultura passa a ser crucial para construir todo o processo hegemônico (Dagnino, 2000).

Chauí (2019) compreende a democracia como o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, e que mesmo diante da existência das contradições materiais, mediante a existência real das desigualdades, esse sistema político como forma de sociedade concilia efetivamente os princípios da igualdade e liberdade e “a prática de criação e conservação de direitos contra desigualdades, exclusões e privilégios” (Chauí, 2019, p.10).

Uma concepção distinta da concepção democrática liberal. O regime governo democrático não contém apenas eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes e respeito à vontade da maioria e das minorias. A democracia surge como forma de sociedade para também manter a possibilidade do conflito como legítimo, expresso e mediado por instituições formuladas a partir da ideia de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Para Chauí (2019): “[...] a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem de democracia liberal à democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos (as “minorias”) sentem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos” (Chauí, 2019, p.12).

As classes populares possuem um lugar importante na sociedade democrática, principalmente por impulsionarem e reivindicarem a formulação de direitos e políticas públicas. Os excluídos, os antes sem direitos, ao sentirem a importância de direitos, passam a exigir e a reivindicar mais direitos.

Dagnino (2000) revela a importância e a propositividade dos movimentos sociais nesse período, principalmente quando passam a desenvolver uma concepção de democracia que transcende os limites das instituições políticas tradicionalmente concebidas. Para a autora, as importantes mudanças na cultura-política do país puderam ser realizadas diante do aprofundamento democrático da sociedade estendido, desde o regime político até a democratização da sociedade como um todo, assim como nas práticas culturais encarnadas nas relações sociais de exclusão e desigualdade, que levaram adiante uma redefinição de cidadania e uma noção de direitos.

A trajetória dos movimentos sociais, em uma dinâmica democrática aberta à representatividade, negociação e interlocução, passou a ser constituída dentro da arena pública e provocou fissuras ao legado autoritário e excludente da história brasileira (Telles; Paoli, 2000). São desses sujeitos, especificamente, sobre as trajetórias políticas traçadas nos territórios periférico, que procuraremos nos aproximar no próximo item do presente capítulo.

## 2.3 No chão das periferias

No ano de 1977, os estudantes voltam as ruas, unificados em torno da palavra de ordem: “pelas liberdades democráticas”. Percorreram, percorremos as ruas das principais cidades brasileiras entoado um quase-rap que anunciava “vai acabar, vai acabar, a ditadura militar”. Além disso, iniciamos as articulações para a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) mesmo pagando um preço alto: a invasão violenta das dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) pelas tropas de Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública. No ano seguinte, eram os metalúrgicos do ABC paulista e de São Paulo além de várias outras categorias de trabalhadores [...] uma coisa é driblar a repressão do coronel Erasmo Dias no centro de São Paulo, naquele ano estudantil de 1977; outra é percorrer a Vila Anchieta para chegar a São Bernardo do Campo e perceber, no meio daquela multidão anônima, que a história agora tem mais densidade, com sujeitos que lhe conferem esse peso (Munakata, 2010, p. 11)

Para Munakata (2010), a movimentação de atores políticos, que passaram a estar constituídos em torno das lutas sociais pela redemocratização, era espantosa, pois além da presença dos trabalhadores na irrupção do movimento grevista, iniciado na região metropolitana de São Paulo, espalha-se pelos grandes centros industriais urbanos do estado e passa a envolver centenas de outras categorias de trabalhadores.

Sader (1988) verifica que a emergência de uma nova configuração de classe, a partir do surgimento desses movimentos, pois os lugares onde se constituíam esses sujeitos coletivos (suas linguagens, seus temas e valores e as ações sociais em que se moviam) anunciavam o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores que se mobilizavam por questões relacionadas ao cotidiano, entrelaçadas nas relações da vida comunitária por laços de vizinhança, vínculos religiosos ou trabalho. Para o autor, os espaços de onde emergiram os novos sujeitos coletivos inovam a cena pública e apresentaram sinais de resistência, esperança e alternativa ao contexto autoritário e às condições de vida da classe trabalhadora.

Paoli e Telles (2000) observam, no campo de conflitos que agitaram toda essa década, a experiência inédita na história brasileira, na qual a cidadania é buscada por luta, conquista e reivindicada como direito em negociações possíveis, abertas ao reconhecimento dos interesses e razões, reconhecidas em suas plausibilidades inspiradas no trabalho digno, vida decente e uma sociedade mais justa. Para as autoras, a construção de uma trama representativa, em que a reivindicação por

direitos passa a circular e criar identidades, redefine o sentido político da invenção democrática e a noção de direitos e cidadania, atualizando, no dissenso e no conflito, os princípios universais da igualdade e da justiça.

Sader (1988) esclarece que o novo sistema político, que emergia nesse período, a democracia, estava marcado pelas significativas mudanças no conjunto da sociedade civil, que cruzava a história do movimento operário, do movimento das classes populares, se desdobrava em um conjunto de atores e grupos sociais populares dos mais diversos que irrompiam a cena pública, reivindicando direitos, a começar pelo direito de reivindicar direitos.

Moradores de loteamento clandestinos, Clubes de Mães, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento da oposição metalúrgica, nas comissões de fábrica, o movimento de saúde e ocupações de terra, que passam a ser organizados, são algumas das experiências de organização coletiva que ressignificaram as experiências cotidianas da classe trabalhadora paulista ao organizar práticas políticas para reivindicar direitos.

O lugar de onde emergiam os movimentos sociais populares representava uma novidade histórica. Os novos sujeitos coletivos eram novos em contraponto às tradicionais organizações partidárias, estudantis e sindicatos, e levaram as organizações coletivas a revalorizarem as práticas sociais presentes no cotidiano popular nos territórios periféricos. Mundo associativo comunitário que não foi sempre um espaço valorizado por ativistas e organizações progressistas, pois, ao cooperar ao invés de entrar em conflito, mantinha ausente uma identificação com a luta de classe; ao atuar apenas na resolução dos problemas do cotidiano, ou ainda, por estar inserido em relações personalistas e clientelistas, que eram observadas como sinônimos de despolitização e reprodução da ordem. (Chauí, 1988). Tampouco o associativismo produz automaticamente efeitos democráticos, algumas vezes, conforma até mesmo organizações incivis que demandam e sustentam projetos autoritários (Warren, 2001).

Entretanto, como observam Paoli e Telles (2000), no horizonte histórico posterior aos anos de arbítrio e repressão de uma sociedade autoritária, excludente e hierárquica, as lutas sociais, que marcaram esses anos, criaram um espaço público informal, descontínuo e plural por onde passaram a circular reivindicações diversas relacionadas a direitos, justiça e igualdade. Para as autoras, esse espaço público no

qual se elaborou e se difundiu uma “consciência do direito a ter direitos” e uma sociedade civil emergente, construída no solo conflituoso da vida social, representa a existência de uma possibilidade no horizonte da sociedade brasileira em retratar e negociar com atores coletivos reconhecidos pela legitimidade de seus interesses e direitos reivindicados.

Os movimentos sociais populares que emergem nesse contexto também passam a pautar em suas reivindicações a segregação socioterritorial do modelo ‘centro-periferia’, a espoliação urbana e a autoconstrução.

Caldeira (2011) verifica que o modelo centro-periferia passou a ser invocado em negociações políticas entre os funcionários do governo e os representantes dos movimentos sociais, modelo esse que se tornou, assim, uma referência comum para a classe trabalhadora, as organizações políticas, os planejadores e cientistas sociais. Para a autora, a mobilização política daqueles que até então haviam sido excluídos da arena política tornou visível a periferia, ajudou a população de São Paulo a perceber o padrão de segregação social e a organização espacial da cidade.

Para Sader (1988), coletividades e identidades não são experiências elaboradas de forma espontânea, tampouco o cotidiano é um lugar mítico e puro, e os pobres são libertos de ideologias desconhecidas. No sentido de compreender os atores que elaboravam os modos de abordar a realidade, atribuir significados, nomear e interpretar situações, temas e atores em referência a determinados valores e objetivos, é que o autor identifica a presença das matrizes do marxismo, do novo sindicalismo e do cristianismo das Comunidades de Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica nas nomeações e interpretações desse cotidiano.

A influência da Igreja Católica na elaboração das lutas contra as condições de vida dos trabalhadores, nas periferias paulistas, nesse período, foi muito significativa. Nas ocupações de terra, da década de 1980 (Bava, 1988), no Clube de Mães (Sader, 1988), nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (Sader, 1988), no movimento dos moradores de loteamentos clandestinos (Krischke, 1988), na construção dos espaços e mobilizações coletivas em favelas e ocupações que formam hoje o bairro da Vila Maria (Spira, 2023), é possível verificar essa influência.

A Igreja Católica passava por processos de renovação<sup>53</sup> que, nas periferias urbanas, tornava-a mais próxima do povo, institucionalmente presente e comprometida com as causas populares. Ao oferecer abrigo e espaços para a organização dos movimentos sociais, sem vincular filiação religiosa, permitir a aplicação do método de Paulo Freire, para alfabetização em plena ditadura militar, atuar na defesa pelos direitos humanos, ao assumir a denúncia contra a violência e a tortura do governo militar, e intervir nas condições concretas das comunidades, através das comissões pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Igreja Católica passa a estar organizada institucionalmente para atuar e apoiar a formação de novos sujeitos políticos, em ações positivas de uma ética social (Camargo; Souza; Pierucci, 1983), na operação à renovação de significados (Sader, 1988), na defesa dos direitos humanos e apoio às lutas populares (Bava, 1988), reestabelecendo as referências cristãs como confiança, solidariedade, vida comunitária e utilizando como referência o passado popular rural, recentemente vivido que, na cidade, se inseria nas periferias.

A matriz da Teologia da Libertação<sup>54</sup> tem importância nesse processo, pois atuou na renovação de símbolos, mitos e rituais cristãos, ressignificou valores como a libertação, solidariedade, justiça, serviço comunitário, capacidade crítica, identidade comunitária e enfrentamento ao conformismo. Nas periferias das cidades, a evangelização e as formas de resolução dos problemas, conforme os ensinamentos cristãos, permitiam uma reflexão crítica da realidade. Seus participantes, ao expor suas ideias, são valorizados pelo saber popular. Ao intervir coletivamente, estavam engajados sobre a realidade vivida.

Longe de serem agentes externos aos movimentos sociais, atores importantes atuaram conjuntamente no processo de formação dos movimentos sociais populares: organizações não governamentais, universidades, profissionais como advogados, assistentes sociais e arquitetos, deputados, vereadores, entre outros, acompanhavam cotidianamente o processo de esclarecimento, organização e mobilização interna dos movimentos populares.

---

<sup>53</sup> São marcos institucionais importantes à igreja católica o Concílio Vaticano II em 1968 e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medellín.

<sup>54</sup> A Teologia da Libertação consistia em tomar como ponto de partida exposições que testemunham as condições de vida da população, apresentadas pelas próprias pessoas implicadas; efetuar uma reflexão teológica sobre esses fatos, confrontando essa realidade vivida com as sagradas escrituras; e concluir com a definição de pistas para a continuidade do trabalho coletivo de evangelização (Sader, 1988, p. 163).

Os movimentos de moradia, que emergem das experiências de ocupações de terra e reivindicam melhorias e serviços públicos nos bairros periféricos, estabelecem relações de aprendizados recíprocas, com os atores que os auxiliam nas negociações permanentes com os órgãos públicos. Como afirma Paz (1996), eram atores “de dentro”, com legitimidade construída no acompanhamento sistemático das questões locais, como as ocupações, enfrentamentos com o aparelho estatal e a repressão policial, manifestações e reivindicações (Paz, 1996, p. 57).

Barban (2003) verifica que a região sul da cidade de São Paulo possui uma longa história de movimentos sociais, originada de associações comunitárias, clubes de mães, ações progressistas da Igreja Católica em CEBs e pastorais. Movimentos sociais que estavam articulados ao movimento dos trabalhadores industriais paulistas, especificamente, nas regiões de Santo Amaro e Campo Limpo, e que marcaram a participação popular na formação do novo sindicalismo<sup>55</sup>, no apoio à greve geral, na criação do Fundo de Greve e na presença em amplas manifestações de rua que ocorriam nesse período. A autora identifica especificamente, no Grajaú, os movimentos populares que engendraram lutas para conquistar o abastecimento de água, melhorias no transporte, pleitearam a regularização dos loteamentos clandestinos, melhorias de infraestrutura, urbanização de favelas ou ainda se posicionaram contra a carestia.

Braban (2003) ainda reúne registros de outros pesquisadores e demonstra os aspectos dessas lutas no próprio território: as assembleias realizadas pelo movimento pelo abastecimento de água, entre os anos de 1978 e 1979, em frente à Sabesp; o movimento de transporte, que protestava contra a viação Bola Branca e publicava periodicamente um boletim denominado *A Catraca*, entre outubro de 1982 e julho de 1987; o movimento de mulheres e sua mobilização à pesquisa domiciliar sobre o custo de vida, que resulta na coleta 18.500 assinaturas em abaixo-assinado e na mobilização às manifestações do Movimento Contra a Carestia, entre os anos de 1978 e 1979; o movimento de saúde que realizava assembleias na região; as articulações

---

<sup>55</sup> O novo sindicalismo possui como importante marca, os laços existentes entre trabalhadores, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), associações comunitárias e sindicato. Desse processo, emergem novas lideranças sindicais como Luiz Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores (PT), organismos intersindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). O novo sindicalismo se opunha ao regime militar e reivindicava a liberalização de instituições e organizações políticas.

que precedem a regularização dos direitos das crianças e do adolescente; a criação de fóruns, entre outros.

Paoli e Telles (2000) verificam, com precisão, no que se refere a esses movimentos, que articulou-se uma trama associativa, arenas públicas amplas, plurais, multifacetadas, heterogêneas e descentradas, mas articulada a associações de base, grupos de assessoria, organizações não governamentais, igrejas, profissionais liberais, sindicatos e universidades, que permitia uma capilaridade a novos temas a uma exigência ética de cidadania, que se traduzem em uma capacidade, por vezes, inusitada, de articulação e mobilização de atores coletivos.

## **2.4 Periferia por direitos e políticas públicas**

A Constituição de 1988, nosso importante e celebrado marco democrático, continha a promessa de encerrar uma ordem instituída legal autoritária, a ditadura militar, a partir de negociações, pactos e consensos. Os movimentos sociais populares estiveram inteiramente envolvidos no processo constituinte, que inscrevia novos direitos e processos participativos à democracia, que geraram uma institucionalidade participativa, que levou a criação de mais de vinte mil conselhos no Brasil (Avritzer, 2016). Ao incorporar uma agenda universalista de direitos e proteção social, o novo texto legal traduzia uma exigência de participação na gestão da coisa pública e acenava com a possibilidade da construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar democracia e cidadania (Paoli; Telles, 2000).

O exercício de soberania popular, que redefinia para além do voto as práticas participativas à democracia, uma participação que poderia ser realizada através de iniciativas populares de lei, plebiscitos, referendos e audiências públicas, nos anos seguintes, viu, através da multiplicação de fóruns públicos, sobre temas como saúde, direitos humanos, raça, gênero, cultura, meio ambiente e qualidade de vida, moradia, assistência social, proteção à infância e à adolescência e planejamento urbano, a cidadania ser apresentada com questões importantes à gestão e negociação pública e coletiva.

Nesse cenário, estruturam-se e reestruturam-se partidos políticos, um partido específico, o Partido dos Trabalhadores, formalmente instituído no ano de 1980,

mantinha raízes calcadas nos movimentos sindicais e populares e no processo de participação social. É a partir das gestões locais desse partido, que experiências como o Orçamento Participativo (OP) passam a ser desenvolvidas e estendidas a muitas cidades brasileiras. No ano 2008, a experiência do Orçamento Participativo havia sido desenvolvida em 208 cidades (Avritzer, 2016). A chegada do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, durante os anos de 2003 a 2011, resulta na expansão significativa dos conselhos participativos em políticas públicas e das conferências nacionais.

Paoli e Telles (2000) verificam, nas experiências dos fóruns de participação, uma prática até então inédita da história brasileira, movimentos e grupos organizados lançando mão de leis e instrumentos jurídicos consagrados no texto constitucional para questionar a legitimidade das decisões do Executivo, denunciar práticas de corrupção e o mau uso das verbas públicas, cobrar dos poderes públicos municipais critérios nas montagens das peças orçamentárias, pressionar o legislativo local para a regulamentação e efetivação de direitos garantidos na ordem legal, bem como a incorporação na agenda política de temas, questões e demandas formuladas por movimentos e entidades civis atuantes por regiões.

Na cidade de São Paulo, especificamente no território do Grajaú, Barban (2003) observa essas experiências locais participativas sendo implementadas e verifica como os movimentos populares passaram a, gradativamente, estabelecer negociações com a administração municipal, com o governo do Estado, com ambientalistas e outros atores da sociedade civil. O movimento por transportes estabelece uma instância de negociação com a empresa da região através de um Fórum comunitário consultivo; o movimento de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes organiza na região um Fórum empenhado na regularização municipal das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069 de 13 de junho de 1990); o movimento da saúde, por meio dos Conselhos Populares, passa a impulsionar processos eleitorais para a constituição dos Conselhos Gestores para implantação municipal do Sistema Único de Saúde (**Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**) e ainda preservava distinções entre movimento popular e a participação em conselhos; grupos de artistas conjuntamente com outros movimentos mobilizam-se através do Fórum da Cultura de Interlagos para reivindicar a criação da Casa de Cultura, compor o Fórum da Cultura da Cidade, pressionar a

Câmara Municipal e institucionalizar as Casas de Cultura do Município (**Lei Municipal n. 11.325 de 29 de dezembro de 1992**).

Para Paoli e Telles (2000), as relações que os movimentos sociais passam a estabelecer com o Estado deslocam as práticas tradicionais de mandonismo, clientelismo e assistencialismo e ainda colocam em xeque um padrão autoritário e burocrático da gestão pública. Para as autoras, ao negociar demandas e reivindicações, estabelecer prioridades na distribuição dos recursos públicos, bem como organizar a ordem das responsabilidades dos atores envolvidos, são construídas novas formas de sociabilidade política que abrem um jogo de reconhecimento, um novo tipo de regulação capaz de garantir e criar novos direitos.

A mediação de espaços públicos, que dá visibilidade aos conflitos, ressoa nas demandas sociais, ao mesmo tempo, atores coletivos se constituem como interlocutores reconhecidos na validade dos seus interesses e com legitimidade para reivindicar direitos, abdicando das práticas tradicionais de defesa corporativa de interesses no interior do Estado. Esses espaços públicos podem ser entendidos como espaços que publicizam os conflitos em práticas de negociação, nas quais os direitos se firmam como referência normativa e definem uma nova gramática na vida política, que impede que a defesa dos interesses se faça no jogo bruto das forças (Paoli; Telles, 2000).

Para Avritter (1996), tão importante quanto analisar a vigência de direitos é entender por que a ação cotidiana de atores políticos relevantes, tais como governantes, membros do sistema judiciário e da própria polícia, não se orienta pela normatividade existente. Nesse sentido, trata-se de compreender que existe uma cultura política não democrática que se entrelaça com a institucionalidade democrática e as práticas dominantes. Cultura política que, nesse caso, não é puramente democrática, tampouco puramente autoritária. Para o autor, é importante ao menos supor a existência de duas culturas políticas e uma disputa existente entre elas no interior do sistema político, pois, na medida em que certos atores defendem a operação de instituições de governo, ao mesmo tempo, estão à margem da institucionalidade democrática.

As dinâmicas de rearranjo político-institucional possibilitam que os movimentos sociais formulem suas próprias formas de organização e

representatividade, participem dos espaços institucionalizados das políticas sociais, assim como passem também a construir instituições para atuar nessas políticas.

A UMM-SP, por exemplo, que no ano de 1993 funda a União Nacional dos Movimentos de Moradia (UNMP) e a partir dessa articulação nacional dos movimentos de moradia passa a realizar experiências como a formulação do primeiro projeto de lei de iniciativa popular do país, passa a contribuir na formulação de programas habitacionais, formula propostas alternativas, como as políticas habitacionais previstas para grupos autogestionárias e ainda implementa programas habitacionais como, por exemplo, (citando apenas os programas habitacionais de âmbito federal) o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Programa Crédito Solidário (PCS) e o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV).

O movimento pelos direitos humanos de crianças e adolescentes na zona sul de São Paulo, que se desdobra na constituição do CEDECA Interlagos, fundado oficialmente no ano de 1999, mas iniciado em trabalhos comunitários nas favelas e ocupações na região da Capela do Socorro, ao longo dos anos, formaliza-se como organização não-governamental à proteção jurídico-social de crianças e adolescentes e passa a gestar, em parceria com órgãos públicos, serviços e equipamentos de atendimento e proteção a crianças e adolescentes.

A representação popular através das organizações não-governamentais (ONGs) evidenciou, principalmente durante a década de 1990, um processo de institucionalização e normalização de formas de ação coletiva (Lavallo, 2004). No entanto, ao mesmo tempo, consolida e dispõe uma nova centralidade à sociedade civil, que emergiu após a redemocratização brasileira.

Novos aspectos passam a estar presentes na relação dos movimentos sociais e com o Estado, como alianças, disputas, diálogos e negociações e, na cidade de São Paulo, importantes mudanças ocorrem entre as formas de interagir dos movimentos sociais com o poder público municipal, principalmente após a gestão da prefeita Luiza Erundina de Sousa (1989 a 1992) do Partido dos Trabalhadores e as consequentes gestões de Paulo Salim Maluf (1993 a 1997) e Celso Pitta (1998 a 2001), que durante seus mandatos, representaram quatro partidos políticos distintos<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Para Paoli e Telles (2000), no campo democrático do conflito, trata-se também do cenário no qual surgem e se explicitam diversidades no universo do campo popular. Longe de ser homogêneo e unificado, o campo popular apresenta problemas de diversas ordens, inclusive uma perspectiva fragmentária de cidade. Os conflitos que se desdobram por disputa por recursos públicos dividem internamente várias organizações, mobilizam velhas e novas práticas de clientelismo e corporativismo. No campo das lutas urbanas, se traduzem no chamado conflito de direitos.

Feltran (2008), no contexto das periferias paulistas, na radicalidade das transformações ocorridas nesse mundo social, observa o vetor ascendente de circulação de demandas, que saíria das periferias e caminharía ao mundo público, tornar-se menos operante. A capacidade dos moradores das periferias em utilizarem as associações como canais de expressão política cai ao mesmo tempo que a demanda por novas formas de representação e expressão de identidades e interesses permanece significativa. Para o autor, essa demanda reprimida efetivamente passa a tensionar o conjunto dos canais de relação entre esses setores sociais e o Estado, e parece estar implicada na necessidade de elaboração de outras formas de sociabilidade, menos públicas ou políticas, para dar conta de sua resolução.

Barban (2003) verifica, no Grajaú, a partir das eleições locais do ano de 1992, uma desarticulação de todas as iniciativas de participação popular. O movimento não havia parado, mas pouco conseguia fazer alguma coisa. Ou ainda, passava a atuar na ilegalidade (como no caso dos Conselhos de Saúde), sofre congelamento (como no caso do Conselho Tutelar para o movimento da criança e do adolescente), passa a fazer embates e esvazia-se (como o movimento de cultura). Como afirma a autora, os demais movimentos reivindicatórios (por moradia, transporte e outras melhorias), bateram na dura porta de uma gestão que não tinha como prioridade atendê-los.

Segundo Paoli e Telles (2000), na década de 1990, convivíamos em um mundo social sobre uma democracia consolidada, aberta ao reconhecimento formal de direitos sociais, garantias civis e prerrogativas cidadãs que podiam ser reivindicados. Ao mesmo tempo, convivíamos cotidianamente com a violência e a reiterada violação dos direitos humanos em “um mundo que encena o avesso da cidadania e das regras da civilidade” (Paoli; Telles, 2000, p. 104). Para as autoras, essa é a medida de uma legalidade truncada, pois ao garantir direitos políticos democráticos e, ao mesmo tempo, não conseguir aplicar as leis, garantir direitos civis

e justiça, o conjunto heterogêneo da vida social é subtraído por circuitos paralelos de poder que obliteram a dimensão pública da cidadania e ainda emitem como resposta a violência. O Estado tornava-se cada vez mais ineficaz em efetivar suas próprias regulamentações.

No contexto refletido das longas crises econômicas, propiciadas pela modernização econômica e pela reestruturação produtiva, o aumento da pobreza tornava-se marcante, assim como a “viração”, ou seja, as estratégias de sobrevivência dos setores populares, baseadas na informalidade, característica sempre marcante da classe trabalhadora, mas que ganha novos contornos na metrópole paulistana com a emergência do mundo crime (Feltran, 2008).

A institucionalidade construída na convergência dos movimentos sociais com o universo das leis e instituições encontra um revés importante a partir das tendências e dos receituários neoliberais que passam a redefinir conservadoramente o papel do Estado. As políticas de liberalização econômica, de austeridade fiscal, de desregulamentação do Estado ao mercado, de corte das despesas governamentais, reforçam o papel do setor privado na economia.

Emerge uma sociedade civil corporativa, valorizada por contar com agentes voluntários, grupos filantrópicos, cooperativas e organizações não governamentais (ONGs), fundada no ideário da responsabilidade social dos indivíduos, impulsionada pelo Estado, pelo empresariado, pelas elites e pelos grupos corporativos. Há uma despolitização do conceito de sociedade civil e a retirada da sua dimensão política. Essa sociedade civil passa a ser representada como virtuosa de novas liberdades, da restauração de solidariedades, de autoajuda e ajuda mútua, da conciliação entre as classes, enfim, um projétil mágico a ser disparado em qualquer direção (Simionatto, 2010).

No contexto de uma quadra histórica conservadora e neoliberal, os princípios coletivos e de justiça são abandonados em nome da primícia da individualização, da pulverização da cidadania em consumidores, da desregulação das funções sociais e públicas do Estado, da racionalidade gerencialista na gestão das políticas sociais, incorporando na estrutura política, organizacional, ideológica e institucional do estado os princípios, medidas e práticas típicas da gestão empresarial. A mudança profunda dos paradigmas do Estado, que abranda parte dos princípios liberais e republicanos

e incorpora políticas de emprego, seguridade e direitos de cidadania, passa a ser longamente questionada.

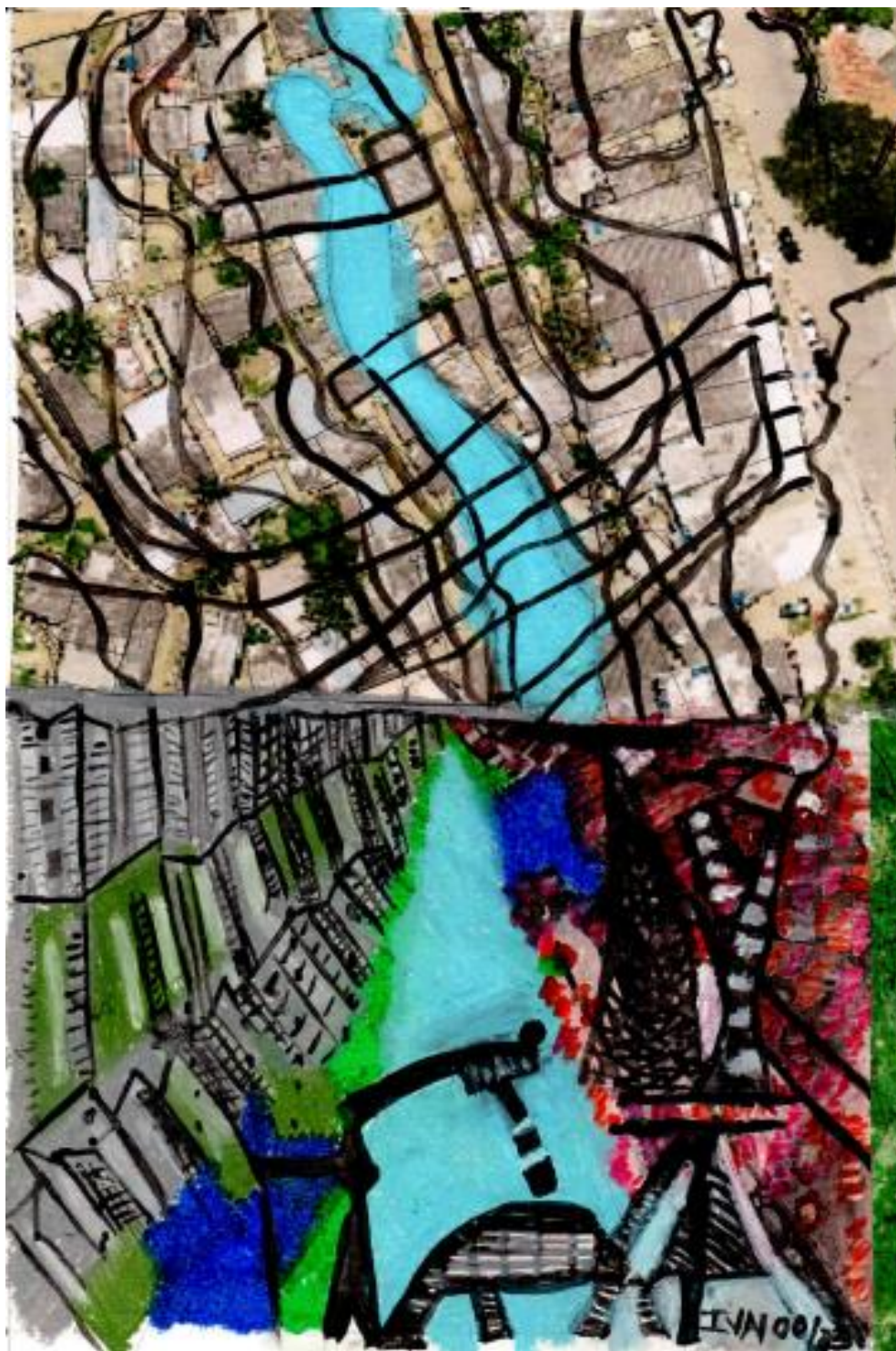
De acordo com Streek (2019), são os conflitos entre democracia e capitalismo, principalmente, entre os princípios de justiça de mercado, ou seja, a distribuição do resultado da produção, de acordo com a avaliação do mercado, e a justiça social na qual ocorre o reconhecimento mínimo de direitos civis e humanos, como saúde, segurança social, participação na vida da comunidade, proteção ao emprego, organização sindical, entre outros, que demonstram as substâncias socialmente construídas que os direitos sociais possuem e que, portanto, podem ser contestadas em discursos culturais e políticos mutáveis ao longo da história.

O capital sempre teve a possibilidade de reagir a crises às interferências sociais no mercado que lhes pareciam excessivas, crises que surgem quando aqueles que controlam os meios de produção constroem respostas para contrarrestar o declínio da taxa de lucro, agudizando o arsenal de expropriações contra os segmentos da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, normas culturais e concepções coletivas societárias, como solidariedade, equidade, reciprocidade e honestidade permitem a concessão de direitos mínimos de vida, independentemente do desempenho econômico e da capacidade de desempenho do mercado. Entretanto, esses traços podem ser modificados conforme o desenvolvimento histórico.

Para Dardot e Laval (2016), as mudanças nas regras de funcionamento do capitalismo alteram de forma significativa o modo de exercer o poder governamental. Em tempos de globalização, financeirização e rentismo do capital, implantam-se novas lógicas normativas, são reorientadas e incorporadas novas políticas e comportamentos para alcançar as novas direções. Há um novo engajamento político em relação ao Estado que, ao reformular suas bases, refundar métodos, estabelecer objetivos, compromete-se com o livre mercado. O Neoliberalismo exige medidas políticas do Estado, e o caráter disciplinar das suas práticas e dispositivos busca transformar o caráter público e a dimensão dos direitos, reforçando e reconfigurando o seu papel de guardião das regras jurídicas, monetárias e comportamentais, atribui-lhe a função oficial de vigia das regras de concorrência em um contexto de um conluio oficioso com grandes oligopólios para criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado.

## CAPÍTULO 3 - OCUPAÇÕES

Figura 3: Cidade



Fonte: autoria da pesquisadora.

Para quem vem da própria periferia, a paisagem não se modifica tanto, mas para quem chega de trem e passa pelas estações Berrini, Cidade Jardim, Vila Olímpia ou Rebouças e vê a cidade moderna da ponte estaiada e dos altos prédios de vidro, percebe os muitos contrastes da paisagem. Aos sábados pela manhã, saio da minha casa para buscar os estagiários da assessoria técnica para os trabalhos de campo na Ocupação Anchieta. No trajeto, as conversas comuns sobre o cotidiano, as reuniões virtuais, as limitações aos deslocamentos e os estudos. Entre a estação de trem Grajaú, seguindo ao BNH pela Avenida Belmira Marin, parada no farol vermelho, pedestres estendem uma faixa: “*se você ama Jesus, então buzine*”. Não buzino, mas os outros automóveis buzina, formam um imenso barulho junto com o fluxo intenso de pedestres, carros, ônibus biarticulados e motos. Seguimos pelo trajeto, entrada e saída de lojas, lanchonetes, subway, mcdonald's, di gaspari, sorridents, dr. exame, açougues, perfumarias, bancos, utilidades domésticas, móveis e colchões. Animadores de lojas com microfones em mãos, alternam entre anunciar promoções pela avenida, música sertaneja e louvores religiosos. Lojas de óculos, supermercados e perfumarias. Escolas e circo-escola fechados. Campo de futebol de um lado e outra ocupação na margem da represa. Perto dos prédios e das casas do BNH, as ruas e as calçadas são largas, há pista de skate, quadras esportivas e praças ajardinadas. Um muro cravejado de buracos perto de uma área para depositar o lixo, uma entrada por esse muro e chegamos a Ocupação Anchieta, onde todas as ruas são terra. Seguimos pela rua principal, chegamos sede da Associação de Moradores, onde a equipe se divide para os trabalhos do dia (Diário de campo, setembro de 2021).

No caminho, na paisagem percorrida pela linha Esmeralda da Companhia Paulista de Transporte Metropolitano (CPTM), às margens do Rio Pinheiros, demonstram-se contrastes importantes que revelam o próprio movimento de expansão à acumulação do capital pela periferia. Nessa expansão, há, nas áreas de centralidade, modernos altos edifícios, envidraçados, para abrigar grandes empresas, por vezes conjugados a conjuntos residenciais, fortemente vigiados, todos devidamente financiados por fundos imobiliários diversos. Na expansão das fronteiras às periferias, uma sucessão de ofertas de bens de consumo, lanches das redes internacionais de fast-foods, consultas e exames nos planos populares de saúde, financiamentos bancários, mesmo com restrições ao crédito, para adquirir móveis e eletrodomésticos, e financiamentos bancários com a renda do Benefício de Prestação Continuada (BPC), anunciados como possíveis. Nas intersecções desse território periférico, entre os bairros mais consolidados com infraestrutura ainda que

insuficientes, mas implantada após longos anos de ausência, que engendraram ações coletivas de reivindicações, o muro da contemporânea e precária ocupação de terra revela a violência desse processo.

No capítulo anterior, observamos, de forma sucinta, organizações coletivas e movimentos sociais que, ao longo do tempo, pautaram em suas reivindicações expressões relacionadas ao conflito urbano, por terra e moradia na cidade de São Paulo. As ações coletivas relacionadas à segregação e à precariedade dos territórios periféricos tornaram-se pautas sobressalentes, principalmente a partir da formação dos movimentos sociais populares sobre a gramática reivindicativa que exigem direitos, direitos sociais, cidadania e participação popular na vida política.

O presente capítulo busca compreender como se configuram as ocupações Gaivotas e Anchieta, suas pautas, formas de organização, mobilização e atuação política, quando realizadas em territórios periféricos na contemporaneidade.

### **3.1 Território das águas da cidade**

As ocupações de terra pesquisadas encontram-se na cidade de São Paulo, em meio a uma população de 11.451.999 habitantes, onde residem 7.528,26 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). As Ocupações estão localizadas especificamente em uma região administrada pela Subprefeitura da Capela do Socorro, na porção sul do território paulista, entre os reservatórios de água potável da cidade. Nos distritos do Socorro, Cidade Dutra e Grajaú, residem 594.930 habitantes e concentram-se 4.433 habitantes por quilômetro quadrado (São Paulo, 2022).



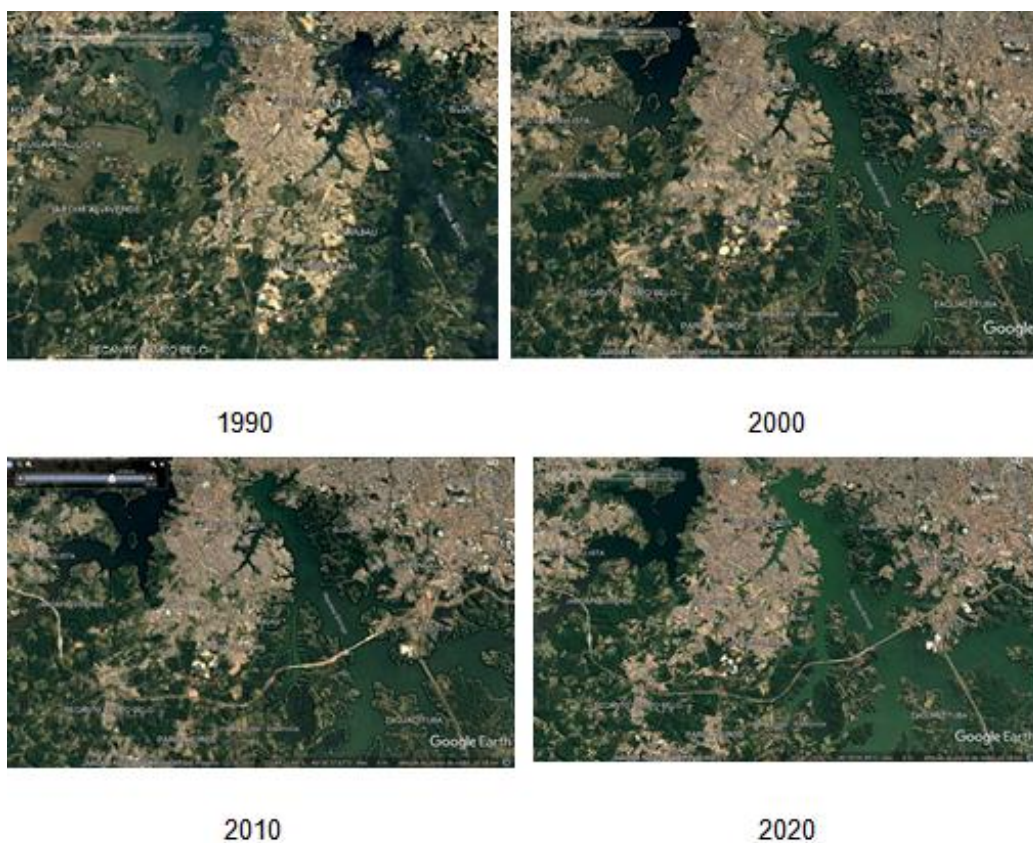
**Figura 5:** Mapa da cidade de São Paulo com destaque a região da Capela do Socorro



**Fonte:** Google maps. Elaboração própria.

O distrito do Grajaú possui uma população estimada de 390.096 habitantes (São Paulo, 2022) e é o bairro mais populoso da cidade de São Paulo. Os parâmetros demográficos indicam que o Grajaú foi um dos distritos da cidade que mais cresceram durante a década de 1990, chegando a representar 18% do crescimento total da cidade de São Paulo naquele período (Barban, 2003), enquanto a cidade crescia em torno de 1% ao ano. Na referida década, Grajaú crescia quase 6% ao ano (Barban, 2003). No território observado, entre períodos maiores, entre as décadas de 1980 e 2010, quando a região da Capela do Socorro tinha um crescimento negativo de 0,25%, no Grajaú, ocorre o inverso, o distrito continuou crescendo 3,81% no mesmo período (São Paulo, 2016).

**Figura 6:** Avanço da mancha urbana sobre a Represa Billings de 1990 a 2020



**Fonte:** Google Earth. Elaboração da autora.

### 3.1.1 Território das ocupações Gaivotas e Anchieta

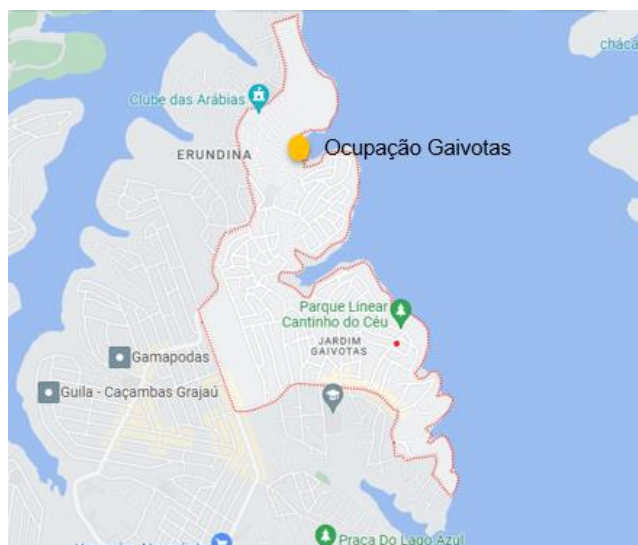
**Figura 7:** Localização aproximada das Ocupações Anchieta e Gaivotas no braço hídrico que desagua na Represa Billings



Fonte: Google Earth.

No Plano Diretor da cidade de São Paulo (São Paulo, 2016), no planejamento urbanístico da metrópole, a Ocupação Gaivotas, localizada às margens do reservatório Billings, está inserida em uma área mais ampla pertencente ao loteamento irregular Jardim Gaivotas. Parte do Loteamento está marcado como Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável (ZPDS), o que significa que essa porção do território está destinada à conservação da paisagem e à implantação de atividades econômicas compatíveis com a manutenção e recuperação dos serviços ambientais, em especial os relacionados às cadeias produtivas da agricultura e do turismo e outra parte está marcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS-4), que significa afirmar que, embora possua um potencial construtivo menor e diferenciado em relação às outras áreas da cidade, parte do Loteamento pode ser destinado à moradia da população de baixa renda e receber melhorias urbanísticas, melhorias para recuperação ambiental e regularização fundiária. A Ocupação Anchieta, por sua vez, está marcada apenas como Zona Especial de Interesse Social tipo 4 (ZEIS-4).

**Figura 8:** Localização da Ocupação Gaivotas na margem do reservatório Billings e sua inserção no Loteamento Jardim Gaivotas



**Fonte:** produção própria.

Na entrada para a Estrada do Canal Cocaia, as linhas de transmissão de energia e os descampados fazem parte do trajeto, assim como as igrejas, as escolas, perfumarias, supermercados e farmácia. Depois do ponto final do ônibus, as vias tornam-se mais estreitas, as calçadas diminuem e depois deixam de existir. A paisagem vai mudando, casas de alvenaria com revestimento, casas de alvenaria alaranjadas, casas de madeira da Ocupação Gaivotas. Na paisagem, no horizonte, a Represa Billings (Diário de Campo, abril de 2023).

No caminho da Ocupação Gaivotas, cujo acesso por terra é realizado pela Avenida Belmira Marin, a paisagem é observada pela Estrada do Canal Cocaia, acompanha as mudanças da cidade pelo próprio território do Grajaú. Nas pequenas áreas de centralidade do bairro do entorno, estão localizados os comércios e o ponto final do ônibus Parque Residencial Cocaia. Mas também estão presentes na paisagem os longos descampados de área verde e as águas paradoxalmente imersas sob domicílios precários acessados por viários estreitos.

Entre a Estação Grajaú da Linha Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)<sup>58</sup> até a Ocupação Gaivotas, são 7,6 km de distância. O percurso, realizado pela Avenida Belmira Marim e a Estrada do Canal Cocaia, possui

<sup>58</sup> A Linha Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) foi concedida a iniciativa privada e é atualmente gestada pela empresa Via Mobilidade.

a duração média de 50 minutos de ônibus. Aos moradores que seguem para a região central da cidade de São Paulo, são 32,5 km de distância, trajeto que, a depender do horário, pode durar até três horas de deslocamento por transporte público.

**Foto 1:** Ocupação Gaivotas vista da Represa Billings



**Fonte:** Acervo da pesquisadora.

Na Ocupação Gaivotas, as ruas são de terra, fossas rudimentares que coletam o esgoto, o abastecimento de energia é irregular e o abastecimento de água foi regularizado por redes provisórias apenas quando o movimento de moradia passou a mediar as negociações com a concessionária Sabesp (Diário de Campo, julho de 2022).

Cotidianamente, famílias procuram espaços e abrigos na Ocupação Gaivotas, tendo em vista que para esses moradores persistem e agudizam-se as impossibilidades em custear locações de moradias diante do desemprego, da incidência do trabalho precário, do adoecimento, da diminuição de renda e das possibilidades (imprevisíveis) de acesso à terra. A exclusão do direito à moradia no mercado, quando constituída nas margens informais e transitórias, demonstra o mercado de terras existente entre essas experiências.

**Foto 2:** Vista da Ocupação Gaivotas pelas casas das famílias que estão mais próximas da Estrada do Cocaia



**Fonte:** Acervo da pesquisadora.

Segundo Comaru (2023), a Ocupação Gaivotas está em crescimento desde o ano de 2007, quando foi iniciada com 104 famílias a ocupação da gleba. No ano de 2019, já havia 152 famílias residindo na área e, no ano de 2022, esse número aumentava para 258 famílias. Entretanto, apenas 7 famílias estão nessa área desde o início da ocupação.

Ferrara *et al.* (2019, p. 820), ao consultarem o processo de desapropriação, que está em curso, verificam que uma família era proprietária da área ocupada e de todo o entorno, mas por ser uma região extensa, “ocorrem muitos conflitos relativos à venda ilegal de terrenos” (Ferrara *et al.*, 2019, p. 820).

As configurações dos bairros do entorno demonstram aspectos sobre os conflitos relacionados à própria formação de território. A informalidade, especificamente, relacionada à abertura de loteamentos clandestinos e à venda irregular de lotes, demonstram aspectos dessa dimensão conflitiva que inclusive influenciaram o processo de organização dos moradores para reivindicar a implementação de alguma regularidade urbanística nessas áreas.

De acordo com Ferrara *et al.* (2019), os aspectos conflitivos contemporâneos demonstram a impossibilidade de equacionar a necessidade de moradia pelo uso e apropriação do solo a partir da venda de pedaços de terra, processo que segue demonstrando as expressões da negação do direito à moradia no mercado formal capitalista e que compõe essa ocupação, essa organização estrutural espacial individualizada e uma organização social incipiente e fragmentada.

Entre os resultados de pesquisa sobre a ação coletiva na Ocupação Gaivotas, observaremos, adiante, como os moradores ensinam e engajam-se nas lutas coletivas conjuntamente aos movimentos sociais de moradia. Um ano depois de chegar no território, no ano de 2006, a ocupação é removida pelo poder público, diante da ausência de atendimento definitivo à moradia. Seis anos depois, especificamente no ano de 2013, os moradores reocupam a área. Ao buscar o movimento social de moradia, procuram reverter, inclusive juridicamente, as seguidas violações perpetradas pelo Estado.

A ocupação Anchieta, por sua vez, está localizada dentro de um bairro formal do distrito do Grajaú, o bairro do BNH; o bairro popular planejado pelo ente público, que leva o nome do extinto Banco Nacional de Habitação, implantado entre os anos de 1973 e 1975, cujas unidades habitacionais verticais e horizontais formaram oficialmente o Conjunto Habitacional Brigadeiro Faria Lima. Estamos a aproximadamente 3,6 quilômetros de distância da estação de trem do Grajaú e a 25 quilômetros de distância do centro da capital paulista.

**Foto 3:** Apartamentos da Cohab Brigadeiro Faria Lima e ocupação irregular de outra área próxima ao bairro em meados dos anos de 2010.



**Fonte:** Acervo da pesquisadora.

**Foto 4:** Ocupação Anchieta

**Fonte:** Acervo Peabiru TCA.

A Ocupação Anchieta não está localizada às margens do reservatório Billings, como a Ocupação Gaivotas, mas está localizada sobre uma sub-bacia, cujo córrego desagua diretamente no braço Varginha-Cocaia. O córrego que passa por dentro da ocupação deságua no braço d'água que, por sua vez, deságua na Represa Billings.



empobrecida reside nessa ocupação; 37,1% (334) famílias obtinham rendimento médio entre um e dois salários-mínimos; 26,3% (237) possuíam renda média de meio a um salário-mínimo; e 12,1% (109) possuíam renda média entre zero e meio salário-mínimo. Famílias majoritariamente chefiadas por mulheres (61,7% dos domicílios) pretas e pardas (75,5% das famílias).

As condições econômicas e sociais tornaram-se ainda mais dramáticas durante e depois da pandemia do coronavírus. A chegada constante de moradores tornava os espaços livres nos interstícios das casas cada vez mais insuficientes e confinadas por novas construções, um “quebra cabeça de casas em constante mutação”, que torna a urbanização do assentamento uma tarefa mais difícil a cada dia em que não se concretiza (Oliveira, 2021, p. 16).

A Ocupação Anchieta não possui arruamento, calçada, parcelamento regular do solo ou desenho regular de lote. No ano de 2019, apenas 23 dos 1.117 domicílios eram construções de alvenaria (Peabiru, 2019); suas edificações são majoritariamente de madeira, formando emaranhados de vielas e travessas (Oliveira, 2021), onde o esgoto, coletado por fossas rudimentares, é frequentemente danificado pela passagem de motos e automóveis ou ainda, por vezes, corria pelas ruas sem drenagem à montante do córrego que atravessa o assentamento (Oliveira, 2021). Não há coleta regular de lixo e as queimas, assim como os riscos de incêndio, são comuns. Apenas na Rua Bilcac, uma das ruas formais do bairro BNH, há coleta regular. Próximas a uma das entradas da Ocupação Anchieta, duas caçambas sobrecarregadas transbordam com todos os tipos de resíduos para descarte.

A ausência de infraestrutura, característica marcante da constituição dos territórios periféricos, também é característica dos bairros formados pelos conjuntos habitacionais do Banco Nacional de Habitação. Características que incluem as contradições na política urbana e a justaposição de legislações<sup>59</sup>, pois enquanto os entes públicos formulavam vetores restritivos ao uso e ocupação do solo em áreas de mananciais que os impediam de realizar obras de infraestrutura, ao mesmo tempo e nesses mesmos territórios, também implantavam grandes conjuntos habitacionais.

---

<sup>59</sup> Referimo-nos às leis nº 898/75 e 1.172/76.

**Foto 5:** Entrada da Ocupação Anchieta pela Rua Bilac



Fonte: Acervo da pesquisa.

### 3.2 Histórico sociopolítico das ocupações

As fontes bibliográficas inicialmente consultadas indicavam que as ocupações Anchieta e Gaivotas haviam sido simultâneas, realizadas no ano de 2013, no bojo dos protestos contra a copa do mundo que se realizaria no ano seguinte<sup>60</sup>. Partindo desse aspecto, as ocupações foram difundidas como experiências articuladas por um então

---

<sup>60</sup> O movimento Rede Extremo Sul é apenas notado (e nominado) no território por outros atores, com a pesquisadora Silveira (2014) que frequentou atividades do novo movimento no início do ano de 2013 enquanto pesquisava as relações políticas da Associação de Moradores do Parque Recanto do Cocaia e a Associação de Defesa da Moradia do Parque Recanto Cocaia. A pesquisadora verifica que a relação entre a associação e o movimento, havia uma lógica de militância imbricada e ambivalente em relação às ações do Estado. Em entrevista, Catini (2013, *apud* Franco, p.14), integrante do movimento, afirma que as pessoas ocuparam os terrenos “espontaneamente” logo após as manifestações de junho, pessoas que passaram a se auto-organizar e autoconstruir suas casas e comunidades de forma ordenada, enquanto o movimento procurava “brigar” pelas terras para não serem destinadas a iniciativa privada, mas sim aos próprios moradores (Franco, 2023, p.14). Possivelmente, a mencionada auto-organização e ordenamento na forma de ocupar são narrativas construídas para legitimar a importância das ocupações.

novo movimento social, portanto, distinto do movimento no qual tratamos na presente tese.

De fato, a UMM-SP passa a acompanhar essas experiências apenas a partir do ano de 2018. Esse movimento social de luta por moradia, desde a sua fundação, enfrenta o Estado sob diferentes instâncias e gestões, negociando, propondo e influenciando programas, políticas e legislações no âmbito da habitação, sem “deixar de lado as ferramentas de luta e pressão do movimento popular” (UMM, 2024). Conforme mencionamos anteriormente, esse movimento atua junto com grupos de profissionais organizados em experiências de assessorias técnicas.

Na Ocupação Anchieta, as lideranças mais antigas se referem às características organizativas de quando iniciam a ocupação de terra, no ano de 2013. Mencionam as manifestações na Paulista e na Belmira Marin, que ocorreram naquele mesmo ano (entrevista com a liderança Bruno, ocupação Anchieta, 2023), os combinados com as lideranças sobre qual pedaço de terra marcar (diário de campo, 2022), e as lideranças políticas que recebiam e demonstravam apoio à luta na qual estavam empenhadas (diário de campo, liderança Leandra, julho de 2022).

Na Ocupação Gaivotas, no entanto, o ano de 2013 é mencionado apenas como o ano em que ocorre a reocupação da área, período no qual apenas parte das famílias, que foram anteriormente removidas, retorna ao território e reocupa áreas que não haviam sido ocupadas por famílias que recém-chegavam à ocupação.

Para a liderança Julia, o bairro Jardim Gaivotas, o “bairro” e não a Ocupação, diferenciam-se pela localização dos equipamentos sociais e pelo acesso à infraestrutura (entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril de 2023). No bairro, estão localizadas a Unidade Básica de Saúde Gaivotas (UBS Gaivotas), a Escola Estadual Loteamento das Gaivotas II e a sede do projeto Imargem. Nessa parte do território, as ruas são pavimentadas, há coleta de esgoto e lixo e o abastecimento de água e energia elétrica são regulares (Diário de Campo, julho de 2022).

**Foto 6:** Imóveis descaracterizados após a remoção para implantação do Parque Linear no Jardim Gaivotas. Julho de 2022



**Fonte:** Acervo da pesquisadora.

Na Ocupação Anchieta, na beira do córrego, na área de Preservação Permanente (APP), a associação de moradores da ocupação remanejou os ocupantes para outros trechos após serem notificados pelas autoridades ambientais que, a propósito, foram acionados pelo proprietário da terra. Após a remoção das casas, os moradores passaram a cultivar pequenas hortas, armar armadilhas para caçar pássaros, montar bancadas para abater e vender animais (porcos) ou separar resíduos sólidos, formar grandes pacotes e aguardar o transporte e a venda. Meninos jovens trabalham na “lojinha”<sup>61</sup>, uma pequena área coberta por lona de plástico preto. A liderança é chamada para pedir que pesquisadoras apaguem fotos que foram tiradas, verificam se as fotos foram apagadas e voltam para suas atividades.

---

<sup>61</sup> “Lojinha” é o local de venda de drogas e de comércio de ilegalidades relacionadas ao mundo do crime cuja hegemonia nos negócios é dos membros do Primeiro Comando da Capital (PCC). Observaremos com mais atenção a presença e a gestão do mundo do crime nesses territórios mais adiante no presente capítulo.

Pesquisadoras e técnicos continuam com seus trabalhos em campo (Diário de Campo, junho de 2022).

De outra forma, o processo de deslocamento de casas para o cumprimento do Plano de Urbanização da Ocupação Anchieta, acompanhado pela assessoria técnica, exigia um trabalho constante com os moradores. Para as famílias, assim como para as lideranças da comissão ampliada, a diminuição do tamanho do lote incidia em desacordos. Patrícia, uma das lideranças da Ocupação Anchieta, revela quais eram suas expectativas antes de compreender o processo de urbanização:

Mas assim, a minha grande preocupação é de verdade, aqui no Anchieta, é o aumento de famílias. O nosso sonho, o meu sonho, aqui era um lote, para qualquer pessoa que entrar, aqui no Anchieta é de 5X25, para todos, para cada um. Só que hoje a gente vai ter um lote de 60m que para uma família grande de início, assim não tem (Diário de campo, depoimento da liderança Patrícia para Universidade de Michigan na reunião de lideranças sobre gênero e mudanças climáticas, 2022)

Como liderança ativa do processo, Patrícia compreende a estratégia dos remanejamentos. Ao fixar um tamanho único de lote para todos, a perspectiva é assentar todos os moradores na ocupação. Entretanto, a expectativa era obter pedaços maiores de terra, para poder “caber” toda a família.

No período da pesquisa de campo na Ocupação Gaivotas, não havia atividades promovidas pelos campos de extensão universitários, que muitas vezes impulsionavam as discussões sociopolíticas na ocupação. Tampouco havia atividades políticas sendo realizadas pela associação de moradores com os próprios moradores. Lideranças e movimento de moradia mantinham-se próximos através das mobilizações específicas, presença em atos ao poder público e reuniões estratégicas, por vezes, necessárias.

### **3.2.1 No campo, assessorias técnicas**

Nas Ocupações Anchieta e Gaivotas, podemos observar a presença e a atuação de assessorias técnicas que, conjuntamente com a UMM-SP, realizam o acompanhamento técnico e político dessas experiências de reivindicação por terra e

direitos. Experiências que consideram as especificidades dos territórios ambientalmente sensíveis, mas que, ainda assim, elaboram alternativas de consolidação das ocupações<sup>62</sup>.

A Universidade Federal do ABC (UFABC), laboratórios e disciplinas vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território<sup>63</sup>, entre os anos de 2018 e 2019, constituíram o grupo de assessoramento à Ocupação Gaivotas. O grupo realizou oficinas socioeducativas, mapeamentos, diagnósticos e planos, implantou processos participativos entre os moradores (assembleias e reuniões) e procurou efetivar intervenções de urbanização de pequena escala como um mutirão de limpeza e construção de uma área de lazer para jovens e crianças, biblioteca e horta comunitária (Comaru *et al.*, 2023). Segundo uma interlocutora, a assessoria possuía a frequência semanal ou pontual na ocupação, conforme o período e a realização das atividades necessárias. Suas atividades são realizadas nas pequenas igrejas neopentecostais (Ferrara *et al.*, 2019).

Foi durante a atuação mais intensa dessa assessoria que a Ocupação Gaivotas se formalizou juridicamente como Associação de Lutas Sociais do Jardim Gaivotas. A institucionalidade permite que os moradores avancem em suas representações políticas, uma organização coletiva que passa a apresentar representantes legítimos para reivindicar direitos diante dos órgãos públicos.

O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos está juridicamente responsável pelo pedido de reconhecimento de Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S) da Ocupação Gaivotas. O processo, junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, segundo consulta realizada em setembro de 2023<sup>64</sup>, estava indeferido. No dia 25 de agosto do ano de 2022, a prefeitura argumentava que o perímetro proposto para regularização fundiária, de acordo com o zoneamento<sup>65</sup>, está em Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental e Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental. Para o ente público, trata-se de uma ocupação

---

<sup>62</sup> Nas ocupações pesquisadas, todas as assessorias técnicas foram indicadas pela liderança histórica do movimento de moradia, popularmente conhecido como “Dito”. O advogado Benedito Roberto Barbosa é aluno do curso de doutorado da Universidade Federal do ABC e atua no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, duas organizações presentes na Ocupação Gaivotas

<sup>63</sup> A disciplina Habitação e Assentamentos Urbanos, lecionada pelo professor Francisco Comaru, foi lecionada na Ocupação Gaivotas no ano de 2019 (Entrevista pesquisadora UFABC, 2023).

<sup>64</sup> Processo administrativo de Regularização Fundiária REURB-S nº6014.2021/0002817-0 foi consultado em setembro do ano de 2023.

<sup>65</sup> Lei Municipal 16.402/16.

iniciada no ano de 2013, de modo incipiente e disperso, mas que, a partir do ano de 2017, passa a ser paulatinamente e intensamente adensado (São Paulo, 2022). Na data de consulta ao processo, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos recorria da decisão.

A Universidade de Michigan (UM) e o *Taubman College* também atuaram na Ocupação Gaivotas no ano de 2018. Minha interlocutora esclarece que em parceria com a UFABC, alunos e professores da universidade americana contribuem com o mapeamento da área, das casas, das ruas, da vegetação e da drenagem.

No ano de 2018, a UM (Universidade de Michigan) também atua na Ocupação Anchieta, através de recursos próprios, financia e acompanha a construção da sede administrativa da Associação de Moradores do Movimento Anchieta. Aproximadamente no mesmo período, as professoras da universidade americana contribuem com as lideranças no sentido de orientá-las quanto aos deslocamentos e desocupação das margens do córrego. A perspectiva é garantir a preservação da Área de Preservação Permanente (APP)<sup>66</sup>, objeto de tensionamento por parte dos proprietários de terra, desdobrada, inclusive, em uma ação por crime ambiental.

A Universidade de Michigan (UM), o *Taubman College* e a *School of Social Work*<sup>67</sup>, em junho do ano 2022, realizam uma pesquisa-ação<sup>68</sup> em três ocupações do extremo sul: Anchieta, Toca e Pantanal. A pesquisa-ação envolvia lideranças das ocupações e da UMM-SP, e buscava incidir mais sobre as experiências de descarbonização nas práticas de urbanização de favelas e na organização comunitária. Ao fortalecer lideranças femininas, indivíduos não-binários, minorias raciais e étnicas, as atividades envolveram a preparação das lideranças para participar do III Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul, que seria realizado em outubro do mesmo ano.

A Universidade de São Paulo (USP), através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), atua em parceria com a organização não-governamental e

---

<sup>66</sup> Áreas de Preservação Permanente são áreas instituídas pelo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e consistem em espaços ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privadas, urbanas ou rurais, cobertas ou não por vegetação nativa. No caso da Ocupação Anchieta trata-se de proteger ao corpo d'água.

<sup>67</sup> Em menção ao trabalho desenvolvido pelas professoras de Serviço Social americanas, destaco a metodologia *Photovoice*, que segundo apontam as professoras, possuem inspirações no método Paulo Freire. Nas oficinas que acompanhei, também foram utilizadas técnicas de grupo inspiradas na metodologia de Augusto Boal, em Teatro do Oprimido.

<sup>68</sup> A pesquisa é intitulada "Gênero e Mudança Climática: as guerreiras do clima: abordagens interseccionais da organização comunitária na urbanização de assentamentos populares"

assessoria técnica denominada Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (Peabiru). Membros e consultores dessa assessoria são professores da referida universidade.

Essas organizações chegam na Ocupação Anchieta no ano de 2019. No final daquele ano, através de recursos próprios e parcerias com outras organizações, organizam levantamentos (cadastral, socioeconômico, ambiental e urbanístico), elaboram diagnósticos (social e urbanístico) e realizam oficinas de projetos com as principais lideranças da Ocupação Anchieta. Durante a pandemia do coronavírus, apresentam e aprovam, em assembleia com aproximadamente trezentas pessoas em área aberta próxima a sede do Instituto Anchieta Grajaú (IAG), o Plano Popular de Urbanização e Regularização Fundiária (Diário de Campo, 2021).

Planos Populares são instrumentos de planejamento urbanísticos e fundiários que permitem, entre outros aspetos, contestar argumentações do poder público e práticas hegemônicas de planejamento urbano (Monteiro *et al.*, 2018)<sup>69</sup>. Por serem elaborados em conjunto com os moradores e suas respectivas instâncias participativas, trata-se de um planejamento que permite a participação popular como pressuposto às decisões referentes aos territórios.

Na Ocupação Anchieta, o Plano Popular de Urbanização e Regularização Fundiária representou a contraposição a um projeto oneroso aos moradores, apresentado pelo proprietário da terra. A proposta era realizar a regularização fundiária através de uma empresa privada. Esse aspecto será abordado mais adiante no presente capítulo e representa uma característica comum às outras ocupações do extremo sul da cidade de São Paulo. O Plano Popular de Urbanização e Regularização Fundiária, na Ocupação Anchieta, embasa a organização comunitária e as reuniões com a Comissão de Moradores, que passam a fundamentar as diretrizes técnicas que embasam as negociações com a Concessionária de Água do estado de

---

<sup>69</sup> A pesquisa citada revela como a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) assessorada pelos alunos universitários extensionistas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/ UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), na cidade do Rio de Janeiro, explicitaram alternativas as intervenções urbanas a partir territorialização e de descrições espaciais que se contrapunham ao projeto remocionista das grandes obras para a realização das Olimpíadas. Embora as propostas não tenham sido atendidas e reconhecidas pelos entes públicos, o instrumento demonstrou-se relevante para compor a estratégia de resistência dos moradores. Ainda evidenciou a decisão política do poder público que efetivou as remoções por motivações econômicas em atendimento aos fins especulativos (Monteiro *et al.*, 2018).

São Paulo (Sabesp), com a Subprefeitura da Capela do Socorro, com o proprietário da terra e com a própria Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

As negociações relacionadas a obras, infraestrutura e regularização fundiária são dirigidas à prefeitura, entretanto, até setembro do ano de 2023, a urbanização ocorria sem financiamento público e sem a realização de obras de infraestrutura. Os próprios moradores remanejavam suas casas para os lotes marcados, acompanhados pela assessoria técnica e mantinham, no espaço, os desenhos para as obras de saneamento. O plano passou a ser denominado como Plano de Autourbanização da Ocupação Anchieta<sup>70</sup>.

O pedido de Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S) foi outorgado pela Prefeitura Municipal de São Paulo<sup>71</sup>, em março do ano de 2020. Segundo a Lei 13.465, de 11 de julho de 2017 (a Lei da Reurb-S), o poder público reconhece que o núcleo urbano informal é ocupado predominantemente por população de baixa renda. A legislação permite, por meio de uma certificação emitida pela prefeitura<sup>72</sup>, que o proprietário possa ser indenizado ao vender (e receber) o potencial construtivo de sua terra no mercado de outorgas onerosas.

No ano de 2022, a assessoria Peabiru buscou e obteve recursos financeiros através do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP)<sup>73</sup> e da *Latin American, African and Asian Social Housing Service* (Selavip). Os recursos foram utilizados para manter a equipe técnica, remunerar lideranças, contratar topografia

---

<sup>70</sup> O Plano de Urbanização Popular ao ser implementado pelos próprios moradores com apoio dos técnicos da assessoria, por não receber apoio ou financiamento público, passou a ser mencionado entre a equipe técnica como Plano de Autourbanização.

<sup>71</sup> Coordenadoria de Regularização Fundiária (CRF) da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) da Prefeitura Municipal de São Paulo.

<sup>72</sup> Através da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades) e a Lei 13.465 de 11 de julho de 2017 (REURB), a prefeitura pode aplicar o instrumento de Transferência do Direito de Construir (TDC) para fins de Regularização Fundiária.

<sup>73</sup> O recurso permite a manutenção da equipe técnica (composta por arquitetos, estagiários de arquitetura, alunos da pós-graduação e uma assistente social) remunerar as lideranças para manter uma dedicação a implantação do Plano de Urbanização e a contratação de topografia para marcação dos viários.

para o viário e construir em regime de mutirão (com contrapartida adicional financeira das famílias<sup>74</sup>) cinquenta e uma unidades habitacionais tipo embrião<sup>75</sup> de alvenaria.

A assessorias técnicas não são experiências continuamente financiadas. Quando provenientes de campos de extensões universitárias, possui uma particularidade e uma temporalidade que não acompanham “a divisão arbitrária dos semestres acadêmicos “(Comaru *et al.*, 2023, p.11). Tampouco acompanham os tempos das resoluções políticas e os meandros da vida vivida pelos moradores do lugar.

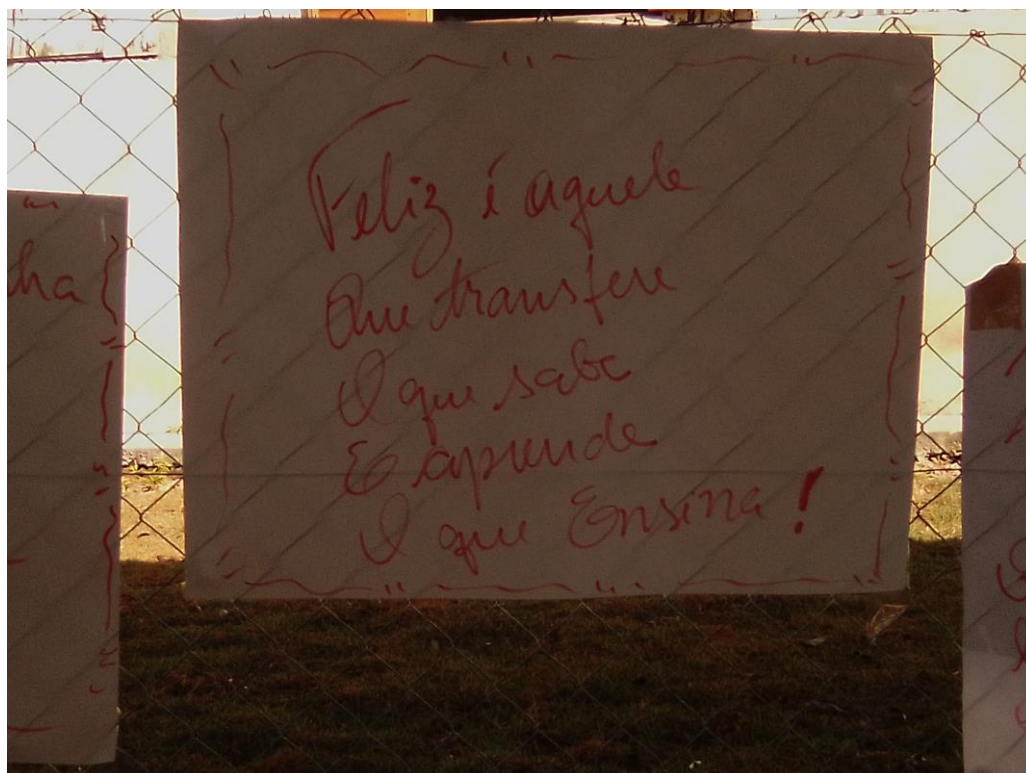
Ao terem que utilizar seus próprios recursos e buscar financiamento em outras organizações, podem tornar suas atividades pontuais e descontínuas, embora suas presenças sejam muito importantes e contribuam de forma significativa à organização política e ao fortalecimento dos movimentos. São parceiras estratégicas às ações dos movimentos de moradia que fortalecem os princípios coletivos da participação, das reivindicações sociais por direitos e cidadanias que, quando dirigidas ao Estado, deveriam ser traduzidas em políticas públicas.

---

<sup>74</sup> Após o convite e a adesão das famílias ao projeto, as casas são construídas no lote demarcado pelo projeto de urbanização. Cada morador deve realizar as seguintes contrapartidas financeiras: R\$830,00 referente a materiais de construção e R\$2.500,00 referente a mão de obra dos pedreiros e do mestre de obras, que podem ser parcelados em até cinco vezes. Além da contrapartida financeira, é necessário trabalhar um número determinado de horas em regime de mutirão.

<sup>75</sup> Unidades habitacionais tipo embrião são casas compostas por um cômodo e um banheiro, mas com possibilidades de ampliação vertical e horizontal.

**Foto 7:** Cartaz elaborado pelas lideranças da Ocupação Anchieta para o encontro com as lideranças mulheres das ocupações Toca e Pantanal, organizado pela Universidade de Michigan



**Foto:** Cartaz elaborado pelas lideranças da Ocupação Anchieta para o encontro com as lideranças mulheres das ocupações Toca e Pantanal organizada pela Universidade de Michigan

### 3.2.2. Vida política se aprende

Na Ocupação Gaivotas, a liderança Julia afirma que a participação no movimento é fundamental para a conquista dos serviços públicos. A obtenção das redes provisórias de água para o abastecimento dos moradores e as caixas para armazenamento foram reivindicações atendidas após três anos da ocupação não ter acesso à água potável. Em suas palavras:

Imagina um dia desses de sol, sem água nesse lugar. E foi através de participar, dos movimentos, dos atos, porque aí quando a gente participa, quem pode entrar onde eu não consigo, entra lá e vai falar da ocupação, falar que tá sofrendo. Foi o que o Dito fez, Sr. Gonçalves fez, quantas vezes eles não foram em reuniões em relação a Sabesp e falou, insistiu que o pessoal lá tá sofrendo. Aí veio ligar a água, aí veio a doação de caixa d'água. E precisa participar. Veio através do movimento. Através das reuniões, se não, não chegava. (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril 2023)

Para a liderança, a participação através do movimento foi importante para conquistar o abastecimento de água à ocupação. É a possibilidade de estar em espaços que nem sempre são possíveis de estar, é a possibilidade de ressoar o sofrimento e transformá-lo em reivindicação.

O conhecimento (e o reconhecimento) por direitos não é algo pronto e que advém das próprias lideranças, é adquirido através da participação das atividades promovidas pelo movimento de moradia. Como afirma a liderança Julia:

É conhecer coisas que eu nem sabia que existia, porque [...] às vezes a gente se perde por não saber, por não ter o entendimento de até onde nosso direito vai, até onde a gente tem direito de ser atendido ou não de alguma forma (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril 2023).

Para o movimento de moradia, é necessário dialogar, mediar, argumentar, e negociar junto aos entes públicos, concessionárias de serviços e proprietários de terra todas as possibilidades para a permanência dos moradores nas referidas ocupações. A obtenção de infraestrutura pública para permanência nesses territórios também é negociada.

A participação em conselhos populares (conselhos municipais de habitação, conselhos municipais de política urbana), conferências, reuniões estratégicas, audiências públicas, assim como a participação em atos e protestos, são formas de luta e pressão por direitos junto aos entes públicos, preconizadas pelo movimento e no qual as ocupações são mobilizadas.

Mas participar também significar se deslocar para o centro da cidade de São Paulo, território onde estão localizadas as sedes administrativas do poder público, onde comumente são realizados os atos e protestos.

Para nossa interlocutora da Ocupação Gaivotas, “se deslocar é complicado” (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril 2023). As lideranças das ocupações mobilizam os moradores para as atividades políticas, contudo, na Ocupação Gaivotas, os moradores “são mobilizados, mas há uma dificuldade de participação muito grande, muito grande” (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril 2023). As justificativas e os impedimentos à participação frequentemente referidas são a ausência de recursos financeiros, a ausente rede de cuidado para com

os filhos e a sobreposição de atividades domésticas e as atividades de trabalho remunerado que resultam na falta de tempo.

A mesmas dificuldades foram apresentadas pelas lideranças da Ocupação Anchieta, quando questionados sobre a mobilização e a participação dos moradores nas atividades externas, informaram que faltam recursos financeiros para o trajeto, falta rede de apoio para conciliar o trabalho doméstico, cuidados com os filhos e trabalho remunerado, que permita custear os deslocamentos (Diário de Campo, Ocupação Anchieta, 2022).

Nos diálogos com a articuladora da Secretaria de Favelas da UMM-SP, a dificuldade de participação dos moradores das ocupações nas atividades do movimento é frequentemente relatada pelo aumento da jornada de trabalho, algo que difere de outros tempos, onde não se trabalhava aos sábados, domingos e feriados. Em suas palavras:

Tem algumas pessoas que entra na luta, entrou, mas infelizmente também já saiu. Uma por causa do trabalho, antes, na luta, a maioria das pessoas não trabalhava sábado, domingo nem feriado. Infelizmente hoje o mercado de trabalho, como você sabe, muitas famílias, muitas pessoas trabalha no final de semana e acaba complicando, prejudicando um pouco isso (Diário de campo, maio de 2023)

Os diálogos com a articuladora da Secretaria de Favelas da UMM-SP ainda revelam novas questões apontadas sobre os dificultadores à participação, que incide, principalmente, na Ocupação Gaivotas.

Pelo que eu entendi quando nós entramos dentro do Gaivotas e o que eu vejo até hoje é que infelizmente essas pessoas, infelizmente não participou da luta são poucos para não dizer, eu vi uma dessas pessoas na oficina que nós fizemos que relatou isso, mas nunca vi em nenhum ato, em nada, em nenhuma formação. É sempre Dona Julia com um grupinho, essas pessoas de 2007 e algumas que entraram depois da primeira reintegração de posse que elas sofreram (Diário de campo, maio de 2023)

As famílias que moram na Ocupação Gaivotas, que reocuparam a área após a remoção do ano de 2007, participam das ações do movimento. É o “grupinho da Dona Julia”, presente nos atos, nas formações e nas oficinas promovidas pelo movimento.

Entretanto, as famílias que chegaram à Ocupação Gaivotas entre o período de remoção e reocupação, através do mesmo processo de compra de terras mediadas por grileiros, mas que não sofreram a reintegração de posse, não participam das atividades do movimento. Nas palavras da nossa interlocutora do movimento:

Existe sim, depois de 2007, não eram as pessoas que estavam lá. Foram as pessoas que foram ocupando depois que eles chegaram lá. Agora dessas pessoas que já estavam lá, eu desconheço totalmente. Ninguém participa da luta. Agora eu não sei o porquê né. Não sei se é, que na época, essas pessoas que já estavam lá, muitas compraram o lote na mão de grileiros. Não sei se é isso, pelo fato deles terem comprado, sem entender a luta como funciona, as vezes ficou no mundinho fechado deles. Muitos fazem isso, né. Muitos não sabem como funciona a luta, se isolam. Acham que estão ali, que comprou, tá garantido. E a gente sabe que não (Diário de campo, maio de 2023)

A presença dos movimentos de moradia na organização social da Ocupação Gaivotas não é sempre bem-vista, mesmo entre os diretores da associação, há divergências quanto a essa forma de organização. Nas palavras da liderança Julia:

A associação já teve direções que acham isso desnecessário, tratavam como arruaça, baixaria. Diziam aos moradores que isso não havia necessidade. As pessoas se acomodaram, não acham isso necessário, acham que não irá favorecer em nada. (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril 2023).

As divergências existentes na forma de organizar coletivamente as reivindicações da ocupação também aparecem nos diálogos com a pesquisadora da UFABC, quando relata sobre sua participação em uma reunião na Ocupação Gaivotas com membros da diretoria da Associação. Nessa reunião, a pauta tornou-se a própria associação e os tensionamentos estavam na relação e na participação dos movimentos de moradia no processo organizativo. Para minha interlocutora: “a crise era sobre levar a questão para a luta da moradia”.

As formas de participação social, realizadas pelo movimento popular de moradia, encontram sujeitos que, mesmo buscando a organização política para permanecer na terra, desmerecem, deslegitimam e questionam suas práticas.

Não repassar as informações e desconfianças relacionadas aos encontros, negociações e participações políticas são características mencionadas pelos interlocutores da Ocupação Gaivotas, como dificultadoras da ação coletiva.

Para a liderança Patrícia, da Ocupação Anchieta, trata-se de acreditar na organização coletiva como forma de enfrentamento político. Em suas palavras:

Os moradores estão um pouquinho desacreditados porque já teve dois deslocamentos. Eles ficam meio inseguros, muitas vezes não querem nem ir para reunião, as vezes vão pra reunião e não entendem o que a gente tá falando. A gente tá tentando aí fazer sempre uma assembleia a cada mês. A gente teve junto com a Peabiru. uma no mês passado (Diário de Campo, depoimento da liderança Patrícia para Universidade de Michigan na reunião de lideranças sobre gênero e mudanças climáticas, 2022)

A atuação da assessoria técnica se revela como importante também para apoiar as lideranças na interlocução com os moradores, assim como para organizar periodicamente processos participativos.

Na Ocupação Gaivotas, existe a dificuldade em aumentar as responsabilidades das lideranças para que elas possam ter a mesma legitimidade do presidente jurídico da associação de moradores. Questão essa que aparece no conflito em arrecadar contribuições para apoiar a participação política de outras lideranças, por exemplo. A dificuldade está em se contrapor a autoridade dos representantes juridicamente legais que não moram mais na ocupação.

Como afirmamos anteriormente, no período de inserção em campo, para a realização desta pesquisa, existiam poucas formas de participação política na Ocupação Gaivotas. No entanto, para nossa interlocutora, deveria ser o contrário, “deveria ter mais reuniões, esclarecer mais o povo, saber aonde se tem ido, qual ajuda se tem procurado, mas geralmente isso não acontece (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril 2023).

Na Ocupação Gaivotas, as discussões sobre onde se deve colocar o lixo, os entulhos ou a cerca, transbordavam em conflitos e divergências nas reuniões coletivas entre os moradores, a associação, o movimento e as assessorias técnicas. Para nossa interlocutora:

Ocorrem desvios nas reuniões, coisas corriqueiras, que deveriam ser tratadas na comunidade quando acontecem, mas trazem para a assembleia e ficam ali naquele assunto e não resolvem. É muito difícil (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril 2023).

As ocupações, nas demarcações desorganizados do solo, por não terem acesso a serviços como a coleta de lixo, por exemplo, são territórios não servidos pelas regras oficiais da cidade. A ausência de regras comuns demonstra importância para ordenar o território, entretanto, as dificuldades da associação em subsidiar essas discussões são ao mesmo tempo marcadas por discussões que se voltam aos conflitos individuais. Possivelmente, se perde a dimensão do enfrentamento coletivo em relação ao problema.

Como abordamos anteriormente, na Ocupação Anchieta, os conflitos individuais eram solucionados através de reuniões específicas com as partes conflitantes envolvidas.

As relações políticas diante do Estado, principalmente, na busca pela realização das obras de infraestrutura, demonstraram possuir outro percurso, distante das negociações, organizações e mobilizações, promovidas pelos movimentos de moradia.

Na Ocupação Anchieta, o movimento de moradia, a associação de moradores e assessoria técnica, apresentam-se constantemente próximos, principalmente nas ações necessárias à resolução do conflito fundiário (entre o proprietário de terra e a defensoria pública) e nas ações necessárias para obtenção de infraestrutura urbana (Secretaria de Habitação do município de São Paulo e da Sabesp)<sup>76</sup>, com obras estimadas<sup>77</sup> e ações devidamente planejadas. Na interação com a Sabesp, um dos funcionários da empresa afirma que, por não ser um projeto de urbanização oficial, advindo do ente público, não havia a possibilidade de executar uma rede de esgoto oficial (Diário de Campo, 2021).

---

<sup>76</sup> Sobre esse aspecto, apenas pequenas, porém importantes incidências puderam ser verificadas. O proprietário da terra concordou em ser ressarcido financeiramente através do TDC e suspendeu a ação de reintegração de posse. A Sehab cogitou incluir parte das obras em um contrato existente nas áreas de mananciais (Diário de Campo, 2021). Um parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) se compromete a destinar ementas para realização das obras de urbanização (Diário de Campo, 2022).

<sup>77</sup> Ao realizar estudos sobre as intervenções necessárias, a assessoria técnica estima as obras necessárias e estima seus custos com base em alguns indicadores (comprimento de vias, áreas de lotes para reparcelamento total ou parcial, moradias a serem removidas, construção de unidades novas em diferentes tipologias). As situações de declividade impõem a necessidade de obras de contenção em alguns trechos da área ocupada. São necessárias a implantação de dispositivos de infraestrutura para detenção e disciplinamento de águas pluviais ao implantar as praças e áreas verdes planejadas. É necessário abrir espaço para a implantação da rede de esgoto, alargar as vias, implantar um viário adequado aos moradores (Rede Moradia e Assessoria, 2021). São estimados como necessários 790 milhões para urbanizar integralmente a Ocupação Anchieta (Rede Moradia e Assessoria, 2021).

Risek, Gonçalves e Adami (2023), também pesquisadoras atuando na Ocupação Anchieta, relembram que outro funcionário questionou se a Ocupação tinha estabelecido contato com um importante vereador paulista, conhecido especialmente na Zona Sul da cidade, pois “só assim (em contato com ele e a família)<sup>78</sup> conseguiriam que a infraestrutura fosse implementada” (Risek, Gonçalves e Adami, 2023, p. 8).

O político conservador e sua família, muito atuante na região sul da cidade, por vezes se aproximava de alguma liderança na Ocupação Anchieta, mas permaneceu distante da associação de moradores até o momento em que acompanhei as atividades.

Entretanto, a escolha e as prioridades das áreas que podiam receber financiamentos públicos em infraestrutura pareciam advir especialmente da relação com essa família de políticos conservadores.

Gonçalves (2022) verifica a atuação dessa família na Ocupação Jardim da União<sup>79</sup>. As Associações de Moradores, ao longo do tempo, também havia implantado um Plano Popular de Urbanização desenvolvido pela assessoria técnica Peabiru. Depois de uma visita a campo<sup>80</sup> à referida ocupação, a pesquisadora aponta em seu relato a perda de protagonismo que a associação teve após a entrada “do pessoal do vereador”, as disputas internas, a formação de mais de um grupo de lideranças com alianças e formas de ações distintas, as relações estabelecidas de troca por pequenos favores como a prioridade para a pavimentação das ruas. Ao assumir para si conquistas populares consolida-se o enraizamento político, em um processo muito similar ao clientelismo (Gonçalves, 2022, p. 1).

---

<sup>78</sup> As autoras se referem ao deputado Milton Leite e seus filhos, a “família Leite”. Onde a família atua politicamente, como na Ocupação Jardim da União, são distribuídos panfletos com o emblema da família divulgando obras e melhorias urbanas. O emblema também é comumente pintado em muros de campos de futebol gramados, cobertos e iluminados nos territórios onde a família atua.

<sup>79</sup> A Ocupação Jardim da União também é uma “jovem ocupação” iniciada no ano de 2013 e localizada no Grajaú. A ocupação é sobre um terreno ocioso da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo CDHU.

<sup>80</sup> A visita a campo tinha como objetivo acompanhar um novo grupo que passaria a assessorar a associação para realizar algumas melhorias habitacionais e iniciar o processo de regularização fundiária para titulação individual dos moradores.

**Foto 8:** Assembleia do Movimento Ocupação Anchieta na Sede da Associação de moradores



**Fonte:** Acervo da pesquisadora.

### 3.2.3 Sociopolítico nas Ocupações

As Ocupações Gaivotas e Anchieta se configuram sobre o território das águas da cidade de São Paulo. Especificamente, estão localizadas no distrito do Grajaú, o distrito que mais cresceu em número de habitantes, durante a década de 1990, e que até o ano de 2010, continuou crescendo mais que os demais distritos da região da Capela do Socorro e segue paulatinamente sendo adensada.

Na expansão do distrito do Grajaú, estão as ocupações nas margens dos rios e nos braços d'água que deságuam na represa Billings. Em terras públicas ou terras privadas, as ocupações são realizadas onde há espaço para atender à necessidade de moradia. Não menos importante, são os dados que revelam as condições socioeconômica dos moradores da Ocupação Anchieta, os baixos salários, os rendimentos instáveis, o maior número de famílias monoparentais dentre as outras composições e, ainda, o maior número de pretos e pardos responsáveis pelo domicílio.

O conflito entre moradia e preservação ambiental agudiza-se sempre diante da deterioração das condições socioeconômicas, da perda e da diminuição da renda

das famílias, do adoecimento e perda da capacidade laborativa, e historicamente perpetrada à população negra, as piores condições de sobrevivência e desenvolvimento.

O histórico sociopolítico das ocupações pesquisadas revela ainda que a busca por reverter as perpetradas violações de direitos é realizada através da forma organizativa do movimento popular de moradia. A UMM-SP passa a acompanhar as Ocupações Anchieta e Gaivotas a partir do ano de 2018, quando a Ocupação Anchieta procurava alternativas para se contrapor à oferta do proprietário da terra à contratação de uma empresa privada para fins de regularização fundiária. No caso Ocupação Gaivotas, buscam reverter a atuação do próprio Estado que, violentamente, retirou as famílias do território, interrompeu o benefício provisório de locação de moradia e não ofertou reassentamento definitivo, e promoveu o retorno das famílias que, ainda, ao encontrar novos moradores e mesmo estando em menor número, quando comparadas às novas famílias, passaram a lutar por todos. Portanto, ambas buscam que o Estado garanta seus direitos. No entanto, a divisão, a fragmentação, a desagregação e a transitoriedade impostas às famílias pelo processo de vendas de pequenas partes de terra *griladas*, na qual o Estado não incide, impõem desafios à adesão das famílias ao processo de organização coletiva.

O histórico sociopolítico demonstra que ambas as experiências de ocupação de terra foram vinculadas como simultâneas, no bojo dos protestos contra a realização da Copa do Mundo, promulgada por um movimento social recém-constituído no território com o intuito de organizar essas experiências. As ocupações possuem históricos distintos, mas a Ocupação Anchieta demonstra marcas importantes desse processo quando participa das grandes manifestações nas vias públicas do bairro e da cidade. Na Ocupação Gaivotas, esse processo traz a possibilidade de adquirir força política para reocupar a terra da qual foram violentamente arrancados.

A chegada e a partida das famílias nos territórios, assim como as subdivisões de pedaços de terra, diante das agudizações das condições socioeconômicas das famílias, revelam uma urbanização cada vez mais complexificada e financeiramente mais onerosa. Nesse sentido, os deslocamentos internos, como aqueles realizados pelos moradores da Ocupação Anchieta, também se tornaram cada vez mais complexos e muito mais difíceis de serem realizados apenas pelos próprios moradores.

As atividades desenvolvidas pelas assessorias técnicas nas ocupações de terra podem ser descritas da seguinte forma: realização de atividades socioeducativas; realização de oficinas de projetos de urbanização; realização de levantamentos e mapeamentos; elaboração de diagnósticos; implantação de intervenções de urbanização de pequena escala; e, sobretudo, na instituição de espaços e processos participativos, como as assembleias e as reuniões por e entre comissões. No entanto, são experiências que não são continuamente financiadas que quando permanecem nas ocupações, utilizam recursos próprios ou obtidos por agentes financeiros como conselhos profissionais e organizações internacionais. Ao fim dos recursos e financiamentos, assim como o fim dos semestres acadêmicos dos campos extensionistas, revelam-se as impossibilidades de permanência e podem tornar a continuidade das ações desenvolvidas, pontuais, frágeis e imprevisíveis.

A atuação das assessorias técnicas demonstram ser experiências importantes à organização sociopolítica das ocupações de terra, trabalho que possui uma perspectiva de organização coletiva, pautado na confiança do compromisso político na relação entre moradores, técnicos e movimento de moradia. Essas experiências contribuíram na formalização das ocupações enquanto associação de moradores, para o fortalecimento de suas representatividades nos espaços públicos, para organizar alternativas técnicas à consolidação das famílias, para auxiliar lideranças a interagir com os outros moradores, para buscar a compreensão de incidir em cada pedaço de terra demarcada uma perspectiva coletiva enquanto território para todos os moradores da ocupação.

As ocupações de terra Gaivotas e Anchieta possuem pautas de exigências dirigidas aos entes públicos. Almejam abastecimento regular de água, o fornecimento de reservatórios para armazenamento da água, a implantação de infraestrutura como pavimentação, rede de esgoto e drenagem. É necessário “ressoar o sofrimento”, afirma a liderança da Ocupação Gaivotas, que, em outras palavras, pode ser descrito como transformar o sofrimento e a comiseração em luta coletiva e atendimento às reivindicações.

As ocupações demonstram como atuam politicamente, conjuntamente com o movimento de moradia popular e, a partir dessa atuação, passam a estar em espaços que antes não eram tidos como possíveis, adquirem conhecimento relacionados aos

seus direitos e, principalmente, adquirem experiências políticas quando passam a dialogar e a adquirir argumentos quando mediados em negociações.

Os planos populares são instrumentos técnicos importantes, desenvolvidos por grupos de assessoria técnica. Seu pressuposto é a participação popular na elaboração do planejamento urbano. Na Ocupação Anchieta, revela-se como instrumento importante a própria organização dos moradores, pois embasa as pautas de suas assembleias, as reuniões de comissão de moradores, assim como reuniões com entes públicos.

O trabalho sociopolítico realizado nas ocupações revela importantes contribuições ao processo de fortalecimento e organização política. Ao contribuir com a elaboração de diagnósticos, mediação de conflitos, acompanhamento de abertura de frentes de obras e remanejamentos, apoio a cadastros, elaboração conjuntamente com critérios e condicionalidades para atendimento de lotes, implantação e fomento de instâncias participativas como assembleias, oficinas, reuniões e comissões, participação das escolhas dos sujeitos, cujas aproximações tornam-se alianças políticas que, além de incidir na mediação dos conflitos para fortalecer processos coletivos, fortalecem lideranças, formulam e discutem argumentos, simulam e realizam negociações, pautadas no diálogo até que os argumentos adquiram consenso e tornem-se legítimos entre os próprios moradores.

### **3.3 Os bairros, as águas e a política pública**

No Grajaú, na década de 1970, os traços de formação de uma cidade legal passam a circundar pelas ruas onde foram implantadas as unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Brigadeiro Faria Lima. Um bairro distante do centro da cidade, e que possuía apenas uma linha de ônibus para acessar a região central, foi formado para assentar treze mil moradores de distintos territórios da cidade que puderam financiar unidades habitacionais verticais e horizontais abastecidas por água de caminhão-pipa e que frequentemente faltava iluminação e saneamento básico (Silva, 2016<sup>81</sup>; Baltazar, 2022). O bairro do BNH foi formado um pouco antes da promulgação

---

<sup>81</sup> Segundo os depoimentos coletados por Silva F. (2016), entre os anos de 1977 até o final dos anos 1980, o abastecimento de alimentos ao bairro era realizado pela Companhia Brasileira de Alimentos

das legislações estaduais de proteção aos mananciais<sup>82</sup>, na precária periferia paulista, e enfrentou todos os tipos de dificuldade para obter qualquer tipo de melhoria urbana.

No mesmo período de entrega das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Faria Lima, são ilegalmente abertos dois grandes loteamentos de terra na região. Os loteamentos Cocaia I e II, na década seguinte, passam a ser comercializados clandestinamente. Os arruamentos e os terrenos vazios entre os dois empreendimentos (o estatal e o clandestino) demonstram a tendência à especulação imobiliária que se formava na área de mananciais (Silva, 2016).

Na península do Cocaia, em seus 19,29 km<sup>2</sup> de extensão, em uma das margens, está localizada a Ocupação Gaivotas. Nesse território, a formação dos loteamentos irregulares é uma característica comum na forma de ocupação do solo. Bairros como Grajaú (o bairro e não o distrito), Jardim Lucélia, Parque Residencial Cocaia, Bororé, Parque Recanto do Cocaia, Gaivotas e Cantinho do Céu, são irregularmente constituídos entre as décadas de 1970 e 1990<sup>83</sup>.

---

(Cobal) que estacionavam um caminhão semanalmente nas ruas do conjunto habitacional. A Cobal foi um órgão do Ministério da Agricultura criado em 1962 e extinto em 1990, que tinha como objetivo promover o abastecimento estatal nas grandes metrópoles de artigos hortifrutigranjeiros e abrir postos de varejo por todo o país.

<sup>82</sup> A Lei Estadual nº 1.172/76 delimita as áreas de proteção relativa aos mananciais, cursos e reservatórios de água a que se refere o artigo 2º da Lei nº 898/75, e estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas.

<sup>83</sup> O Parque Residencial Cocaia, composto pelos loteamentos Cocaia I e Cocaia II e conforme pesquisa de Silva F. (2016), foram abertos no final da década de 1970 e comercializados a partir do ano de 1981. Ainda segundo as pesquisas de Silva, F. (2016) e de Silveira (2014), o loteamento Cipramar-Bororé foi aberto e comercializado aproximadamente no ano 1988, o Bororé no ano de 1990 e o Parque Recanto Cocaia entre os anos de 1985 e 1986. A Chácara Gaivotas, loteamento que origina o bairro Jardim Gaivotas, é aberto e comercializado entre os anos de 1988 e 1990 (Silva F., 2016).

**Figura 10:** Bairros do entorno ao Jardim Gaivotas. Em amarelo, destaca-se as favelas e em rosa, os loteamentos irregulares



Fonte: HabitaSampa.

Comercializada por imobiliárias “fantasmas” (Silva, 2016), a formação dos loteamentos irregulares possuía procedimentos semelhantes à comercialização formal, entretanto, para a demanda que adquire o imóvel, as condições de compra eram facilitadas, as prestações pouco se relacionavam ao salário-mínimo e o pagamento da entrada nem sempre era necessário, importando mais os prazos de financiamento estabelecidos sobre um contrato de compra e venda, com previsão de retomada do lote após três meses de atraso por mecanismos judiciais, pouco acionados pelo loteador devido aos custos e demora das ações, que demonstravam como a relação se desdobra na prática em “negociações”, que implicam em revenda do lote para o mesmo comprador ou para terceiros (Valladares; Figueiredo, 1986).

Nos loteamentos irregulares, o conflito envolve a demanda que adquiriu o imóvel e os loteadores que promoveram a venda. Famílias que não acessariam imóveis pelo mercado residencial privado adquirem terras sem garantia de posse e infraestrutura adequada. Processo que também fez emergir uma organização coletiva dos moradores para inferir junto ao Estado e aos loteadores, pelas respectivas regularidades e pelas responsabilizações.

### 3.3.1 Violentas acumulações e desposseções

A Ocupação Gaivotas foi formada a partir da venda de terras *griladas*. Meus interlocutores de pesquisa revelam que chegam ao território entre os anos de 2006 e 2007, através da compra de lotes vendidos por *grileiros*. A liderança Julia revela que o valor pago pelo lote foi de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); o valor equivalia a 5,2 salários-mínimos do período, quantia que só foi possível obter porque o valor foi dividido com sua irmã. Em suas palavras:

Em 2006, 2007 a gente comprou o lote. Era marcadinho pelos *grileiros*, 'então você fica com esse'. A gente conhece, sabe quem vende. Eu tenho meu contrato de compra e venda até hoje guardado na gaveta. Mas a gente tem que ficar em silêncio. Com grileiro, a gente fica em silêncio. Inclusive quando a gente foi conversar com o defensor público, eu falei, eu comprei, eu tenho contrato de compra e venda, eu entrego para o senhor, o senhor manda a polícia atrás deles e quem protege a minha família? Eu faço o quê com a minha família se eu entrego eles para o senhor? Foi aí que o defensor fez com que a prefeitura pagasse o nosso aluguel (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, abril 2023).

Por possuírem relações com o mundo do crime ou com agentes políticos, detentores de forças que se sobrepõem, por medo ou violência, a denúncia e a responsabilização sobre a comercialização dos lotes, aplicar as leis, comprometem a segurança e a permanência dos moradores no próprio território. Por imposição, “com grileiro, a gente fica em silêncio”, afirma nossa interlocutora (Entrevista Ocupação Gaivotas, liderança Julia, 2023).

Na Ocupação Gaivotas, com apenas um ano de moradia nos lotes comprados através de grileiros, os moradores são notificados da ação de remoção pela “prefeitura” (Entrevista com a liderança Julia, Ocupação Gaivotas, abril de 2023). Era o ano de 2007.

Silva (2020), ao etnografar experiências de remoção, revela a violência empregada na Ocupação Gaivotas. No processo de remoção, a violência policial, a força e seus efeitos destrutivos na derrubada das casas e na expulsão imediata de seus moradores foi comparada, pela autora, com a metáfora de guerra. O relato do morador da Ocupação Gaivotas coletado pela pesquisadora é revelador:

Onde a gente morava só tinha uma entrada [...]. Então a gente pegou tudo que podia: colchão velho, cadeira velha, pneu, fizemos uma barricada antes deles chegarem [...]. Quando eles chegaram colocamos fogo, ficou sem entrada. Eles tinham o quê? trator e carro, eles não podiam atravessar o fogo, eles tiveram que acionar o bombeiro [...]. E aí começou aquela coisa, nós tentamos impedir que eles entrassem até às 8h00 da manhã [...]. Eles conseguiram entrar pela escola, eles não conseguiram entrar pela rua! Os primeiros que entraram foram os da CGM (Guarda Civil Metropolitana), com bomba de gás, com cassetete, foram os primeiros que conseguiram entrar e conter a gente [...]. [...] E aí começou aquele inferno [...]. Chamaram o bombeiro, o bombeiro veio e apagou. Mas antes do bombeiro chegar a gente já se preparou: muita gente com pau, com pedra, era tudo ou nada, virou uma verdadeira guerra, a gente lutando por aquilo que a gente acreditava que era possível de acontecer e eles com a verdade deles. Nós ficamos irracionais, todo mundo, tanto a gente quanto eles [...]. [...] A gente começou a gritar ‘Cada um pra dentro da sua casa e ninguém sai, eu quero ver como eles vão tirar’ [...]. Cada morador entrou pra sua casa e eles entraram com aquele grito de guerra. Tinha máquinas que eu nunca vi, maiores que essa casa aqui [...]. (Irene, Jardim Gaivotas *apud* Silva, 2020, p. 1416).

As remoções compulsórias e forçadas implicam a utilização da força e da violência. Os entes públicos se colocaram a postos, em batalhões, estão preparados, treinados e armados com cassetetes em punho, bombas de gás e grandes máquinas. Os moradores resistem e mesmo em desvantagem, na correlação de força, utilizam o fogo, o pau, o colchão e a madeira como recursos, como única possibilidade de resistência diante das armas utilizadas e da violência a qual foram submetidos.

Nossa interlocutora de pesquisa, a liderança Julia revela que a remoção teve início às 4:30 horas da manhã. Os moradores resistiram até as 18:00 horas daquela noite, esperando com “as trouxas na rua” (Diário de Campo, Ocupação Gaivotas, liderança Maria, 2023). A “prefeitura” carregou todos os móveis para um galpão e diante da resistência das famílias que não tinham para onde ir- nem tampouco outra cidade para voltar, ofereceu levá-las para um albergue. Nas palavras da nossa interlocutora:

Eles vieram notificar e tudo, mas chegaram para remover as famílias, não tinha lugar nenhum para colocar ninguém, queriam levar para um albergue, homens para um albergue, mulheres e criança pra outro. E teve aí nessa situação, de 104 famílias, 11 famílias que não teve para onde ir e a gente ficou. Eu fui uma delas (Entrevista Ocupação, liderança Julia, abril de 2023).

Diante da resistência das famílias que afirmavam não ter para onde ir, a prefeitura opta por montar “barraquinhas de praia” em um campo de futebol (Entrevista com a liderança Julia, Ocupação Gaivotas, abril de 2023), em um bairro do entorno denominado Jardim São Bernardo. Nas barracas montadas pela prefeitura e sobre fortes chuvas, onze famílias passam a noite.

No dia seguinte, a notícia havia repercutido na mídia, “na televisão, no programa Datena, na Globo, tudo” (Entrevista com a liderança Julia, Ocupação Gaivotas, abril de 2023). Nossa interlocutora demonstra força, empenho em exigir reparações, em reivindicar justiça. Não importava se o discurso da mídia hegemônica poderia condená-los, eles estavam clamando por “tentativas de ajuda” (Entrevista com a liderança Julia, Ocupação Gaivotas, abril de 2023). As onze famílias resistentes mobilizaram as mídias na manhã seguinte à remoção, e conseguem respostas apenas da defesa civil, da defensoria pública e do conselho tutelar.

A defesa civil remove os moradores para um hotel, localizado próximo ao Autódromo de Interlagos, cujas despesas foram custeadas pela prefeitura por um mês. Após o fim do prazo, diante de um novo despejo iminente, as negociações recomeçam. As famílias resistentes, apoiadas pela Defensoria Pública, solicitam alternativas. A prefeitura prorroga a permanência das famílias no hotel por mais três meses e, posteriormente, após o mesmo processo de resistência, incluem os moradores no Programa Parceria Social<sup>84</sup>. O auxílio financeiro para locação de imóveis foi concedido por trinta meses.

Nossa interlocutora revela que 97 famílias da Ocupação Gaivotas foram incluídas no Programa Parceria Social, entretanto, o programa “não dava direito a nada”, as famílias não sabiam disso, “a gente só assinou o contrato, não leu, mas lá tava dizendo” (Entrevista com a liderança Julia, Ocupação Gaivotas, abril de 2023).

O que estava escrito, segundo a Resolução nº 31 do Conselho Municipal de Habitação (CMH) e sua Secretaria Executiva, é que o atendimento habitacional definitivo não estaria vinculado à inclusão no Programa Parceria Social. Atendimento habitacional seria concedido caso houvesse disponibilidade e os beneficiários

---

<sup>84</sup> O Programa Parceria Social foi um programa do município de São Paulo formulado no ano de 2007 e extinto no ano de 2016, que custeava a locação de imóveis a famílias que a prefeitura remove-se para fazer obras ou eliminar risco físico. Eram realizados depósitos mensais de até R\$ 300,00 aos proprietários dos imóveis locados, desde que os imóveis cumprissem condições mínimas de habitabilidade e as famílias apresentassem comprovantes do pagamento do aluguel, o investimento em poupança e a manutenção dos filhos na escola (Silva, 2020).

comprovassem o cumprimento de condicionalidades- como os pagamentos relativos à poupança, a alfabetização de todos os adultos do núcleo familiar, a ausência de restrição cadastral e a ausência de recusa entre as opções de atendimento definitivo anteriormente oferecidos pelo ente público. Só assim as famílias poderiam ser atendidas com moradias definitivas.

Os moradores da Ocupação almejaram, então, a inserção no Programa Auxílio Aluguel, o programa posterior ao Parceria Social, pois “esse sim dava direito a alguma coisa” (Entrevista com a liderança Julia, Ocupação Gaivotas, abril de 2023) com o direito ao atendimento habitacional definitivo, o justo ressarcimento e reposição pela demolição de suas casas. Esse foi o atendimento inicialmente reivindicado pelos moradores que até a presente data encontrava-se transitando judicialmente<sup>85</sup>.

Após o encerramento do atendimento no Programa Parceria Social, as famílias deveriam, com seus próprios recursos, buscar soluções para suas moradias. Haja vista que o próprio programa previa que os moradores deviam poupar recursos e apresentar os comprovantes de depósito como condicionante para atendimento. Entretanto, não se tratava de trabalhadores urbanos integrados ao processo produtivo, mas sim, dos excluídos de grande parte dos benefícios que o mercado de consumo assegura e, especialmente, excluídos da cidade (Maricato, 2023).

Meus interlocutores de pesquisa relatam o adoecimento, a perda e a diminuição da renda, assim como o alto custo na locação de imóveis, motivos que os levam a retornar para a Ocupação Gaivotas. Era a mobilidade do capital aumentando e a mobilidade entre as classes sociais declinando (Maricato, 2023).

No ano de 2013, os moradores removidos não ocupam os mesmos lotes comprados anteriormente dos grileiros, pois nesses pedaços de terra, já havia novos moradores. Ocupam pedaços de terra que encontraram disponíveis, difíceis de serem localizados, entremeados por mato e outras famílias que também buscavam terra para moradia nessa margem da represa:

[...] tinha um pessoal lá embaixo onde tinha uma biquinha. Depois é que foi para aquele lado, o terreno era para aquele lado. Quando a gente chegou, não, não tinha. Desse lado aqui, a gente foi o primeiro morador. Mas é mesmo por não ter noção de onde era, e de onde não era, entendeu. Porque quando a gente veio, só tinha mato, não dava

---

<sup>85</sup> Processo judicial nº 1039670-34.2021.8.26.0053, que pede o atendimento habitacional das famílias removidas da comunidade no ano de 2007. Cerca de 230 famílias.

para ter a percepção de que minha casa era ali, minha casa era aqui. Era mato. Tinha um pessoalzinho escondido lá embaixo, onde tinha uma biquinha, depois é que foi enchendo. Do lado de cá só tinha esses barracos aqui que era meu, da minha irmã e mais duas irmã que moravam. Só tinha quatro barracos, o resto era tudo mato. Aí o pessoal foi chegando (Entrevista com a liderança Julia, Ocupação Gaivotas, abril de 2023).

Nossa interlocutora na Ocupação Gaivotas revela que a volta à ocupação foi de forma diferente, pois “aí eu ocupei mesmo, porque antes não, antes eu comprei” (Entrevista com a liderança Julia, Ocupação Gaivotas, abril de 2023).

A resistência e a luta pela permanência são diante da inação e da violência exercidas pelo Estado, mas como nossa interlocutora afirma, “a Prefeitura deixou os moradores por conta própria, apenas o benefício foi cortado, a luta continuou” (Entrevista liderança Gaivotas, 2023),

No ano de 2019, havia 152 famílias na Ocupação Gaivotas e, no ano de 2022, o número de famílias havia aumentado para 258 famílias. Mas apenas 7 estavam desde o início da ocupação.

### **3.3.2 O público perde para o privado**

Karen tem uma associação e reivindicava um lote maior para continuar realizando “seus trabalhos de projeto social”. O arquiteto pergunta duvidando sobre a formalidade dessa associação e demonstra surpresa pela existência dessa formalidade, assim como pela existência da parceria com uma fundação ligada às lojas Magazine Luiza, da qual recebe doações para serem distribuídas aos moradores da ocupação. Batmam ocupa um pedaço de terra maior dentro da ocupação e seu “projeto social” distribuía alimentos durante a pandemia, emitia vídeos enviados por mensagens, as filas enormes circundando toda a Ocupação. Como pesquisadora e assistente social, pensava na fome do povo acirrada pelo isolamento social. Patrícia, outra liderança também desenvolve “projetos sociais”, arrecada doações e distribui entre as famílias. A Ocupação Anchieta ocupa a terra de uma organização não governamental que desenvolve projetos sociais junto aos moradores do bairro, e os moradores da Ocupação também desejam desenvolver projetos sociais junto aos pedaços de terra que ocupam. Havia uma surpresa em constatar que além da igreja

evangélica e católica, ao menos seis lideranças desenvolviam trabalhos relacionados a “projetos sociais” (Diário de campo, fevereiro de 2021).

A terra ocupada pelos moradores da Ocupação Anchieta pertence ao Instituto Anchieta Grajaú (IAG), uma organização não governamental (ONG), presidida por um proeminente arquiteto brasileiro. O Instituto Anchieta Grajaú foi criado no ano de 1994, por um grupo de empresários, mobilizados para atuar na periferia através da oferta de serviços em educação, cultura e profissionalização, e incidir sobre a “população vulnerável” (IAG, 2023). Em confiança ao seu empenho, o grupo recebe a terra da empresa Cyrela Incorporadora e Construtora de Imóveis, para viabilizar seus anseios. Nessa terra, o grupo constrói a sede do IAG. No ano de 1997, inicia a prestação de serviços aos moradores do bairro. A organização estabelece convênios com o poder público e com a iniciativa privada<sup>86</sup>, negocia com a Prefeitura Municipal de São Paulo a desapropriação (e a respectiva indenização) de parte de suas terras para a implantação de uma escola municipal de ensino fundamental<sup>87</sup>, cede em regime de comodato por 10 anos outra parte de suas terras para a construção da unidade básica de Saúde (UBS) Anchieta.

No ano de 2013, o IAG possui parte de sua gleba ocupada de forma significativa<sup>88</sup> e solicita, judicialmente, no mesmo ano, a reintegração da posse. No ano seguinte, os moradores formalizam a Associação de Moradores. Buscaram apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que passa a mediar o conflito fundiário. A ação de reintegração de posse é suspensa no ano de 2016. O IAG passa a ofertar alternativas de moradia aos moradores da Ocupação e apresenta organizações não-governamentais como Arquitetos do Futuro e o Teto para Meu País<sup>89</sup>. Entre os anos de 2018 e 2019, apresenta a empresa Terra Nova.

---

<sup>86</sup> São oferecidos os seguintes serviços: Centros de Educação Infantil (CEI), Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), Centros para Juventude (CJ), Serviço Socioassistencial a Família (SASF) além de outros serviços em parcerias com empresas privadas como Casa das Mães Solteiras, Restaurante Escola, entre outros.

<sup>87</sup> A desapropriação se efetiva no ano de 2010 através do Decreto nº 51.847 de 8 de outubro de 2010. As obras resultaram na construção da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professora Lia Maria dos Reis de Jesus Souza Silva cujas obras foram concluídas aproximadamente no ano de 2021.

<sup>88</sup> Os moradores com quem interajo na pesquisa afirmam que as terras do Instituto já foram ocupadas outras vezes, porém eram ocupações menores, pontuais e que forma rapidamente removidas (Diário de Campo, junho, 2022).

<sup>89</sup> Ambas as organizações não governamentais constroem casas de madeira com a contribuição financeira dos moradores e mão de obra voluntária.

A Terra Nova é uma empresa privada para fins de regularização fundiária, que se pauta na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho 2017, e se apresenta, conforme seu site<sup>90</sup>, como mediadora pacífica de conflitos fundiários. Sua metodologia é ofertada, segundo a empresa, como vantajosa aos entes envolvidos: ao Judiciário que não precisa realizar despejos forçados, aos proprietários que passam a ser remunerados, ao poder público que, ao evitar o emprego de recursos em desapropriações em áreas particulares, pode investir em infraestrutura urbana. Para os moradores, é ofertada a vantagem de que pelo esforço próprio, é possível conquistar o título da propriedade, recuperar sua autoestima e sair da condição de ocupantes irregulares (Terra Nova, 2023). A empresa não menciona apenas que, para sair das condições de ocupantes e recuperar a autoestima, através dos seus próprios esforços, a saída é obter recursos financeiros, deslocar seus recursos e rendimentos para pagar a terra ao proprietário e ainda arcar com as despesas e o lucro da empresa que prestará esse serviço.

Enquanto o Instituto Anchieta Grajaú celebrava o acordo e a solução ao conflito fundiário, parte das lideranças da Ocupação Anchieta se opôs à proposta e passou a procurar alternativas para apresentar aos moradores. O grupo forma uma chapa, convoca novas eleições, disputa e vence o processo eleitoral da associação com a proposta de não aderir à empresa e não onerar os moradores no processo de regularização fundiária (Diário de Campo, 2021). Na busca por alternativas, a Associação de Moradores encontra advogados próximos aos movimentos de moradia da UMM-SP que passam a acompanhar a Ocupação Anchieta.

Quando inicio os trabalhos em campo, acompanhando de forma remota os membros da Associação de Moradores da Ocupação Anchieta, a disputa ainda era vívida e reverberava nos relatos fervorosos das lideranças, e os conflitos ocorriam publicamente. Com o início dos trabalhos presenciais no ano de 2021, observo que essa mesma empresa atuava em outra “jovem ocupação”, a Ocupação Porto Velho (Diário de Campo, 2021), algo que também promovia tensões, relatadas pelos diálogos estabelecidos entre as lideranças das jovens ocupações. Uma das minhas interlocutoras de pesquisa, a liderança Leandra, ao lembrar esse período na Ocupação Anchieta, relatou os tensionamentos quando parte da antiga diretoria da

---

<sup>90</sup> Disponível <https://grupoterranova.com.br/metodologia/>. Acesso em: 29 set. 2023

associação passou a mobilizar os moradores e recolher as assinaturas para aderir à proposta da empresa (Diário de campo, 2021).

O IAG, até o ano de 2013, momento da ocupação, preservava a área coberta por vegetação de mata atlântica. Nos anos seguintes, lamentou a ocupação desordenada do território, a derrubada das árvores e culpabilizou a associação de moradores pela ocupação e o desmatamento. Entretanto, ensejava, no mínimo, contribuir com o Plano de Urbanização e Regularização Fundiária da Ocupação Anchieta.

Nas reuniões entre o proprietário, a defensoria e a associação de moradores que presenciei, as discussões versaram sobre alterar o Plano de Urbanização para ampliar o tamanho das calçadas, principalmente na quadra mais próxima a sua sede e aos equipamentos sociais que o IAG ajudou a viabilizar na Avenida Alziro Pinheiro (Diário de Campo, 2021). A mudança no plano impactaria no número e no tamanho dos lotes disponibilizados aos moradores da ocupação, mas, para o presidente do Instituto, tratava-se de implantar um projeto de “urbanização humana”.

“Urbanização humana”, para o proeminente arquiteto, era, em suas palavras ao *Jornal Valor Econômico*, realizar sensíveis interferências para facilitar a comunicação, promover o cuidado com as pessoas, possibilitar conforto para andar a pé, em contraponto às calçadas estreitas, mal pavimentadas e desniveladas e das praças abandonadas (Trefaut, 2021). Também significava alterar a concepção de que as obras deveriam ser feitas por grandes empresas, “o certo” é criar grupos de trabalho, “treinar pessoas desempregadas para esses pequenos ofícios” e dar “trabalho a muita gente” (Trefaut, 2021).

O IAG também desejava formar uma agro floresta na área do “campinho”, um campo de futebol dentro da Ocupação Anchieta. Informava, nas reuniões, que não concederia à associação de moradores mais terra do que eles já haviam ocupado, embora a assessoria argumentasse que, para modificar o tamanho das calçadas, seria necessária mais terra para moradia.

Por outro lado, no final do ano de 2019, ainda sobre medidas restritivas impostas pela pandemia do coronavírus, acompanho os relatos das lideranças da Ocupação Anchieta, que negociavam e impediam uma nova ocupação na área do “campinho”. O IAG acionou a liderança da Associação de Moradores para intervir e impedir essa nova ocupação. A liderança André passou a mediar o conflito e relatava,

em uma chamada por vídeo, que a tentativa de ocupação ocorreu inicialmente com colocação de estacas (para marcar a área), em seguida, chegam as pessoas alegando que a área será ocupada, empunham facões, realizam ameaças e disputam os nomes dos líderes do PCC, aos quais podiam recorrer. A negociação finda com a desocupação do campinho (Diário de campo, 2019), mas algo contraditório se destacava, o proprietário, que não cede a área para a Associação de Moradores e a assessoria técnica reassentar as famílias excedentes, clama pela liderança para impedir uma nova ocupação que impediria seus anseios agroflorestais.

O proprietário da terra da Ocupação Anchieta demonstrava que proteger o meio ambiente era uma questão importante à instituição. Inicialmente, protegia a mata atlântica da área ocupada. Lamentou a derrubada das árvores para a construção das casas, criminalizou as lideranças da Ocupação por cometer crimes ambientais e, posteriormente, ainda buscando incidir sobre a questão ambiental, almejava implementar uma agrofloresta.

A Ocupação degradava o meio ambiente, assim como a intensa ocupação das áreas de mananciais degradava os reservatórios de água da cidade de São Paulo. No entanto, os impasses aparecem como relacionados principalmente quando observamos as incongruências entre a política urbana e a política ambiental. Esse aspecto será verificado com mais cuidado no próximo item.

### **3.3.3 Política urbana é pela defesa das águas?**

Como veremos, as duas Ocupações estão localizadas na região da Capela do Socorro, nas áreas de mananciais do extremo sul da cidade de São Paulo, especificamente no distrito do Grajaú, nas sub-bacias que abastecem a Represa Billings. A forma de ocupar esse território, em parte, distinta dos outros distritos da região, é marcada pela precariedade urbanística que compromete o abastecimento público de água a todos os habitantes da cidade. A piora na qualidade da água é medida pelos despejos de esgoto diretamente nos corpos d'água. As ameaças ao abastecimento público justificam, ao longo do tempo, os empenhos financeiros e administrativos das gestões públicas (municipal, estadual e federal), assim como o próprio Judiciário através do Ministério Público, em acompanhar, formular e

implementar políticas, programas e projetos nas áreas de mananciais do extremo sul da cidade de São Paulo.

Esses empenhos foram iniciados nos primeiros anos da década de 1990, período em que o distrito do Grajaú havia crescido mais do que os outros distritos da cidade de São Paulo. A partir do princípio de elaborar uma política habitacional, conjugada com intervenções próximas aos corpos d'água, entre elas, obras de urbanização e infraestrutura, a pioneira gestão municipal da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), a partir do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga<sup>91</sup> ou Programa Guarapiranga, estrutura o poder público para implementar ações na porção sul das áreas de mananciais.

O Programa Guarapiranga contava com recursos do próprio município e mantinha diálogos com a Sabesp que, inclusive, contribui na elaboração de instrumentos de planejamento como o Plano de Preservação e Manejo da Área do Município de São Paulo. São organizados grupos de trabalho intersecretariais (GT) como GEUFAVELAS<sup>92</sup>; e o grupo SOS Mananciais<sup>93</sup>, centralizado e com escritório local junto à Sabesp da Capela do Socorro, no próprio território, para fiscalizar e evitar novas ocupações.

Ainda em meados da década de 1990, os programas de intervenção em áreas de mananciais passam a ter outras perspectivas. Inicialmente, criam-se expectativas de adensamento à área de mananciais a partir de controvérsias jurídicas. Em pauta, a Lei de Mananciais, a Lei Estadual nº 1.172 de 17 de novembro de 1976, que delimitava as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água e as normas restritivas de uso do solo e a Lei de Anistia, Lei nº 11.522 de 03 de maio de 1994<sup>94</sup>, formulada para regularizar e anistiar imóveis irregulares, inclusive em área de mananciais.

---

<sup>91</sup> O Programa Guarapiranga, formulado no ano de 1991, foi instituído pelo decreto Estadual nº33.266 de 15 de maio de 1991.

<sup>92</sup> O Grupo GEUFAVELAS tinha como objetivo era reurbanizar favelas e construir novas unidades habitacionais. Trata-se de um grupo executivo para urbanização de favelas ligado a SEHAB (Secretaria de Habitação). Obras de urbanização e a construção de novas unidades habitacionais foram realizadas através dos recursos do programa municipal PROFAVELA.

<sup>93</sup> O Grupo SOS Mananciais foi instituído pela Portaria 237 de 22 de julho de 1991 com o objetivo de fiscalizar novas ocupações em áreas de mananciais e que manteve um escritório piloto junto ao escritório regional da Sabesp na região da Capela do Socorro.

<sup>94</sup> Até o ano de 2000, quando a redação foi reformulada pela Lei nº13.098 de 8 de dezembro de 2000, não havia impedimentos para a regularização de imóveis em área de mananciais.

Nesse período, a abertura e a comercialização de loteamentos clandestinos e a forma predatória de utilização do solo urbano nas áreas de mananciais traziam questões importantes aos agentes públicos. Mas, a gestão pública sob o mandato do prefeito Paulo Maluf (1993-1997), ao formular a lei de anistia aos imóveis irregulares, criava a expectativa de regularização fundiária em áreas de mananciais.

Nas ocupações do extremo sul, baseadas na abertura e comercialização clandestina de lotes, as justificativas para as obras de infraestrutura, em área de mananciais, passam a estar mais próximas dos acordos políticos e de obras controversas fundamentadas a partir da justaposição de legislações. Como o próprio prefeito afirmou à Associação de Moradores do Parque Residencial Cocaia, no distrito do Grajaú, construir uma escola em cima de um “corregozinho não é nada para quem constrói pontes em cima do mar (Silva, 2016, p. 78)<sup>95</sup>.

A cidade também se modificava, principalmente nas áreas de fronteiras da nova centralidade dos negócios de alta renda (Rolnik, 2015). A canalização de córregos e a abertura de avenidas, especificamente entre as avenidas Faria Lima e Águas Espraiadas e Luís Carlos Berrini, promoviam a remoção de 68 núcleos de favelas, e formava uma migração intraurbana, constituída por famílias removidas, que recebiam valores ínfimos de indenização que não permitiam acesso ao mercado formal de terras. Remoções essas organizadas por um *pool* de empresas que se instalavam na região a fim de sustentar financeiramente as estratégias da prefeitura. São os novos tempos advindos com a financeirização do capital, período em que os fundos de investimentos internacionais, os fundos imobiliários e outras formas de captação de capital financeiro, principalmente de fundos de pensão, entram no mercado imobiliário paulistano (Rolnik, 2015).

As mudanças na gestão pública municipal da cidade de São Paulo são significativas. Os programas relacionados às áreas de mananciais da gestão anterior são revertidos, portarias que garantiam a permanência dos moradores de favelas são

---

<sup>95</sup> Silva F. (2016), que ao coletar documentos e entrevistas de lideranças e associações de bairro das áreas que compõem os braços da represa Billings, verifica nos documentos da associação de moradores o registro da visita do referido prefeito no ano de 1989 e entrevista a liderança que acompanhou a visita.

revogadas, exceto os que passaram a estar em negociação com o Banco Mundial (Santoro, 2008). A coordenação do Programa Guarapiranga é repassada para o governo do estado, especificamente para a Secretaria Estadual de Energia e Saneamento do estado de São Paulo, então sob a gestão do governador Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1994).

As estruturas administrativas do Programa Guarapiranga são modificadas, os grupos intersecretariais desmontados, exceto o grupo SOS Mananciais<sup>96</sup> que, mesmo descentralizado e operacionalizado sem recursos (ao menos no município de São Paulo)<sup>97</sup>, aparentemente, demonstrava ser importante aos novos gestores do Programa Guarapiranga, possivelmente porque os investidores internacionais do Banco Mundial recomendavam aos governos interessados em obter empréstimos, manter-se no papel de guardião das regras jurídicas, monetárias e comportamentais (Dardot; Laval, 2016).

De fato, para implementar a recuperação sanitária e ambiental do manancial, implantar um sistema de gestão integrada da bacia e controlar a qualidade da água da represa e de seus afluentes (Ferrara, 2013), o governo do estado de São Paulo encaminhou um pedido de empréstimo ao Banco Mundial (BIRD), efetivado no ano de 1993<sup>98</sup>.

O Programa Guarapiranga, entre os anos de 1992 e 1997, recebeu recursos volumosos que, ao todo, somavam a quantia US\$262,00 milhões de dólares, sendo que US\$119,00 milhões do BIRD, US\$68,00 milhões do governo do estado, US\$28,00 milhões da prefeitura de São Paulo, US\$40,00 milhões da Sabesp e US\$ 7,00 milhões da Eletropaulo (Santoro *et al*, 2008).

Os recursos disponíveis são para as obras, planos e projetos complexos de escalas ampliadas que articulam saneamento, meio ambiente, habitação, equipamentos e atendimento social (Santoro *et al.*, 2008). Empreiteiras contratadas por lotes e divididas por núcleos de favela navegam no sentido oposto da formulação

---

<sup>96</sup> No ano de 1994, o grupo SOS Mananciais, com a mesma composição técnica, porém sem recursos da prefeitura, passa a ser coordenado pela Comissão Especial de Proteção aos Mananciais (CEPM), vinculado à Secretaria do Estado de Meio Ambiente.

<sup>97</sup> O Grupo SOS Mananciais passa a ser coordenado por uma comissão especial composta por membros do estado e das prefeituras abrangidas pelas bacias hidrográficas dos mananciais contribuintes da Represa Guarapiranga (São Paulo, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jujutiba e São Lourenço da Serra).

<sup>98</sup> O BIRD passa a determinar.

do Programa Guarapiranga, que procurava manter as famílias moradoras das áreas de mananciais e, ao mesmo tempo, envolvê-las nas obras de infraestrutura através do trabalho mutirante.

Uma Unidade de gerenciamento (UGP) descentralizada e intergovernamental, um conselho consultivo da bacia, espaços de gestão cada vez mais complexos, porém constituídos por empresas de consultoria, gerenciamento, fundações privadas, organizações não-governamentais e consultores. Órgãos como a prefeitura, a Sabesp e a Eletropaulo tornaram-se executoras do Programa Guarapiranga, pois é o BIRD que, desde o ano de 1991, passou a aprovar os projetos e, a partir do ano de 1994, a operacionalizá-lo (Santoro *et al.*, 2008).

A conformação entre o aparato estatal e o Banco Mundial possui rebatimentos nas formas de operar a política. Agências internacionais passam a normatizar a melhor forma de governar e a definir os padrões para a aplicação dos investimentos públicos (Pulhez; Ferrara, 2018). Conhecimentos técnicos e políticos sobre os territórios passam a estar concentrados em empresas privadas e organizações não-governamentais. Até nos relatórios dos entes públicos são utilizados os jargões dos economistas prestigiados em Washington (Filado, 2004, p. 251-252 *apud* Santoro *et al.*, 2009). Circuitos privatistas e monopolizados por fora da estrutura pública estatal estão organizados (Pulhez; Ferrara, 2018). Saberes e expertise prontos para serem comercializados. A política é transformada em mercado, o mercado da política (Simionato, 2011).

Para Maricato (2015), os Estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro diante dos interesses desses agentes hegemônicos. Os Estados foram fortalecidos, mas, ao mesmo tempo, as políticas sociais são enfraquecidas e desmoralizadas para exaltar a capacidade da iniciativa privada.

O Programa Guarapiranga contou com os recursos do BIRD até os anos 2000. Segundo apura Santoro *et al.* (2008), até janeiro do ano 2000, grande parte das favelas indicadas continuava sem obras ou não tinham as obras concluídas. Entre os 168 núcleos de favelas indicados a receber intervenções, apenas 67 receberam obras, assim como os loteamentos que, entre os 135 loteamentos indicados, apenas 54 tiveram algum tipo de intervenção. Entre as 60.139 famílias indicadas para atendimento, apenas 22.599 ou 37,6% foram atendidas pelas ações do Programa

Guarapiranga (Santoro *et al.*, 2008). Apesar da proliferação de discursos em *prol* de uma urbanização de baixos padrões (Pulhez; Ferrara, 2018), as intervenções foram insuficientes, ou seja, as favelas e loteamentos irregulares não estavam ligadas à rede coletora de esgoto ou, quando estavam em obras, lançavam esgotos diretamente nos corpos d'água formadores da represa. Apesar dos volumosos recursos empreendidos, não houve alterações em relação à qualidade das águas das represas.

A partir dos anos 2000, com o encerramento do contrato de financiamento com o Banco Mundial, mas ainda tendo que manter a continuidade das obras, a gestão municipal da prefeita Marta Suplicy (2001-2004) decide manter as atividades do programa, porém apenas com o orçamento do próprio município. São destinados R\$ 35,00 milhões para as ações nas áreas de mananciais, embora fosse estimada a necessidade de R\$50,00 milhões para continuidade da implementação das ações (Santoro *et al.*, 2008). São poucos os recursos. Mas foi nesse período que se optou por construir os Centros de Educação Unificados (CEUS), em regiões onde havia escassos equipamentos públicos para educação, lazer e cultura. A gestão municipal altera o nome do programa, que passa a ser denominado Programa Mananciais.

O Programa Mananciais, sob a gestão municipal do prefeito Gilberto Kassab (2006-2012) recebeu aporte de R\$82,00 milhões de reais entre recursos próprios do município e de ementas parlamentares dos vereadores da cidade (Cymbalista; Santoro, 2007 *apud* Santoro, 2008). Portanto, havia mais recursos ao Programa Mananciais que na gestão passada.

No ano de 2007, uma gestão pública municipal mais militarizada, com subprefeitos militares<sup>99</sup>, cria a Operação Defesa das Águas<sup>100</sup>, cujo objetivo é controlar, recuperar e urbanizar as áreas de mananciais de São Paulo e seu entorno, mas que, na prática, focou em coibir novas ocupações, intensificar a fiscalização e remover habitações consolidadas para liberar áreas para execução de obras de recuperação das margens da represa (Santoro *et al.*, 2008).

---

<sup>99</sup> Segundo apura Risek (2013), esse processo tem início com a nomeação de um coronel militar como subprefeito da Mooca e chega, ao ano de 2010, com 42% subprefeitos militares na cidade de São Paulo.

<sup>100</sup> O Programa Operação Defesa das Águas é uma articulação municipal criada no ano de 2007 que envolveu órgãos do governo do estado de São Paulo (Secretarias do Meio Ambiente, Saneamento e Energia/Sabesp/EMAE, Habitação/CDHU e Segurança Pública) e da Prefeitura do Município de São Paulo (Secretarias do Verde e Meio Ambiente, das Subprefeituras, da Habitação e do Governo/ Guarda Civil Metropolitana), sobre responsabilidade da Secretaria de Governo do Município de São Paulo.

Também é nesse período que o Programa Mananciais passa novamente a receber recursos volumosos, mas a fundo perdido. No ano de 2008, após o lançamento e adesão do município ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), o Programa Mananciais recebe R\$250,00 milhões advindos do Orçamento Geral da União, R\$ 130,60 milhões do Governo do Estado de São Paulo/ CDHU, R\$446,50 milhões da Prefeitura de São Paulo e R\$42,20 milhões da Sabesp, totalizando R\$869,30 milhões investidos em mananciais (Santoro *et al.*, 2008).

A gestão municipal subdivide o Programa Mananciais em dois: PAC Mananciais e Programa Mananciais; planeja urbanizar 81 áreas, sendo que 45 com recursos do governo federal e 36 áreas sem os recursos do governo federal (Santoro, 2008). Entre as 81 áreas a serem urbanizadas, no entorno das bacias Billings e Guarapiranga, está a implantação de três parques lineares: Parque Europa, no distrito M'Boi Mirim; Mata Virgem no distrito Cidade Ademar e Cantinho do Céu no distrito do Grajaú.

Para a realização dessas obras, estavam previstas a remoção e o reassentamento de 5.300 famílias, entre as quais 4.438 do entorno da Billings e 2.483 do entorno da Guarapiranga (São Paulo, 2008).

Sob o mote da preservação e proteção os mananciais, a prefeitura segue, até o presente período de realização desta pesquisa, implantando saneamento básico, infraestrutura urbana, construindo e removendo moradias para controlar e ordenar a ocupação das áreas, implantando parques lineares nas margens da Represa Billings. Grandes obras são promulgadas para promover a qualidade de vida da população de baixa renda (São Paulo, 2008) ou em outro sentido, para tensionar o território periférico, abri-lo ao mundo da especulação financeira, inclui-lo na exploração predatória do mercado, suas terras e suas possibilidades turísticas<sup>101</sup>.

Ao longo da incursão profissional, pessoal e da pesquisa, a construção do Parque Linear avançava sobre o Jardim Gaivotas. Acompanhei as tentativas do coletivo Imargem em se comunicar com os representantes da obra e com a prefeitura para apresentar propostas, participar do processo. Para o Projeto Imargem, era

---

<sup>101</sup> Franco *et al* (2023), no livro *Saberes, memórias e resistências*, aponta para um documentário revelador sobre as intencionalidades da gestão pública com a implantação dos parques lineares no Grajaú. O documentário Parque do Grajaú reúne arquitetura, urbanismo e natureza e pede mais atenção: O Cantinho do Céu pode ser acessado aqui: <https://youtu.be/GnwgrmLyWIs?si=gtvBOVIIRGXHFZU>

importante a construção de um píer no parque. O grupo tenta se comunicar com a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), através de uma arquiteta, que marca e desmarca reuniões conforme as prioridades atribuídas ao governo. Antes havia tentado se comunicar com os técnicos da construtora terceirizada. Os engenheiros que realizam a obra fazem menção a uma liderança para conversar. Não se tratava de uma liderança oriunda dos movimentos sociais, mas de um importante político da região, um vereador conservador, que está em seu sétimo mandato na Câmara Municipal de São Paulo e possui dois filhos eleitos para mandatos legislativos. O agente político não esclarece as obras, não leva a proposta a diante, “enrola”, neutraliza as demandas (Diário de campo, acompanhamento de atividade com grupo de cultura. Julho de 2022).

**Foto 9:** O bairro do Jardim Gaivotas e a implantação dos Parque Lineares em julho de 2022.



**Fonte:** Acervo da pesquisadora

As grandes obras dos Parques Lineares da Represa Billings possuem como interlocutores no território líderes políticos locais que mudam o sentido da atuação das lideranças dos movimentos sociais. A atuação das lideranças, promulgadas, historicamente, por processos participativos, que almejam realizar a interlocução entre

a política pública, a obra física e a população beneficiária dos serviços implantados, é substituída, nesse contexto, por atores, com fortes interesses políticos e econômicos, que fazem pesar o pêndulo para a legitimação e imposição das grandes obras.

### 3.3.4 A participação nesse contexto

Há distintas formas de compreender a participação quando relacionada à política urbana. A perspectiva de participação frequentemente difundida no âmbito do desenvolvimento do trabalho social<sup>102</sup>, realizado por empresas que prestam serviços ao poder público para implantar, nos territórios sobre intervenção, processos e atividades que permitam a participação dos moradores, é próxima da experiência de medir a presença e a frequência em atividades onde informações sobre as intervenções são transmitidas, assim como as possibilidades de atendimento são apresentadas conforme o direcionamento do ente público (Pesquisa sobre participação na política de habitação, NEMOS, 2023). Ou ainda, em experiências que podem mais ou menos serem ampliadas por profissionais a partir de seu vínculo com os moradores mediante o interesse no conteúdo proposto (Pesquisa sobre participação na política de habitação, NEMOS, 2023). Perto da possibilidade de os moradores não obterem nenhuma informação sobre as intervenções urbanas que podem afetar suas moradias<sup>103</sup>, informar, medir presença e frequência e ter a possibilidade de atendimento habitacional demonstram contornos de garantir algum direito nesse processo.

Contudo, a depender do direcionamento do ente público, a participação pode incluir processos de escolha, a frequência e a assiduidade nas atividades podem ser

---

<sup>102</sup> Trabalho Social são experiências que, quando vinculadas à política urbana, recebem financiamento público e são instituídas por normativos que descrevem o escopo dessa atuação. De forma geral, realizam atividades socioeducativas com moradores divididas por eixos temáticos, a saber: mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; desenvolvimento socioeconômico; e assessoria à gestão condominial. Segundo Freitas (2021), desde o final dos anos 2000, duas importantes empresas<sup>102</sup> gerenciam todo trabalho social realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Até o momento da realização dessa pesquisa, a normativa que regulamenta o Trabalho Social em vigência é a Portaria 464/2018 que dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, a Portaria 317/2013 que dispõem sobre o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias (PRMC) (Nemos, material de pesquisa sobre participação na política de habitação, 2023).

<sup>103</sup> A legislação de Reurb-S apenas recomenda o trabalho social e torna facultativo o ente público de realizá-lo diante das ações de regularização fundiária.

avaliadas pelo interesse dos moradores em obter atendimento às suas reivindicações (Pesquisa sobre participação na política de habitação, NEMOS, 2023).

Nas Ocupações Anchieta e Gaivotas, os moradores são frequentemente mobilizados pelo movimento de moradia popular a participar de conselhos, conferências, reuniões, audiências públicas, atos de protestos. Ambos os atores, movimentos populares de moradia e gestões públicas, quando apoiam a participação do povo na política, demonstram uma noção de cultura política, onde existe a possibilidade de transformar a sociedade através da implementação da noção de cidadania na democracia (Dagnino, 2000).

Na cultura política participativa pela cidadania, as ocupações são mobilizadas a partir das pautas nas quais o movimento social popular procura incidir. As lideranças participam dos encontros, das reuniões, de atos e protestos, mas demonstram dificuldades em fazê-lo.

Como observamos, as dificuldades de participação foram frequentemente relatadas pelos sujeitos de pesquisa e revelam um cenário muito distinto que impede a participação ampliada na política, cenário onde as jornadas de trabalho são maiores que as décadas anteriores, em que a conciliação do trabalho remunerado e o trabalho doméstico sobrecarregam mulheres que, diante da ausência de redes de apoio ao cuidado com os filhos, são impedidas de realizar longos deslocamentos e ainda estão aliadas às diversas fragilidades financeiras.

Não obstante, a participação em atos e manifestações pode ser observada com demérito, “bagunça”, “arruaça”, desnecessária, como demonstram os resultados de pesquisa na Ocupação Gaivotas. As lideranças que participam dessas atividades não são as lideranças que formalmente constituem a associação de moradores e as lideranças que participam são frequentemente questionadas sobre a sua legitimidade de representação. Na dinâmica onde os representantes formais buscam adquirir atributos para sua legitimação, com base na autoridade e no formalismo, a comunicação e a divulgação das ações políticas realizadas tornam-se muito difíceis.

O autoritarismo e as divergências relacionadas às formas de atuar podem aprofundar a fragmentação dessa forma de organização política. Afinal, a subsunção e a passividade da desdemocratização exigem a diminuição da participação popular e não toleram a pressão das organizações sociais na política (Miguel, 2019).

No entanto, as redes clientelistas para obtenção de infraestrutura aparecem como fortalecidas diante do contexto de desmobilização democrática participativa. As ocupações vivenciam dinâmicas de negociação com os entes públicos no sentido de obterem redes formais de água e esgoto, pavimentação e implantação de redes de drenagem. Relações que também foram observadas na Ocupação Jardim da União, onde as associações de moradores perdiam protagonismo e formavam mais grupos de lideranças a partir das relações estabelecidas na troca de favores como a pavimentação das ruas. As negociações para a obtenção de infraestrutura aparecem como relacionadas à família de políticos conservadores, a mesma família mencionada pela construtora que realiza a implantação do parque linear. Também é espantoso, como aparece nos relatos dos funcionários que terceirizados ou não, ainda representam o poder público. O contexto de precariedades sobrepostas às incertezas, autoritarismo e fragmentação, possivelmente resultam no acirramento das disputas e cisões nas experiências de organização coletiva.

Segundo Aguirre (2012), clientelismos<sup>104</sup> são práticas que expressam relações diádicas e assimétricas entre um patrão -dotado de recursos e poder que oferece proteção e benefícios-, e um cliente- em situação de vulnerabilidade ou carência de algum tipo-, entre o oferecimento, respaldo e serviços. Na reflexão do autor, as relações diádicas, diretas e verticais entre patrões e clientes configuram pautas recorrentes e persistentes de afiliação política. Prática inclusa na medida que se expandem as instituições democráticas e os processos de escolha por votação, embora sejam frequentemente mencionadas como uma patologia dos países terceiro-mundistas e dos governos antidemocráticos ou em transição democrática.

---

<sup>104</sup> Segundo a concepção de Aguirre (2012), existem duas formas de clientelismo. A primeira é o clientelismo tradicional que se encontra mais caracterizado na relação cara a cara, implica vínculos emocionais como lealdade e reciprocidade, trocado por apoio político e benefícios individuais como eletrodomésticos, materiais de construção, medicamentos entre outros. A segunda forma é o clientelismo institucional, que se caracteriza por uma relação mais distante e instrumental, onde a figura do patrão é muitas vezes substituída pelo partido político e os clientes apoiam politicamente o patrão sem conhecê-lo pessoalmente mediante a tantos benefícios que ele pode garantir. Esse intercâmbio envolve apoio político por benefícios de tipos grupais como a pavimentação das ruas, a construção de um restaurante comunitário, a instalação de um centro de saúde. Na dinâmica funcional do clientelismo institucional, a figura do mediador é a chave para explicar sua operatividade.

Existem distinções entre uma dinâmica de rede clientelares, cujo caminho e fortaleza estão nos vínculos entre os atores, nos círculos de confiança em torno de fortes vínculos e o clientelismo institucional. Muitas vezes, o clientelismo tradicional e institucional opera de forma conjunta e sobreposta (Trotta *apud* Aguirre, 2012), pois estão baseadas na proximidade da relação entre patrão e cliente, nos vínculos de reciprocidade distintos da obrigação existente entre eles e no alcance e extensão dos benefícios outorgados, mais ou menos individuais e excludentes (Aguirre, 2012). As práticas clientelistas se encontram arraigadas em espaços sociais conjuntamente a um sistema de representação cultural e estão presentes em contextos caracterizados pela deterioração e desarticulação de outras formas alternativas de vinculação e inclusão social, em contextos de carências, tanto de condições como de conexões.

### **3.3.5 O Conflito é pela terra**

Observamos os esforços da gestão municipal da cidade enquanto formulava grupos de trabalhos e ações intergovernamentais e intersecretariais para vincular ações de preservação às áreas de mananciais à permanência das famílias. No entanto, também verificamos as mudanças na gestão municipal a partir da entrada dos organismos internacionais que financiavam obras e transformavam o poder público em meros executores de suas atividades.

Durante o processo em que as economias nacionais passam a atender as recomendações dos organismos internacionais para aprovação de empréstimos e ainda manter uma boa imagem diante de seus credores, seguindo receituários dos sistemas disciplinares mundialmente difundidos pelo Consenso de Washington, as formas complexas de gestão modificam o lugar do Estado. Organizações não-governamentais, empresas privadas de consultoria e gerenciamento passam a conduzir a política pública e a prefeitura passa a estar no lugar da execução.

O Banco Mundial e o FMI apontam que deveria ser dada liberdade aos atores privados, pois são eles que conhecem melhor a situação dos negócios e seus próprios interesses; são eles mais eficazes do que a intervenção direta ou a regulamentação pública. Era a nova ordem neoliberal erigindo a concorrência como regra de governo (Dardot; Laval, 2016).

Agências internacionais também contribuíram para sufocar o crescimento nacional, ofertando taxas de juros elevadas, arruinando produções locais ao expô-las sem cautela à concorrência dos países desenvolvidos, agravando as desigualdades, aumentando a pobreza e, ainda, reforçando a instabilidade econômica e social ao submeter economias à volatilidade dos movimentos do capital (Dardot; Laval, 2016).

Não estamos lidando com uma simples retirada do Estado, mas com o reengajamento político do Estado sob novas bases, novos métodos e novos objetivos. Correntes conservadoras querem que o Estado contenha um papel maior da defesa nacional contra inimigos externos, um papel maior da polícia contra os inimigos internos, que controlem mais suas populações, mudanças que alteram radicalmente o modo de exercício governamental sob as regras de funcionamento do capitalismo, mas não apenas, uma nova lógica normativa capaz de incorporar e reorientar duramente políticas e comportamentos redigidos a uma nova direção (Dardot; Laval, 2016).

Nas áreas de mananciais, apesar dos discursos proferidos de uma urbanização de baixos padrões, as intervenções financiadas pelo Banco Mundial foram insuficientes apesar de volumosas. Mesmo com o encerramento do contrato de financiamento e obras ainda não concluídas, os impactos nas águas da represa foram insignificativos. Diante do agravamento das condições econômicas do país, da desindustrialização e da reestruturação produtiva, movida pelo mundo tecnológico, das seguidas crises financeiras, do aumento da precarização do trabalho e do desemprego, exatamente durante esse período, o distrito do Grajaú cresce mais do que os outros distritos da cidade de São Paulo.

A globalização e o neoliberalismo trouxeram os fundos de investimentos internacionais, os fundos imobiliários e os fundos de pensão para o mercado imobiliário paulista. Empresas que se instalavam nas novas áreas de centralidades aos negócios da cidade passam a sustentar financeiramente as estratégias da prefeitura, inclusive organizam e financiam as remoções dos moradores das favelas do entorno da Avenida Luís Carlos Berrini, Água Espraiada e Faria Lima. O capital financeiro também abarca uma grande quantidade de atividade improdutiva na qual o dinheiro é usado simplesmente para obter mais dinheiro mediante a especulação (Harvey, 2005).

As gestões públicas mantiveram os modos operantes aprendidos com as agências internacionais para implementar a política urbana, mesmo não recebendo mais recursos das agências internacionais. Os conhecimentos técnicos e políticos sobre os territórios passaram às hábeis empresas privadas, aos circuitos privatista e monopolizado, todos fora da estrutura pública estatal. Após os ajustes, as relações de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista passam a estar em pleno desenvolvimento.

As relações de subordinação do Estado às novas exigências do processo de acumulação capitalista passam por novos ajustes e, ao receber um apoio militarizado, começam a operar uma ação para defender as águas da cidade.

A Ocupação Gaivotas é removida para liberar áreas para execução de obras, e ocorre quando havia aproximadamente 104 famílias morando nesse território. A Operação Defesa das Águas oferecia aos moradores atendimento através de indenização financeira ou oferta de passagens para retorno aos seus estados de origem, mas nenhum atendimento habitacional às famílias foi oferecido, seja com verba indenizatória ou com moradias definitivas. Embora os valores das indenizações não garantissem a aquisição de moradia de boa qualidade em área com infraestrutura e fora da área de proteção aos mananciais (Santoro *et al.*, 2008, p. 68), formassem ainda uma migração intraurbana, tampouco para as famílias que nasceram em São Paulo havia outra terra para voltar. Apenas durante o processo de negociação com os entes públicos, as famílias souberam que a área já havia sido anteriormente por duas vezes reintegrada e, por isso, os atendimentos eram negados.

Para Harvey (2005), trata-se do processo de “acumulação por espoliação”, processo que, conforme a acumulação primitiva, revela uma ampla categoria de processos que estão, na verdade, relacionados. Em suas palavras:

[...] a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade –comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito. O estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos (Harvey, 2005, p. 109).

O Estado, com seu monopólio de violência e suas definições de legalidade passam a desempenhar um papel crucial para respaldar e promover o processo de acumulação primitiva.

Processo este que impõe uma situação de transitoriedade permanente entre os territórios, dentro e às margens da cidade, em terras disputadas para outros usos mesmo no interior da máquina governamental diante do estado de indefinição em relação à propriedade do lugar e do discurso ecologista patrimonial de defesa ambiental, em que os habitantes são transformados em criminosos violadores da ordem urbana (Rolnik, 2015).

Sob o mote da preservação e proteção aos mananciais, a prefeitura segue realizando as grandes obras para a implantação dos parques lineares nas margens da Represa Billings e implantar saneamento básico e infraestrutura urbana nos bairros do entorno. Contraditoriamente, não reconhece o pedido de Reurb-s à Ocupação Gaivotas por manter a narrativa de a ocupação ter sido iniciada no ano de 2013, mas reconhece o mesmo direito à Ocupação Anchieta, mesmo sem precisar financiar qualquer obra de infraestrutura. Expropriar terra pública ou desapropriar terras por preços muito abaixo do mercado constituem partes importantes do processo de financeirização das cidades (Rolnik, 2015), assim como não realizar obras de infraestrutura para reduzir os custos do Estado faz parte dos receituários neoliberais que seguem em plena vigência.

As cidades estão envolvidas em ambientes geoeconômicos marcados pelo caos monetário, movimentos especulativos do capital financeiro, estratégias globais de localização de corporações multinacionais e intensificação da competição entre localidades (Rolnik, 2015). Vendas ou *leasing* de terras públicas para incorporadores privados são realizadas através de parcerias público-privadas (PPP's), por exemplo. São estratégias de gestão e promoção do desenvolvimento urbano que são disseminadas nos modelos de *think-tanks* dos organismos internacionais (Rolnik, 2015).

Nos territórios periféricos, no âmbito do gerenciamento privado do trabalho social na política urbana, o sentido da participação também está modificado. Práticas operativas e pragmáticas, forjadas em espaços meramente legitimadores das intervenções físicas, passam a ser chamadas de espaços para participação. Os atores

que compõem esses espaços são mobilizados no período da entrada das equipes técnicas nos distintos territórios, a partir do estabelecimento dos contatos com as lideranças locais, contatos organizados previamente pelas instituições envolvidas, mas, de forma geral, repassados pela prefeitura às empresas contratadas. As principais lideranças acionadas não são representantes de movimentos sociais ou organizadoras das reivindicações por melhorias nos territórios periféricos. Conforme relata uma pesquisadora, com quem dialogo durante a realização desta pesquisa, trata-se de atores relacionados ao crime organizado, dos moradores que possuem alguma entidade filantrópica no território, dos trabalhadores dos serviços públicos no território, sejam eles terceirizados ou concursados ou ainda representantes da família de políticos conservadores.

Para Dardot e Laval (2016), o documento *The crisis of Democracy*, que compõe parte dos embasamentos que fundam o Consenso de Washington e as doutrinas do FMI e do Banco Mundial, argumenta sobre o excesso de democracia que torna os governantes incapazes de governar em razão do excessivo envolvimento dos governados na vida política e social. Para os doutrinadores internacionais, é desejável um limite para a ampliação indefinida da democracia política.

### **3.3.6 A racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo**

A segmentação no próprio território periférico, entre os bairros formais e as ocupações contemporâneas, permite compreender por que os moradores da Ocupação Gaivotas não mencionam as obras públicas que ocorriam no bairro para implantar, ao longo das margens da represa, um extenso parque linear mesmo que isso, possivelmente, envolvesse todos os moradores tanto das ocupações quanto do bairro. A segmentação permite compreender por que bairro e ocupação também são distinguidos, pois não inserem seus moradores nos equipamentos públicos existentes no território, mesmo que precários e insuficientes, mas ainda presentes nas periferias. Não são incomuns as dificuldades enfrentadas pelos moradores que, diante da ausência de comprovantes de endereço, não conseguem acesso aos serviços básicos de saúde e educação, no entanto, o que parece comum são as intervenções

urbanísticas e os equipamentos públicos segmentarem o território e excluir moradores.

O mercado informal de terras em áreas de mananciais foi consolidado não por falta de legislação apropriada, legislações<sup>105</sup> que dispunham sobre o parcelamento do solo afirmavam a necessidade de desmembrar e registrar em matrículas os loteamentos e os lotes quando devidamente autorizados pelos entes públicos. Assim, os loteamentos poderiam ser abertos à comercialização. A legislação também permitia criminalizar o loteador "clandestino" e inclusive atendia a uma reivindicação popular que permitia suspender o pagamento diante da realização de obras urbanísticas, e que, ainda, atribuía ao município ou ao Ministério Público a representação das comunidades através do interesse difuso (Maricato, 1995). Nas terras onde as ausências de infraestrutura e serviços urbanos foram vendidas aos compradores (Valladares; Figueiredo, 1986), em que situações legais e ilegais distintas convivem em um campo de indefinições que podem, inclusive, serem mobilizadas pelos moradores em suas lutas, também no âmbito da justiça, para permanecerem onde estão (Rolnik, 2015), na periferia sobre a qual debruçamos o presente estudo, parecem ser os fluxos e processos que trazem alguma garantia de circulação financeira que possivelmente encontraram novos percursos.

O processo originário da Ocupação Gaivotas é a *grilagem* de terras, onde relações entre atores do mundo do crime e agentes políticos, ambos detentores de forças violentas, que intimidam os moradores e impõem configurações de ilegalidade muito difíceis de serem viabilizadas através da denúncia e da respectiva responsabilização. Ao contrário, a impossibilidade de denúncia e a imobilidade da justiça impõem o silêncio para se manter vivo e permanecer no próprio território. O processo de *grilagem* permite que instâncias mais incivis, violentas e autoritárias estejam presentes no território. Longe de serem mediados por algum processo político civilizatório, a *grilagem* fragmenta o território com a venda ininterrupta de pedaços de terra e fragiliza a organização coletiva.

A grilagem de terra como processo de ocupação territorial está relacionada às práticas estruturantes e fundadoras da chamada “questão da terra” no Brasil: a formação da propriedade privada e do uso predatório, violento, extensivo e devorador

---

<sup>105</sup> A Lei federal 6766 de 19 de dezembro de 1979 dispunha sobre o parcelamento do solo, o desmembramento de matrículas e a formação dos loteamentos que deveriam ser registradas nas matrículas dos imóveis e autorizados pelos entes públicos.

da terra (Santana, 2018, p. 57 *apud* Almeida, 2023). O processo é fundante das relações conflituosas que tiveram início ainda na posse de terras públicas devolutas ou demarcadas como sesmarias durante o período colonial brasileiro. Terras ocupadas e marcadas sem o controle do Estado que suscitam a formação de latifúndios e a emergência dos conflitos fundiários por posse.

Na Amazônia, a *grilagem* praticada é estratégica à apropriação ilegal de milhares de hectares de terras por um número reduzido de pecuaristas, madeireiros, comerciantes, funcionários públicos e políticos (Pereira, 2017). Processo que, para os povos originários, incide em projetos para seu extermínio, caminhos violentos percorridos entre a ação e a omissão do Estado, incêndios criminosos, devastação de florestas, esbulho de territórios, fragilização dos órgãos de proteção, fiscalização e de combate às invasões (Oliveira, 2021).

O contínuo processo histórico de acumulação do capital em terras urbanas pode ser observado ainda na ocupação da região das Vargens, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde a ausência de regularização fundiária e suposta proteção da violência relacionada ao mundo do crime, tornaram-se elementos políticos apropriados pelas milícias, território onde Marielle Franco, inclusive, atuou no sentido de apoiar e fortalecer lideranças para implementar direitos fundiários consolidados e juridicamente formalizados antes de ser brutalmente assassinada (Chisholm, 2020).

A depender do direcionamento político do Estado, as possibilidades turísticas da região de mananciais podem se tornar vantajosas aos negócios, assim como sujeitos portadores de nova subjetividade periférica podem se tornar orgulhosos empreendedores neoliberais. O mercado almeja espaço absoluto, abertura da economia e ampliação da competição para reforçar a concepção de cidades autônomas e empreendedoras que se instrumentalizam para competir e disputar investimentos.

Segundo Harvey (2005), a abertura econômica não amplia a competição, apenas cria oportunidades para a proliferação dos poderes monopolistas com todas as suas consequências sociais, ecológicas, econômicas e políticas. O sistema financeiro, com ou sem participação estatal, é crítico para coordenar a dinâmica da acumulação de capital através do desenvolvimento geográfico desigual.

A formação maciça de organizações não-governamentais, fundadas para prestar serviços socioassistenciais, mesmo sem nenhuma vinculação com as lutas sociais dos territórios periféricos, também são marcas desse processo. O proprietário da terra da Ocupação Anchieta, por exemplo, é uma organização não-governamental que recebe por doação, de uma incorporadora, uma terra para atuar na periferia paulista através do oferecimento de serviços educacionais, culturais e socioassistenciais. São eles que passam também a negociar a transferência de parte da terra à prefeitura para promover outros equipamentos públicos ao território, como a escola municipal de ensino fundamental e a unidade básica de saúde. Também coube à organização (e não ao Estado) preservar e vigiar a mata ainda existente daquele território. A organização não-governamental realiza uma gestão tão significativa sobre o território, que permite, inclusive, formular uma concepção própria baldada de “urbanização humana”. Não obstante, as lideranças também ensinam incidir sobre as expressões da questão social, que emergem no território através do desenvolvimento de ações de ajuda e não por implementação de equipamentos públicos e sociais.

No percurso das *think-tanks* do mundo dos negócios, surgem as empresas privadas de regularização fundiária como mediadoras de conflitos. Empresas que vem ofertando metodologias que prometem a desoneração dos cofres públicos, o ressarcimento pelo valor das terras aos proprietários, tudo, a partir da oneração dos moradores das ocupações de terra. Proposta que vem sendo apresentada em ocupações urbanas ao longo das periferias da cidade de São Paulo.

Segundo Kopper e Ide (2019)<sup>106</sup>, as empresas privadas de regularização fundiária passaram a estar presentes em ocupações informais de terra nas periferias urbanas brasileiras. A pesquisa etnográfica aponta que essas empresas começaram a oferecer alternativas de governar a pobreza, usando tecnologias de intervenção até então típicas do Estado. Nos últimos anos, as *startups* do mundo dos negócios buscam inovação social nos lucros, ao criarem convergências e valores híbridos de novas subjetividades-empendedoras, produzem e cristalizam uma linguagem moral amparada em ideais de intervenção na produção de novos sujeitos ambivalentes,

---

<sup>106</sup> A pesquisa ainda aponta que essas empresas de regularização fundiária que haviam se formado dentro do próprio Estado, especificamente, dentro da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Secretaria Municipal de Habitação a partir do trabalho de um dos fundadores na Secretaria de Habitação, que observou uma oportunidade de negócio.

capazes, reintegrados ao tecido produtivo da sociedade e projetados a um “futuro perfeito”, tudo, a partir da titulação da terra (Kopper; Ide, 2019, p. 30)<sup>107</sup>.

A substituição das ações do Estado por empresas privadas é parte dos receituários neoliberais, promulgados por agentes financeiros internacionais. Assim, com promissoras vantagens, difundidas pela redução dos custos do Estado, uma nova subjetividade passa a ser operada aos moradores a partir da capacidade financeira individualizante. Percepção que altera a relação de ocupar como estratégia de resistência coletiva para reivindicar direitos.

Esse contexto torna as políticas urbanas verdadeiros laboratórios de experimentações que vão do marketing de cidades a zonas especiais de promoção econômica, a megaprojetos globais e à organização de corporações locais de desenvolvimento urbano (Rolnik, 2015). Cidades que devem agir corporativamente para minimizar os conflitos internos, “cidade corporativa” ou da “cidade pátria” que cobra o esforço e o “consenso” de todos em torno da visão abrangente de futuro (Maricato, 2013).

O bairro formal formado pelo conjunto habitacional, financiado em terras de baixo custo, o bairro formado por loteamentos irregulares, abertos por proprietários ansiosos pela comercialização de suas terras, revelam os fluxos financeiros estabelecidos no mercado de terras em áreas mananciais, onde o acesso à terra sem infraestrutura consolida um mercado informal e clandestino que usa de forma predatória o meio ambiente, acarreta deseconomias profundas na medida que promove uma ocupação extensiva sem serviços, infraestrutura urbana ou áreas livres (Maricato, 1995).

Os bairros do entorno e as ocupações são territórios formados mediante a constituição de processos informais de mercado sobrepostos a uma precariedade urbanística de um ausente e anuente Estado. São as duras junções de condições de sobrevivência e nebulosas ilegalidades que marcam a denominada modernidade paulista da cidade globalizada (Telles, 2006).

---

<sup>107</sup> Os pesquisadores Kopper e Ide (2019), ao acompanhar uma atividade do mundo empresarial, relatam como o criador da empresa apresenta o seu negócio apontando estudos científicos que mediam, tratavam e controlavam os efeitos da titularidade em famílias de Buenos Aires. Segundo o estudo citado (que não foi encontrado pelos autores e por essa pesquisadora) ao aumentar o investimento em suas casas, as famílias investem mais na educação dos seus filhos, as crenças das pessoas muda pois elas tendem a acreditar mais na sua capacidade de relação futura, de seu sucesso, de seus próprios esforços e aumentando o nível de confiança.

### 3.4 Crime, irmãos e fé

As incursões em campo, tanto para a realização desta pesquisa, quanto para o desenvolvimento do trabalho social na Ocupação Anchieta, não procuravam compreender especificamente as ações do crime organizado ou tampouco as mudanças nas religiosidades dos moradores desse território, no entanto, essas expressões surgem das práticas sociopolíticas nas ocupações e refletem, inclusive, no percurso e reflexões realizadas enquanto moradora dessa mesma periferia que, por muitos anos, invisibilizava essas experiências por estar muito centrada, como diria Feltran (2008), nas formas interpretativas que auxiliaram a compreender as dinâmicas das periferias até os anos 1970/1980, e as conexões que antes articulavam trabalho, cidade e política.

Contudo, ao acompanhar e analisar as formas de sociabilidade e ações sociais e políticas relacionadas ao fortalecimento da organização coletiva em ocupações, e a vida do dia a dia, os contornos relacionados a essas dimensões, mas não apenas por elas, não puderam mais ser invisibilizados. A violência vinculada ao mundo do crime estava presente no território antes da existência da Ocupação Anchieta e ainda estava presente no cotidiano dos moradores.

A mediação e a interlocução com diferentes atores, que constituíam ao menos uma parte do campo onde atuam politicamente as organizações coletivas que buscam incidir nas formas de ocupar territórios periféricos, passam a encontrar com os membros do crime organizado do Primeiro Comando da Capital (PCC), cotidianamente presentes nas negociações.

Nesse sentido, as assessorias técnicas, que incidem sobre o espaço ocupado e as relações políticas do território, começam a ter como atores presentes nas mediações os “irmãos” acionados pelos próprios moradores diante de algum conflito relacionado aos deslocamentos e remanejamentos de ‘barracos’, nas divergências entre as metragens dos lotes e no atendimento ou não de demandas por novas moradias. De alguma forma, o lócus de ordenamento e agenciamento da dinâmica social por obtenção de justiça, especialmente acionado pelos moradores diante da violação de direitos humanos, parece estar modificado. A justiça formal está distante e quase inacessível aos moradores desse território.

O campo de extensão das faculdades de serviço social e arquitetura e urbanismo da Universidade de Michigan permitiram que algumas discussões se desmembrassem em algumas formas de intervenção. As discussões e as subsequentes formações, que versavam sobre a formação de lideranças mulheres e as mudanças climáticas, puderam ser refletidas conjuntamente.

Em uma das reuniões on-line com as professoras de Michigan, Patrícia veio até minha casa para garantir sua participação na atividade. A reunião eram os módulos preparatórios, formativos, pois os encontros presenciais ocorreriam no mês seguinte nas ocupações Anchieta, Toca e Pantanal. Discutíamos as diferenças e desigualdades entre gêneros e seus desdobramentos enquanto lideranças nas respectivas associações de moradores. Apresentei alguns pontos que chamavam a atenção na organização comunitária da ocupação, como as situações de violência contra a mulher e como os casos eram demandados e mediados pelos “irmãos”. Dias depois, nos trabalhos em campo, André me procura para conversarmos mais sobre o assunto. Relatei minhas preocupações relacionadas ao tema e sobre como poderíamos inferir na questão já que os “irmãos” mediavam esse assunto. Menciono um exemplo, como poderíamos acionar os meios oficiais ou orientar as mulheres quanto a violência se os “irmãos” estavam mediando e possivelmente não iam querer qualquer aparato da justiça daquele território. André me tranquiliza e diz o seguinte: “não há nada que os irmãos vão fazer aqui, o negócio deles são outros” (Diário de Campo, junho de 2022).

Com os “irmãos”, os conflitos podiam ser evitados na “ideia”, afirmava meu interlocutor de pesquisa. Foi dessa forma que passei a orientar e mediar, sempre que possível, os conflitos no sentido de garantir minimamente alguma efetivação de direito, para além das divergências relacionadas ao tamanho e à localização dos lotes.

Diversas vezes, discordava publicamente, na “ideia”, das formas de avaliação dos “irmãos” sobre os conflitos, principalmente quando estavam relacionados à violência contra a mulher. Para os integrantes do mundo do crime, mesmo sobre violência, os casais deveriam permanecer juntos, pois “ela sempre volta, mesmo apanhando” dizia um dos meus interlocutores.

Ao mesmo tempo, discordava da equipe de arquitetura que não desejava incidir sobre a questão, apresentava como argumento que não havia lotes suficientes para atender o desmembramento das famílias, e que o trabalho deveria focar em abrir frente de obra e não mediar conflitos domésticos relacionados à violência. Mesmo após a uma certa resistência, projetos alternativos de divisão de lotes foram

realizados. O relato demonstra como em territórios onde os meios oficiais e de justiça não incidem, as formas alternativas de gestão do território podem tornar-se reprodutoras da violação de direitos, conservadoras ou mais negligentes que as práticas estatais.

### 3.4.1 A violência no território

Como já foi evidenciado, nas Ocupações, as expressões de violência deixavam marcas importantes aos moradores. Na Ocupação Gaivotas, as marcas estavam no processo de venda de terras, realizada por *grileiros*, na violenta reintegração de posse, mas não apenas. O território dividido pela “faixa de gaza”, uma rua-muro, uma faixa de terra longilínea, divide a ocupação da margem da Represa Billings. Segundo uma interlocutora de pesquisa, divide o território e segmenta as proposições de luta pela reivindicação por terra.

**Figura 11:** Ocupação Gaivotas. Inserção da pesquisadora



**Fonte:** Taubman College of Architecture and Urban Planning of the University of Michigan.

Pela forma como está organizada a Ocupação, o território dividido poderia apenas impedir que a área fosse urbanisticamente tratada como uníssona, livre e desimpedida de tensionamentos e plena para receber melhorias para o total convívio dos moradores.

Entretanto, a “faixa de gaza” dividia o território e dividia o campo onde a atuação política organizada de forma coletiva podia ou não atuar. Para uma das minhas interlocutoras de pesquisa, o conflito com o mundo do crime, por vezes, atrapalhava o desenvolvimento dos trabalhos das assessorias técnicas, pois não permitiu a construção de um parquinho para crianças na área do campinho e impedia a interlocução com os moradores que estavam na área antes da reocupação de 2013. De um lado do muro, próximos às margens da represa, atores do mundo do crime desenvolviam suas respectivas atividades e, do outro lado do muro, os moradores buscavam incidir politicamente pelo direito à terra para moradia.

Na Ocupação Anchieta, as marcas da violência perpetuadas no território eram enterradas e desenterradas durante a ocupação e durante a organização coletiva pela reivindicação à terra ocupada. Quando indagava aos meus interlocutores de pesquisa sobre a história da ocupação, os relatos de “aqui era tudo mato”, comuns nos estudos sobre periferias, vinham quase sempre acompanhados de histórias das ossadas encontradas embaixo da terra enquanto cavavam para construir suas casas (Diário de Campo, 2021).

Nessa ocupação, durante as obras de construção das casas tipo embrião, objetos como “faca de presídio” foram achadas durante as escavações. A pesquisadora Gonçalves (2023) estava presente nesse dia e fez o seguinte relato:

Em um dos dias de mutirão, os moradores encontraram uma “faca de presídio” ao cavar o que seriam as fundações de uma das casas. A faca, que desapareceu pouco tempo depois de ser encontrada, reviveu essa história das ossadas e um dos mutirantes me explicou que o modus operandi é cavar mais fundo e esconder de volta. Ninguém chama a polícia, ninguém avisa ninguém. Nenhum morador vai pedir pra polícia entrar na Ocupação, a não ser em casos de extrema urgência, primeiro porque a entrada da polícia representa um risco em si e, segundo, porque isso pode ter como consequência conflitos com o crime. As facas, corpos, ossos e conflitos ficam dentro do perímetro, só mais pra baixo da terra, escondidos, onde pouco se fala sobre eles (Gonçalves, 2023, p. 9)

Corpos, facas e conflitos escondidos eram assuntos pouco falados, apenas entre a equipe técnica.

### 3.4.2 O lado certo do mundo errado

A presença constante dos “irmãos” na mediação dos conflitos, relacionados ao tamanho de lotes, acionados pelos próprios moradores que divergiam das soluções apresentadas pela associação de moradores, com base nas propostas apresentadas pela assessoria técnica, ocorriam através de diálogos, com a presença dos técnicos, das lideranças e das partes envolvidas no conflito.

As lideranças apresentavam os técnicos e suas respectivas formações. Os moradores nomeavam os pontos sobre os quais discordavam. Os “irmãos” buscavam entender o conflito, verificavam as alternativas propostas, observavam se as famílias que foram chamadas estavam sendo atendidas em suas exigências. As contrapropostas eram sempre elaboradas para atender às necessidades divergentes. Minha percepção era a tensão existente nesses diálogos. Após uma dessas mediações, em conversa com uma das lideranças, ela aponta para uma questão muito pertinente. Para meu interlocutor, por se tratar de um projeto de urbanização que estava sendo implantado por uma organização de moradores, os “irmãos” eram muito solicitados, entretanto se fosse a prefeitura fazendo as obras e solicitando remanejamentos, ele (a liderança) talvez não fosse tão pressionado assim (Diário de Campo, 2022).

Minha interlocutora de pesquisa, na Ocupação Gaivotas, em abril de 2023, afirma com veemência que, na organização política da ocupação, os *irmãos* não entram. Em suas palavras:

Aqui, eles não entram mais não. Eles têm a parte deles lá para baixo e a gente fica aqui de boa, não tem problema nenhum. Eles não embaçam na gente aqui em cima, não. A gente não tem problema nenhum com eles. A reunião acaba acontecendo só com os moradores mesmo. Se bem que eles sabem que tudo o que acontece aqui, eles sabem. Mas assim, a gente não vai no território deles, e eles não mechem com a gente aqui. Eles só se envolvem com a gente aqui se alguém daqui for lá procurar por eles, morador for lá procurar por ele (Entrevista com a Liderança Julia na Ocupação Gaivotas, 2023).

As lideranças da Ocupação Gaivotas não chamam “os irmãos” para mediar as relações ou decidir sobre os aspectos organizativos da associação. Os “irmãos” interferem apenas quando são acionados pelos moradores, que solicitam suas intervenções, principalmente, na mediação entre os conflitos chamados de “debates”.

Uma das minhas interlocutoras de pesquisa relata o caso da Ocupação Toca, onde as lideranças trouxeram o “comando” para o centro das decisões políticas da ocupação. A disputa personalista entre as lideranças, sobre quem deve aparecer mais ou sobre quem “leva o nome”, surge como tema de debate para os “irmãos”. Nesse percurso, a liderança do movimento popular de moradia foi chamada para o “debate”, porém não compareceu e interrompe, ao menos provisoriamente, o apoio à Ocupação da Toca. Nessa ocupação, as disputas personalistas entre as lideranças sobre a mediação do “comando” aparecem como mais importantes do que manter o apoio e a articulação com o movimento popular de moradia.

Em janeiro do ano de 2022, em reunião com a comissão de moradores na sede da associação, discutíamos e detalhávamos as intervenções da semana e os aspectos da urbanização do trecho em que estávamos incidindo na ocupação. Em determinado momento, as lideranças interromperam as discussões. Passaram a debater o “julgamento” que ocorreu na noite anterior sobre o qual foram acionados pelos “irmãos” para participar. O caso se relacionava a um homem que, entre as brechas de madeira das casas, observava mulheres e crianças tomando banho, atitude que foi confirmada pelos envolvidos no “julgamento” realizado que, conforme relatavam, culminaram na retirada violenta do homem da Ocupação (Diário de Campo, janeiro de 2022).

Minhas anotações de outubro do ano de 2022, durante a realização do 3º Encontro de Favelas e Ocupações da UMM-SP, também revelam como os atores do mundo do crime atuavam nos casos em que era necessário realizar julgamentos. Em um encontro político, Patrícia me conta sobre seu vizinho e as histórias de abuso sexual contra crianças que circulavam entre os moradores da Ocupação. A constatação do abuso foi feita pelos próprios moradores em plena rua, dentro da Ocupação. Ela acolheu as vítimas em sua casa, crianças, assim como seus filhos, deu banho, alimentou e as colocou para dormir. Os ‘irmãos’ foram chamados e afastaram o genitor da casa. Mas, antes, averiguaram e julgaram o caso. As crianças voltaram aos cuidados da mãe e os “irmãos” passaram a assistir esses cuidados, verificavam se havia negligência, facilitavam o apoio e o cuidado com a entrega de mantimentos. Patrícia foi chamada para averiguação. Precisou confirmar a história. E explicar ao filho de 13 anos sobre o que é o “julgamento”. Na conversa comigo, buscava elaborar seus medos e a culpa que sentia pela morte ocasionada.

Expressou palavras bíblicas e a partir das reflexões que fizemos, buscar argumentos para explicar as decisões que precisou tomar. Faço as apresentações aos órgãos públicos que precisam ser acionados nesses casos, apresento Patrícia aos membros do CEDECA, que também estavam no encontro. Ao voltar para casa e escrever minhas memórias no Diário de Campo, reflito sobre minha angústia em sobre como atuar nesses conflitos. Patrícia precisava conhecer os serviços públicos que atuavam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes naquele território. Assim como ela não os conhecia, eles também não os conheciam e era ela quem iria precisar realizar a mediação com os “irmãos” (Diário de Campo, outubro de 2022).

Não cumprir combinados, ser injusto ou realizar atos moralmente condenáveis podem ser ações violentamente reprimidas. Os instrumentos de “averiguação” e “julgamento” podiam resultar em morte, conforme o caso. Ainda que os “irmãos” estabeleçam relações de cuidado e amparo aos moradores do território, mesmo meus interlocutores de pesquisa afirmando que “os irmãos” não fazem maldade com ninguém que precisa de ajuda” e que a *trreta* deles é com o Estado e com a justiça” (Diário de Campo, setembro de 2022), ainda assim, a tensão pela violência nessas formas de atuação estão presentes.

Observa-se, a partir dos relatos, como é longamente analisado por Feltran (2008), que o ordenamento social do mundo do crime expande a sua capacidade de impor os parâmetros de organização social, ao tempo que disputa os sentidos do que é legítimo, social e publicamente nos conflitos nos territórios.

### 3.4.3 Os irmãos de fé

Ao voltar da área onde estávamos conversando com cada morador para os remanejamentos dos barracos, conforme o plano de urbanização, subo a rua principal da Ocupação e vejo uma movimentação vinda da casa de uma moradora bastante participativa nas reuniões. São pessoas da igreja evangélica que vieram visitá-la. Vozes se misturavam, em tonalidades e ritmos diferentes, uma reza que dizia mais ou menos sobre fazer uma obra completa na casa, na família, profetizar a todos e dar um testemunho em nome do santo e glorioso Pai (Diário de campo, julho de 2022). Pouco depois, soube que seu filho usava abusivamente de drogas, estava temporariamente

em casa e buscava apoio para poder se recuperar. A igreja evangélica estava muito presente dentro das casas das famílias da Ocupação e vinha à casa dos moradores enfermos, desalentados, que procuravam ajuda e acalanto.

#### **3.4.4 Na base da ajuda e da sorte**

A igreja evangélica também mantinha atividades constantes na sede da Associação de Moradores. Além das doações de roupas e alimentos, organizava eventos festivos, celebrações e eventos educativos. Uma das lideranças realizava todos os sábados, na sede da Associação de Moradores, uma célula infantil da igreja evangélica.

A presença dos líderes religiosos da igreja era muito importante para as lideranças da Ocupação Anchieta, tanto que eles eram convidados para abrir todas as assembleias que estavam relacionadas à vida política da associação e do projeto de urbanização.

A precariedade dos domicílios nas Ocupações aliada aos baixos rendimentos de seus moradores, intensificados dramaticamente durante a pandemia do coronavírus, fazem com que as Ocupações recebam ajuda de organizações privadas, redes de apoiadores ou até mesmo acessem o programa municipal Cidade Solidária para distribuição de cestas básicas.

Cestas básicas, doações de roupas, sapatos e ovos de Páscoa. Frutas, legumes e ovos. Marmitas, leites e enxovais. Cobertores, álcool em gel e sabonetes. Para nossa interlocutora, “são as pessoas que estão por trás e fazem a movimentação para as coisas chegarem antes” (Entrevista Liderança Julia, Ocupação Gaivotas, 2023).

Uma das minhas interlocutoras revela que um Frei de São José dos Campos quer vir à Ocupação Gaivotas fazer um trabalho e pediu para que uma das lideranças do movimento da região conversasse com o padre local. Porém, a liderança da Ocupação Gaivotas afirma, “nunca vi padre na ocupação durante todos esses anos, ao contrário da igreja evangélica, que tem quatro só aqui na Ocupação e estão sempre por aqui ajudando o povo” (Entrevista liderança Julia, Ocupação Gaivotas, 2023).

Minha interlocutora pede para que eu pare o carro e mesmo com a igreja trancada por correntes, ela foi mesmo assim tentar falar com padre.

A narrativa cantada nos versos dos louvores religiosos também faz parte da construção política das lideranças na Ocupação Anchieta, onde os símbolos proferidos e almejados nessas narrativas, como a persistência, iluminação sagrada, provações e testemunhos vitoriosos diante das dificuldades enfrentadas, são apresentados.

No grupo de mensagens da Comissão Ampliada de Urbanização do Anchieta, uma das lideranças compartilha um vídeo de sua autoria, publicado em um aplicativo. A liderança, que participa ativamente das reuniões de comissão, mora na primeira quadra onde teve início o remanejamento, e mostra no vídeo fotografias de festas organizadas pela Associação de Moradores do Movimento Anchieta, muitas fotos de si mesmo, a natureza na árvore remanescente e a lua cheia no horizonte, barracos de madeira, chão de terra e acumulação e descarte irregular de lixo. Seguem outras imagens, como, por exemplo, a construção da escola nova, uma piscina de plástico com muitas crianças brincando, outra festa comunitária, fotos da planta do plano de urbanização, foto de famílias recebendo cestas básicas, tudo com uma música no fundo que dizia o seguinte: *meu filho não desista do caminho, eu sou Deus e estou contigo, estás passando tudo isso porque eu tô permitindo, permitindo as provações, permitindo as tentações que o mundo te oferece, mas estou contigo e não desista do caminho*. A música se chama *Meus Planos*, um louvor, uma música religiosa cuja composição é de Neide Martins (Diário de Campo, Liderança Carlos, junho de 2021). Em meio às discussões políticas, comissões e subcomissões, como a do meio ambiente, na qual a liderança Carlos fazia parte, assim como nas festas religiosas, abertas ao público, comumente observadas nas idas a campo e realizadas na sede da Associação de Moradores, a igreja evangélica é uma presença muito significativa.

Em uma noite, após a realização da reunião da comissão ampliada de urbanização, duas lideranças relatam sobre um morador que, após perder tudo o que tinha em um incêndio próximo a área de APP, foi acolhido pelas lideranças na sede da associação. As lideranças relatavam que ele era acumulador e que estavam preocupados com esse aspecto enquanto ele morava na sede. A liderança aponta que devíamos chamar o pastor, enquanto eu apontava alguns serviços públicos que

podiam ser acionados. Chego a refutar a necessidade do líder religioso, mas a liderança, com toda calma possível, ressalta: não, lvaloo. A igreja é importante sim, ela vai ajudar ele (Diário de Campo, 2022).

Para a liderança Bruno, idealizador e fundador da Associação Guaraúna de Arte e Cultura (GAC) e conselheiro tutelar da Capela do Socorro, há uma concorrência importante entre as igrejas protestantes nas eleições para conselheiros tutelares, mas não só, a concorrência é também entre partidos políticos. Entretanto, na Ocupação Anchieta e na sede da sua associação de cultura, não há conflito, pois o importante é “produzir para a quebrada” (Entrevista, Liderança Bruno, junho de 2023). Para essa liderança, a presença da igreja evangélica na sede da sua associação agrega conhecimento aos moradores.

Mas é uma célula que acaba também fazendo um trabalho de educação, com uma questão do português. Em ter que ler, ter que escrever, sabe. E ter que cantar. Não é aquele trabalho só voltado para que a criança tenha que seguir a questão religiosa. A gente tem que estar livre, tem que estar aberto. Essa foi uma conversa que a gente fez que assim, quem quiser ir para a católica vai, quem quiser ir para evangélica vai, quem quer ir para macumba, umbanda, para onde quiser, a gente tem que estar livre para poder fazer isso, ter essas escolhas, independente de estar em outro tipo de congregação, se quer fazer a oficina, por que não fazer? Acho que isso é não estar engessado, é a porta aberta (Entrevista Liderança Bruno, junho de 2023)

### **3.4.5 A neoliberalização da vida**

No contexto das obras mutirantes, organizadas por movimentos de moradia, são comuns a formação de espaços de “ciranda”, espaços “socioeducativos”, feitos por comissões para cuidar dos filhos enquanto todos trabalham nas obras de suas próprias casas. Foi nesse sentido que propusemos esse espaço na Ocupação Anchieta e, ao conversar com algumas lideranças sobre essa possibilidade, a liderança que organiza células infantis da igreja evangélica fica bastante entusiasmada com a possibilidade. Mas, outra liderança não aceita muito bem a proposta e o motivo surpreende. Para essa liderança, cuidar dos filhos das mulheres que estavam trabalhando na obra não era justo, pois se ela elas ganhavam por isso, por que ela iria ficar cuidando de crianças sem ganhar? Era a pergunta: “mas e eu?” (Diário de Campo, maio de 2022). Ela própria estava construindo sua casa,

desenvolvia ações de “projetos sociais” na Ocupação e para além dos motivos pessoais apresentados, queria obter alguma vantagem no processo. A ética neoliberal, a competitividade e a possibilidade de ganho a qualquer custo estão presentes nesse relato e, talvez, para quem não estivesse imerso no ambiente religioso, a solidariedade também precisaria ser (re)construída.

O processo de mercadorização, esse que transforma algo em mercadoria para se inscrever na lógica concorrencial do mercado, também transforma comportamentos, relações e processos que agregam novos contornos, sentidos e formas à consolidação da racionalidade neoliberal, regida pelo princípio da concorrência generalizada, pela mercantilização de todas as dimensões da vida social, pela fabricação do sujeito neoliberal empreendedor (Dardot; Laval, 2016).

Na vida por dentro do cotidiano dos moradores, a estratégia do ter “que se virar” a qualquer custo estava constituída com muita força entre os moradores, inclusive transformando o trabalho formal de pouca remuneração como pouco importante. Em um domingo pela manhã, acompanhada de um estagiário da assessoria, e a pedido de outras pesquisadoras, chegamos à Ocupação Anchieta para entrevistar famílias removidas das áreas da APP e da escola. Antes de encontrarmos a liderança que nos acompanha, encontramos seu marido que, assim como ela, havia passado a noite acordado festejando entre os vizinhos na Ocupação que ainda mantinha alta as músicas saídas de grandes caixas de som. Ambos possuem um estabelecimento comercial na Ocupação, uma hamburgueria que atende, inclusive, pelo *Ifood*. A liderança me conta sobre o novo empreendimento, sobre a história do marido que trabalhava numa hamburgueria na Avenida Paulista, ganhava R\$1.200,00 e folgava um dia da semana. No meio da pandemia, a liderança desempregada, os dois decidem abrir o empreendimento. O longo deslocamento, o risco de contágio e o baixo salário não compensavam o trabalho formal (Diário de campo, setembro de 2021).

O entregador da hamburgueria é outro morador da Ocupação e atende com sua moto outros pequenos comércios do local. Os “empreendimentos” comerciais periféricos estão localizados em ruas e vielas de terra, junto às residências de madeira improvisada, que não contam com repositórios para armazenamento de água e que quando cessa o abastecimento, durante a noite, é interrompida qualquer atividade, no mundo plataformizado, e a decorrente precarização do trabalho não demonstra isso

como ponto de tensão. Não importa a localização, as formas de moradia, os direitos básicos, a oficialidade e as licenças de funcionamento. No mundo digital empreendedor e uberizado, basta produzir e promover rendimentos.

Para Telles (2010), o comércio informal sempre esteve presente na história urbana brasileira, mas tomará outras proporções de escala, representará redefinições que acompanham o ritmo e as evoluções aceleradíssimas de abertura dos mercados e circuitos transnacionais de circulação de bens e mercadorias, transpassando fronteiras, regulamentações e restrições nacionais. Fenômenos maciços como os do contrabando e falsificações configuram as teias dos ilegalismos, por exemplo. Mas, as teias que desenham um mundo urbano muito alterado e redefinido por formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas ativam os diversos circuitos da dita economia informal, mobilizam o “trabalho sem forma” (Oliveira, 2003 *apud* Telles, 2010), que se processa nas fronteiras incertas entre o informal e o ilegal, mas também entre o lícito e ilícito.

As violências perpassavam o cotidiano dos moradores e da equipe de trabalho da assessoria, e estão além da mediação de conflitos fundiários por tamanho de lotes, embora também emergjam acerca deles. A prerrogativa do trabalho social na política urbana não é necessariamente atuar nos conflitos relacionados à violência, entretanto, como pudemos observar, as intervenções físicas desembocavam em desenterrar distintas violências. Havia a demanda advinda das próprias lideranças da Ocupação e, possivelmente, nós- eu e eles- não conseguíamos enterrar conflitos. Não estávamos implantando uma política pública, almejávamos, mas não implantamos, portanto, qualquer ação que não estivesse regulamentada, que podia ser considerada desnecessária, de acordo com a concepção de trabalho desenvolvida, principalmente quando não voltado à ação urbanística. No entanto, a defesa dos direitos humanos, principalmente no contexto presente, entre os reflexos de uma pandemia e os agravamentos das desigualdades sociais, em condições alarmantes de existência e sobrevivência, para os fins de uma organização coletiva, estava longe de ser desnecessária.

Durante minha atuação no campo, observo que as lideranças não conhecem os serviços oficiais da rede social de assistência e a entidade de defesa de direitos de crianças e adolescentes. Contudo, podemos dizer que o desconhecimento e os receios também não sejam recíprocos, pois, ao mesmo tempo, meus interlocutores

de pesquisa, vinculados à gestão de equipamentos públicos do território, revelam não apenas o desconhecimento sobre as ocupações e suas lideranças, que agem politicamente pela reivindicação por terra, mas revelam também receios em se vincular a práticas políticas conservadoras, a atuarem no sentido de fortalecer territórios controlados por milícias, por “irmãos” e por lideranças vinculadas à família de políticos conservadores que atuam no território. Nesse sentido, é possível que o clientelismo e as práticas vinculadas ao mundo do crime, por atravessar o território, também turvem as formas de observar, incidir e gestar publicamente esses territórios para além do atendimento burocrático de seus equipamentos.

As incursões de pesquisa na Ocupação Gaivotas e as breves caracterizações sobre os sujeitos que vendem terras através da *grilagem* permitem identificar a existência de uma trama complexa e diversificada de atores envolvidos na venda irregular de terras, que pode ser muito bem o sujeito que mora no próprio entorno, possui casas de melhor padrão construtivo, múltiplos pavimentos, pequenos estabelecimentos comerciais no térreo, o mesmo sujeito que exerce intimidação, violência e medo nos processos de marcação de lotes e suas respectivas vendas, sujeitos conectados ao mundo do crime, dos “irmãos”, muito presentes no território periférico do extremo sul. Ao acompanhar conflitos pelo uso de terras e as negociações desse tipo, observo, tanto na zona sul da cidade, como em outros territórios em disputa, por vezes, que trata-se de indivíduos que muito se impõem, tanto pelas conexões que possuem com agentes políticos (vereadores, deputados, secretários), quanto as conexões que possuem como os “irmãos” do mundo do crime.

Segundo o sociólogo José Claudio Souza Alves, em entrevista à agência *A Pública* (Simões, 2019), no Rio de Janeiro, as milícias surgem exatamente das ocupações urbanas de terra, entre os anos de 1995 e 2000, no sentido de contraporem a presença do tráfico de drogas nesses territórios. Terrenos movediços, inadequados, com irregularidades, em terras devolutas da União ou de particulares, passaram a ser controladas pelas milícias que, as toma, e, por vezes, legaliza essas terras na própria prefeitura. As relações de poder estão alicerçadas nas cobranças de taxas e na venda de serviços e bens urbanos (como água, aterro e terrenos). Relações estabelecidas por lideranças comunitárias que exercem o controle das práticas através da violência e do autoritarismo. Comumente possuem como braço grupos de extermínio. Para o autor, pelas milícias serem constituídas por polícias militares, policiais civis, bombeiros

e agentes de segurança e outros agentes que concorrem e vencem eleições para cargos públicos e tornam-se empregados de gabinetes, e mesmo parlamentares, as ações milicianas não são uma ausência de Estado, ou “o poder paralelo”. As milícias são o poder do próprio Estado” (Simões, 2019, p. 8).

Em São Paulo, o antigo vereador Gilberto Natalini juntou provas e elaborou um dossiê para denunciar a abertura de loteamentos clandestinos nas áreas de mananciais. O dossiê elaborado pelo seu mandato apresenta um monitoramento dessas áreas, realizados no ano de 2019 e 2020, e ainda apresenta entrevistas, imagens por satélite e relatos de visitas às áreas que demonstram a expansão da abertura desses loteamentos. Para o vereador, muito vinculado às pautas de meio ambiente e saúde, a destruição da mata atlântica estava atrelada aos objetivos econômicos de organizações criminosas que transformavam as florestas em loteamentos clandestinos. Os empreendimentos lucrativos indicam que, no ano 2020, 160 áreas haviam sido desmatadas, 48 mil lotes de 150 metros haviam sido abertos, e o faturamento com a venda de lotes avaliados em R\$40.000,00 cada, chegava a R\$ 2 bilhões por ano. O dossiê ainda revela relatos consistentes do envolvimento de funcionários públicos, policiais e ex-policiais nesse processo, no qual, conjuntamente com a existência dos “tribunais do crime”, executam as mortes em torno das negociações de lotes e ainda os associavam como milícia. Enquanto ainda atuava como vereador, o dossiê foi apresentado à câmara dos vereadores de São Paulo, solicitando uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), entretanto, ela nunca foi instalada. Para o vereador, interesses políticos da Prefeitura não permitem o funcionamento da CPI (Natalini, 2020). Gilberto Natalini deixou a câmara municipal com quatorze ameaças de morte e afirma que desistiu não por medo de morrer, mas por ter perdido espaço (Manso, 2023).

Manso (2023) também verifica as experiências dos loteamentos clandestinos nas áreas de mananciais do extremo sul e observa como eles são bem articulados, seguiam padrões que dependiam de investidores, utilizavam máquinas pesadas, tratores, retroescavadeiras, caminhos basculantes, erguiam muros altos e mantinham vigilância armada até mesmo por torres de observação e anunciavam seus negócios sem medo de serem interpelados. Para o autor, os parlamentos estavam tomados por grupos de interesse que defendiam o mercado, legal e ilegal, e por representantes vinculados às igrejas neopentecostais em contínua multiplicação. Ninguém mais se

interessava pelos temas coletivos, pelos debates sobre políticas públicas e mandatos importantes de políticos que começaram nas lutas sociais dos anos de 1970, que pautavam temas como saúde, urbanismo, educação e ambiente, acabaram atropelados por outras prioridades. No lugar deles, assumiram políticos que misturam realismo com cinismo, e em vez de pensar como as coisas deveriam ser, em exercícios mentais estratégicos, encaravam as coisas como são, e a realidade era que o mundo se movia à base do dinheiro. Tanto as teologias da prosperidade como as facções que se tornavam governos do crime viabilizavam a construção de redes que ajudavam a pavimentar o caminho para o empreendedorismo e para o enriquecimento e, restava aos governos, mais do que implementar políticas públicas para reduzir as desigualdades, flexibilizar as regras para que todos pudessem faturar.

Para um dos meus interlocutores de pesquisa, a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no mercado ilegal de terras não é consenso dentro da própria facção. Mas, nas áreas de mananciais do extremo sul, assim como majoritariamente nos territórios periféricos da cidade de São Paulo, há hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC) sobre as operações que envolvem o mundo do crime.

Feltran (2018) observa uma passagem que ocorre nas periferias paulistas, a “passagem de uma ordem armada externa à favela a outra mais legítima entre os moradores” (Feltran, 2018, p.154) que ocorre a partir da expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC), concretamente, no processo pactuado socialmente em que a atuação dos “irmãos” é mobilizada pelos moradores dos territórios periféricos quando vivenciam situações de injustiça. O PCC, que consolidou sua hegemonia no mercado ilícito das drogas na cidade de São Paulo, expandia sua atuação transpassando fronteiras, regulamentações e restrições nacionais e redefinía as formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas. Nos territórios periféricos, promovia a “paz entre os irmãos”, a “pacificação”, para proporcionar o crescimento da organização e dos negócios em um contexto sem guerras, traçado sobre um “armistício funcional para o crime e o governo” como política de segurança pública (Feltran, 2018, p.258). A hegemonia do PCC, onde o dinheiro é o facilitador, os pactos entre os atores do mundo do crime e agentes governamentais se configuram como uma política de experimentações operada silenciosamente, mas que se expande por meio da regulação do mercado de drogas. Uma hegemonia política

construída nas cadeias e no mundo do crime das *quebradas* de São Paulo, dada a partir da soma entre a luta ideológica e cultural pelo consentimento ativo de partes significativas da população a esse governo, aliadas à coerção das parcelas que lhe fazem oposição sistemática.

A cidade de São Paulo, durante a década de 1990, no tempo onde eclodiam massacres nos sistemas carcerários, das violentas e sangrentas rebeliões das unidades de internação para crianças e adolescentes em conflito com a lei, no tempo em que o grupo de rap dos *Racionais Mc's* cantava em seus versos a experiência violenta das periferias na zona sul e os infernos das prisões paulistas, e jornais como a *Folha de São Paulo* apontavam para o Capão Redondo, Jardim São Luís e Jardim Ângela o “triângulo da morte”, os bairros mais violentos da cidade, “os piores lugares da cidade” para se viver, na década seguinte viu as estatísticas relacionadas à violência demonstrar um cenário oposto ao das décadas anteriores, a partir da estruturação do mercado de drogas e do estabelecimento de formas de regulação do varejo.

No mercado do crime e das drogas, não há oposição aberta às políticas do Comando ou conflitos e disputas por territórios entre as facções, como ocorre nas cidades cariocas. Zaluar (1995) aponta que os dados sobre homicídios no país, entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, apresentavam taxas estupendas de mortes violentas justamente nos estados mais produtivos e ricos do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal). Os conflitos violentos estavam nas maiores cidades do país e onde deveriam funcionar todas as instituições democráticas teoricamente concebidas para evitar a violência dos conflitos interpessoais.

Para Telles (2013), as experiências sociais violentas, vivenciadas durante a década de 1990, que fazem parte da história urbana de São Paulo e da insegurança da vida nas periferias de São Paulo, seus imponderáveis riscos e ameaças de morte matada, mescladas às condições concretas da moradia precária, trabalho incerto, desesperanças, desemprego e pauperização generalizada, permitem compreender a “pacificação” advinda com o Primeiro Comando da Capital (PCC) aos moradores desses territórios. O longo ciclo de mortes violentas da década de 1990 foi interrompido com procedimentos e protocolos de “pacificação” postos em prática pelo PCC quando se instala, se consolida e se ramifica nas periferias paulistas.

Para Feltran (2022), o fenômeno da “pacificação” dos territórios periféricos paulistas, a partir da consolidação da hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC), no comércio de drogas e outras irregularidades, foi construído por um armistício funcional, tanto para o crime, quanto para o governo em torno da política de segurança. Anos sem guerras declaradas, armistício construído com base no dinheiro para mediar relações conflituosas e que acabam por constituir duas formas desproporcionais de vida: a lei e a moral.

Segundo Feltram (2010), a criminalidade e a ascensão do mundo do crime sobre a classe trabalhadora são processos que emergem após todo o deslocamento do mundo social por crises estruturantes em campos da vida popular: o trabalho, a família e a religiosidade católica. As crises decretavam o fracasso do projeto coletivo de mobilidade social como elementos constitutivos de seu estar no mundo. Os deslocamentos, quando ocorrem em trajetórias conformadas pela inevitabilidade do novo cenário, ofertam um repertório de possibilidades de ação individual e coletiva fundado para muito além da família, do trabalho industrial e no catolicismo. Uma parcela minoritária da população encontra no “mundo do crime” um ambiente de relações sociais legítimas como quaisquer outras. Para o autor, esse “mundo” desempenha papéis específicos na geração de renda, disputa com o universo simbólico do trabalho, possui um lócus normativo de ordenamento da dinâmica social e de obtenção de justiça que disputa simbolicamente com os estatutos da lei e da operação de justiça.

De outro lado, como foi evidenciado nos capítulos anteriores, a presença da igreja na periferia não é um dado novo. Nas décadas passadas, a igreja católica, sob forte influência da doutrina da Teologia da Libertação, apoiou e impulsionou o enfrentamento das desigualdades sociais através do trabalho nas comunidades de base, a formação dos movimentos sociais populares e a formação de um partido popular, o Partido dos Trabalhadores. O que emerge como novo em décadas posteriores é o avanço, o papel e a gramática da Igreja Evangélica no cotidiano dos territórios e nos sentidos para a classe trabalhadora.

Segundo a pesquisa do Datafolha, publicada pelo Instituto Tricontinental (2022), 31% da população brasileira são evangélicas e 50% são católicas. Ainda segundo o referido instituto, os dados divulgados pelo IBGE, em 2010, revelam que o maior número de evangélicos não está nos grandes templos das grandes

denominações, mas nas pequenas igrejas de bairros das periferias de nosso país e, ainda, segundo a pesquisa do Datafolha, em janeiro de 2020, o rosto evangélico brasileiro é de uma mulher negra moradora da periferia.

A fé popular evangélica não é homogênea, possui diferenças, contradições, fissuras e segue em disputa por conservadores e progressistas. São muitas igrejas evangélicas, suas crenças e ritos, a partir de leituras bíblicas que podem ser muito distintas. A fé evangélica pode ser um instrumento da busca por uma vida digna, assim com as outras religiosidades, e não apenas um caminho para o avanço do neoliberalismo, embora algumas teologias pentecostais corroborem essa direção.

Para os evangélicos, a fé é vivida no cotidiano não está só na igreja, está nos encontros nas casas dos irmãos, na linguagem, nos grupos que acontecem fora e dentro da igreja e nas células. Células da igreja evangélica são espaços existentes em algumas denominações que possibilitam, que o irmão da igreja adentre na vida do outro irmão, trocando ensinamentos bíblicos e questões de sua vida através da palavra sagrada. São também espaços coletivos de socialização, que promovem o fortalecimento de laços e vínculos, mas que também servem para propagar ideias, atrair novas pessoas à igreja e estimular a criação de novos líderes para multiplicar outras células (Instituto Tricontinental, 2022).

No Brasil, os protestantes passam a ter presença mais forte ainda no início do século XIX, através de movimentos missionários europeus e norte-americanos. São os “protestantes históricos”, como na igreja luterana, anglicana, presbiteriana, metodista e suas dissidências como a igreja batista, cujas liturgias e ritos são mais tradicionais.

Por sua vez, o pentecostalismo tem raízes americanas, desencadeado pelo Movimento da Rua Azusa, em 1906, na cidade de Los Angeles, onde fiéis, em sua maioria negros, pobres e imigrantes, vivenciaram, por meio do testemunho de um pregador negro, uma experiência catártica e espiritual que incorporava aspectos da africanidade daquele povo.

O pentecostalismo chega ao Brasil no começo do século XX, a partir da chegada da Congregação Cristã em São Paulo, no ano de 1910, e da fundação da Assembleia de Deus, na cidade de Belém, no ano de 1911. Suas características marcantes são a atribuição da importância à bíblia no cotidiano, no dom de falar em línguas, na crença na volta iminente de Jesus Cristo, no ascetismo e na rejeição “ao

mundo”. A chegada da Igreja Evangelho Quadrangular, em São Paulo, na década de 1950, trouxe o evangelismo de massa centrado na cura divina, na ida “ao mundo” com a utilização do rádio para difundir as ideias da igreja. Entretanto, o pentecostalismo ganha força entre as décadas de 1980 e 1990 e nos anos 2000 se expande, e segue crescendo até os dias atuais. Esse momento de expansão é denominado como neopentecostalismo cujo símbolo principal é a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no Rio de Janeiro. As igrejas Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Mundial do Poder de Deus, Sara Nossa Terra, Bola de Neve e outras pequenas denominações e comunidades autônomas, também são denominadas como neopentecostais. A Assembleia de Deus se mantém como a maior denominação evangélica no país, no entanto, a principal mudança está nas formas e no alcance do neopentecostalismo e sua chega aos grandes meios de comunicação e ampliação de seus espaços de participação na política (Instituto Tricontinental, 2022).

A explosão neopentecostal, na década de 1990, coincide com o avanço das políticas neoliberais introduzidas no continente e algumas teologias que corroboram o fortalecimento de tais políticas. A Teologias da Prosperidade, onde a acumulação de bens materiais é sinal de benção divina, em que ser filho de Deus é sinônimo da vitória. Na Guerra Espiritual, há a ideia da destruição de todo o mal, que impede as bênçãos da prosperidade, na guerra contra o mal, normalmente vinculadas às religiões de povos originários e tradições africanas. A Teologia do domínio, ou reconstrucionismo, que surge nos anos 1970, nos Estados Unidos, mas que busca a reconstrução da teocracia, oferece uma cosmovisão cristã para a obtenção e manutenção do poder de evangélicos em esferas públicas. A Teologia do Domínio está muito vinculada à ideia da “guerra espiritual”, da luta contra um inimigo que pode atuar em diversas áreas da vida (Instituto Tricontinental, 2022).

Manso (2023) verifica como a guerra espiritual, a guerra santa, também serve para, ao demonizar o próximo, produzir distorções e induzir ao ódio e à violência. A religiosidade reavivada dos pentecostais e a multiplicação das conversões, ao mesmo tempo que eram ferramentas para transformar a consciência individual e reforçar a autoestima, ajudavam lideranças religiosas a exercer sua autoridade. O autocontrole demandava esforço e disciplina, como um treinamento espiritual que exigisse oração e jejum. Ao mesmo tempo, para a autoridade conseguir obediência, era preciso forjar o discurso da luta do bem contra o mal, associando o demônio ao grupo adversário,

construindo uma causa para a luta política. O movimento moderno da batalha espiritual permitia esse salto: as mesmas forças diabólicas que estavam dentro de cada um, soprando conselhos errados e causando impulsos inconfessáveis, estavam no inimigo público, o outro a ser derrotado nos territórios e nas instituições. Contudo, essa jornada de lutas contra um adversário tão poderoso precisava de uma história convincente, apropriada ao contexto e capaz de engajar pessoas em busca de prumo. A narrativa bíblica tem esse poder. Suas mensagens seriam reinterpretadas para responder às dificuldades nas periferias urbanas em expansão. Atingiriam diversos grupos e nichos, espalhando-se horizontalmente, como um conhecimento contagiante, replicado com o apoio de pastores, igrejas, missionários, traficantes, policiais, comunicadores de massa e influenciadores. Deram certeza a pessoas aflitas em desafios contemporâneos em que pediam-se ordem e rumo. Apesar de alguns textos terem sido escritos há mais de 3 mil anos, pareciam ter respostas para o contexto de desordem das modernas cidades brasileiras.

O fundamentalismo religioso está presente nas igrejas, desde as grandes até as pequeninhas, nas garagens das periferias. Evangélicos conservadores como Silas Malafaia e Marco Feliciano, evangélicos reformados-calvinistas, como Milton Ribeiro e Damares Alves, buscam resgatar os valores da família tradicional e legitimar formas de controle social que justificam opressões, dominações e outras explorações, cujo extermínio de populações indesejadas é proferido e aludido em suas atuações públicas a partir da ascensão de deputados, vereadores, prefeitos e governadores conservadores. Para Aguiar *et al.* (2022), discursos de extermínio de populações indesejadas são como caixas de ressonância dos “estados de violência”, onde a violência policial é recebida com aprovação, autorizada e exacerbada em territórios populares, favelas e periferias, demonstram micro fascismos que surgem, se multiplicam e fazem seu trabalho de cupim, erodindo tramas de sociabilidade no mesmo passo em que a lógica miliciana avança e se fortalece em práticas de controle e extermínio de populações “indesejáveis”.

Para Manso (2023), as metanoias, ou seja, as histórias de conversão, arrependimento e sujeição aos mandamentos divinos, que promovem mudanças de comportamentos, foram observadas em homens que usaram a violência para impor suas vontades diante das adversidades. Os justiceiros — moradores das periferias paulistanas que se tornam matadores, financiados por comerciantes locais — e de

policiais militares que começaram a matar julgando que, assim, reduziriam o crime, mas que, na verdade, disseminaram mais violência, promovendo círculos de vinganças e conflitos que faziam as taxas de homicídios explodirem, quando estavam na prisão, descobriam uma espécie de manual de instrução deixado por Deus, a Bíblia, para que você não estoure, não seja destruído, não use a violência ou crie suas próprias leis, mesmo diante da insegurança e do abandono. Muitos haviam se tornado exterminadores por acreditarem que bandidos não têm salvação e, por isso, deveriam ser eliminados em vez de presos, mas, num passe de mágica, houve a mudança a partir da aceitação religiosa de que o homem não pode querer assumir o papel de Deus sobre a vida e a morte de outros seres humanos.

### **3.5 Cultura de existência e reexistência**

#### **3.5.1 Para sair dos becos e vielas**

A liderança Bruno é idealizadora e fundadora da Associação Guaraúna de Arte e Cultura (GAC), associação essa que também está presente na Favela Sheba, área irregular do distrito da Cidade Dutra. Na ocupação Anchieta, está presente desde junho do ano de 2013, quando foi chamado por um aluno, outra liderança, para participar do processo de reivindicação junto aos moradores. Dessa forma, passou a compor e participar das manifestações do período, ajudava os moradores a “segurar o barraquinho” e “no barraco de lona”, onde muita criança já procurava pelas atividades de capoeira, foi “acolhido e acolhendo” (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023).

Para Bruno, a perspectiva de realizar trabalhos de arte e cultura da Ocupação é pela “garantia do direito da criança e do adolescente a ter uma moradia” (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023). Bruno foi um “moleque de becos e vielas”, “um moleque infrator”, como ele mesmo afirma (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023). No final da década de 1990, entre 16 e 17 anos, passou pela Fundação Casa (antiga Febem), por envolvimento no tráfico de drogas. Em determinado momento, considera que a cultura começou a direcioná-

lo, “a cultura aqui do Grajaú” e ao passar “da ponte pra lá”, nosso interlocutor encontra o CEDECA Interlagos.

Em suas palavras:

O CEDECA de Interlagos também abraçou esse moleque, e tipo, direcionou e falou, oh cara é isso aqui, isso aqui é direito, isso aqui tem que garantir, tem que fazer a luta, isso aqui a gente tem que defender, até o ponto de eu ser um dos diretores do CEDECA Interlagos. Isso foi em 2005. O CEDECA encontrou a gente dentro da comunidade, fez toda a atuação com a gente. E aí eu comecei acho que em 2008, 2009, a me aprofundar mais dentro do CEDECA. E aí acabei sendo um dos diretores (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023).

Não é do lugar de trabalhador da organização social que defende crianças e adolescentes da qual ele relata a experiência com o CEDECA Interlagos, mas sim como jovem, que cumpriu medida socioeducativa, foi acolhido e convidado a se tornar associado e assumir uma direção, que não é remunerada, da organização. Para ele, o CEDECA foi uma escola, um local de aprendizado, que perpassa a vida adulta e onde recebe apoio e incentivo para se candidatar ao cargo de conselheiro tutelar da região da Capela do Socorro.

O mandato como conselheiro tutelar teve início no ano de 2020 e, no ano de 2023, ele concorreria novamente em busca da reeleição. Bruno considera o trabalho como Conselheiro Tutelar muito complicado, pois, “não chega ninguém feliz, só triste”, e não há tantos conhecimentos assim para realizar as intervenções necessárias (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023).

Na Associação Guaraúna, local em que Bruno leciona capoeira entre uma visita ou outra como Conselheiro Tutelar, o espaço é amplo, coberto, arejado e de alvenaria. O salão principal, onde ocorrem as atividades de capoeira, possui janelas grandes de vidro. Uma cozinha ampla, azulejada, com uma geladeira moderna e um fogão industrial, banheiros azulejados com pias mais baixas para as crianças e bancadas de pedra. Há uma sala, que abre para o salão, que meu interlocutor esclarece que será uma espécie de escritório. Descendo a escada, mostra orgulhoso o cinema, que aguarda sair o cheiro de tinta para poder usar, mas onde as cadeiras já estão arrumadas para a sessão. Por todo o espaço, cadeiras ainda embaladas e mesas de escritório. São doações recebidas, a mais recente veio de um escritório de

arquitetura do bairro do Brooklin que fechou, mas que os arquitetos têm ajudado com as doações e as reformas. No espaço do refeitório das crianças, há mesas e bancos fixos no chão e, nas paredes, pequenos quadros, com molduras coloridas, cada um com artigos da Declaração dos Direitos Humanos (Diário de Campo, junho de 2023).

Becos e vielas, as ruas estreitas e labirínticas das áreas irregulares, das favelas e das Ocupações onde não há organização na ocupação do solo, são os locais onde as crianças e adolescentes transitam, brincam diante do insuficiente espaço interno de suas casas e da ausência de áreas coletivas. Mas, além disso, são nos becos e vielas que se operam os pequenos pontos de venda de drogas, as violentas repressões e acertos ou as possibilidades de ascensão social mediante a uma atraente remuneração pelo mundo do crime.

Bruno faz uma crítica aos serviços públicos, para ele, o Estado e suas possibilidades de ofertar serviços às crianças e aos adolescentes são insuficientes, pois não atendem às necessidades dos moradores e das famílias.

Em suas palavras:

Então, a gente não vê um caminho. A gente não consegue enxergar um caminho para isso. Porque, eu disse agora a pouco que o poder público ele tem um serviço que se inicia das 8hs as... Ele tá ali dentro daquele quadrado que não consegue, tá engessado. A gente não tem que viver engessado. A gente quebrou essas correntes. Então a gente não quer ficar preso nessas correntes de novo. E não ficar preso dentro dessas correntes, a gente paga um preço, porque a gente não tem apoio. A gente tem que solicitar, a gente tem que implorar um certo apoio para a gente conseguir dar um lanche, para a gente dar uma água, ter uma limpeza, enfim. Mas só de ver que realmente as crianças estão bem, estão contentes, e que dá resultado, na boa, deixa o poder público lá, a gente vai seguindo como dar, se a gente tiver a oportunidade que realmente não engesse a gente, aí sim. Se for para viver engessado, aí não (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023).

Obter financiamento público e manter relações com o Estado é estar “engessado”. Meu interlocutor afirma que opta por não estar “engessado a nada”, prefere buscar “parceiros”, no hip-hop, skate ou balé; “no pipoqueiro, no tiozinho do hot-dog, no pai e na mãe, ou, de repente, no empresário que se identifica” (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023). A proposta é apresentar possibilidades culturais que representem movimento ao lugar, “conseguir passar da ponte para lá”, ou ainda, “fazer com que o lugar realmente garanta direito” (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023). Embora avalie que os

parceiros e todos os tipos de trabalho possuem “uma certa política, uma hierarquia de condução, a gente entende que a gente tem de dar as mãos” (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023).

Para Bruno, assim como foi com ele, a cultura e as organizações sociais se configuram como possibilidades de mobilidade pela cidade.

Em suas palavras:

Porque a capoeira leva a gente para zona sul, para zona norte, zona oeste, para zona leste, enfim. Nos eventos, nas atividades. Então, quando a gente para entender, eu tava em Guarulhos. E eu tava numa atividade que só ia durar 30 minutos mas eu estou em Guarulhos, eu to pela capoeira, eu to com outra tribo, outro povo. E é outra história, outros modos, então a capoeira começou a me direcionar e dar oportunidades. E ela mesmo fez com que eu passasse da ponte para lá (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023).

Bruno revela que a importância da cultura está vinculada à possibilidade de conhecer a cidade que deu a ele sua ferramenta principal de trabalho. E considera que a falta de oportunidade é que “leva a gente para uns becos e vielas e faz a gente não conseguir sair” (Entrevista histórico da ocupação. Liderança Bruno, junho de 2023).

### 3.5.2 Território de corpos marginais

Plantas alimentícias,  
remédios para nós,  
para os pássaros  
para as abelhas

E para todos que compartilham com a gente esse planeta  
Jardineiros e jardineiras de guerrilha  
A guerra é contra o desmatamento.

(Diário de campo, acompanhamento de atividade com grupo de cultura. Julho de 2022).

Quando passo a acompanhar a Ocupação Gaivotas e os atores que se relacionam com essa experiência, as áreas de lazer, paisagismo, os viários nas bordas da represa e no bairro, estavam sendo implantadas no entorno, no bairro, casas de alvenaria e assobradadas, ruas estreitas, mas pavimentadas por pisos intertravados. Os carros estacionam entre a calçada e a rua para não atrapalhar a passagem de outros carros, mas, obviamente, atrapalham a passagem dos pedestres pela calçada. Nas fachadas de algumas casas e nos muros laterais, há grandes

murais com desenhos coloridos, tanto que não se veem os revestimentos das casas dos moradores. No final das ruas, a Represa Billings envolve por um largo *deck*, bancos de madeiras, lixeiras, floreiras e iluminação pública. Paisagem para contemplação, alento no caos do deslocamento entre a Avenida Belmira Marin e a Estrada do Canal Cocaia (Diário de Campo, julho de 2022).

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes com ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCA-SGD), do Programa de Pós-graduandos em Serviço Social da PUC-SP (PPGSS), em pesquisa sobre a realidade social, histórica e cultural do Distrito do Grajaú, realizou levantamentos de mídias audiovisuais (disponíveis em canais, blogs, endereços eletrônicos e outros meios e plataformas virtuais), produzidas sobre e por pessoas que residem ou residiram no bairro do Grajaú<sup>108</sup>. O material analisado permite afirmar que resistências e existências são construídas nessa periferia, ao produzir notícias, registrar memórias e saberes em um movimento coletivo daqueles vivem, existem e resistem nesse território, registram histórias de lutas pela garantia de direitos humanos.

**Foto 10:** Parque Linear Jardim Gaivotas em julho de 2022



**Fonte:** Acervo da pesquisadora.

---

<sup>108</sup> O NCA-SGD analisou entre os anos de 2012 e 2022, um total de 26 vídeos YouTube, 10 podcasts (plataforma Spotify), 2 curtas e 1 média-metragem e outras mídias (redes sociais – sites e aplicativos).

Em julho do ano de 2022, o Projeto Imargem desenvolvia, em sua sede e na orla da represa, atividades relacionadas à educação ambiental, alimentação saudável, permacultura e navegação, principalmente com crianças e adolescentes da rede pública de ensino municipal<sup>109</sup>. O Imargem é uma associação que atua na Ocupação Gaivotas, com sede<sup>110</sup> localizada no bairro Jardim Gaivotas, onde a “casa” ou a “sede”, como é chamada por meus interlocutores, é gestada coletivamente por coletivos de cultura- grupos de artistas plásticos, artistas cênicos, velejadores, defensores de alimentação saudável, jardineiros engajados na luta contra o desmatamento, entre outros.

Nesse espaço, pequenos barcos de fibra de vidro e de madeira são confeccionados. Mesas e tinta podem ser usadas para serigrafias. Pedalinhos são testados para andar na represa. Um carrinho de trabalho ambulante com um aparelho de som pode ser utilizado para as intervenções artísticas. Uma rampa de bambu utilizada para acessar o terceiro pavimento é uma obra de arte construída por um artista do território. O teto-verde refresca a parte da casa coberta por telha de fibrocimento. Os barris coletam e filtram a água da chuva e irrigam hortas. Uma tela desenhada com os limites territoriais da zona sul e das represas Guarapiranga e Billings cria um jogo cujas peças são os coletivos culturais da região. E, ainda, bicicletas amarelas com cesta de metal são montadas para os percursos educadores no território (Diário de Campo, julho de 2022).

Segundo o relatório do NCA-SGD (2022), o mapeamento cultural e o levantamento dos grupos do Grajaú, abordados em um dos documentários analisados, partem da ideia de que as pessoas sejam personagens ativos dentro do processo de construção, mas que também possam se articular, ter informações (por exemplo, quais grupos atuam com teatro, música, que faz vídeo etc.), atuar junto ao

---

<sup>109</sup> O projeto “Cultura e Educação nas Margens do Grajaú”, concebido pelo Imargem recebeu financiamento da Secretaria Municipal de Cultura, através do edital do Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Pro-Mac). Para realizar o projeto, o Imargem estabeleceu parcerias com coletivos de cultura e com a escola pública do distrito denominada EMEF Padre José Pergolaro.

<sup>110</sup> O Imargem foi inicialmente formado como um coletivo, composto por artistas, que entre os anos de 2006 e 2007, realizava encontros para intervir artisticamente na cidade de São Paulo. A sede do Projeto Imargem, a “casinha”, foi concedida através de regime de comodato pelo antigo fundador do projeto Vento em Popa. A sede do projeto foi construída com recursos angariados pelo representante do Vento em Popa junto ao Instituto Camargo Corrêa e da Edurance Enterprises (uma holding de instituições não financeiras). A placa com o nome dos financiadores representou um dilema para o Imargem. Foi retirada quando o grupo começou a utilizar o espaço, mas recolocada quando foram chamados a atenção sobre a possível percepção de terem muito dinheiro ao ponto de construir aquele espaço.

poder público, mas também articular politicamente na organização dos coletivos culturais do Grajaú (NCA-SGD, 2022, p. 39).

Para realizar essas experiências de articulação entre grupos e atuação conjunta, a visibilidade das produções culturais pode ser importante. Mauro Neri (NCA, 2022), um dos idealizadores do Projeto Imargem, demonstra esse aspecto em um dos materiais analisados pelo NCA-SGD. Para esse artista, o Cantinho do Céu ou o Grajaú), por estar localizado na cidade de São Paulo, e ser o lugar que tem mais concentração de artistas e de arte, coloca os artistas “no lugar mais relevante da arte urbana do mundo” (NCA, 2022, p. 36).

Entretanto, nosso interlocutor no Projeto Imargem, irmão do Mauro, aponta para uma observação relevante, ao contrário dos grupos que objetivam formar bases de turismo comunitário no território, é mais importante formar “percursos educadores”. Existe uma diferença política fundamental (Diário de campo, acompanhamento de atividade com grupo de cultura, julho de 2022).

Para o Imargem, é importante preservar o vínculo com o território, com a cultura, com a educação, com a dimensão coletiva e comum, em contraposição de vantagens calcadas em interesses personalistas, patrimonialistas e individualistas pautados em vínculos exclusivamente financeiros.

Durante as atividades do Projeto Imargem, que acompanhei, na relação com os alunos, que o projeto recebia e realizava as atividades socioeducativas, no momento específico de fechamento das atividades, foi salientada pelos educadores que conduziam as atividades, a importância dos artistas periféricos que podiam, enfim, viver de seus próprios ofícios (Diário de Campo, abril de 2022).

Nesse sentido, a prática artística engendrada pelos coletivos de cultura adquire a importância de tornar a arte um ofício, remunerado, equivalente ao trabalho, um trabalho inspirado em seus próprios territórios. A visibilidade das produções artísticas faz parte do percurso de valorização dessas atividades para torná-las socialmente necessárias.

Entretanto, outras leituras podem ser realizadas a partir da perspectiva rentável das atividades artísticas, como aquelas que vinculam os coletivos de cultura às ‘práticas empreendedoras’. O documentário “São Paulo nas Alturas”, do jornalista Raul Juste Lores, demonstra exatamente esse aspecto: como coletivos de cultura e ‘práticas empreendedoras’ se relacionam com a possibilidade de os territórios

periféricos poderem receber mais investimentos financeiros a partir da abertura de grandes obras, nesse caso especificamente, a implantação do Parque Linear.

O documentário foi observado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes com ênfase no Sistema de Garantia de Direitos da PUC-SP (NCA-SGD, 2022). O Parque Linear é a reunião de “arquitetura, urbanismo e natureza” com o “propósito de melhorar a vida das pessoas” (NCA-SGD, 2022, p.36). As ações do coletivo Imargem e da organização não governamental (ONG) Meninos da Billings<sup>112</sup> são apontadas como relevantes e conjugadas ao desenho do parque, realizado por um proeminente arquiteto urbanista<sup>113</sup>. O potencial natural, econômico e turístico da região é demonstrado, embora o Parque Linear “receba bem menos atenção que aqueles localizados em áreas privilegiadas” (NCA, 2022, p. 35).

Dessa forma, há um potencial turístico a ser explorado na região a partir do uso da represa. Suas margens, quando se vinculam ao espaço de preservação da natureza, agregam a cultura do território e um convite ao mercado. Investidores da *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG), é uma marca dada às empresas que cooperam com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Cooperação que permite adquirir vantagens em relação a outras corporações, quando se trabalha em prol de objetivos sociais que vão além da função de maximizar os lucros.

Por outro lado, na Ocupação Gaivotas, o Imargem havia instalado esgotos biodigestores em algumas casas. Na rua de acesso à Ocupação, esclarece meu interlocutor, há um mural de tinta de terra, elaborado por adolescentes, durante o processo socioeducativo, que combinou a confecção de tintas naturais e a elaboração de mapas coletivos, descobrindo e fazendo ligações com a África, no ofício de discutir e colocar em pauta os conhecimentos de história e cultura afro-brasileira. O que era fundamental, ao considerar a predominância no grupo, no território e na sociedade brasileira de corpos negros.

---

<sup>112</sup> A organização não-governamental Meninos da Billings e o projeto de canoagem “Remada na Quebrada” foram coordenados por “Ferruge” (Adolfo Souza Duarte). Ferruge faleceu em meados do ano de 2022, vítima de violência e afogamento enquanto realizava as atividades de turismo de base comunitária na represa Billings. Os movimentos que exploram e disseminam a arte do grafite citados no documentário além do Projeto Imargem, é o Projeto “Entre Sonho e Realidade.”

<sup>113</sup> O Parque Linear foi desenhado pelo arquiteto Marcos Boldarini e está sendo implantado pela Secretária Executiva do Programa Mananciais, órgão vinculado à Secretaria de Habitação (SEHAB) da Prefeitura Municipal de São Paulo sobre o comando de Elisabete França, outra proeminente arquiteta urbanista.

Ao formular alternativas de esgotamento sanitário, melhoria de conforto térmico, aproveitamento de água, plantio e promoção de alimentação saudável, estética e arte, alternativas de deslocamentos e percursos, os grupos culturais utilizam o território como um espaço criativo e possível de experimentações alternativas e pautas coletivas que relacionam a defesa e a preservação da natureza, além da construção de experiências de sujeitos periféricos, mas que adquirem distintos contornos e apresentam múltiplas facetas e rugosidades.

Ao caminhar com meu interlocutor na Ocupação Gaivotas, especificamente, nas partes mais próximas da água da Represa, observamos as casas maiores e de alvenaria existentes naquele trecho. Casas onde ocorrem festas aos finais de semana e as pessoas chegam de barcos. Meu interlocutor relata que as casas são atribuídas aos atores do mundo do crime (diário de campo, acompanhamento de atividade com grupo de cultura, julho de 2022). O desafio e a dificuldade em atuar na Ocupação Gaivotas estariam justamente relacionados à atuação do crime organizado no território.

Contudo, o machismo, o racismo e a homofobia também são questões que exigem manter uma atuação e pauta coletiva cotidiana no território. Desafios que reverberam nos coletivos, mas que também promoveram cisões, afastamentos e encerramento de grupos, como ocorre com o coletivo da Companhia Humabalada de Teatro (Cia. Humabalada). Entre os anos de 2014 e 2015, esse coletivo encenava uma impactante peça chamada a “À Margem” cujo palco era a própria represa e a laje da sede do Projeto Vento em Popa, que, naquele contexto, começava a ser utilizada pelo Projeto Imargem.

Segundo o relatório do NCA-SGD (2022), líderes comunitários, educadores, artistas que integram coletivos e de moradores que relatam a relação estabelecida com o bairro, demonstram narrativas de história e o registro de lutas pela garantia de direitos humanos nesse território. Narrativa que se contrapõe ao “medo, ao problema, de tudo que tá errado” e demonstra que também há coisas boas e que novos horizontes são possíveis nesse território (NCA-SGD, 2022, p. 14). Como afirma Tim, é a possibilidade de ver “muita gente fazendo cultura, muita gente querendo mais, melhorar, estudar [...] uma das coisas que a gente sempre cresceu ouvindo falar” (NCA-SGD, 2022, p. 14). “As periferias são lugares onde as pessoas estão criando

soluções para resolver seus problemas diários” (NCA-SGD, 2022, p. 31). O Grajaú pode ser “por si só, uma poesia.

**Foto 11:** Tatiana Monte em 2014 na peça *À Margem*, pesquisa da Cia Humabalada de Teatro



**Fonte:** Cultura e Identidade, Periferia em Movimento (2014).

A Cia. Humabalada foi um grupo de teatro formado por três jovens moradores do Grajaú, duas mulheres e um homem, que até o ano de 2010, cursavam juntos o Programa Vocacional<sup>114</sup> no CEU Cidade Dutra. Através do acesso a editais públicos, como a Lei de Fomento ao Teatro<sup>115</sup>, o Programa de Ação Cultural (PROAC)<sup>116</sup> e o Ponto de Cultura<sup>117</sup>, o grupo passou a pesquisar e a desenvolver peças teatrais a

<sup>114</sup> O Programa Vocacional é um programa voltado à formação de grupos não profissionais (grupos amadores) de teatro, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo e criado no ano de 2001 na gestão da prefeita Marta Suplicy. O objetivo é instaurar processos criativos por meio de práticas artístico-pedagógicas orientadas e articulada por artistas de teatro, música, dança, artes visuais e literatura. O programa é oferecido ao público jovem em diversos espaços da cidade como bibliotecas, centros culturais, escolas, teatros e Centros Educacionais Unificados (CEUs),

<sup>115</sup> A Lei Municipal de Fomento ao Teatro (Lei Nº 13.279 de 8 de Janeiro de 2002), da cidade de São Paulo, instituiu o Programa Municipal de Fomento Cultural direcionado ao campo do teatro, coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. O objetivo é apoiar a manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção teatral visando o desenvolvimento do teatro e do seu campo de estudo, assim como o melhor acesso da população da cidade ao teatro. A lei foi formulada a partir do movimento cultural Arte contra a Barbárie organizado em São Paulo por grupos teatrais diante da implantação da Lei Rouanet e da necessidade de financiamentos públicos ao teatro nacional.

<sup>116</sup> O Programa de Ação Cultural de São Paulo é um programa do Governo do Estado de São Paulo instituído pela Lei Estadual nº12.268 de 2006.

<sup>117</sup> Ponto de Cultura foi um programa do Ministério da Cultura instituído pela Lei nº13.018 de 2014 que começou a ser implantado no Brasil no ano de 2004. O objetivo do programa é permitir que grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades, reconhecidos, certificados ou fomentados pelo Ministério da Cidadania.

partir de uma concepção própria de “atriz e ator marginal”<sup>118</sup>, sobre temas como as diferenças de gênero e as desigualdades de raça.

Nos espaços públicos do bairro, nas praças e na beira da represa, o grupo encenava peças de teatro que impactavam tanto pela performance dos atores quanto pelos temas abordados. Também formulava uma concepção própria de espaço cultural, transformando uma antiga oficina de carros do bairro no Galpão Cultural Humbalada, para encontros, ensaios e apresentações do grupo, mas que também sediou duas edições Periferia Trans<sup>119</sup>, uma ação artística cultural LGBTQI+, que lotava as ruas do bairro com a arte e seu uso, de pessoas de sexualidade e corpos não normativos. Para Bruno César Tomaz Lopes, (2017) Brunette ou Greta, um dos fundadores do grupo, em sua dissertação de mestrado, era a coragem de enfrentar esse assunto de peito aberto e no espaço público da própria periferia.

Quando o grupo chega ao Jardim Gaivotas e passa a dividir a sede com o Projeto Imargem para que, a partir da interação, convivência e observação com os moradores do bairro, emergisse a criação de uma obra teatral, a questão do feminismo e a condição das mulheres na sociedade tornam-se importantes. A questão emergia das observações sobre o bairro onde mulheres frequentavam pouco os espaços públicos, exceto para levar e buscar filhos e filhas, ir ao mercado, enquanto homens frequentavam bares e jogavam cartas em alguma esquina (Lopes, 2017, p.104).

Para o grupo, as “relações tão intensas, tão cruéis, tão viscerais” (Lopes, 2017, p.106) não deviam ser abordadas do ponto de vista da responsabilização dos gêneros, mas sim da perspectiva histórica das relações instituídas de poder que, em determinado momento da história, havia tornado a mulher uma figura doméstica, “o patriarcado tomou conta do Brasil e de nossas periferias” (Lopes, 2017, p.104). Dessa forma, surge o espetáculo “À Margem”<sup>120</sup> que, inspirado nas obras de Guimarães Rosa, era encenado entre o bairro e a Ocupação, no Jardim Gaivotas.

A peça tinha início dentro da represa Billings com a chegada de três nômades de canoa. Ao chegar às margens, abriam-se círculos, onde atores e atrizes contavam histórias de suas próprias vidas. Em seguida, caminhava-se com o público por entre

---

<sup>118</sup> Segundo o site da Cia Humabalada, trata-se de um trabalho pedagógico de treinamento de um ator que está à margem do sistema e da geografia da cidade, assumindo em suas formas de criação a marginalidade como potência de existência (Humbalada, 2023).

<sup>119</sup> Duas edições da Periferia Trans entre os anos de 2015 e 2016 foram realizadas no local. A segunda memorável edição recebeu e lotou o bairro com a presença da banda Liniker e os Caramelows,

<sup>120</sup> A peça é livremente inspirada a partir dos contos de Guimarães Rosa “A terceira margem do rio” e “A menina de lá” do livro “Primeiras Estórias” e “Grande sertão: veredas”.

as ruas do bairro. Entre as casas das moradoras e moradores do bairro, contavam-se histórias inventadas a partir das vivências dali, do próprio território<sup>121</sup>. Mas, entre as histórias inventadas, um ator transexual interpretava uma “mãe-pai” com filhos e filhas, que, estendendo roupa, narrava o nascimento deles. Para Lopes (2017), o ator trans, que viveu o personagem “mãe-pai”, o esboço do papel das mulheres nas periferias, principalmente das mães, quando observado pelos moradores e moradoras do bairro, um “ator-homem, vestindo saia e lenço na cabeça, andando pra cima e pra baixo” (Lopes, 2017, p.104), que utilizava signos lidos como femininos e que falava sobre a maternidade solo e, ao mesmo tempo, sobre uma utópica paternidade pautada na equidade de responsabilidade social entre homens e mulheres, “mexia com duas feridas sociais”, o machismo e a maternidade (Lopes, 2017, p. 104).

O percurso da peça no Jardim Gaivotas, a interação, a convivência e a exposição de corpos não normativos no território periférico que, frequentemente são violentados, permitiram que a construção da própria subjetividade dos atores fosse além das performances artísticas, porém reveladas diante da possibilidade da convivência social. A sociedade, “doente”, “capaz de criar medo e receio para os que querem ser humanos, para os que querem simplesmente amar, amar sem nenhum peso sexual, amar porque amar é o ato mais político que se pode fazer em tempos obscuros como os nossos” (Lopes, 2017, p.107), também desvelava sofrimentos, dores, angústias, mas que eram transgredidos e transpassados pela intervenção artística. Nas palavras de Lopes (2017, p.107):

Chorava, como se quisesse nesse ato de chorar, encontrar alguma solução para a miséria, para a pobreza, para o abandono, para o machismo, para a educação, para a família. Um homem, ou melhor uma pessoa com pau entre as pernas, ocupa um bairro, veste-se de saia, começa a andar carregando uma boneca no colo e decide dizer que é mãe de todas as crianças do bairro. “Mas é brincadeira. Isso é teatro!”. O teatro mais uma vez me dava a liberdade de criar espaços utópicos em mim e na cidade. Que linha tênue é essa capaz de transgredir o espaço entre a ficção e a vida? (Lopes, 2017, p. 107)

---

<sup>121</sup> Três histórias sobre o bairro foram contadas, cada uma ocupando um espaço do território: “Cena da benzedeira”, a cena “Nhinhinha” e a “Cena da Mãe-Pai”.

Entretanto, na gestão do espaço cultural do Galpão Humabalada, as mesmas questões relacionadas ao machismo, ao racismo e à homofobia, transcorreram para as relações interpessoais entre os coletivos que foram convidados pela Cia. Humabalada para contribuir à organização e gestão do espaço. As disputas entre os próprios integrantes dos grupos sobre uso ou abuso de poder, visibilizar ou não as relações sexuais homoafetivas, exercer ou não a liberdade sexual em seus corpos e invisibilizar a maternidade solo e a possível equidade de gêneros nas relações racistas, se desdobraram em denúncias relacionadas à gestão do espaço. A gestão de um espaço cultural financiado com recursos públicos demandava arcar com despesas e prestar publicamente as devidas contas, sobressair ou invisibilizar mais ou menos uma pauta em detrimento da outra, que é deferida em denúncias que impactam de forma importante os artistas envolvidos na Cia. Humabalada. A Cia encerra suas atividades no ano de 2018.

O debate sobre as pautas de direitos contra o racismo estrutural, machismo e violências e fobias associadas à diversidade de gênero e sexualidades não é novo e aparece no universo político a partir das demandas de grupos sociais específicos, reconhecidos por mobilizações bem-sucedidas no campo da sociedade civil e como atores relevantes na formulação de políticas públicas setoriais.

Barros (2021), ao analisar a obra de Assad Haider, localiza, ao mesmo tempo, a arapuca da esquerda antirrevolucionária, que ignora a condição concreta de uma classe trabalhadora que também é oprimida, e que, portanto, para formar qualquer projeto popular e emancipatório, irá prescindir da necessidade de superar o sexismo e o racismo intensamente e dar passagem do ódio individual à consciência coletiva, cujos riscos e armadilhas precisam ser desarmados. Casos notórios estão presentes no debate de identidade incorporado pela direita, ao descolar a opressão do debate de exploração produtora das desigualdades sociais que produzem monstruosidades, impossibilitariam a construção de um projeto político progressista de denúncias às conexões existentes de interesse do grande capital.

Nas palavras de Haider (2019, p. 135 *apud* Barros, 2021):

[...] em vez da minha reivindicação individual por segurança e reconhecimento, sou apresentado a um objetivo que está além das minhas possibilidades de alcance. Mas, se estivermos atentos às lutas que estão fora dos limites do Estado, a emancipação universal aparece no horizonte. (Haider, 2019, p. 135 *apud* Barros, 2021)

No território, as indignações e revoltas à superação do sexismo e do racismo poderiam estar mais relacionadas às indignações sobre as opressões e explorações da classe trabalhadora. No entanto, os debates ainda tendem a se aproximar mais de uma consciência racial relacionada à inclusão social, a uma ideia de aceitação por proximidade aos sinais sociais da branquitude. Entre os limites para a emancipação humana, ofuscar a relação entre desigualdade e opressão é não permitir a formação da emancipação política anticapitalista.

**Foto 12:** Atividade de navegação com alunos da escola do distrito em julho do ano de 2022



**Fonte:** Acervo da pesquisadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos apresentados ao longo dos capítulos do presente trabalho procuram esclarecer a relação entre as ações coletivas e as reconfigurações do conflito urbano na periferia contemporânea paulista, quando observadas a partir da experiência sociopolítica em ocupações de terra. Nessas notas finais, buscamos relacionar os argumentos apresentados ao longo do presente trabalho para extrair uma breve síntese. Certamente, uma apresentação inconclusa e pautada no tempo da concretude da vida que nos distancia das possibilidades e vontades de relacionar experiências sociopolíticas em torno do conflito urbano ao contexto político mais amplo. Assim, nos limitamos basicamente a esclarecer nossas perguntas de pesquisa e recuperar as argumentações apresentadas ao longo dos resultados de pesquisa.

As perguntas de pesquisa desdobram-se nas seguintes sínteses: a. mudanças que ocorrem nas periferias paulistas e que incidem sobre a ação coletiva, nas formas de sociabilidades e no conflito urbano; b. gramáticas e articulações existentes entre movimentos sociais e grupos de organização coletiva e relacionados aos conflitos nos territórios periféricos na contemporaneidade; c. configurações das ocupações organizadas e mobilizadas para atuar politicamente nos territórios periféricos na contemporaneidade;

*a. As mudanças que ocorreram nas periferias paulistas e que incidem sobre a ação coletiva e no conflito urbano.*

A urbanização acompanha a história de acumulação do capital. As cidades nascem e se desenvolvem sob a necessidade perpétua de encontrar terreno lucrativo à produção e absorver excedentes. Processo que amplia as disparidades entre classe, e que, em tempos de financeirização do capital, propaga uma ética neoliberal que altera e ameaça condições de formação de uma identidade urbana relacionada à cidadania e ao pertencimento, transforma e modifica o estilo e a qualidade da vida urbana (Harvey, 2012).

A formação do espaço urbano da cidade de São Paulo está relacionada ao profundo processo de mudança das relações econômicas do país. Transformações que, nas décadas iniciais do século XX, ocorreram a partir do desenvolvimento das relações voltadas à industrialização brasileira e à formação de um mercado de

trabalho livre de baixos salários voltados à industrialização. Mercado de trabalho que foi composto essencialmente pela imigração europeia e que exclui os negros absolvidos do regime escravocrata. Assim, na configuração do solo urbano, desenham-se os contornos do processo de segregação que consubstanciaram as desigualdades de classe e raça, processo constituído sobre quem detinha a propriedade da terra e sobre as formas de morar na cidade, e que desloca fronteiras internas para manter áreas urbanas em transição (Rolnik, 1988).

Uma ordem urbana em formação direcionava ações repressivas e violentas a determinados segmentos, conforme os estigmas das distintas raças. Classificava e controlava grupos sociais na disjunção dos territórios. Um poder público que se constitui sob ambivalências, no perímetro urbano e para a elite, o território central passa a ser regido por leis especiais sempre cumpridas, enquanto o perímetro suburbano e rural das regiões habitadas pelos pobres, as leis eram cumpridas com menos rigor ou o território relativamente não era legislado (Caldeira, 2011).

O desenvolvimento econômico voltado à industrialização do país ganha novos contornos com a formulação das primeiras políticas públicas direcionadas a regular o mercado de trabalho. Voltadas para implantar um projeto nacional-desenvolvimentista, também são criadas instituições públicas e privadas direcionadas ao desenvolvimento industrial brasileiro. Sob um contexto político autoritário, a ideologia desenvolvimentista trouxe um poder público responsável pela formação moral da classe trabalhadora para discipliná-la ao trabalho na indústria. Também são formulados programas de habitação de interesse social e realizadas intervenções no mercado imobiliário para bloquear os reajustes com locações e impedir despejos. Insipientes ações públicas não contêm as expressões da questão urbana. Nesse mesmo período, são identificadas as primeiras favelas paulistas. Expressão importante da desigualdade estrutural na ocupação do solo urbano.

Uma evolução demográfica consistente, formada principalmente por migrantes do campo da região norte e nordeste, impõe uma dinâmica urbana importante sobre a totalidade do país: a partir da década de 1950, a maioria dos brasileiros passa a viver nas cidades. A cidade de São Paulo amplia suas fronteiras aos subúrbios, realiza obras de revitalização, amplia avenidas e retifica rios. Um mercado imobiliário especulativo de terras periféricas passa a ser constituído por proprietários que passam a aguardar ansiosos a chegada de infraestrutura para

aumentar os valores das terras nas negociações. A expansão da cidade à periferia transformou o padrão de segregação e a urbanização da cidade. Ao impulsionar a autoprovisão da casa própria, pelos próprios trabalhadores, a expansão da cidade às periferias ocorre de forma desorganizada, mas seguia repondo os traços da acumulação por espoliação, sob as lógicas do mercado e dos especuladores imobiliários. Ao mesmo tempo, que demonstrava que a insuficiente produção pública de habitação, a ausência de legislações e a falta de controle no processo de expansão da cidade às áreas periféricas e rurais, reforçavam-se as bases da intervenção do Estado no processo de acumulação do capital nas cidades. Práticas ilegais e irregulares obtidas em favor da maximização de lucros passam a se tornar contínuas, ilegalidades advindas dos especuladores imobiliários e que passam a se materializar concretamente na vida dos moradores em propriedades que não podiam ser registradas, com efeito a agutização da prática de grilagem de terrenos, em custos e normas que tornam difíceis a regularização das construções auto-empresendidas, mesmo quando o lote era passível de regularização. Mas, ao mesmo tempo, viabiliza-se a solução ao problema da moradia ao trabalhador. Ao adquirir lotes irregulares nas periferias paulistas, há uma ascensão social pautada na crença no progresso e na mobilidade social. Entretanto, é a segregação como processo de espoliação urbana (Kowarick, 1979).

A expansão do mercado imobiliário, através da especulação de terras e a formação das periferias, marca a solução do mercado para a crise da moradia. Demanda que o trabalhador autoconstrua sua casa, enfrente longas jornadas de deslocamento ao trabalho. Novas indústrias, muitas delas metalúrgicas, passaram a localizar-se nas periferias das cidades e nos municípios circundantes da Região Metropolitana de São Paulo. “Cidades-dormitórios” que, durante a década de 1970, se destacam por apresentarem índices de precariedade urbana e crescimento populacional próximos dos índices das periferias da capital. As periferias estendiam-se aos municípios que circundavam a cidade de São Paulo.

Planos de estabilização econômica, episódios de hiperinflação, taxas de desemprego com elevações dramáticas, emprego em atividades industriais caindo e o setor de serviços crescendo junto à precarização das condições de trabalho. Na década de 1990, a cidade perdia participação na produção industrial e aumentava o papel nas atividades terciárias em sua economia urbana. O mundo do trabalho estava

alterado. A desconcentração industrial e a evolução tecnológica haviam alterado substancialmente o mundo do trabalho. Crescem os empregos mais precários, o comércio ambulante, as atividades não especializadas e as atividades sub-remuneradas. Qualquer outro setor da economia quase nunca é capaz de criar empregos no mesmo ritmo, com a mesma qualidade e nos mesmos locais que as indústrias (Marques;Torres, 2001).

A desconcentração e reestruturação industrial produziram consequências sociais importantes. Enquanto grupos sociais estavam mais pobres, processo que reflete nos padrões de moradia, nas condições de vida e originaram novas formas de pobreza urbana, na cidade, também crescia o número de trabalhadores especializados em novas tecnologias e microeletrônica. Como afirma Caldeira (2011), formas agudas de desigualdade social, de onde emergem os “enclaves fortificados”.

Nas periferias paulistas, as dificuldades no acesso aos serviços e infraestrutura urbana, a exposição a riscos como enchentes e desmoronamentos, passam a ser conjugadas com o desmonte do horizonte do trabalho formal. A desestabilização ou erosão dos mundos do trabalho, decorrente da reestruturação produtiva, constituiu-se não apenas na perpetuação do trabalho precário, informal e do desemprego, como traços estruturais, mas na sua agudização em face dos novos contornos da precarização e uberização do trabalho, que marcam as trajetórias de sobrevivência nas periferias consolidadas. As experiências sociais já não podiam ser conjugadas no tempo do progresso e das promessas relacionadas ao mundo do trabalho, passam a ser tecidas na dureza do desemprego, no trabalho incerto, na atração do moderno mercado de consumo e aos novos circuitos de sociabilidade tramados na interface das mudanças do mundo do trabalho e da cidade (Telles, 2006).

Investimentos públicos em infraestrutura, canalizações, contenções, pavimentação, estudos e projetos, pontes ou estruturas para o sistema viário, foram realizados nas periferias paulistas. A segregação socioterritorial não havia sido revertida. Os investimentos públicos em infraestrutura ainda eram precoces e inferiores aos que a classe alta recebia. A segregação podia estar menos dependente da presença ou ausência de equipamentos e serviços e mais associada à qualidade, à frequência e aos padrões de atendimento diferenciados entre regiões. Portanto, possivelmente, mudam-se os jogos de referência sobre a cidade.

A cidade de São Paulo em pleno século XXI reforça suas relações de mercado consolidadas ao processo econômico mundial. Os territórios nacionais passaram a estar fortemente presentes nas agendas do mercado global das cidades, mercado esse que passa a elaborar estratégias de relacionamento internacionais e consolida seus vínculos com a economia nacional brasileira. As relações neoliberais passam a estar consolidadas na economia, na política e sociedade brasileira. Processos que revelam a continuidade da desconcentração industrial, a padrões de crescimento artificial da economia brasileira, desindustrialização e redução da metrópole à condição administrativa e de negócios. Para o mercado, são apenas ajustes. Mas são processos que se ampliam, promovem importantes alterações no mercado de trabalho da cidade, promovem o aumento do emprego no setor de serviços, a elevação do desemprego e a disseminação de vínculos empregatícios precários.

Equipamentos de serviços e consumo se expandem às periferias da cidade, onde moram os trabalhadores de baixa qualificação, que perderam a centralidade da vida no mundo do trabalho, os 'sobrantes', o exército industrial de reserva, os desempregados, os desalentados, aqueles que se 'viram' e formulam estratégias de sobrevivência em um cenário não mais de incertezas, mas de desalento e escassez.

As características das cidades globais e da nova ordem mundial definem, novamente, quem está dentro ou fora do novo pacto liberal. A ambiguidade entre o legal e o ilegal, que perpassa todo o conjunto da sociedade, inclusive as instituições públicas, demonstra a tolerância do Estado brasileiro, na ocupação das áreas ambientalmente frágeis, onde o mercado irregular instituiu e desenvolveu seus próprios procedimentos, normas, comportamentos e mecanismos extralegais.

*b. As gramáticas e as articulações existentes entre movimentos sociais e grupos de organização coletiva e relacionados aos conflitos nos territórios periféricos na contemporaneidade;*

Há resistências contra as formas de exploração no processo de acumulação primitiva que transformam a cidade e o trabalhador em grandes negócios. Movimentos sociais e grupos de organização coletiva mobilizam-se em torno das pautas que emergem diante do acirramento dos conflitos urbanos.

O modelo econômico de desenvolvimento, pautado na industrialização brasileira, submeteu a classe trabalhadora a relações arbitrárias, hierárquicas,

violentas e informais, regidas por tratos verbais sem nenhuma forma de contrato ou garantia legal para dispor da mão de obra, estabelecer disciplina, ritmos e jornadas de trabalho ou calcular os montantes salariais para remunerar desigualmente trabalhadores das recentes criadas indústrias, que são punidos, dispensados e penalizados por qualquer transgressão; homens, mulheres e crianças submetidos à exploração selvagem, dilapidadora que, inclusive, corrói qualquer forma de sociabilidade ordenada (Paoli, 1989).

As relações de dominação e subalternidade não impedem as tentativas da classe trabalhadora de propor novos lugares dentro das novas formas de produção, a organizar ações coletivas, a formar um movimento operário, muito próximo das formas de organização política das teorias anarquistas que, ao organizar a classe trabalhadora em ligas por ofícios, buscou atribuir valores como dignidade, liberdade e inteligência às experiências associativas e ao cotidiano do trabalho (Paoli, 1989). A Liga dos Inquilinos e o movimento contra o alto custo de vida são experiências de organização coletiva que pautaram em suas reivindicações o alto preço dos aluguéis, o alto custo de vida na cidade de São Paulo, a omissão do governo no controle das locações, a arbitrariedade dos proprietários e suas ações ostensivas de domínio sobre a cidade.

O Estado incorpora as reivindicações da classe operária formulando políticas públicas, ao mesmo tempo que coibe formas organizativas de contestação. Autoritarismo, violência e arbitrariedades na forma política contribuem para promover uma estabilidade ao governo que, ao não incorporar as reivindicações do movimento operário, os retira da dimensão da conquista e do espaço de luta. A percepção empresarial e as ações estatais sobre os problemas da classe trabalhadora estavam relacionadas à percepção moral, demandante de ações disciplinadoras e reguladoras sobre a força de trabalho para forçá-los a uma produtividade ideal, utilizando-se do argumento do patriotismo e dos direitos sociais como motivação ao contentamento em detrimento de manter ocultas as reivindicações relacionadas aos baixos salários, das más condições de vida na cidade e a insatisfação com as desigualdades existentes. Ainda assim, as políticas sociais principalmente relacionadas à legislação trabalhista passam a ser mobilizadas para fomentar a defesa dos trabalhadores e a organização sindical que, embora estivesse sobre limitada formação, também

passava a reivindicar a aplicação de direitos para ao menos atenuar a sagacidade da exploração à acumulação do capital industrial.

Direitos sociais e políticas sociais tornaram-se pautas dos movimentos sociais quando o país passou a conformar processos democráticos. Portanto, apenas posterior a extinção dos longos anos de ditadura militar. No contexto da democratização, surge a possibilidade de elaborar e difundir a perspectiva de direitos e cidadania, que, inclusive, tornam-se pautas das reivindicações dos insurgentes movimentos sociais populares que, nesse contexto, trazem legitimidade as suas formas de atuação ao contornar as possibilidades de estender a democracia à formalidade liberal. Os movimentos sociais populares também trazem em suas reivindicações a pauta da abertura de espaços de participação política aos trabalhadores e grupos excluídos.

Há uma especificidade importante dos movimentos sociais populares que emergem na cena pública no contexto da redemocratização. Tratava-se dos sujeitos coletivos, um novo tipo de expressão dos trabalhadores mobilizados por questões relacionadas ao cotidiano, entrelaçadas nas relações da vida comunitária por laços de vizinhança, vínculos religiosos ou trabalho (Sader, 1988). Também se tratava da experiência inédita na história brasileira na qual a cidadania é buscada por luta, conquista e reivindicada como direito em negociações possíveis, abertas ao reconhecimento dos interesses e razões, reconhecidas em suas plausibilidades inspiradas no trabalho digno, vida decente e uma sociedade mais justa (Paoli; Telles, 2000). A democracia brasileira passa a estar marcada pelas significativas mudanças no conjunto na sociedade civil que cruzou a história do movimento operário, do movimento das classes populares, se desdobravam em um conjunto de atores e grupos sociais populares dos mais diversos que, enfim, irromperam a cena pública reivindicando direitos, a começar pelo direito de reivindicar direitos (Sader, 1988).

A revalorização das práticas sociais, presentes no cotidiano popular dos territórios periféricos, pelas organizações coletivas, possibilita que pautas como a segregação socioterritorial do modelo 'centro-periferia', a espoliação urbana e a autoconstrução fossem reivindicadas coletivamente. Entretanto, experiências cotidianas não são elaboradas de forma espontânea, abordar a realidade, atribuir significados, nomear e interpretar situações, temas e atores em referência a determinados valores e objetivos, são experiências elaboradas a partir de matrizes

discursivas do marxismo, do novo sindicalismo e do cristianismo das Comunidades de Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica (Sader, 1988).

Os movimentos de moradia que emergem das experiências de ocupações de terra, realizadas durante a democratização brasileira, reivindicam melhorias e serviços públicos nos bairros periféricos, estabelecem relações de aprendizados recíprocos com os atores que os auxiliam nas negociações permanentes com os órgãos públicos. Formam tramas associativas complexas, arenas públicas amplas, plurais, multifacetadas, heterogêneas e descentradas, mas articuladas a associações de base, grupos de assessoria, organizações não-governamentais, igrejas, profissionais liberais, sindicatos e universidades que permitiam uma capilaridade a novos temas a uma exigência ética de cidadania, que se traduzem em uma capacidade, por vezes, inusitada de ainda articular e mobilizar atores coletivos.

A região sul da cidade de São Paulo possui uma longa história de movimentos sociais, originada de associações comunitárias, clubes de mães, ações progressistas da Igreja Católica em CEBs e pastorais. Movimentos sociais que estavam articulados ao movimento dos trabalhadores industriais paulistas, especificamente, nas regiões de Santo Amaro e Campo Limpo, e que marcaram a participação popular na formação do novo sindicalismo, no apoio à greve geral, na criação do Fundo de Greve e na presença em amplas manifestações de rua, que ocorriam nesse período (Barban, 2003). Especificamente no Grajaú, os movimentos populares engendraram lutas para conquistar o abastecimento de água, melhorias no transporte, pleitearam a regularização dos loteamentos clandestinos, melhorias de infraestrutura, urbanização de favelas ou ainda se posicionaram contra a carestia.

A democracia participativa redefiniu para além do voto as práticas participativas à democracia, uma participação que poderia ser realizada através de iniciativas populares de lei, plebiscitos, referendos e audiências públicas, que multiplicou fóruns públicos sobre temas como saúde, direitos humanos, raça, gênero, cultura, meio ambiente e qualidade de vida, moradia, assistência social, proteção à infância e adolescência e planejamento urbano. A cidadania era apresentada como questão importante à gestão e negociação pública e coletiva. As experiências locais participativas levaram os movimentos populares gradativamente a estabelecer negociações com a administração municipal, com o governo do Estado, com ambientalistas e outros atores da sociedade civil. Os movimentos sociais populares

passam a estabelecer relações com o Estado, deslocam as práticas tradicionais de mandonismo, clientelismo e assistencialismo, colocam em xeque um padrão autoritário e burocrático da gestão pública ao negociar demandas e reivindicações, estabelecer prioridades na distribuição dos recursos públicos, bem como organizar a ordem das responsabilidades dos atores envolvidos. São construídas novas formas de sociabilidade política a partir do reconhecimento de um novo tipo de regulação que ainda era capaz de garantir e criar direitos. Da mesma forma, as dinâmicas de rearranjo político-institucional possibilitam que os movimentos sociais formassem suas próprias formas de organização e representatividade, participassem dos espaços institucionalizados das políticas sociais, assim como passassem também a construir instituições para atuar nessas políticas.

São essas as principais gramáticas do movimento popular de moradia que procuram organizar as experiências de ocupação de terra estudadas na presente pesquisa. Como observamos no subitem *A periferia para os movimentos*, a UMM-SP procura manter uma mobilização social para as lutas coletivas relacionadas ao bairro e aos serviços públicos. Para o movimento, o direito à cidade deve ser alcançado através de novas lutas relacionadas às melhorias dos bairros, a garantia do direito à moradia é uma etapa para, ainda, reivindicar o direito à cidade, que era negado diante da precariedade dos serviços públicos oferecidos nos territórios onde são viabilizados os empreendimentos autogestionários. A ausência de escolas, creches, hospitais, áreas de lazer, equipamentos de cultura, entre outros, deve ser alcançada com mais luta coletiva organizada.

Esse movimento revela a autogestão como estratégia para uma atuação coletiva. Para o movimento, é necessário compreender os anseios e as necessidades dos moradores para poder incidir sobre o individualismo e transformar os interesses individuais em luta coletiva. A vida coletiva e em comunidade elevaria a consciência coletiva e significaria o contrário ao individualismo pragmático. Mesmo após os longos anos para viabilizar os empreendimentos em obras de autogestão, esse processo construiria pessoas, construiria um povo com um pensamento crítico e formaria uma sociedade livre. Após a consolidação das famílias nos territórios, todos devem ainda estar empenhados e atuantes na vida comunitária para a comunidade, a fim de traçar suas especificidades, agregar em suas agendas de luta, permitir a formação de novas

lideranças e organizar um território para o movimento “a partir de uma sede em cada condomínio”.

As ações coletivas em ocupações de terra contemporâneas revelam desafios que perpassam a ausente, insuficiente e precária oferta de equipamentos e serviços públicos, demonstram que uma oferta expressiva de acesso, por via do consumo a bens e serviços socialmente necessários, e desnecessários, é ofertada a partir das possibilidades financeiras. Entretanto, as dificuldades no relacionamento com os entes públicos, assim como a disputa em torno da representatividade relacionada às especificidades do território, passam a desafiar a organização coletiva nos territórios periféricos num contexto político nacional e internacional de avanço do conservadorismo, sob a égide da racionalidade neoliberal.

*c. As configurações das ocupações organizadas e mobilizadas para atuar politicamente nos territórios periféricos na contemporaneidade.*

No subitem *Sociopolítico nas Ocupações*, buscamos sintetizar a atuação conjunta do movimento de moradia e das assessorias técnicas nas experiências das Ocupações Gaivotas e Anchieta, ocupações que se configuram por estarem localizadas no território das águas da cidade de São Paulo, especificamente, no distrito do Grajaú, o distrito que mais cresceu em número de habitantes durante a década de 1990 e que, até o ano de 2010, continuou crescendo mais do que os demais distritos da região da Capela do Socorro e segue sendo paulatinamente adensado.

O conflito entre moradia e preservação ambiental agudiza-se sempre diante da deterioração das condições socioeconômicas, da perda e da diminuição da renda das famílias, do adoecimento e perda da capacidade laborativa, que historicamente perpetra à população negra as piores condições de sobrevivência e desenvolvimento. A busca por reverter as perpetradas violações de direitos é realizada através da forma organizativa do movimento popular de moradia, a UMM-SP, que passa a acompanhar as Ocupações Anchieta e Gaivotas a partir do ano de 2018.

O movimento chega as ocupações quando diversas violações de direito já haviam sido concretizadas. A Ocupação Anchieta procurava alternativas para se

contrapor a oferta do proprietário da terra à contratação de uma empresa privada para fins de regularização fundiária, e a Ocupação Gaivotas buscava reverter a atuação do próprio Estado que violentamente retirou as famílias do território, interrompeu o benefício provisório de locação de moradia, não ofertou reassentamento definitivo e no retorno das famílias ao território encontrou novos moradores que passam a lutar por todos.

A atuação de grupos de assessorias técnicas demonstra ser experiências muito importantes à organização sociopolítica das ocupações de terra, trabalho que possui uma perspectiva de organização coletiva, pautado na confiança do compromisso político na relação entre moradores, técnicos e movimento de moradia. Experiências que contribuem para formalizar a organização coletiva das ocupações, para fortalecer essas representatividades nos espaços públicos e no território, para organizar alternativas técnicas à consolidação das famílias. Instrumentos técnicos desenvolvidos por esses grupos, como os Planos Populares, ampliam a participação popular na elaboração do planejamento urbano, importante inclusive para manter a coesão na organização dos moradores na ocupação do solo, assim como para pautar as reivindicações com entes públicos.

O trabalho sociopolítico realizado nas ocupações também revela contribuições importantes ao processo de fortalecimento e organização política. Ao contribuir com a elaboração de diagnósticos, mediar conflitos, acompanhar a abertura de frentes de obras e remanejamentos, apoiar cadastros, elaborar conjuntamente critérios e condicionalidades para atendimento de lotes, implantar e fomentar instâncias participativas como assembleias, oficinas, reuniões e comissões, participar das escolhas dos sujeitos, cujas aproximações tornam-se alianças políticas, além de incidir na mediação dos conflitos para fortalecer processos coletivos, fortalece lideranças, formula e discute argumentos, simula e realiza negociações, pautado no diálogo até que os argumentos adquiram consenso e tornem-se legítimos entre os próprios moradores.

No subitem *A racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo*, pudemos observar como um mercado informal de terras em áreas de mananciais foi consolidado, não apenas por falta de legislação apropriada, mas para manter fluxos e processos que trazem alguma garantia de

circulação financeira que quando não são impedidos, possivelmente, podem encontrar sucessivamente novos percursos.

No processo da *grilagem* de terras, onde circulam relacionamentos entre atores do mundo do crime e agentes políticos, ambos detentores de forças violentas que intimidam os moradores e impõem configurações de ilegalidade muito difíceis de serem viabilizadas através da denúncia e da respectiva responsabilização, permitem que instâncias mais incivis, violentas e autoritárias estejam presentes no território periférico. Longe de serem mediados por algum processo político civilizatório, a *grilagem* é uma estratégia à apropriação ilegal de terras, incide em projetos de extermínio aos povos originários, mas, sobretudo, é um processo histórico de acumulação do capital que, em terras urbanas, torna-se elemento político apropriado pelas milícias, fragmenta territórios e fragiliza qualquer organização coletiva.

As ocupações organizadas e mobilizadas para atuar politicamente nos territórios periféricos na contemporaneidade atravessam as ações das organizações não-governamentais, fundadas para prestar serviços socioassistenciais mesmo sem nenhuma vinculação com as lutas sociais do território. Organizações não-governamentais que recebem terras, oferecem serviços educacionais, culturais e socioassistenciais aos moradores e que também passam a negociar a transferência de parte da terra à prefeitura para promover outros equipamentos públicos ao território. Onde cabe a Organização e não ao Estado, a terra, a organização do espaço público e a preservação ambiental do território. Assim como atravessam e disputam percursos com atores do mundo dos negócios, das *startups* em busca de inovação social, que passam a oferecer serviços de regularização fundiária nas periferias paulistas. Alternativas de governar a pobreza usando tecnologias de intervenção social até então típicas do Estado são ofertadas conjuntamente com as possibilidades de mediar conflitos, desonerar os cofres públicos, ressarcir proprietários afetados, a partir da oneração dos moradores das ocupações. Novas linguagens morais são produzidas para sujeitos ambivalentes que trocam o direito e a cidadania por sua capacidade empreendedora.

No subitem *A neoliberalização da vida*, observamos como a solidariedade, essa que promove espaços socioeducativos para apoiar a organização coletiva, é configurada como espaços coletivos que também precisam ser revisitados. A estratégia do ter “que se virar” a qualquer custo e obter vantagens nos processos

permitem a ascensão social e a promoção dos “empreendimentos” comerciais periféricos conectados ao mundo plataformizado. Não há conflito no mundo plataformizado, não importa a localização, as formas de moradia, os direitos básicos, a oficialidade e as licenças de funcionamento. No mundo digital, basta produzir e promover rendimentos. Diante da possibilidade, na melhor das hipóteses, do trabalho formal de pouca remuneração, não deixa de ser uma contraditória vantagem.

Violências perpassavam o cotidiano dos moradores dos territórios periféricos. Os conflitos violentos estão há muito tempo presentes nas maiores cidades do país, onde deveriam funcionar todas as instituições democráticas teoricamente concebidas para evitar a violência dos conflitos interpessoais (Zaluar, 1995). Para além dos reflexos de uma pandemia, há o agravamento das desigualdades sociais e as condições alarmantes de existência e sobrevivência continuamente perpetuadas, processos muito violentos e de difícil enfrentamento. O contexto dos insuficientes equipamentos públicos estarem muito distantes da realidade vivida pelos moradores nas ocupações demonstra a emergência na defesa intransigente por direitos humanos para os fins de uma organização coletiva longe de ser desnecessária.

O mundo do crime e suas relações estão presentes nos territórios periféricos. A “pacificação” nos territórios periféricos paulistas a partir da expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) interrompeu uma violência armada externa à favela para outra mais legítima entre os moradores, um processo pactuado socialmente, pelos moradores que passam a mobilizar essas redes diante de situações de injustiça e por um contexto sem guerras que unifica o crime e o governo numa política de segurança pública (Feltran, 2022). O PCC consolida sua hegemonia no mercado ilícito das drogas na cidade de São Paulo, cresce e se expande transpassando fronteiras, regulamentações e restrições nacionais e internacionais e redefine as formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas. Nessa hegemonia, o dinheiro é o facilitador dos pactos entre os atores do mundo do crime e agentes governamentais, políticas de experimentações operadas silenciosamente, mas que se expandem por meio da regulação do mercado de drogas. Uma hegemonia política construída nas cadeias e no mundo do crime das *quebradas* de São Paulo, mas que, a partir de uma luta ideológica e cultural pelo consentimento ativo, aliada à coerção das parcelas que lhe fazem oposição sistemática, produz duas formas desproporcionais de vida: a lei e a moral (Feltran, 2022).

Prefeituras, governos e parlamentos de todo o país possuem representantes vinculados às igrejas evangélicas que, em contínua multiplicação, defendem os interesses do mercado legal e ilegal e encaram as coisas do mundo como apenas movidas à base do dinheiro. Gestores que partem para viabilizar a construção de redes que ajudavam a pavimentar o caminho para o empreendedorismo e para o enriquecimento. Não se trata apenas de implementar políticas públicas para reduzir as desigualdades, mas sim de flexibilizar regras para que todos possam faturar (Manso, 2023).

Entretanto, projetos de religiosidades populares podem ser estratégicos para impulsionar práticas de transformação. A igreja católica sob a doutrina da Teologia da Libertação impulsionou o enfrentamento das desigualdades sociais, a partir do trabalho nas comunidades de base, contribuiu na formação dos movimentos sociais populares, na formação do Partido dos Trabalhadores, atuou na defesa de direitos humanos, nas lutas por cidadania e direitos.

A fé popular evangélica não é homogênea e possui muitas diferenças e contradições. São muitas igrejas evangélicas e todas seguem em disputa entre conservadores e progressistas. Nas ocupações, na periferia, a fé aparece como um instrumento de busca por uma vida digna, como espaços coletivos de socialização que promovem o fortalecimento de laços e vínculos, parece responder às dificuldades nas periferias urbanas, promove alguma certeza aos desafios contemporâneos e respostas a um contexto de desordem. Uma fé que é replicada por pastores, missionários, traficantes e policiais. Embora algumas teologias pentecostais corroborem a percepção de que a fé evangélica é apenas um caminho para o avanço do neoliberalismo, ela demonstra trazer mais significados aos moradores das periferias contemporâneas.

Os resultados de pesquisa também demonstram as características contemporâneas de um Estado muito alterado. No subitem *O conflito é pela terra*, observamos os esforços de uma gestão municipal da cidade que enquanto formulava grupos de trabalhos e ações intergovernamentais e intersecretariais, procurava vincular ações de preservação às áreas de mananciais à permanência das famílias. Mas também verificamos as mudanças na gestão municipal a partir da entrada dos organismos internacionais que financiavam obras e transformavam o poder público em meros executores de suas atividades.

Durante o processo em que as economias nacionais passam a atender às recomendações dos organismos internacionais para aprovação de empréstimos e ainda manter uma boa imagem diante de seus credores, seguindo receituários dos sistemas disciplinares mundialmente difundidos pelo Consenso de Washington, as formas complexas de gestão modificavam o lugar do Estado. Organizações não-governamentais, empresas privadas de consultoria e gerenciamento passam a conduzir a política pública e a prefeitura começa a estar no lugar da execução. Não estávamos lidando com uma simples retirada do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sob novas bases, novos métodos e novos objetivos (Dardot; Laval, 2016).

As gestões públicas mantêm os modos operantes aprendidos com as agências internacionais para implementar a política urbana. Os conhecimentos técnicos e políticos sobre os territórios passaram às hábeis empresas privadas, aos circuitos privatista e monopolizado, todos fora da estrutura pública estatal. Após os ajustes, as relações de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista recebem um apoio militarizado para estarem em pleno desenvolvimento. Como afirma Harvey (2005), trata-se do processo de “acumulação por espoliação”, onde o Estado, com seu monopólio de violência e suas definições de legalidade passam a desempenhar um papel crucial para respaldar e promover o processo de acumulação primitiva.

Acrescentar política à socialização, acrescentar respeito à diversidade na incorporação de novos sujeitos individuais e coletivos, ao processo de transformação da realidade, como as experiências observadas no subitem *Territórios de corpos marginais*, é também recuperar a teoria gramsciana que permite observar as imbricações profundas entre cultura, política e economia, em que as forças materiais e os elementos culturais tornam-se equivalentes dentro de uma visão integrada de sociedade (Dagnino, 2000).

## REFERÊNCIAS

- ADERALDO, G. A. **Reiventando a “cidade”**: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. São Paulo, 2013.
- ALMEIDA, J. B. Assad Haider: descortinando a sofisticada e cruel relação entre opressão e exploração no debate racial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-6, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/rho.v21i00.866002>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- ALONSO, A. A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. esp., p. 49-58, jun. 2017.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editora Presença, 1980.
- AVRITZER, L. **A moralidade da democracia**. Minas Gerais: Editora UFMG, 1996.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- AZZONI, C. R. 1993. Equilíbrio, progresso técnico e desigualdades regionais no processo de desenvolvimento econômico. **Análise Econômica**, v. 11, n. 19, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10450>. Acesso em: 05 out. 2023.
- BALTAZAR, C. G. **A Habitação de Interesse Social e o Direito à Cidade**: entre os distritos de Cidade Tiradentes e Grajaú. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, São Paulo, 2021.
- BARBAN, V. **Fortalecimento da sociedade civil em regiões de extrema pobreza**. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.
- BAVA, S. C. As ocupações de terra e a Igreja em São Paulo. **Coleções Cadernos CEDEC**, São Paulo, n. 13, 1988.
- BENEVIDES, B. C. D. S. O “anarquismo sem adjetivos” através da trajetória libertária de Angelo Bandoni: repensando a classificação dos anarquistas italianos em São Paulo no início do século XX proposta pelos autores do livro *Black Flame*. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, Universidade Federal de São Paulo, v. 3, n. 5, p. 272-306, mar. 2019.
- BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. A cidade dos extremos. Trabalho apresentado no **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em Caxambú MG, v. Brasil, de 20-24 de setembro de 2004, 2005.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. [S. l.]: Editora Estação Liberdade, 2011.

BOTTON, F.; GONSALES, T. A.; COMARÚ, F. A.; BARBOSA, B. R. As Universidades e os Movimentos de Moradia: construindo relações na Ocupação Gaivotas - zona sul de São Paulo. **XX Encontro Nacional da ANPUR**, Belém, v. 1, p. 57-76, 2023.

BRASIL. **Constituição (1964)**. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Brasília, 11 set. 1964.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004.

BUENO, L. M. D. M. Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp**, n. 9, p. 68, jun. 2000. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i9p68-86>. Acesso em: 10 set. 2023.

CALDEIRA, T. P. D. R. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2011.

CAMARGO, C. *et al.* **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Editora Loyola, 1976.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 2007.

CHAUI, M. Breve história da democracia. *In*: CHAUI, M.; MAZZEO, A. C.; FONTES, V.; MIGUEL, L. F. **A democracia pode ser assim**. Editora Boitempo, 2019.

CHISHOLM, J. A expansão urbana mediada pela milícia e a luta pela regularização fundiária de Novo Palmares, no Rio de Janeiro. **Periferia**, v. 12, n. 2, p. 57-87, maio 2020.

COMARU, F. A. *et al.* A implicação do pesquisador e permanência ao longo do tempo no campo como parte da estratégia da pesquisa-ação e postura ética - caso Jd. Gaivotas. **XX Encontro Nacional da ANPUR**, Belém, v. 1, p. 1-14, 2023.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

CULTURA e Identidade. **Periferia em Movimento**. 2014. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/a-margem-um-espetaculo-teatral-na-beira-da-represa/>. Acesso em: 15 out. 2023.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia. *In*: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Evelina Dagnino e. (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. [S. l.]: UFMG, 2000.

D'ANDREA, T. P. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FÁVERO, Eunice Teresinha Fávero (org.). DE DIREITOS NCA-SGD, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Crianças e Adolescentes com Ênfase no Sistema de Garantia. In: KOGA, Dirce. **Dialogando sobre Territórios de Vida, Territórios Vividos, Indicadores Intraurbanos e Políticas Públicas**. [s. l.: s. n.], junho 2022.

FELTRAN, G. D. S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FELTRAN, G. D. S. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

FERRARA, L. N.; GONSALES, T. A.; COMARU, F. D. A. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, p. 807-830, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4606>. Acesso em: 10 out. 2023.

FERREIRA, L. D.; LUPO, L. S. Os limites da política habitacional nas áreas de recuperação e proteção aos mananciais do município de São Paulo. **Anais XVIII ENANPUR**, 2019.

FRANCO, A. A. D. P. **Saberes, memórias e resistências em produções audiovisuais sobre e por pessoas do distrito de Grajaú-São Paulo**. São Paulo: Editora Pedro e João, 2023.

GOMES, R. **Cresce o número de ocupações no extremo sul de São Paulo**. 2013. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/cresce-o-numero-de-ocupacoes-no-extremo-sul-de-sao-paulo-3246/>. Acesso em: 10 jan. de 2023.

GONÇALVES, A. L. V. **Os limites da emancipação: regulação da terra e luta por moradia**. 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/5690>. Acesso em: 05 out. 2023.

GONÇALVES, A. L. V. **Transformações urbanas contemporâneas: regularização fundiária e resistência**. Relatório final de Iniciação Científica FAPESP. Instituto de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo. 2020.

GUSMÃO, I. G. **Diário de Campo**. 2020.

GUSMÃO, I. G. **Diário de Campo**. 2023.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, dez. 2012.

IAG. **Instituto Anchieta Grajaú**. Disponível em: <https://www.institutoanchietaagrajau.org.br/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 01 mar. 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL. **Resistir com fé: evangélicos e trabalho de base**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2022.

JANJULIO, M. D. S. **O IDORT e a taylorização da habitação operária no Brasil**. Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. 2014. Disponível em: <https://shcu2014.com.br/discurso%20profissional/262.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

KOPPER, M.; IDE, I. H. Do Estado ao Empreendedorismo Social: burocracias cotidianas, risco moral e gestão da vulnerabilidade em uma empresa de regularização fundiária em São Paulo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 15, p. 30-52, 2 jan. 2019.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

KRISCHKE, P. J. D. S. **Loteamento Clandestinos: Autonomia Ou Dependência? A Cidade é Nossa**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1988. v. 2, p. 45-64.

LACERDA, L. G. *et al.* Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. 1, nov. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202231pt>. Acesso em: 15 out. 2023.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 37-55, 2004.

LAVALLE, A. G. **Engajamento e participação**. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/glossario/2020/07/24/engajamento-e-participacao>. Acesso em: 05 set. 2023.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LENIN, V. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

LIMA, T. C. S. D.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802007000300004>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LOPES, B. C. T. **Quando uma baixa periférica faz teatro ou quando o teatro faz uma monstra**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017.

LOUREIRO, I (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1914-1919)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 159-178, jun. 2014.

MADE STUDIO. **Taubman College of Architecture and Urban Planning of the University of Michigan**. 2018. Disponível em: <https://www.made-studio.org/work/informal-sustainable/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MANSO, B. P. **A Fé e o Fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI**. São Paulo: Editora Todavia, 2023.

MANSO, B. P. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime**. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Políticas, 2012.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003.

MARICATO, E. **Metrôpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

MARQUES, E. C.; BICHIR, R. M. Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Espaço & Debates**, v. 27, n. 42, p. 9-30, 2001.

MARQUES, E. C. Condições habitacionais e urbanas no Brasil. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MATSUNAGA, M. K. **Cantinhos do Céu**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MONTEIRO, P. G.; GROSSI, G.; SANTOS, R. R. D.; CRUZ, M. C. Da invisibilização à luta: cartografia como instrumento de resistência. **III Seminário nacional sobre urbanização de favelas – URBFAVELAS**, 2018.

MUNAKATA, K. O lugar do movimento operário. **Revista História & Perspectivas**, v. 23, n. 43, 2010.

NASCIMENTO, E. P. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulista**. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NEMOS. **Subgrupo de pesquisa sobre participação na política de habitação**, 2023.

NEVES, V. **Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho**. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2016.

OLIVEIRA, B. M. D. **Ocupação Anchieta: conflitos e experiências na luta por Moradia**. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/item/003037624>. Acesso em: 01 mar. 2024.

OLIVEIRA, F. D. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Editora Boitempo, 1972.

OLIVEIRA, R. D. C. M. D. (Entre)linhas de uma pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, 2014.

PAOLI, M. C.; TELLES, V. D. S. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. *In*: ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, E. D. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. [S. l.]: UFMG, 2000.

PAOLI, M. C. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 40-66, dez. 1989.

PAZ, R. D. O. **Fundo Nacional de Moradia Popular: marco histórico de participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

PEABIRU. **Plano Popular, autourbanização e regularização da Ocupação Anchieta**. 2019. Disponível em: <https://www.moradiaassessoria.org.br/praticas/regularizacao-fundiaria-de-interesse-social-na-ocupacao-anchieta>. Acesso em: 01 mar. 2024.

PEREIRA, C. F. **Estado e Agronegócio: etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no sul do Amazonas**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2017.

PRIETO SAMSÓNOV, Dmitri; BRANCALEONE, Cassio. Anticapitalismos: una mirada histórica, política y conceptual. Senderos y desafíos de una indagación colectiva. *In: Anticapitalismos y sociabilidades emergentes: experiencias y horizontes en latinoamérica y el Caribe*, 2019.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade**. 2022. Disponível em: [www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Mapa-da-Desigualdade-2022\\_MAPAS\\_23.pdf](http://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Mapa-da-Desigualdade-2022_MAPAS_23.pdf). Acesso em: 02 mar. 2024.

RIBEIRO, A.C.T. Cidade, reivindicações e equipamentos coletivos. *In: O desenvolvimento urbano em questão. Textos Didáticos*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2001. p. 46.

RISEK, C. S.; GONÇALVES, A. L. V.; ADAMI, L. N. Cenas da periferia – incursões etnográficas e registros de campo. **XX ENAPUR**, Belém, 2023.

RIZEK, C. S. Etnografias urbanas: cultura e cidade de dentro e de perto. **Redobra**, v. 4, n. 12, p. 19-24, 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. *In: KOWARICK, Lúcio. (org.). As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SADER, E. **Quando os novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SANTORO, P. F. *et al.* **Mananciais**: diagnóstico e políticas habitacionais. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.abong.org.br/xmlui/handle/11465/1209>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SÃO PAULO. **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras**. 2022. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados\\_demograficos/index.php?p=12758](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758). Acesso em: 08 mar. 2024.

SÃO PAULO. **Plano Diretor da Cidade de São Paulo**. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE). Disponível em:

<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16402-de-22-de-marco-de-2016>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SÃO PAULO. **Decreto nº 51.847 de 8 de outubro de 2010**. Declara de utilidade pública para desapropriação, imóveis particulares situados no distrito do Grajaú, Subprefeitura de Capela do Socorro, necessários a implantação de escola municipal de ensino fundamental. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-51847-de-8-de-outubro-de-2010/consolidado>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SÃO PAULO. Gabinete do vereador Gilberto Natalini. **Dossiê: A devastação da Mata Atlântica**. Abr. 2020.

SÃO PAULO. **Programa Mananciais**. 2023. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/secretaria\\_executiva\\_do\\_programa\\_mananciais/noticias/index.php?p=332560](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/secretaria_executiva_do_programa_mananciais/noticias/index.php?p=332560). Acesso em: 08 mar. 2024.

SÃO PAULO. **Programa Mananciais**: Promove uma revolução nas áreas das bacias Billings e Guarapiranga. 2008. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=3758>. Acesso em: 07 out. 2023.

SÃO PAULO. **Resolução CMH nº 31**. SECMH – Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/organizacao/cmh/index.php?p=1826>

SILVA, E. A. Ocupação irregular e narrativas: as remoções como apagamento da experiência. **Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 1403–1428, 2020.

SILVA, F. L. D. **Metrópole corporativa e fragmentada**: a urbanização da península do Ribeirão Cocaia, Grajaú, em São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência do Brasil, influência no serviço social. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SIMÕES, M. No Rio de Janeiro a milícia não é um poder paralelo. É o Estado. **Pública Agência de Jornalismo Investigativo**, 2019.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

SPIRA, V. **Ocupar como forma de vida**: construção e dissolução de espaços e mobilizações coletivas em favelas e ocupações da Vila Maria, São Paulo. Tese (Doutorado) – Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

STREECK, W. Capitalismo e democracia. *In*: CHAUI, M.; MAZZEO, A. C.; FONTES, V.; MIGUEL, L. F. **A democracia pode ser assim**. Editora Boitempo, 2019.

TANAKA, G. M. M. **Periferia**: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. São Paulo: o caleidoscópio urbano. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 31-44, jan. 2001.

TELLES, V. D. S.; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, V. D. S.; HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2, p. 39-59, nov. 2010.

**TERRA NOVA REGULARIZAÇÕES FUNDIÁRIAS**. 2023. Disponível em: <https://grupoterranova.com.br/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

TORRES, H. D. G.; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, p. 49, maio 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n4p49>. Acesso em: 10 out. 2023.

TREFAUT, M. D. P. Roberto Loerb: Escritórios poderiam virar conjuntos habitacionais, diz um dos arquitetos mais conceituados do país. **Valor Econômico**, 2021.

UMM-SP. União dos Movimentos de Moradia. Curso de Capacitação em Autogestão, 2016.

UMM-SP. União dos Movimentos de Moradia. Curso de Sensibilização em Autogestão, 2016.

UMM-SP. União dos Movimentos de Moradia. Seminário de Pós-Ocupação, 2019.

**UMM-SP. União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**, 2023. Disponível em: <https://sp.unmp.org.br/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

VALLADARES, L.P.; FIGUEIREDO, A. Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. *In*: **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez, ANPOCS, 1986/1987, p. 25-49.

VILLAÇA, F. J. M. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 2012.

WALKER, Ana Paula Pimentel; ALARCÓN, Maria Arqueiro. **The competing social and environmental functions of private urban land**: the case of an informal land occupation in São Paulo's south periphery. Sustainability, MDPI. University of Michigan, 2018.

WALKER, Ana Paula Pimentel; ALARCÓN, Maria Arqueiro; MACHADO, Maria Fernanda Penha; AVANCI, Juliana Lemes. The judicialization of the planning process in São Paulo's informal settlements: enforcing housing and environmental rights through the Courts? **Journal of Planning Education and Research**, v. 44, n. 21, 2020.

WEFFORT, F. C. **Por que democracia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. **Revista Sociedade e Estado**, v. 10, n. 2, 1995.